



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO/ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA

FERNANDO AFONSO CARDOSO BORGES

**PRIMEIRAS RESPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE
CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PMBA:
UM ESTUDO REALIZADO NA 97ª CIPM/ IRARÁ**

SALVADOR-BA
2019

FERNANDO AFONSO CARDOSO BORGES

**PRIMEIRAS RESPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE
CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PMBA:
UM ESTUDO REALIZADO NA 97ª CIPM/ IRARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Faculdade de Direito/Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Moraes Trindade.

SALVADOR-BA,

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo autor.

Borges, Fernando Afonso Cardoso

Primeiras Respostas para o Atendimento de Ocorrências de Crimes contra Instituições Financeiras No Âmbito Da PMBA: um estudo realizado na 97ª CIPM/ IRARÁ. / Fernando Afonso Cardoso Borges. -- Salvador, 2019.
253f

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Moraes Trindade.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito/Escola de Administração, 2019.

1. Segurança Pública. 2. Plano de atendimento. 3. Crimes contra instituições financeiras.. I. Borges, Fernando Afonso Cardoso. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

FERNANDO AFONSO CARDOSO BORGES

**PRIMEIRAS RESPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE
CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PMBA:
UM ESTUDO REALIZADO NA 97ª CIPM/ IRARÁ.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito/Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 09/07/2019

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Cláudia Moraes Trindade (Orientadora)
Doutora em História
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profa. Dra. Sara Oliveira Farias
Doutora em História
Universidade do Estado da Bahia (UFBA)

Profa. Dra. Ivone Freire Costa
Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações
Universidade Técnica de Lisboa/ Portugal

Tenente Coronel Edval Carlos dos Santos Filho
Polícia Militar do Estado da Bahia PMBA
Professor Convidado

Para minha esposa, **Semiana**, e aos nossos filhos **Rafael** e **Lucas**, riquezas que a vida nos presenteou, constituindo uma família que não nasceu pronta; mas fomos construindo aos poucos numa caminhada em que aprendemos o verdadeiro significado da palavra amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Poderoso Deus, pela orientação constante em nossa caminhada; aos meus pais, Fernando Antônio Cardoso Borges e Margarida Boaventura Borges pelo amor, exemplos e formação que me proporcionam; à minha esposa pelo companheirismo e por entender os momentos de ausência em prol do Mestrado e atividades profissionais; aos meus filhos Rafael Oliveira Cardoso e Lucas Oliveira Cardoso pelo amor incondicional que me ensinam a cada dia ser uma pessoa melhor, razão do meu viver; aos meus irmãos Fabrício Borges e Fábio Boaventura pela verdadeira amizade e constante apoio; a toda minha família, a base da nossa formação; Aos amigos e amigas que acompanham nossa caminhada, em especial aos que compõe à família de Operações Especiais pela camaradagem e confiança durante o cumprimento desta missão; Agradecer também a Deus por ter nos dado a oportunidade de ser orientado pela Professora Doutora Cláudia Moraes Trindade, pessoa de grande sabedoria e humildade com a qual aprendo a cada oportunidade de contato, amiga que Deus nos presenteou; Não poderia deixar de registrar um agradecimento especial também aos Coronéis Humberto Sturaro e Paulo Coutinho pelo reconhecimento do nosso trabalho e esforço dentro da Instituição Polícia Militar da Bahia, sou muito grato a todos que apesar de não ter citado o nome neste ato formal, nos acompanham nesta caminhada da vida, nos ensinando o quão é valoroso estar sempre disposto a servir com sentimento de cumprimento de missão e sempre com boa vontade em fazer o melhor; que nosso Poderoso Deus continue nos abençoando com a sabedoria da Sua mente, a coragem do Seu coração, a força dos Seus braços e a proteção das Suas mãos, para que nunca envergonhemos a nossa fé, nossas famílias ou nossos camaradas!

Força e Honra!

Caveiraaaaa!

Aos nossos colaboradores: Cel. PM Raimundo Lázaro, Cel. PM Anildo Rocha, Cel. PM Sérgio Freire, Ten. Cel. PM Marcelo Barreto, Maj. PM Raimundo José Rocha Marins, Maj. PM Cledson Sousa e Delegado Jorge Figueiredo Junior pelo apoio, conhecimentos e experiências transmitidas; à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, nas pessoas do Superintendente de Gestão Prisional, Maj. PM Júlio César Ferreira dos Santos, pela confiança em nos franquear acesso as Unidades Prisionais da Capital para pesquisa de campo, reforçando a política de apoio às pesquisas do PROGESP/UFBA, bem como ao Cap. PM Hêndrio Inandy e aos diretores e agentes penitenciários das Unidades Prisionais que visitamos; à Professora Sara Farias, pela disposição em nos acompanhar e orientar com sua vasta experiência em História Oral, durante entrevista de interno de estabelecimento prisional; ao Maj. PM Himério, ao Cap. PM Kleber e toda a tropa da 97^a CIPM/Irará meus sinceros agradecimentos pelo acolhimento e apoio durante a realização desta pesquisa. E em especial ao Cap. PM Eduardo Neves, amigo e irmão que a PMBA me presenteou e que idealizou esta pesquisa juntamente conosco, acompanhando o avanço desta pesquisa.

RESUMO

BORGES, Fernando Afonso Cardoso. **PRIMEIRAS RESPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PMBA:** um estudo realizado na 97ª CIPM/ Irará. 251 f. il. 2019. Dissertação (Mestrado) – Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

A presente dissertação estuda uma forma de atuação da Polícia Militar da Bahia mais segura e eficiente no atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras, o que no popular é denominado de roubo a banco ou “novo cangaço”, concentrando o estudo na realidade da 97ª Companhia Independente da Polícia Militar, com sede em Irará-Ba (97ª CIPM/ Irará). Constatou-se a necessidade institucional de apresentar um conjunto de primeiras respostas com vistas a disciplinar a atuação dos policiais militares em ocorrências dessa natureza, vez que as normas institucionais existentes sobre o tema além de não serem de conhecimento geral, careciam também de atualizações. Na busca do produto final a ser entregue por esta pesquisa, o ponto de partida foi entender a dinâmica dessas modalidades criminosas e suas semelhanças com o cangaceirismo ou banditismo rural, delimitando os tipos de crimes, suas características, como funcionam a formação dos grupos, e como a Polícia Militar da Bahia, tomando por base a 97ª CIPM/ Irará, lida com tais ocorrências. A metodologia empregada foi tanto de pesquisa bibliográfica, como de pesquisa de campo com aplicação de questionários e entrevistas. No curso da pesquisa investigou-se o emprego dos recursos disponíveis na Unidade de policiamento foco da pesquisa, e ouvindo as sugestões de policiais militares que desempenham a atividade fim da Corporação chegou-se ao resultado e contatou-se a viabilidade da presente pesquisa. A necessidade de estabelecer e aprimorar procedimentos que visem reduzir o potencial danoso dessas modalidades criminosas, oferecendo mais segurança, coordenação e maior possibilidade de êxito nas ações preventivas e repressivas no atendimento desses tipos de ocorrências, é a justificativa principal desta dissertação. Após aprofundamento teórico, conceituando e contextualizando a pesquisa e análise dos dados qualitativos e quantitativos colhidos através de questionários e entrevistas, apresentamos ao final um conjunto de primeiras medidas e plano de contingência para o atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras.

Palavras-Chave: Primeiras Respostas. Plano de Atendimento. Crimes contra Instituições Financeiras. Segurança Pública. Polícia Militar da Bahia.

ABSTRACT

BORGES, Fernando Afonso Cardoso. **FIRST ANSWERS TO THE ATTENDANCE OF CRIMINAL OCCURRENCES AGAINST FINANCIAL INSTITUTIONS WITHIN THE FRAMEWORK OF PMBA**: a study carried out at the 97^a CIPM / IRARÁ. 251 f. yl. 2019. Dissertation (Master degree) - Faculty of Law, Federal University of Bahia, Salvador, 2019.

The present dissertation studies a way of acting of the Military Police is better known and effective in dealing with criminal occurrences. Independent of the Military Police, based in Irará-Ba (97th CIPM / Irará). It is the institutional need to present a set of responses with a view to disciplining the performance of the military police on such occurrences, since such acts are no more demanding than ever before. In the search for the final product, a being chosen by the research, the starting point was to understand the advantages and the similarities with the cangaceirismo or rural banditry, delimiting the types of crimes, their characteristics, how a formation of the groups works, and how the Police Military of Bahia, based on the 97th CIPM / Irará, deals with such occurrences. The methodology used is both bibliographic research and field research with applications of questionnaires and interviews. The research course investigated the use of resources in the research and research unit, while policing research had to carry out a research activity. In order to facilitate the execution of the preventive and preventive possibilities, the greater probability of occurrence of preventive and repressive actions is the main justification of this dissertation. The theoretical deepening, the conceptualization and the contextualization of a research and the analysis of the qualitative and quantitative data through questionnaires and interviews, we presented at the end a set of first steps and the contingency plan for the attendance of occurrences of crimes against institutions.

Keywords: First Answers. Service Plan. Crimes against Financial Institutions..
Public Security. Bahia Military Police

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sede da 97ª CIPM/Irará	55
Figura 2 – Portão Garagem da 97ª CIPM	58
Figura 3 – Varanda 1º Andar da 97ª CIPM	58
Figura 4 – Guarnições da PMBA e PCBA na sede da 97ª CIPM	65
Figura 5 – Guarnições da PMBA na sede da 97ª CIPM	65
Figura 6 – Instrução na sede 97ª CIPM	74
Figura 7 – Simulação após Instrução	74
Figura 8 – Palestras sobre Atendimento de Ocorrências de Crimes contra Instituições Financeiras	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de Postos e Graduações do Efetivo da 97ª CIPM...	54
Tabela 2 – Panorama Populacional da Área de Jurisdição da 97ª CIPM	55
Tabela 3 – Instituições Financeiras na Área de Jurisdição da 97ª CIPM	57
Tabela 4 – Estatística de Crimes contra Instituições Financeiras localizadas na Área de Jurisdição da 97ª CIPM	57
Tabela 5 – Sugestões de Procedimentos a Serem Adotados Antes da Ocorrência	67
Tabela 6 – Sugestões de Procedimentos a Serem Adotados Durante a Ocorrência	68
Tabela 7– Sugestões de Procedimentos a Serem Adotados Após da Ocorrência	68
Tabela 8 – Unidades da PM e outras Instituições Policiais que Apoiaram a 97ª CIPM em ocorrências anteriores	72
Tabela 9 – Sugestão de efetivo e materiais para realização de Bloqueio Policial	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

4º BPM – 4º Batalhão da Polícia Militar

16º BPM – 16º Batalhão da Polícia Militar

APMB – Academia de Polícia Militar do Bonfim

BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais

BPM – Batalhão da Polícia Militar

Cap PM – Capitão da Polícia Militar

Cb PM – Cabo da Polícia Militar

Cel PM – Coronel da Polícia Militar

CETO – Companhia de Emprego Tático Operacional

CIA – Companhia

CIPE – Companhia(s) Independente(s) de Policiamento Especializado

CIPM – Companhia Independente da Polícia Militar.

CIPT – Companhia de Patrulhamento Tático

COPPM – Comando de Operações Policiais Militares

CPE – Comando de Policiamento Especializado

CPR - Comando de Policiamento Regional

CPRL – Comando de Policiamento Regional Leste

FFAA – Forças Armadas

GRAER – Grupamento Aéreo

GU PM – Guarnição da Polícia Militar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LJNG - Legislação, Jurisprudência e Normas Gerais

LOB – Lei de Organização Básica

Maj PM – Major da Polícia Militar

Ten Cel PM – Tenente Coronel da Polícia Militar

NGA – Normas Gerais de Ação

OPM – Organização Policial Militar

PCBA – Polícia Civil da Bahia

Pel PM – Pelotão da Polícia Militar.

PETO – Pelotão de Emprego Tático Operacional n

PM – Policial(is) Militar(es)

PMBA – Polícia Militar da Bahia.

POG – Policiamento Ostensivo Geral

SSP – Secretaria de Segurança Pública

SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização

TAA – Terminais de Autoatendimento

Ten Cel PM – Tenente Coronel da Polícia Militar

Ten PM – Tenente da Polícia Militar

TO – Teatro de Operação

UOE – Unidade Operacional Especializada

UOp – Unidade Operacional

VTR – Viatura(s)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA EM ESTUDO.....	19
1.2. OBJETIVOS	20
1.2.1. Objetivo geral	20
1.2.2. Objetivos específicos.....	20
1.3. JUSTIFICATIVA	21
1.4. METODOLOGIA.....	22
2.REFERENCIAIS TEÓRICOS-PRÁTICOS PARA O ESTUDO DO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CRIMINOSAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	26
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CANGAÇO E O NOVO CANGAÇO	26
2.2 CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE INTERESSE PARA O PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	35
2.2.1 Roubo comum	37
2.2.2 Novo Cangaço.....	38
2.2.3 Explosão de Terminais de Autoatendimento (TAA) e Cangaço Noturno.....	39
2.2.4 Extorsão mediante sequestro do gerente ou tesoureiro do banco ("sapatinho").....	40
2.2.5 Arrombamento de Terminais de Autoatendimento (TAA).....	43
2.2.6 Roubo de Carro Forte.....	44
2.3 IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL NA GESTÃO POLICIAL MILITAR	45

2.4 ATIVIDADE POLICIAL E PODER DE POLÍCIA: CONCEITO, FUNDAMENTOS E ATRIBUTOS	50
3. O ESTUDO REALIZADO NA 97ª CIPM/IRARÁ	55
3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	55
3.2 ETAPAS DA PESQUISA	60
3.3 RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
FONTES.....	104
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	104
APÊNDICE A - MINUTA DE ATUALIZAÇÃO DA DIRETRIZ OPERACIONAL Nº 055 COPPM / 2013	108
APÊNDICE B - MINUTA DE ATUALIZAÇÃO DA NORMA GERAL DE AÇÃO - COPPM Nº 01/12-13	118
APÊNDICE C - PLANO DE OPERAÇÕES Nº 01 – SPO	134
APÊNDICE D - PRIMEIRA RESPOSTA PNO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE ROUBO A BANCO.....	159
APÊNDICE E – PRIMEIRO QUESTIONÁRIO: SOBRE A FORMA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA 97ª CIPM/ IRARÁ	165
APÊNDICE F – TABELAS E GRÁFICOS.....	169
APÊNDICE G – SEGUNDO QUESTIONÁRIO: SOBRE A VIABILIDADE DO PLANO DE ATENDIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA 97ª CIPM/IRARÁ	181
APÊNDICE H - PLANILHA COM A TABULAÇÃO DOS DADOS DO SEGUNDO QUESTIONÁRIO: SOBRE A VIABILIDADE DO PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	188
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO DO TENENTE CORONEL ANTONIO PEREIRA BARRETO	191

APÊNDICE J – ENTREVISTA-QUESTIONÁRIO REALIZADA AO TENENTE CORONEL MARCELO ANTÔNIO PEREIRA BARRETO.....	192
APÊNDICE K – TERMO DE CONSENTIMENTO DO MAJOR RAIMUNDO JOSÉ ROCHA MARINS	199
APÊNDICE L – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM O MAJOR RAIMUNDO JOSÉ ROCHA MARINS	200
ANEXO A - DIRETRIZ OPERACIONAL Nº 055 COPPM / 2013	226
ANEXO B - NORMA GERAL DE AÇÃO - COPPM Nº 01/12-13	235
ANEXO C – OFÍCIO Nº114/2019/GTEST/COE/DIROP	246
ANEXO D – CERTIFICADOS.....	248

1. INTRODUÇÃO

A atuação de grupos criminosos de roubo a banco comumente ocupa espaço na imprensa enfatizando a fragilidade do policiamento e da segurança nos pequenos municípios do interior baiano. O pânico e a quebra da ordem causados pela ousadia dos criminosos, devido ao uso de explosivos e de armamento “pesado”, ganham a atenção midiática e exigem do sistema de segurança pública providências imediatas a fim de dar uma resposta à sociedade.

As atividades policiais voltadas para atendimento de situações dessa natureza, devido ao elevado clamor público gerado, são de relevante visibilidade e interesse social e isto fomenta discussões institucionais acerca dos métodos e técnicas empregadas pelas forças públicas na tentativa de solucionar ou como atender tais tipos de evento, os quais não correspondem a uma atividade rotineira de policiamento ostensivo.

O atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras, conforme será abordado adiante, trata-se da intervenção policial extraordinária e de emergência, que exige um planejamento prévio e de atuação integrada devido a inúmeros motivos, como a aparente deficiência de recursos da força policial do interior do Estado e o alto risco de vida, tanto de terceiros como dos próprios agentes policiais.

A própria sociedade exige do poder estatal e dos seus órgãos, em especial da Polícia, a obrigação de uma constante evolução, assim como a adequação de seus procedimentos e atuação em observância aos ditames do Estado Democrático de Direito. Face ao exposto, a atividade policial, por sua natureza, tem se traduzido em uma atividade fiscalizadora, de controle social, que poderá atuar na restrição de direitos e liberdades individuais, a depender das circunstâncias, mas sempre estará pautada no Direito e em suas regulamentações internas.

Nesse contexto, ganha destaque no policiamento de cidades interioranas a preocupação dos agentes policiais quanto às ocorrências criminosas de roubo a banco ou afins, seja este voltado para ações de prevenção, com vistas a evitar tais

ações delituosas ou para o atendimento da ocorrência propriamente dita, que, normalmente, ocorre sem a otimização dos recursos disponíveis, bem como da divisão de tarefas definidas em um plano de antecipação ao problema.

Considerando nossa vivência profissional de aproximados vinte anos de Corporação, percorridos em Unidades de policiamento convencional e especializado, notadamente no interior do Estado, mais fácil de constatar um *déficit* de planejamento e orientações procedimentais de primeiras respostas a serem adotadas com vistas à integração de Unidades Operacionais – UOp, da Polícia Militar da Bahia, em especial no enfrentamento de quadrilhas de roubo a banco, é que se vislumbrou a possibilidade de, através do Mestrado Profissional de Segurança Pública, Justiça e Cidadania, realizar o estudo desse problema e apresentar uma solução viável para implementação, testagem e avaliação em uma das Companhias Independentes da Polícia Militar – CIPM, do interior do Estado.

Apesar de atualmente encontrar-me no Posto de Major da Polícia Militar e na função de Subcomandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Unidade do Comando de policiamento Especializado responsável por intervenções e apoio operacional em ocorrências de maior complexidade, constituindo-se ainda numa tropa de reação do Comandante Geral da PMBA, tivemos oportunidade de servir em diversas Unidades do interior, desde Batalhões e Companhias Independentes, situadas em Feira de Santana, Seabra e Irecê, como em Unidades Especializadas, CIPE-Litoral Norte (em Esplanada), CIPE-Cerrado (em Luís Eduardo Magalhães) e Batalhão de Polícia de Choque, na Capital, o que nos proporcionou tanto ampliar a percepção institucional sobre os distintos tipos de policiamento e como vivenciar uma variedade de ocorrências policiais que acabou nos conduzindo neste Mestrado Profissional de Segurança Pública a focar a pesquisa no campo do planejamento/ gestão operacional, já que nossa caminhada foi trilhada com ênfase na atividade fim da Corporação.

No que concerne à escolha em realizar o estudo na 97ª CIPM/ Iará, primeiro pesou o fato de, apenas no ano de 2015, terem sido registradas ocorrências de explosões de terminais de autoatendimento (TAA) em todos os municípios que se encontram sob sua responsabilidade de policiamento, sendo que, em um dos

casos, houve ações coordenadas para atingir mais de uma agência bancária simultaneamente.

Outro episódio que chamou a atenção ocorreu em meados de abril de 2016, quando criminosos realizaram diversos disparos de arma de fogo contra a sede desta Uop, chocando a mídia e a população.

Em segundo, a escolha também teve por fundamento a acessibilidade oportunizada pelo comando e subcomando da referida unidade de policiamento, colaborando de forma plena com a realização do presente estudo.

Sendo assim, ratifica-se que esta pesquisa tem por finalidade apresentar um conjunto de ações/ primeiras respostas e plano de operações com o fim de disciplinar os procedimentos e o emprego dos recursos disponíveis da 97ª CIPM/Irará e das Unidades de apoio no atendimento de ocorrências criminosas contra agências bancárias e afins, geralmente, denominadas de “novo cangaço”, na área de responsabilidade daquela OPM.

1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA EM ESTUDO

A temática desta pesquisa nasceu diante da lacuna de um planejamento operacional e definições de ações a serem adotadas pelo policiamento local no momento de atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras, o que era realidade também na área de responsabilidade da 97ª CIPM/Irará.

Com a pesquisa e levantamento de normatização institucional que tratasse a respeito do tema, foi encontrado regulamentação do Comando de Operações Policiais Militares – COPPM editada no ano de 2013, contudo, sem atualização e desconhecida por parte do efetivo da 97ª CIPM, entrevistado através de questionários.

Dessa forma, diante do quanto constatado através dos questionários, bem como em entrevista com Oficial superior da PMBA, com experiência no enfrentamento de roubo a banco, o problema restou delimitado na ausência de um modelo de planejamento operacional e primeiras medidas a serem adotadas pelo

policiamento local quando acionados para atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras, sendo importante a definição de uma sequência de ações procedimentais a serem adotadas pelos policiais militares na hipóteses de crimes dessa natureza.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

Propor um modelo de Plano de Operações com foco no atendimento de ocorrências delituosas contra instituições financeiras, que apesar de ser realizado com base na área de responsabilidade da 97ª CIPM/Irará, servirá de norte para demais Unidades de Policiamento da PMBA, bem como uma sucessão de ações procedimentais (primeiras respostas) a serem desenvolvidas pelos policiais militares, tomando por base a Diretriz Operacional Nº 055 COPPM/2013 e Norma Geral de Ação – COPPM Nº 01/12-13.

1.2.2. Objetivos específicos

Levantar dados quantitativos de crimes praticados contra as instituições financeiras situadas na circunscrição da 97ª CIPM/Irará, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2018.

Entrevistar policiais militares da 97ª CIPM/Irará quanto à existência de protocolos; plano de acionamento e bloqueio; e sobre os procedimentos que podem ser adotados no atendimento de ocorrências criminosas dessa natureza.

Analisar e sugerir atualização da Diretriz Operacional Nº 055 do COPPM/2013 e da Norma Geral de Ação – COPPM Nº 01/12-13, as quais versam sobre o atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras.

Entrevistar interno do Sistema Prisional que responda criminalmente ou esteja cumprindo condenação penal por modalidades criminosas objeto desta

pesquisa, com o fim de entender a dinâmica e funcionamento das ações contra instituições financeiras.

Entender através de pesquisa de campo e bibliográfica o *modus operandi* e as modalidades de fuga adotadas pelas grupos criminosos durante a prática dos crimes de roubo a banco; explosão de cofres e terminais de autoatendimento e extorsão mediante sequestro, tomando por base entrevista com representantes da atividade de inteligência da PMBA e PCBA,, que possuam experiência nesse campo de atuação.

Propor modelo de Plano de Contingência e primeiras respostas que possam servir para outras Unidades de Policiamento, tomando por base o estudo da 97ª CIPM/Irará.

1.3. JUSTIFICATIVA

A problemática da segurança pública tem sido cada vez mais discutida e tratada com grande preocupação pela sociedade e pelos órgãos de defesa social. A escalada da violência e seus índices alarmantes nos remetem a uma busca pelo aperfeiçoamento técnico-profissional e adoção de procedimentos operacionais que visem diminuir os riscos nas ações policiais, oferecendo maior segurança aos policiais, bem como à comunidade.

Os crimes praticados contra instituições financeiras, analisados no âmbito nacional e estadual, têm se apresentado cada vez de forma mais violenta, com emprego de explosivos e armamentos de calibre e uso restrito às FFAA.

A Polícia Militar da Bahia como órgão de primeira intervenção nesse tipo de ocorrência, tem passado por situações que afrontam o Estado Democrático de Direito e exige uma mudança de postura e procedimentos, os quais venham aperfeiçoar a sua capacidade de mobilização e coordenação das ações, de forma a gerar mais segurança e eficiência na resposta estatal.

Dessa forma, a proposta de um plano de contingenciamento e conjunto de primeiras medidas para atendimento de ocorrências delituosas de roubo a banco e afins no âmbito da PMBA, tomando por base a realidade da 97ª CIPM/Irará,

justifica-se na possibilidade de suprir lacuna de planejamento e indicação de procedimentos operacionais a serem adotados pelos policiais militares de serviço, abrangendo desde a tomada de conhecimento da ocorrência até o acionamento do último recurso da corporação.

Nesse sentido, considerando a realidade desses tipos de ocorrências criminosas no recorte de janeiro de 2015 a dezembro de 2018, tem-se o fato de que todas as cidades, atendidas com o policiamento da 97ª CIPM/Irará, já foram alvos de ações criminosas contra as instituições financeiras, ganhando maior destaque o ano de 2015 quando houve registro de ocorrências em todas as cidades.

A orientação e preparação do policiamento local para fazer frente a ações realizadas por grupos armados que afrontaram com disparos de arma de fogo, em sua maioria, as sedes da PMBA, e explodem agências bancárias, causando a quebra da ordem social e da rotina dos serviços bancários que auxiliam na movimentação econômica das comunidades afetadas, é o que se busca como resultado da presente pesquisa realizada durante o programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da UFBA.

A presente pesquisa também tem amparo na possibilidade de propiciar o aperfeiçoamento do emprego dos recursos humanos e materiais disponíveis, contribuindo para uma atuação mais eficiente das OPM envolvidas no atendimento desses tipos de ocorrências, além de sugerir procedimentos mais seguros ao policial militar em serviço, com respeito à capacidade técnica, equipamentos disponíveis e as limitações dos recursos operacionais existentes.

1.4. METODOLOGIA

Este estudo, na busca de analisar e planejar o atendimento do policiamento para tais contingências foi dividido em três fases: conhecimento teórico; coleta e análise de dados; resultados esperados; testagem; avaliação e considerações finais a respeito do quanto proposto.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram respeitados todos os procedimentos metodológicos inerentes à pesquisa científica, ressalvado na entrevista do interno do Sistema Prisional que assinou o termo de consentimento, mas solicitou que sua identidade fosse mantida sob sigilo devido a possibilidade de represálias no meio em que vive, caso haja vazamento do conteúdo da entrevista vinculado ao seu nome. Dessa forma, não anexamos a íntegra da transcrição no presente trabalho bem como, não citamos nomes e locais, ou qualquer informação que levasse a identificação do depoente.

No que se refere aos procedimentos de coleta e análise de dados, a pesquisa foi do tipo exploratória e teve como resultado a sugestão de primeiras medidas a serem adotadas pelo policiamento local nas ocorrências objeto dessa pesquisa, além de viabilizar a atualização de algumas normas administrativas já existentes.

No primeiro momento, analisando o que já havia de normatização, identificou-se a necessidade de atualização da Diretriz Operacional Nº 055 COPPM/ 2013 e das Normas Gerais de Ação - NGA COPPM Nº 01/12-13, para que o Plano Operacional e as primeiras medidas a serem propostas não contrariasse o entendimento institucional.

A atualização sugerida se atém, principalmente, às nomenclaturas e inserção de algumas unidades criadas pela nova Lei de Organização Básica, de 09 de dezembro de 2014, bem como ao processo de atendimento das ocorrências criminosas praticadas contra instituições financeiras, à divisão de tarefas, responsabilidades durante o planejamento de contingência e durante o atendimento propriamente dito, objetivando maior aproveitamento dos recursos disponíveis.

Dessa forma, durante a trajetória percorrida até o almejado objetivo geral da presente dissertação, são sugeridas duas minutas de atualização da normatização institucional supracitada, um referente à Diretriz (anexo A), e outra à NGA (anexo B). O estudo envolveu também pesquisa de campo, realizada por meio de visitas técnicas à sede da UOp beneficiada, em que foram levantados os registros de ocorrências de crimes contra instituições financeiras em sua área de

responsabilidade, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2018, oportunizando a aplicação de questionários direcionados, preferencialmente, a policiais militares que vivenciaram atendimento de ocorrências delituosas em estudo, além de entrevistas de representantes da atividade de inteligência da PMBA e PCBA, do Chefe da Coordenação de Documentação e Memória do Subcomando Geral da PMBA, todos estes firmando termo de consentimento e colaboração com esta pesquisa, exceto o entrevistado que é interno do sistema prisional pelos motivos citados anteriormente.

Quanto ao enfoque, a pesquisa foi do tipo mista, ou seja, com integração da medição numérica (quantitativa), em relação aos dados de quantidade de ocorrências e de características profissionais do efetivo consultado, bem como de análise interpretativa (qualitativa) dos dados colhidos através de questionários e entrevistas, no que tange às características e informações necessárias ao atendimento desses tipos de ocorrência.

É de suma importância enfatizar, que no processo de elaboração da proposta de ações procedimentais foi imprescindível a contribuição dos policiais militares da 97ª CIPM/Irará, os quais compartilharam ideias com base na experiência laborativa, possibilitando uma sequência de ações possíveis de serem realizadas e que após testagem, a esmagadora maioria ratificou o quanto proposto.

Sendo assim, após a pesquisa bibliográfica em busca de referencial teórico necessário ao presente estudo; a aplicação de questionários, entrevistas e a análise das normas institucionais do COPPM, que tratam do tema em questão, iniciou-se a elaboração do presente estudo, a ser oferecido como produto final do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da UFBA.

* * *

Esta dissertação é composta de quatro capítulos, incluindo a presente introdução, que estão divididos da seguinte forma:

O capítulo 2, intitulado “Referencias teórico-práticos do estudo do atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras” discute o referencial teórico e também as origens do cangaço e banditismo rural delimitando as principais modalidades de crimes contra instituições financeiras. Apresenta um estudo exploratório sobre a bibliografia existente sobre o tema, buscando apresentar a dinâmica e as origens do cangaço, como também as suas semelhanças com as modalidades criminosas contra instituições financeiras. Em seguida, abordamos a importância do planejamento operacional e estratégico para a gestão policial militar e para o atendimento de demandas de grande vulto, bem como o conceito de protocolo, poder de polícia e seus atributos, dialogando com trechos de entrevistas realizadas no curso da pesquisa.

O capítulo 3 aborda a existência de normatização institucional sobre o assunto e respectiva necessidade de atualização, visando o aperfeiçoamento do atendimento desses tipos de ocorrência e adequação ao que se chegou como resultado. Na contextualização desse estudo tratamos do conhecimento aprofundado das características da região e dos municípios da área de responsabilidade da 97ª CIPM/ Irapueta, seguido dos dados colhidos em pesquisa de campo, baseando-se na experiência de parte do efetivo desta OPM, de representantes da área de inteligência policial, e de um interno que cumpre pena por crime praticado contra instituição financeira, através da aplicação de questionário e entrevistas.

O capítulo 4, aborda as considerações finais do presente trabalho ressaltando-se os aspectos mais importantes identificados durante a pesquisa, bem como a apresentação dos resultados esperados com a implementação do quanto proposto, e em apêndice serão colacionados os valores principais que serão oferecidos à Corporação: atualização de normas internas, plano de atendimento e primeiras respostas a serem adotadas no atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras

2.REFERENCIAIS TEÓRICOS-PRÁTICOS PARA O ESTUDO DO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CRIMINOSAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CANGAÇO E O NOVO CANGAÇO

No âmbito dos órgãos de segurança pública, desenvolveu-se a cultura de denominar as investidas criminosas contra as instituições financeiras de “cangaço” ou “novo cangaço”. Inclusive, segundo o Manual da Polícia Federal, ao conceituar as principais modalidades criminosas contra instituições financeiras, fica estabelecido que o novo cangaço ou tomada de cidade caracteriza-se da seguinte forma:

Trata-se de associação criminosa que possui o desiderato de roubar instituições financeiras, normalmente apresentando como principal característica a subjugação da força policial local por parte do grupo criminoso, deixando aquela de atuar em função de não possuir recursos materiais e/ou humanos para fazer frente à ação criminosa. Destacam-se outros, como:

- a. Existência de um planejamento da ação criminosa;
- b. A associação criminosa conta com vários integrantes, em número variável, normalmente mais do que 5 (cinco), podendo chegar a 10 (dez) ou mais;
- c. Uso de armas de uso restrito da polícia e das forças armadas;
- d. Em sua ação, em função da violência empregada, causa grande comoção social;
- e. As cidades assaltadas normalmente possuem população inferior a cinquenta mil habitantes. (OLIVEIRA, 2011, p. 10).

Atualmente, também, já se fala em cangaço noturno no que concerne à modalidade ligada ao estouro de terminais de autoatendimento, que geralmente ocorre durante a noite ou madrugada. A diferença principal está no uso de explosivos, pois quanto às demais ações desenvolvidas existe bastante similaridade ao método utilizado pelo “novo cangaço”, já que também exige um planejamento prévio; associação de cinco ou mais criminosos; emprego de armas de uso restrito e a contenção e perímetro de segurança em torno das bases policiais e do local alvo da ação. Além disso, qualquer popular que, por ventura,

passa no momento da empreitada criminosa, também é tomado como refém, daí a denominação de cangaço noturno. (FRANÇA, 2016).

Contudo, para melhor entendimento deste fenômeno social, será realizado neste tópico uma análise histórica a respeito da origem do termo cangaço e suas características, a qual servirá de fundamentação teórica para o objeto desta pesquisa que é oferecer um modelo de primeiras respostas por parte da PMBA.

Conceituando a terminologia “cangaço”, o Coronel Felipe de Castro explicou como sendo “um fenômeno nordestino integrado por nômades que usavam da violência para cometer crimes na região” (CASTRO, 2008, p.38).

O termo Cangaço, segundo Oliveira (2002), é proveniente de canga, que é uma peça de madeira utilizada em pescoços de boi para transporte. Como os chamados “cangaceiros” tinham que carregar todos seus pertences junto ao corpo, surgiu esta denominação a partir dessa analogia. (OLIVEIRA, 2002, p. 27).

Ainda de acordo com Oliveira (2002, p.27), as origens do movimento estão nas próprias questões sociais e fundiárias do Nordeste. Nesse contexto, homens isolados ou em bandos, assaltavam fazendas, sequestravam e matavam coronéis, além de saquear o que podiam. Os cangaceiros, em geral, viviam cometendo crimes, fugindo e se escondendo.

Para o historiador Pericás, o surgimento do cangaceirismo, para alguns estudiosos, deu-se a partir da estrutura econômica nacional e da estrutura agrária regional existente na época. A forma como as terras eram apropriadas; a própria produção agropastoril; a interdependência entre sertanejos e fazendeiros; a presença de agregados e jagunços nas propriedades rurais regidas por parentelas, compadrios e disputas familiares foram todos elementos importantes para as relações clientelistas que possibilitaram o desenvolvimento do “coronelismo” no Império e Primeira República, bem como foram fatores que criaram o ambiente propício para aquele tipo muito específico de banditismo rural. (PERICÁS, 2010, p. 26).

No início do século XX, era comum a ação de “coronéis” no interior nordestino voltada para a apropriação de terras e pequenas propriedades pela força das armas ou através da compra de terras de proprietários sertanejos

endividados ou que desejavam mudar de região. Nesse contexto, um pequeno número de latifundiários aglutinava pequenas propriedades de moradores concentrando o controle político e econômico e estabelecendo uma relação de dependência, troca de favores e clientelismo entre os patrões, os agregados e os trabalhadores rurais. A ideia de pertencer a algum clã familiar ou estar ligado a ele dava um senso de segurança aos sertanejos, que mantinham laços de fidelidade com os “coronéis”. (PERICÁS, 2010, p. 27 e 28).

As quadrilhas da época do cangaço, final do século XIX, eram formadas, inicialmente, pela reunião de um pai com seus filhos ou por um grupo de irmãos ou parentes, aos quais iam incorporando os agregados e em seguida outros que tivessem algum laço de parentesco direto ou indireto, para depois incorporar outros elementos da região. (PERICÁS, 2010).

Nesse sentido, nas disputas políticas e de propriedades também era comum a rivalidade entre diferentes clãs familiares na defesa de seus interesses. Tais clãs, a princípio, eram formados apenas por parentes de uma mesma família. Entretanto, aumentavam com a agregação de parentes distantes e membros de outras famílias que se sentissem prejudicados ou que compartilhassem de um inimigo em comum, além de foragidos da justiça e outros que, por ventura, aparecessem em busca de proteção. São históricos os registros de disputas no interior nordestino de famílias sertanejas.

Características importantes também foram constatadas em entrevista com o Major PM Raimundo José Rocha Marins, Chefe da Coordenação de Documentação e Memória do Subcomando Geral da Polícia Militar da Bahia:

A composição dos grupos de cangaço...observe que eles não tinham estrutura para arregimentar essas pessoas em outros Estados. Como se deu a adesão de algumas dessas pessoas que vinham dos Estados próximos? Especialmente do Nordeste? Quando eles se movimentavam, tinham conhecimento muito grande daquela faixa que compreendia o sertão e caatinga. Então, não era muito difícil que eles se encontrassem e que fossem recrutados por um ou por outro bando, mas essa mobilidade não é uma coisa que fosse uma regra, ela se dava de alguma forma, mas não completamente extenso. Normalmente você tinha pessoas da região, que eles passavam e iam arregimentando. Por exemplo – vou fazer um paralelo – com Maria Bonita aconteceu

isso: Lampião vindo de Pernambuco, já dentro do território da Bahia, vai passando em determinadas situações e, numa dessas, topa com Maria bonita, Maria de Déia, que Maria Bonita é uma denominação que vai surgir quase depois que ela falece. Era Maria de Déia ou Maria do capitão. Então, ela é cooptada e isso se dá com muitos e muitos outros indivíduos que vão no cangaço. Alguns se oferecem para participar do bando, vários se ofereceram para participar do bando e alguns são arregimentados. Tem uma história até muito curiosa do maior combatente do cangaço que eu considero, que é o coronel José Rufino, pernambucano, da mesma região de Lampião e que, ainda jovem, tocando sanfona, Lampião o conhece e faz a ele três convites para ele ingressar no bando. Faz o primeiro, ele recusa dizendo que é arrimo de família e que não pode. O segundo também ele diz que não tem condição e o terceiro alguém avisa a ele que lampião diz que vai convidar e se ele não aceitar ele vai morrer. Então, ele sabendo disso, ele foge. Você só tem duas alternativas naquela região, ou você é da polícia ou você é do cangaço. Fora, você tem pequenos comerciantes e os poderosos. Então, quando ele cria essa rusga com o cangaço, qual é a alternativa que ele tem? Entrar na polícia. Ele entra em Pernambuco como volante, como contratado, ainda não tinha ainda essa denominação e, depois de um certo tempo, a polícia de Pernambuco acaba esse instituto lá do contratado e ele é convidado e vem aqui para a Bahia, ingressa na PM, e termina se aposentando como coronel. É o homem que mata lampião...que era o comandante da diligência, ele matou Lampião e feriu Dadá. Fernando – E a história de conflitos entre famílias, conflitos de terra também, como é que se dá nesse contexto?

Marins – eu acho que o fato mais significativo dessa abordagem é a gente saber que o próprio Lampião ingressa no cangaço, segundo informações dele. Segundo depoimento dele, seu ingresso se deu em razão de uma injustiça havida por conflitos entre famílias. Então, tem uma família que é adversária e o pai dele é surrado. Eu não domino completamente a origem de Lampião, mas sei que acontece uma situação dessa pela polícia, e Lampião se revolta e aí ingressa no cangaço. Porque até aquele momento, quando ele entra no cangaço, o registro que se tem dele é que era um homem trabalhador, exerceu várias funções, trabalhou em várias atividades inerentes aquele período no sertão e depois que acontece isso, então ele entra no cangaço, inclusive jura que vai fazer a vingança do pai. Ingressa no bando do Sr Pereira e a partir daí ele vai ter mais de vinte anos pelo sertão nordestino, com sete polícias, sete estados, as forças policiais de sete estados atrás dele até ser finalmente morto em 1938. Então, é uma realidade esses conflitos entre família, mas não só isso, são questões relacionadas a interesses financeiros, são questões relacionadas a interesses, logicamente, econômicos, são questões relacionadas a vinganças, eram interesses pessoais. Tudo isso forma um mosaico que é bem diversificado.

Se extrai dos trechos acima que a formação dos grupos de cangaceiros do período lampiônico reuniam desde motivos de disputas de terras como também desentendimentos entre famílias, entre outros.

Ainda que alguns autores afirmem que o cangaço surgiu como um desdobramento ou consequência da atividade de guarda-costas ou do jaguncismo, vale ressaltar que no período colonial já havia banditismo rural no nordeste brasileiro, representado por bandos heterogêneos, como aqueles compostos por marginais holandeses, isto é, elementos desgarrados dos bandeirantes ou representantes da população marginalizada, os quais, nesses casos, não necessariamente tinham relação com o trabalho de proteção a fazendeiros e a potentados locais. Esses bandos seguiam, em algumas instâncias, a tradição de saques e pilhagens dos piratas, dos índios ou dos mamelucos que atuavam tanto nas cidades do litoral como no interior. Ou seja, “há muitas modalidades de práticas violentas e de indivíduos distintos que podem ter servido como embrião do que mais tarde veio a ser conhecido como cangaço”. (PERICÁS, 2010, p. 29).

Pericás (2010) ratifica que o cangaço surgiu exclusivamente por causa do latifúndio, da propriedade privada e da necessidade dos donos de terras do Nordeste de controlar e reprimir as populações rurais mais pobres da região. Vale salientar, ainda, que malgrado o latifúndio, a propriedade privada e o desejo de controle social possam ser encontrados em todos os cantos do Brasil, tanto na esfera pública como privada, não houve o aparecimento do cangaço (ainda que tenham ocorrido outros casos de banditismo rural) em nenhuma outra região do país como no Nordeste. (PERICÁS, 2010, p. 30).

Pericás (2010) ainda atribui o surgimento do cangaço e banditismo rural no Nordeste à forma como as classes menos favorecidas eram tratadas pelos grandes latifundiários, em situação de exploração e trabalho análogo ao de escravo, com baixíssimas remunerações e com carga horária de trabalho exaustiva. Isto contribuía para que parte dessa mão de obra fugisse da pobreza nordestina para outras regiões à procura de melhores condições de vida ou, como forma de revolta, aderisse a bandos de saqueadores como forma de

sobrevivência. (PERICÁS, 2010, p. 30).

Outros autores ainda falam sobre o binômio “cangaço independente” (em especial no período lampiônico) que está associado aos bandoleiros autônomos, sem vínculos diretos com os “coronéis”. Estes carregavam uma boa quantidade de equipamento, armamento e munição e atuavam no Sertão e nos limites do Agreste nordestinos, cruzando as fronteiras de vários estados, agindo em geral, a priori, com o argumento de vingança, de preferência interfamiliar (ou ingressando nos bandos como refúgio, para proteger-se da perseguição da polícia ou de outros inimigos). (PERICÁS, 2010).

De forma geral, o conceito relaciona-se ao mesmo tempo aos apetrechos do bandoleiro e a seu estilo de vida, principalmente nas áreas do interior nordestino. Dessa forma, o cangaço e certos casos de banditismo rural em todo o mundo guardam algumas similaridades em sua motivação, tais como vingança e proteção a bandidos.

A motivação de vingança como fator motivador de envolvimento com o cangaço ou com crime ainda é utilizado na atualidade, a exemplo de entrevista com um interno do Sistema Penitenciário, o qual faz referência a desentendimento com um Sargento da PMBA da cidade de Seabra que o perseguia, e que por tal motivo procurou uma quadrilha de roubo a banco para ter acesso a uma arma que pudesse se vingar da perseguição que sofria, senão vejamos:

Sara – E como foi esse seu envolvimento no crime?

Interno – Nem eu acreditei. Eu levei mais o caso na brincadeira. Uma briga que eu tive com o sargento, e aí...

— Sargento do que?

Interno – Da PM. Hoje acho que ele está na força nacional lá de Conquista. Aí, uma brincadeira dessa ele toda semana prendendo minha moto, eu falei que ia mostrar para ele e fui atrás de uma pessoa, inclusive em Barreiras mesmo. Chegando lá eu conheci a pessoa e falei: vou dar o serviço do banco só para você me dar as armas para eu colocar a viatura para voltar na guarnição dele num dia de noite. Ele: “tá bem, mas você vai ganhar sua ponta”. Eu: “tudo bem”. Mas nisso foi tão ousado que outra pessoa roubou o banco na frente, fora da data.

Contudo, há elementos conjunturais e estruturais muito particulares do cangaço como a indumentária; linguagem; táticas de guerrilha; as relações com as

mulheres, os sertanejos, fazendeiros e com a polícia, que mesmo com casos análogos de banditismo rural em outros países, só podem ser entendidas plenamente dentro do próprio processo evolutivo histórico do Sertão e Agreste nordestinos.

Quanto a formação dos variados grupos de cangaceiros, desde a década de 1850, pode ser identificado através de registros documentais das províncias e documentos históricos da época, que, num mesmo grupo de cangaceiros, seria possível também encontrar indivíduos de regiões diferentes do país, com experiências de vida distintas, formas de falar e agir peculiares, traços de religiosidade e relacionamentos pessoais que não necessariamente se assemelhariam em demasia às experiências de seus colegas de armas. Mesmo que alguns elementos psicológicos pudessem, de fato, diluir-se ou mesclar-se aos do grupo, por força da convivência e da necessidade, outros perdurariam no seu inconsciente e permaneceriam no foro íntimo por longo tempo. (PERICÁS, 2010).

Nesse sentido, o autor aponta a variedade e como eram heterogêneos os tipos humanos e os bandos da época:

A variedade em tela dos grupos de banditismo rural geralmente era composta de escravos recém-libertos, agricultores, comerciantes, almocreves, foragidos da justiça, desertores da Força Pública e do Exército, fazendeiros, negros, brancos, cafuzos, caboclos, paraibanos, baianos, potiguares, alagoanos, sergipanos, cearenses e pernambucanos, e até mesmo daqueles que conheciam São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outros estados nordestinos. (PERICÁS, 2010, p. 19 e 20).

Nos remetendo agora à atualidade, observamos que os atuais grupos criminosos que praticam os crimes de roubo a banco geralmente são formados por pessoas de diferentes localidades ou Estados da federação, constituindo outra característica que influencia na denominação de “novo cangaço” para tal modalidade criminosa, juntamente com o fato de ocorrerem no interior do Estado, com tomadas de cidade, assim como os cangaceiros atuavam no período do cangaço.

Sendo assim, da pesquisa literária realizada sobre a origem do cangaço, corrobora-se que este fenômeno social decorreu de uma complexa mistura de

ausência de um Estado de Direito nos rincões mais distantes dos grandes centros urbanos; das disputas políticas e econômicas pelo domínio das propriedades rurais; das rivalidades entre clãs de famílias diferentes em torno dos latifúndios ou pequenas propriedades; da cultura de formação de grupos armados para defesa das propriedades, bem como das características culturais e ambientais da região sertaneja, tornando peculiar à região do Nordeste o desenvolvimento do cangaço como forma e estilo de vida para alguns sertanejos.

Entretanto, há características que distinguem o Novo Cangaço do cangaceirismo como modalidade criminosa, quais sejam: a forma de vestir (às vezes com roupas normais ou com roupas camufladas, a depender do tipo de fuga planejado); a frequente ocorrência em várias regiões do país e não apenas no Nordeste; o emprego de novas tecnologias disponíveis; arsenal bélico de uso das Forças Armadas (FFAA) e, algumas vezes, contas em paraísos fiscais, comuns às organizações criminosas e grupos mais especializados.

De outro lado, tem-se também a história das volantes que no período do cangaceirismo percorriam o sertão com a missão de enfrentamento de tais grupos de criminosos.

Ao estudarmos a forma de composição e formação das volantes, que iniciaram sendo compostas por policiais oriundos dos grandes centros urbanos da época, verificamos que acabam sendo forçadas a se adaptarem ao terreno em que se dava o fenômeno do cangaço, guardando semelhanças inclusive em termos de forma de atuação, vestimentas etc. Relato interessante, baseado em pesquisa de documentos históricos da PMBA, que esclarece e traz à baila como atuavam as volantes pode ser extraído dos trechos da entrevista do Major Marins que se segue:

Marins — Quando a polícia começa a combater Lampião, então ela começa a perceber que não está na frente de um inimigo comum, mas até ela poder se organizar para combater, imagine? Nós estamos em 1928, Lampião vai morrer em 1938, dez anos depois. Então, ele vai atuar muito no interior da Bahia até o momento que ele pula para outro lugar que ele termina morrendo como nós sabemos, em Sergipe. Então, o que a polícia faz? Quando ela destaca o indivíduo para lá, ela destaca um indivíduo que não tem o uniforme adequado – você sabe muito bem que o indivíduo que vai para a caatinga, ele vai de coturno ou ele está muito bem

adestrado ou ele vai sofrer – não tem o uniforme adequado, não tem o armamento adequado, não tem uma logística adequada. Então, os reverses da polícia são constantes. Lampião consegue, de início, facilmente vencer. Em que pese, lógico, serem combates ferozes, mas não tem sucesso. Quando uma estratégia é adotada, que é digna de monta, quando se percebe que o indivíduo é inadequado aquela prática de combate, então se estabelece a figura do contratado. E o contratado é chave para você entender esse sistema, por quê? O contratado é aquele sujeito da região naturalmente sem atividade, mas que tem vontade e tem um conhecimento e que é pago pelo Estado para integrar aquele determinado conjunto policial. Ele não é... Ele não comanda, inicialmente, ele integra. Qual é a vantagem dele? Ele conhece o terreno, ele sabe como se locomover, ele sabe as características do lugar que ele vai trabalhar e ele é da região. Então, você tem indivíduos tão ferozes quanto cangaceiros que ingressam no cangaço. E qual é a motivação? Muitas vezes é pessoal. É aquele que tem uma rixa com o cangaceiro. Então, ele entra para se vingar, ele foi humilhado, ele foi espancado

Fernando – Como Zé Rufino?

Marins – Exatamente. Zé Rufino tem uma rixa com Lampião. Os combates entre Zé Rufino e Lampião, eles se agrediam verbalmente a distância, não é? Vários, e vários combates desses. “Venha, cego miserável, eu vou lhe matar”, e Zé Rufino dizia: “tu não é valente? Então venha pra cá, bota a cara de fora”. No linguajar deles. Então, isso é narrado em vários e vários combates, não só entre Zé Rufino e Lampião. Então, a partir daí quando esses indivíduos são integrados ao combate, você tem características positivas e negativas. Quais são as positivas? Efetivamente, o combate se torna, por assim dizer, mais fácil. Porque você está com o indivíduo que sabe rastejar, conhece de...conhece até dos sons da natureza, são técnicas que são utilizadas, você sabe disso...

Fernando – Do rastreamento

Marins – Do rastreamento. Que esses indivíduos, eles são da região, eles viveram aquilo. Eu tenho até um minidocumentário que mostra eles fazendo esse tipo de trabalho. Qual é a parte negativa? São pessoas que não foram instruídas para desenvolver aquela função. Então, eles não têm o ensinamento formal de um policial militar. Ele passa por uma capacitação pequena, específica, e ingressa naquele grupo. Então, são indivíduos que trazem a brutalidade dentro deles, própria do terreno. Então, são muitos que são...se destinam a práticas criminosas. Isso não é exclusivo dos contratados. Mas isso...o que você nota quando você estuda esse assunto nos boletins da polícia é que há um grupo muito grande de punição destinadas a eles. Eu inclusive exibi em algumas apresentações que eu fiz, tirei o extrato de algumas e coloquei. Por terem estuprado mulheres em locais que eles abordaram, por terem feito uso de bebidas alcoólicas moderadas e terem praticado agressões, ou qualquer outra coisa,

por terem desviado material, entendeu? Então, eles não tinham um ensinamento...

Fernando – Uma capacitação.

Marins – Sim, uma capacitação. E aí, a polícia sofreu muito com isso. Então, tem aspectos positivos e aspectos negativos. Mas vale salientar que muitos deles ingressaram na PM e fizeram carreira brilhante. Muitos deles se adequaram e conseguiram ingressar formalmente na PM porque o contratado não era policial militar. Ele era justamente isso, ele era contratado.

Chama a atenção o método de contratação temporária de pessoas da região para compor os corpos de polícia da época, vez que as volantes necessitavam de membros que conhecessem o terreno, sob pena de estarem fadados ao insucesso como já havia ocorrido em outros embates na busca de captura dos cangaceiros que aterrorizavam o interior baiano.

Trazendo essa situação dos contratados para o entendimento dos dias atuais, não é difícil de ocorrer casos em que equipes de policiais da capital do Estado, que são designadas para atuação no interior baiano, solicitam apoio de policiais que vivem no local para integrarem suas equipes a fim de auxiliarem no cumprimento de determinada missão, justamente pela necessidade imprescindível de qualquer policiamento de conhecer o terreno de atuação.

Diante dos fatos mencionados, e comparando as características do cangaceirismo com a atuação de grupos armados na atualidade que visam a prática de crimes contra instituições financeiras, bem como as volantes de outrora com a Polícia Militar no contexto atual, pode-se identificar algumas semelhanças quanto aos modos de atuação, que será tratado mais a frente, mas que remetem ao estilo de vida interiorano e o fim lucrativo que é comum em épocas tão distintas.

2.2 CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE INTERESSE PARA O PROJETO DE INTERVENÇÃO

Importante marco teórico na Polícia Militar da Bahia - PMBA, para a presente proposta de estudo, no que tange à evolução e delimitação das ações criminosas

perpetradas contra instituições financeiras, foi encontrado na Diretriz Operacional Nº 055 COPPM/2013, a qual ao abordar a situação geral sobre tais tipos de ocorrência, prescreveu:

Segundo a historiografia, até meados dos anos 1980, as ações contra instituições financeiras se realizavam quase exclusivamente contra bancos e se restringiam aos grandes centros urbanos do país. Entretanto, face às dinâmicas sociopolíticas, houve significativas alterações no *modus faciendi* e *modus operandi*, expressadas, sobretudo, na diversificação de alvos e estratégias de abordagem das quadrilhas. As maneiras convencionais de se adentrar nas agências bancárias, portando armas e rendendo funcionários e clientes, somaram-se a outros métodos.

Passou-se a manter em cárceres privados as famílias de gerentes e tesoureiros dessas instituições, obrigando-os a abrir os cofres dos estabelecimentos, rotulada como “sapatinho”; explosão ou arrombamento de terminais de autoatendimento; e o “novo cangaço”, invasão e/ou ocupação de cidades por quadrilhas fortemente armadas, atentando contra as forças de segurança, utilizando populares como reféns.

Na visão de Jânia Perla Diógenes de Aquino (2007) os crimes contra instituições financeiras “são denominados pela polícia como roubos e furtos que ocorrem em bancos, carros-fortes, empresas de guarda-valores e arrombamentos de caixas eletrônicos”, contudo, devido a ampliação dos serviços financeiros a casas lotéricas, casas de câmbio, correios e outros, entende-se que crimes praticados contra tais estabelecimentos também podem ser considerados neste conceito.

Dessa forma, a terminologia “crimes contra instituições financeiras” no presente trabalho será empregada para denominar ocorrências de roubos e furtos contra agências bancárias, carros fortes, empresas de guarda de valores, arrombamentos ou explosão de Terminais de Autoatendimento – TAA, casas lotéricas, de câmbio, ou empresas de correio, podendo englobar outros tipos penais como associação criminosa, porte ilegal de arma de fogo e extorsão mediante sequestro, que se agregam às práticas criminosas a serem delimitadas a seguir.

2.2.1 Roubo comum

Essa modalidade é comum às grandes cidades, mas também pode ocorrer no interior e recebeu esta denominação pela semelhança ao roubo de estabelecimento comercial. Tal forma de atuação delitiva geralmente ocorre contra casas lotéricas, representantes bancários, casas de câmbio, joalherias e varejistas em geral, e menos frequentemente a agências bancárias, podendo ser tratado como uma modalidade comum.

Nesse caso, os criminosos entram na agência e anunciam o assalto. Entretanto, são breves e visam apenas os valores disponíveis no caixa e na tesouraria. No que concerne ao tipo de armamento empregado, comumente, são armas de porte, como revólveres e pistolas. (FRANÇA, 2016).

Nessa modalidade, geralmente, não há formação de escudo humano, tampouco o emprego de explosivos. A ação ocorre em horário de funcionamento do estabelecimento comercial e de forma mais discreta.

Esse tipo de ocorrência, por não ter a mesma repercussão que a tomada de uma cidade como ocorre no interior do Estado em situações de roubo a banco, acaba não exigindo um aparato policial tão diferenciado como em casos de ação de grupos fortemente armados que causam um maior clamor social. Geralmente, tais ocorrências são atendidas com o emprego dos recursos de uma ou mais OPM, porém são tratadas como ocorrências comuns, sem descartar, contudo, a possibilidade de evolução para situações de crise com refém.

O crime de roubo encontra-se tipificado no art. 157 do Código Penal, sendo considerado pela doutrina pátria como crime complexo, pois reúne a ação de subtração de coisa alheia móvel com a ação de violência ou grave ameaça. Na hipótese em análise, na maioria das vezes, por haver emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, o roubo é tratado na forma qualificada e poderá haver concurso material de crimes com o crime de associação criminosa, quando o grupo criminoso for composto a partir de 03 pessoas. (NUCCI, 2014).

2.2.2 Novo Cangaço

Denominação atribuída pela semelhança com as ações de banditismo dos antigos cangaceiros do sertão nordestino, como visto no tópico anterior. Essa modalidade também recebe a denominação de Tomada de Cidade, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, como definido pelo Manual de Investigação de Crimes de Roubo de Valores da Polícia Federal (OLIVEIRA, 2011, p. 02).

Em termos de violência, quanto ao pavor provocado e à submissão das instituições estatais estabelecidas, esta é a mais agressiva e de maior clamor social, especialmente pela formação de um cordão humano, ou escudo humano, em frente à agência bancária, com a finalidade de dar proteção aos assaltantes contra uma possível ação policial, como observa Cardoso (2013) quando afirma que “na grande maioria dos assaltos, utilizam pessoas de escudo humano, inviabilizando assim qualquer providência ou ação policial.” (CARDOSO, 2013, p. 13).

Nessa modalidade de roubo a banco, observa-se o emprego de fuzis de diversos calibres e os agentes criminosos fazem demonstração de força com realização de disparos em vias públicas ou contra a sede dos órgãos de segurança local, notadamente sendo alvos tanto as bases da PMBA como da Polícia Civil da Bahia - PCBA.

Essa ação, em geral, tem como objeto o cofre principal da agência, bem como os caixas eletrônicos, simultaneamente, os quais são abertos pelos funcionários da agência. O fato dos funcionários realizarem a abertura dos cofres implica em uma permanência de aproximadamente trinta minutos dentro da agência e dispensa o emprego de artefatos explosivos. (FRANÇA, 2016).

Ao término da ação, alguns clientes e funcionários do banco são levados como reféns durante parte da fuga, com a finalidade de continuar coibindo uma possível reação policial e, possivelmente, a subtração de veículos para obstrução de vias e retardar a ação dos órgãos de segurança.

O Novo Cangaço, em regra, ocorre durante o dia, em horário de expediente bancário. Entretanto, já se tem observado *modus operandi* parecido durante a

noite, recebendo a denominação de Cangaço Noturno ou Novo Cangaço Noturno. (FRANÇA, 2016).

Quanto ao enquadramento penal das ações de Novo Cangaço, pode-se afirmar que o grupo criminoso poderá responder pelo crime de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e restrição da liberdade das vítimas, bem como pelo crime de associação criminosa dado a composição do grupo ser superior a 02 pessoas. Geralmente, o grupo é composto de 05 a 10 indivíduos, mas pode também ultrapassar este número, como se tem visto em algumas ocorrências. (NUCCI, 2014).

2.2.3 Explosão de Terminais de Autoatendimento (TAA) e Cangaço Noturno

A modalidade de explosão de caixas eletrônicos, geralmente, ocorre fora do horário de expediente bancário, durante a noite ou madrugada, isto é, em momentos de pouca circulação de pessoas na cidade.

A principal distinção é que nas ações noturnas há o emprego de explosivos para a abertura dos cofres e/ou caixas eletrônicos, uma vez que não há presença dos funcionários para abrir. (FRANÇA, 2016).

No que se refere ao tipo de armamento, a depender da especialidade do grupo criminoso, são empregados armamentos como fuzis e de calibre restrito às FFAA, havendo ainda contenção e disparos de arma de fogo contra as sedes da PMBA ou PCBA.

Há ações de explosão em agências bancárias que os agentes criminosos empregam armas de porte e espingardas calibre 12, fazem monitoramento da movimentação policial na cidade, perímetro de segurança, mas não tomam pessoas como refém durante a ação criminosa. Em tais hipóteses, denominaremos esta modalidade de Explosão de TAA.

Caso a ação criminosa englobe as características apontadas acima e ainda realize demonstração de força contra as sedes da PMBA ou PCBA, realizando disparos de arma de fogo, e tomada de pessoas como reféns, com emprego de escudo humano, denominar-se-á tal modalidade de Cangaço Noturno.

Já na explosão, a complexidade quanto ao enquadramento jurídico fica mais complexo, pois os fatos normalmente reúnem tipificação de alguns crimes distintos, tais como explosão e emprego de armas de fogo, os quais não estão previstos no Código Penal como qualificadoras do crime principal que é o furto qualificado. Sendo assim, à primeira vista, sem aprofundar a discussão jurídica, pois não é o objetivo do presente trabalho, pode-se apontar a possibilidade de concurso material de crimes de furto qualificado, explosão e associação criminosa. (NUCCI, 2014)

Nos casos de haver restrição de liberdade e subtração de pertences de pessoas em trânsito, durante a ação criminosa (quando fazem escudos humanos, Cangaço Noturno), o grupo criminoso ainda pode incidir no crime de roubo qualificado, sem contar o de disparo em via pública que comumente ocorre, tanto nesta modalidade como no Novo Cangaço.

2.2.4 Extorsão mediante sequestro do gerente ou tesoureiro do banco (“sapatinho”)

Essa ação, normalmente, se inicia com a tomada da família do gerente ou do tesoureiro de uma agência bancária como refém, geralmente, na noite anterior ao roubo propriamente dito.

Após terem o funcionário do banco e sua família como reféns, estes são levados para um cativeiro onde permanecem até o término da ação. No dia seguinte ao sequestro, um dos integrantes da quadrilha acompanha o funcionário até a agência e ele, sob coação moral irresistível, realiza a abertura programada do cofre principal da agência, de forma que não levante suspeitas, a fim de realizar a retirada do numerário de interesse do grupo criminoso. (FRANÇA, 2016).

Os indivíduos que acompanham o gerente até a agência bancária, na maioria das vezes, empregam apenas armas de porte, revólveres ou pistolas. No interior da Bahia já houve casos de emprego de cinto bomba como forma de também coagir o funcionário ou gerente a atender as ordens do grupo criminoso.

A ação é discreta e, por vezes, nem mesmo os outros funcionários da agência percebem, porém, quando sabem do andamento do assalto, evitam se manifestar e chamar a polícia, em solidariedade ao colega de trabalho e à sua família que está sendo mantida como refém. (FRANÇA, 2016).

A forma de pagamento do resgate pode variar e ser consentida pela administração superior do banco, recebendo assim a denominação de sequestro. Por outro lado, quando o pagamento acontece com as tomadas de decisões em âmbito dos funcionários locais da agência, dá-se o nome de extorsão mediante sequestro ou sapatinho. (FRANÇA, 2016).

Segundo o Manual de Investigação de Crime de Roubo de Valores da Polícia Federal:

Este gênero criminoso configura o crime de extorsão mediante sequestro, desencadeado a partir de ação planejada de associação criminosa visando à subtração de valores de instituições financeiras por meio da manutenção em cárcere privado ou com restrição da liberdade de pessoas, normalmente familiares, que possam influenciar na decisão de funcionário da própria instituição bancária, costumeiramente gerentes e tesoureiros, que tenha acesso aos valores depositados no banco (OLIVEIRA, 2011, p. 03).

Ademais, vale lembrar que nesse tipo de delito também há possibilidade do enquadramento do crime de associação criminosa e que nos casos de violência, o grupo pode responder penalmente na modalidade qualificada de acordo com o resultado, em caso de morte ou de lesões corporais. (NUCCI, 2014).

Essa modalidade criminosa inclusive é a especialidade do interno do Sistema Prisional que entrevistamos. Conforme relato da entrevista, ele informa que o emprego que teve de segurança no Banco do Brasil possibilitou que ele conhecesse bem as agências bancárias de duas regiões do interior baiano, bem como a rotina de diversos gerentes já que era o segurança de maior confiança e assim substituíam outros seguranças de férias em diversas agências da região.

Na entrevista relatou sobre algumas ações e como realizava o planejamento destas, bem como que atualmente alguns maus policiais também realizam este tipo de modalidade criminosa, sequestrando familiares de custodiados e

extorquindo vantagem econômica dos mesmos. A seguir, para ilustração, alguns trechos da entrevista:

Interno – Porque foi o sequestro do gerente muito amigo meu. Só que no dia que pegaram o banco, o dinheiro tinha saído para outra cidade...o carro forte tinha pegado o dinheiro. Então, por isso que ninguém desconfiou que fui eu quem deu o serviço, porque fui eu quem botei o malote em cima do fiel, nas costas do fiel. Era 880 mil na época. Eu que coloquei para ele ir até o carro forte e colocar lá. Quando foi de noite, quem foi que deu o serviço, deu como o dinheiro chegou, mas o dinheiro não chegou, só tinha 160 ou 180 na época, e o gerente ainda foi inclusive testemunhar a meu favor...eu fiquei preso ainda uns 15 dias, porque o cara de outro Estado foi preso, acho que foi em Ibotirama e falou meu nome, que eu tava dando serviço do banco.

Sara – Ah, você foi denunciado?

Interno – Eu fui denunciado, mas esse serviço não fui eu que dei. Eu sei quem deu hoje de [...] esse serviço. Quem deu foi o finado [...]i, que fez o serviço, mas [...] morreu já, na época morreu na entrada de Brotas de Macaúbas. A polícia extorquiu e matou eles, todos dois, [...] morreu dando risada.

Em outra passagem da entrevista o interno alega que a dificuldade maior de sair do crime é justamente devido a perseguição da polícia, visando a prática de extorsão, pois se decidir que não quer mais viver praticando atividade criminosa, não há dificuldade ou represália por parte dos comparsas, a dificuldade maior vem do próprio governo, representado pelos maus policiais. Nos trechos adiantes demonstra sob seu olhar uma realidade que não é comum a todos os policiais, mas sabe-se que ocorre e que mesmo com uma atividade correcional forte como a da PMBA e SSP, infelizmente não consegue evitar que ocorra alguns casos como semelhantes aos relatados a seguir. Vejamos:

Sara – Como é o crime?

Interno – Você entra, mas eu acho que isso lhe persegue muito. Então, você tem que ter muita paciência, muito jogo de cintura. Mesmo você não estando fazendo nada, a polícia lhe pega e que lhe extorquir, pega a corrente de seu pescoço, pega a sua aliança, pega sua corrente, quer saber se aquele carro é seu ou não, se é financiado, sequestra sua família na porta do presídio para extorquir o dinheiro. Então, isso acontece...então, geralmente eles usam a farda, eles são piores do que a gente, a senhora entendeu? Todos que pediram dinheiro, eu já dei, mas eu acho pior do que eu.

Sara – Você foi muito extorquido?

Interno – Já fui

Fernando – Mas era o pessoal de lá?

Sara – Quantas vezes você foi extorquido?

Interno – Eu tinha um policial da região de [...] que eu tinha que dá 10 mil todo mês.

Sara – É mesmo?

Interno - Para as testemunhas do gerente não falar meu nome. Se a senhora ver, eles não falam meu nome nos processos. O COI sabe que é eu, mas não falam nos processos, mas eu tinha que dá 10 mil para eles, para ter as testemunhas e falar: -“não fale o nome dele, porque se falar o nome dele, ele vai lhe pegar de novo”

Sara – Mas são uns cabra safados

Interno – Então, eles são piores do que a gente

Cláudia – Agora assim, a dificuldade de sair, você fala em relação a polícia, mas com relação aos parceiros, não?

Interno – Não, não

Cláudia – Se você quisesse sair, tranquilo?

Interno – Tranquilo. Ninguém força você a fazer nada.

2.2.5 Arrombamento de Terminais de Autoatendimento (TAA)

Esta modalidade também é bastante praticada contra as instituições financeiras e tem como característica acontecer, geralmente, à noite, podendo ocorrer de diversas formas quanto aos meios empregados para a abertura do caixa eletrônico, tais como: a) com utilização furadeiras potentes para produzir um corte com furos nos pontos de fixação e dobradiças do equipamento, facilitando a abertura com pés de cabra; b) uso de maçaricos, cortando a blindagem do caixa eletrônico que dá acesso ao dinheiro; c) a subtração do aparelho do interior da agência para realizar a abertura em outro lugar, com uso de correntes, cabo de aço e veículos potentes; d) ataque lógico, assim denominado pelas seguranças orgânicas das agências, pois os criminosos utilizam de um aparelho para entrar no sistema do caixa eletrônico e provocar uma pane, fazendo com que ele inicie o arremesso do dinheiro para fora, como se fosse um saque sem fim, até acabar o dinheiro. (FRANÇA, 2016).

Normalmente, ocorre de forma discreta, por vezes, dissimulando prestação de serviço ao Banco, sem demonstração de força contra os órgãos de segurança locais. Contudo, alguns integrantes da quadrilha ficam na função de monitoramento do efetivo policial da cidade do interior ou fazendo vigilância nas proximidades do local, quando a ação ocorre em grandes cidades.

Em contrapartida, não há registros de emprego de armas portáteis, como fuzis, podendo haver emprego de armas de porte como revólveres ou pistolas, ou ainda, não portarem qualquer arma de fogo. Nesta hipótese, podem responder penalmente pelos crimes de furto qualificado e associação criminosa, sendo o grupo composto a partir de 03 pessoas, o que é comum.

2.2.6 Roubo de Carro Forte

Esse tipo de delito ocorre através de ações predominantemente diurnas e tem duas características marcantes: (01) a utilização de fuzil calibre .50, para furar a blindagem do carro forte e obrigar o motorista a parar; (02) e o emprego de explosivos para a abertura do cofre. (FRANÇA, 2016).

Uma curiosidade quanto a este tipo de armamento é que, segundo o interno entrevistado, ele consegue com que tal arma, de uso exclusivo de Forças Armadas e em guerra, seja entregue na porta da casa do interessado pelo valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), inclusive, informando que é de fácil manejo e como se faz para testar e aprender como funciona este tipo de armamento pesado. Segue transcrição nas palavras do entrevistado:

Interno – Uma .50 no Paraguai é 30, 40 mil reais. Se o sr quiser mando por 250 mil, eu mando entregar na porta, aqui, em qualquer lugar. Hoje praticamente na Bahia é onde está focado os maiores assaltantes do Nordeste. Se for botar ponto de vista, na Bahia, hoje, deve ter umas 15 e 50 ou mais, que eu sei por baixo, de pente, a mais moderna porquê de cera ninguém quer mais. Então, está fácil para comprar armamento.

Fernando – E quem é que consegue usar?

Cláudia – pois precisa que saber usar, não é?

Fernando – É de fácil manejo?

Interno – É fácil, é fácil. É só ir para a roça dá cinco tiros e já sabe, é só golpe

Cláudia – [risos]..Eu pensei que para usar essas armas precisaria de curso.

Interno – instrução? Não, não

Fernando – Ou então chamaria alguém que serviu no exército

Interno – Não tem nada disso.

Voltando à modalidade de roubo a carro-forte, é uma atuação rápida e muito

violenta, podendo se valer da colisão de outros veículos contra o carro forte ou de bloqueio das estradas ou vias, sempre com veículos pesados, caçambas ou caminhões, obrigando o carro-forte a parar.

Nesse tipo de ocorrência, os criminosos ainda contam com o emprego de outros fuzis de calibres menores como o 7,62 milímetros e 5,56 milímetros, além de outras armas de calibre menor, como pistolas e submetralhadoras. Ademais, utilizam-se de veículos adaptados com blindagem de chapas de aço e suportes para o fuzil calibre .50, com aberturas ou escotilhas para realização de disparos, pela qual realizam disparos de .50 no motor do carro-forte a fim de pará-lo.

Quanto ao local da interceptação do carro-forte, em geral, ocorre fora da zona urbana, nas rodovias federais ou estaduais de menor movimentação e que são rotas de transporte de valores entre as cidades.

Nessa modalidade criminosa, assim como na do Novo Cangaço, o grupo criminoso pode ser enquadrado nos crimes de associação criminosa e roubo qualificado pelo emprego de armas de fogo e pelo fato das vítimas, seguranças de carro forte, estarem no desempenho do serviço de transporte de valores. (NUCCI, 2014).

2.3 IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL NA GESTÃO POLICIAL MILITAR

É sabido que os teóricos da Administração Geral consideravam o tema da administração sob a perspectiva da organização como um todo. Segundo Fayol (1920), principal representante da Teoria Clássica da Administração, “a administração era uma atividade comum a todos os empreendimentos humanos na empresa, no governo e mesmo em casa”. (ROBBINS *apud* FAYOL, 2003. p.491).

Quanto à abordagem contemporânea, encaram-se as organizações como um conjunto de partes inter-relacionadas e interdependentes dispostas de maneira a produzir uma totalidade unificada. (MELLO, 2006).

O Comando Geral da Polícia Militar da Bahia, sob a ótica de uma boa

Administração, elaborou o plano estratégico da atual gestão com a finalidade de “estabelecer e direcionar as ações no âmbito da PMBA, por área de atuação departamental, com os recursos e efetivo existentes, para assim prover, da melhor forma possível, os serviços de policiamento ostensivo necessários à garantia da Segurança Pública em todo o Estado da Bahia”, idealizando uma Gestão sob o prisma da administração por resultados.

O planejamento, em nível estratégico, se apresenta como um processo gerencial que permite estabelecer um direcionamento a ser seguido pela organização, decorrente de um estudo da relação entre a Instituição e o seu ambiente. No que diz respeito à formulação de diretrizes e objetivos para a seleção de ações e execução, geralmente, leva-se em conta as condições internas da Instituição e do ambiente externo, bem como sua evolução projetada em cenários esperados. (MELLO, 2006).

No planejamento dos órgãos de execução também são consideradas as premissas básicas de análise interna e externa, principalmente, quanto aos recursos disponíveis para que todo o processo tenha coerência e sustentação, além de manter alinhamento com as diretrizes da Administração superior.

Com o dever constitucional de preservação e manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, a PMBA, assim como os outros órgãos que compõem o sistema de segurança pública, assume o compromisso de sempre se manter pronta para atendimento de demandas de quebra da ordem. Nesse sentido, o planejamento operacional orientado à resolução de problemas ou atendimento de demandas de emergência deve se adaptar e estudar as possibilidades de atuação para fins de estabelecer como será realizado o atendimento em cada hipótese possível.

É interessante que, no planejamento de segurança pública, seja adotada uma metodologia de integração entre os recursos disponíveis para atendimento de ocorrências criminosas de maior vulto, para as quais o policiamento local não seja suficiente, valendo-se, inclusive, da interdisciplinaridade de conhecimentos.

O conhecimento de análise criminal tática, por exemplo, pode ser importante no modelo de plano de contingência que se propõe neste trabalho. Este ramo da

análise criminal exerce papel primordial no combate imediato aos delitos do nosso dia a dia, sendo capaz de subsidiar o redirecionamento das ferramentas operacionais disponíveis para os locais em que o crime está acontecendo, de forma a promover melhor aproveitamento dos recursos e aumentar a eficiência operacional. (SILVA, 2015).

Vale ressaltar ainda a importância da coleta dos dados para entendimento do problema a ser enfrentado, o que se buscou com a aplicação de questionários e entrevistas quanto ao *modus operandi* das quadrilhas de roubo a banco.

Segundo Edmundo Guedes, “a ação de planejar é considerada um processo contínuo e dinâmico, empregado pela inteligência para a solução de problemas” (GUEDES, 1990, p. 47).

Sendo assim, quanto às etapas de um planejamento e à articulação dos meios disponíveis, quase sempre escassos no interior do Estado, o autor ainda instrui que:

O planejamento determina as sucessivas etapas em que se processam as atividades a serem desenvolvidas, isto é, definem-se as missões, sua sequência, inter-relacionamento e otimização; tudo em razão das condicionantes oferecidas pelos meios disponíveis: tempo, espaços, recursos, preparo técnico-profissional do pessoal envolvido, aspecto legal, institucional e doutrinário; acrescentando-se a implementação, a execução, a coordenação, o controle, a crítica e a redefinição da ação, em alguns casos etc. A Dra. Myrian Veras Baptista, analisando o processo de planejar, assinala as suas diferentes abordagens ou dimensões: a racional; a política; a valorativa; e a técnico-administrativa. (...) Whitaker assinala, no processo de planejar em sua dimensão racional, os seguintes momentos: da reflexão, da decisão, da ação; e da revisão. (GUEDES, 1990, p. 48 e 49).

Na proposta deste trabalho, a elaboração de um plano de contingência para hipótese de atendimento de crimes contra instituições financeiras contendo as primeiras respostas a serem adotadas seguiu justamente as etapas apresentadas pelo autor, no entanto, a dimensão racional quanto aos momentos de ação e revisão deve ser realizada pelo menos anualmente.

Na delimitação e solução do problema, que diz respeito ao atendimento de ocorrências criminosas de roubo a bancos ou afins, o método adotado na doutrina

do planejamento operacional da PMBA é embasado em etapas dantes sugeridas por Descartes: identificação do problema a resolver e suas causas; coleta de dados; possíveis soluções; análise das soluções e de risco; e escolha ou decisão. (GUEDES, 1990, p. 57).

Apesar de a doutrina mais atual de planejamento para solução de problemas recomendar atenção nas causas e não nas consequências, de modo a privilegiar ações corretivas e preventivas, há eventos criminosos como os mencionados acima que mesmo com a adoção de ações preventivas, as próprias características de vulnerabilidade do interior do Estado e dinâmica criminosa indicam maior probabilidade de acontecimentos.

Sendo assim, não pode a PMBA deixar de valorar e planejar futuro atendimento de emergência para hipóteses de crimes contra instituições financeiras.

Notamos que nos tempos modernos a sociedade exige de suas Organizações Públicas resultados melhores e com menor custo. Isto reforça a tese de que é prioritária uma visão sistêmica do planejamento, traduzido na integração dos recursos disponíveis e com diminuição da burocracia administrativa. (MELLO, 2006).

Em decorrência disso, concentrando-se mais no resultado e menos no processo burocrático, é que se propõe um plano operacional de atendimento originado a partir da Unidade Operacional – UOp a ser apoiada, a qual conhece melhor o terreno e sabe exatamente onde necessitará de apoio de recursos humanos e materiais, diferente do quanto previsto na normatização interna, que concentra o planejamento envolvendo várias UOp nos Comandos Regionais. Entretanto, esta discussão será aprofundada adiante como etapa de análise das normas institucionais que versam sobre o atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras.

Como justificativa desse entendimento, na realidade atual, ganha força o princípio da finalidade, eficiência e da moralidade administrativa, os quais permeiam o novo modo de prestação do serviço de segurança pública, não mais se admitindo o empirismo e o desperdício nos processos de emprego dos meios

materiais e de pessoal. A forma orientada dos serviços de policiamento e de atendimento de contingências requer eficiência e a não sobreposição de recursos.

A importância do planejamento para a gestão operacional na PMBA ultrapassa o costume de se administrar o que ocorrer no cotidiano, visto que ele deve funcionar como uma forma de pensar à frente, antecipando-se a própria necessidade das partes envolvidas numa possível ocorrência, fato que representa o espectro de uma boa Administração.

Faz-se necessário entender que todos os esforços da Administração são integrados e direcionam para interoperabilidade dos recursos disponíveis, posto que causam reações imediatas em todos os sentidos e partes do conjunto. Tal fenômeno, quando bem aproveitado, pode gerar resultados melhores e redução de custos.

Finalizando os aspectos conceituais que balizaram o planejamento operacional neste Projeto de Intervenção, é importante, também, a delimitação do conceito de plano de operações, que nas lições de Guedes (1990):

É o documento que operacionaliza o detalhamento das atividades previstas na concepção tática do estudo de situação do EM, elaborado para uma determinada operação. Ou, ainda, é aquele que representa a preparação de uma ou mais UOp a fim de fazer face a um acontecimento particular, segundo um método ou esquema policial-militar. (GUEDES, 1990, p. 147).

Tendo em vista a segunda parte do conceito estabelecido pelo autor, entende-se como sendo o Plano de Operações o documento hábil a positivar o Plano de Contingenciamento e sequência de ações que se almeja apresentar como resultado desta dissertação.

Por fim, considerando que a doutrina de policiamento não é estática, defende-se que somente com a constante atualização e revisão de seus procedimentos e práticas é que poderá evoluir na produção de resultados positivos, aperfeiçoando cada vez mais o planejamento de suas ações. E, para este fim, é necessário fomentar a cultura de positivação dos procedimentos a serem adotados em cada tipo de ocorrência, principalmente nas que envolvem a integração de recursos operacionais diversos.

2.4 ATIVIDADE POLICIAL E PODER DE POLÍCIA: CONCEITO, FUNDAMENTOS E ATRIBUTOS

A PMBA por compor a estrutura da Administração Pública estatal e pela natureza da missão constitucional que lhe é peculiar em suas atividades, está intimamente relacionada aos conceitos de polícia administrativa ou de segurança e ao de poder de polícia, principalmente no desempenho de restrição de direitos individuais.

É sabido que a atividade desenvolvida pela Corporação é um poder monopolizado pelo Estado e que desta se vale para manter sob sua proteção o interesse público em detrimento do comportamento individual passível de limitação. No sentido de que a atividade policial e de controle é um poder monopolizado pelo Estado, são válidas as lições de Bobbio:

Não há grupo social organizado que tenha até agora podido consentir na desmonopolização do poder coativo, evento que significaria nada menos que o fim do Estado, e que, enquanto tal, constituiria um verdadeiro salto qualitativo para fora da história, no reino sem tempo de utopia (BOBBIO, 2000, p. 166).

O referencial teórico e conceitual do poder de polícia monopolizado pelo poder público é pertinente para fins de fundamentar o método de atendimento de ações criminosas praticadas contra instituições financeiras sugerido neste Projeto de Intervenção.

Tem-se no art. 78, do Código Tributário Nacional, o conceito legal de poder de polícia:

Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Trata-se, assim, de “prerrogativa do poder público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo de liberdade e da

propriedade em favor do interesse da coletividade” (CARVALHO FILHO, 2006, p. 64).

Desses conceitos depreendem-se como objetos do poder de polícia os bens e direitos individuais, os quais sofrem limites com um único fim: a proteção do interesse coletivo, obrigatoriamente previsto em lei, como o dever de prender em flagrante delito o grupo armado que pratica crimes contra Instituições Financeiras.

Nesse diapasão, Hely L. Meirelles, ao lecionar a respeito da razão e fundamento do poder de polícia, corrobora que:

A razão do poder de polícia é o interesse social e o seu fundamento está na supremacia geral que o Estado exerce em seu território sobre todas as pessoas, bens e atividades, supremacia que se revela nos mandamentos constitucionais e nas normas de ordem pública, que a cada passo opõem condicionamentos e restrições aos direitos individuais em favor da coletividade, incumbindo ao Poder Público o seu policiamento administrativo. (2001, p. 127).

Justifica-se pelo interesse coletivo da manutenção da ordem pública e sua restauração nas hipóteses de quebra, e pelo dever do agente policial em prender quem se encontra em flagrante delito, a possibilidade da PMBA atuar com bloqueios e monitoramento das estradas ou vias de acesso às cidades do interior do Estado, durante hipótese atendimento de ocorrência criminosa decorrente de atuação de grupos armados ou quadrilhas de roubo a banco.

Vale ressaltar ainda que o poder de polícia possui atributos específicos que lhe são peculiares, quais sejam: a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

A discricionariedade traduz-se na opção legítima que a Administração Pública dispõe na escolha da oportunidade e conveniência de exercer os atos de polícia. Fato que implica em escolher o momento mais adequado, o meio de atuação necessário, e a sanção pertinente ao caso concreto, com o objetivo exclusivo de atingir o interesse público (MEIRELLES, 2001).

Já a autoexecutoriedade, trata-se de prerrogativa que tem a Administração Pública de praticar e executar seus atos de polícia, por meios próprios, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. Verificada a incidência dos

pressupostos legais que autorizam a conduta administrativa, a Administração a executar de forma imediata e integral. (CARVALHO FILHO, 2006).

No que concerne ao atendimento de ocorrências criminosas em andamento, com o fim de garantir o interesse coletivo e a restauração da ordem pública, a Administração policial militar não dispõe de tempo para aprovação prévia de qualquer outro órgão ou Poder quanto às medidas de emergência a serem adotadas. Nesses casos, o interesse público visado pelo ato de polícia não pode esperar a burocracia administrativa, visto que a atividade ilícita precisa ser obstada imediatamente por questões de ordem social e legal, sob pena de responsabilidade por omissão.

Como último atributo, a coercibilidade. Este diz respeito ao grau de imperatividade que reveste o ato de polícia, pois implica na imposição coativa das decisões e medidas adotadas pela Administração Pública, admitindo, inclusive, o emprego da força nos casos de resistência do administrado, dentro da legalidade e proporcionalidade, postulados norteadores da intervenção estatal (MEIRELLES, 2001).

Como exemplo do exercício do poder de polícia, aponta-se a providência de um cerco policial para quebra do plano de fuga de quadrilhas de roubo a banco, bem como as buscas nas estradas ou vicinais de vestígios ou da localização dos agentes criminosos. Estas medidas retratam uma espécie de atuação do Estado, no exercício do poder de polícia, na medida em que age na limitação de direitos e garantias individuais quanto ao livre trânsito de veículos e pessoas em prol do bem comum, do interesse público, fim último perseguido pelo poder estatal.

Como arremate, é importante a distinção dos tipos de atividade de polícia, os quais se dividem em polícia administrativa e polícia de segurança. Enquanto as atividades administrativas dizem respeito às limitações impostas a bens jurídicos individuais ou coletivos, as atividades de segurança referem-se à preservação da ordem pública (através de policiamento ostensivo) ou, às atividades de polícia judiciária, de atuação repressiva (SILVA, 2007, p. 778).

Ao lecionar sobre a diferença entre polícia administrativa e judiciária, Bandeira de Mello conclui que:

O que efetivamente aparta polícia administrativa de polícia judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades antissociais enquanto a segunda se preordena à responsabilização dos violadores da ordem jurídica. (MELLO, 2005, p. 771).

Em continuidade à distinção entre polícia administrativa e polícia de segurança, o presente trabalho não poderia se furtar às preciosas lições de Carvalho Filho, ao lembrar que ambas as polícias (seja administrativa ou judiciária), em verdade, desenvolvem atividades de natureza administrativa, com procedimentos e responsabilidades voltadas ao atendimento do interesse público. Nas palavras do aludido autor:

A Polícia Administrativa é a atividade da Administração que se exaure em si mesma, ou seja, inicia e se completa no âmbito da função administrativa. O mesmo não ocorre com a Polícia Judiciária, que, embora seja atividade administrativa, prepara a atuação da função jurisdicional penal, o que faz regulada pelo Código de Processo Penal (arts 4º e seguintes) e executada por órgãos de segurança (polícia civil ou militar), ao passo que a Polícia Administrativa o é por órgãos administrativos de caráter mais fiscalizador. (2006, p. 69).

Tais considerações são de suma importância para os fins deste trabalho, pois é no exercício da atividade administrativa e de gestão, que o Comando da Polícia Militar, através do Comando de Operações Policiais Militares – COPPM, órgão competente para diretrizes de atuação operacional, pode disciplinar o emprego, as ações a serem desenvolvidas e as responsabilidades dos recursos operacionais no atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras.

A PMBA, como polícia de segurança, possui atribuição constitucional de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Diante disso, apesar da essência preventiva (devido a sua ostensividade), diversas vezes, acaba exercendo atividades de cunho repressivo ao se deparar com situações de flagrante delito, como nos casos de roubo a banco. Assim, é imprescindível a criação de um planejamento prévio e constituído de medidas a serem adotadas para fins de maior eficiência e segurança dos próprios policiais

militares no desempenho das suas missões.

Mais adiante serão abordadas as formas de atuação dos órgãos subordinados da PMBA disponíveis para apoio a unidades locais de policiamento, propondo-se uma distribuição das funções de acordo com as modalidades de policiamento e com o fim de maior aproveitamento/ eficiência no emprego dos recursos humanos e materiais.

3. O ESTUDO REALIZADO NA 97ª CIPM/IRARÁ

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A 97ª CIPM/ Irará foi criada pela Lei Nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, que versa sobre a reorganização da Polícia Militar da Bahia, elevando a valor de Unidade independente a então 5ª CIA, subunidade do 4º BPM/Alagoinhas, a qual foi responsável, por um longo período, pelo policiamento nos municípios de Irará, Água Fria, Ouriçangas e Pedrão.

A 97ª CIPM encontra-se sediada no município de Irará e conta com um efetivo total de 87 policiais militares, conforme tabela 01:

Tabela 1 – Quantitativo de postos e graduações do efetivo da 97ª CIPM/Irá

<u>POSTO/ GRADUAÇÃO</u>	<u>MAJ</u>	<u>CAP</u>	<u>TEN</u>	<u>ASP OF</u>	<u>ST</u>	<u>SGT</u>	<u>CB</u>	<u>SD</u>	<u>TOTAL</u>
<u>QUANTITATIVO</u>	<u>01</u>	<u>03</u>	<u>06</u>	<u>00</u>	<u>04</u>	<u>04</u>	<u>07</u>	<u>71</u>	<u>96</u>

Fonte: SSO/SIRHSP – 97ª CIPM, 02 de abril de 2019.

A sede da 97ª CIPM/Irá está localizada na Rua Pedro Nolasco de Pinho, Centro, no município de Irará-Ba, em imóvel locado pela Prefeitura Municipal, vide figura 1.

Figura 1 – Sede da 97ª CIPM/Irá.



Foto: Fernando Afonso Cardoso Borges.

Considerando a população dos municípios da área de responsabilidade da 97ª CIPM/Irará, quais sejam, Irará, Água Fria, Ouriçangas e Pedrão, estima-se que o policiamento atenda a, aproximadamente, 64.000 (sessenta e quatro mil) habitantes, conforme tabela abaixo:

Tabela 2- Panorama Populacional da Área de Jurisdição da 97ª CIPM.

DADOS IBGE	IRARÁ	ÁGUA FRIA	OURIÇANGAS	PEDRÃO	TOTAL
POPULAÇÃO ESTIMADA 2018	28.892	16.901	8.557	7.298	61.648
POPULAÇÃO 2010	27.466	15.731	8.298	6.876	58.371
ÁREA DA UNIDADE TERRITORIAL 2015 (KM ²)	277,8	661,8	155,1	159,8	1.254,5
DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2010 (HAB/KM ²)	98,87	23,77	53,51	43,03	-----

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/irara/panorama>

Segundo estudo de situação desta OPM (2018), quanto à estimativa de 64.000 habitantes da região objeto de estudo, ratifica-se que:

Essa situação deve-se principalmente ao aumento gradativo do número de pessoas que retornam (imigração de retorno) ou buscam os municípios locais para criar residência fixa. Da população fixa, observa-se que nos municípios em questão, mais de 80% dos habitantes se concentram na zona urbana, o que alarga as estatísticas de consumo de psicotrópicos, forte influencia de assaltos. Além disso, pode-se dizer que as práticas delituosas concebidas pelo Código Penal, são facilitadas, em muito, pela vasta rede de estradas municipais e vicinais aqui existentes. (SILVA, 2005).

É sabido que a Organização das Nações Unidas - ONU recomenda que haja 1 (um) policial para cada 250 (duzentos e cinquenta) habitantes, conforme informação do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Observando os dados consultados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, extrai-se dos quadros demonstrativos de efetivo da 97ª CIPM/Irará e população estimada em cada município da região, que atualmente a

proporção é de 1 (um) policial militar para cada 642 (seiscentos e quarenta e dois) habitantes. Todavia, essa proporção sofre aumento bastante significativo ao considerar apenas o efetivo de serviço.

Geograficamente, o município de Irará e região encontra-se circundado por rodovias estaduais e federais, quais sejam: Ba-084; Ba-503; Ba-504; Ba-515; Br-116 e Br-101. Tal localização possibilita inúmeras vias de fuga em caso de atuação de grupos criminosos contra instituições financeiras, exigindo um planejamento atento e com apoio de outras OPM para prover um cerco satisfatório.

Economicamente, os quatro municípios têm na agricultura sua principal fonte de renda, sendo significativa a exploração de plantio de eucalipto. Contudo, conta também com uma indústria de calçados e uma fábrica de componentes elétricos para as indústrias elétrica e automotiva. (SILVA, 2005).

Todos os municípios da região possuem instituições financeiras, havendo maior número de agências bancárias nos de densidade demográfica mais elevada, conforme a tabela 03:

Tabela 3 – Instituições Financeiras na Área de Jurisdição da 97ª CIPM

<u>MUNICÍPIOS</u>	<u>IRARÁ</u>	<u>ÁGUA FRIA</u>	<u>OURIÇANGAS</u>	<u>PEDRÃO</u>
	<u>Banco do Brasil</u>	<u>Banco do Brasil</u>	Banco Postal	Banco Postal
	<u>Banco Bradesco</u>	<u>Banco Bradesco</u>	Posto Bradesco	Posto Bradesco
<u>INSTITUIÇÕES</u>	<u>Caixa Econômica Federal</u>	<u>Banco Postal</u>	<u>Agência dos Correios</u>	<u>Agência dos Correios</u>
<u>FINANCEIRAS</u>	<u>SICOOB</u>	<u>Agência dos Correios</u>	01 Casa Lotérica	-----
	<u>Agência dos Correios</u>	<u>01 Casa Lotérica</u>	-----	-----
	<u>02 Casas Lotéricas</u>	-----	-----	-----

Fonte: Estudo de Situação da 97ª CIPM/Irá.

No que concerne à estatística de crimes contra agências bancárias dos quatro municípios em apreço, segundo consulta ao site do Sindicato dos Bancários, de janeiro de 2015 a dezembro de 2018, ocorreram as seguintes ações criminosas:

Tabela 4 – Estatística de crimes contra Instituições financeiras localizadas na área de jurisdição da 97ª CIPM

LOCAL	DATA	AGÊNCIAS	MODALIDADE CRIMINOSA
Irará	23/01/2015	Banco do Brasil	Arrombamento e subtração de armas
Água Fria	04/03/2015	Bradesco	Explosão de Agência bancária
Ouriçangas	26/02/2015	Banco do Brasil	Explosão de Agência bancária
Pedrão	26/09/2015	Bradesco	Explosão de Agência bancária
Água Fria	04/12/2015	Banco do Brasil	Explosão de Agência bancária
Irará	06/04/2016	Caixa Econômica	Explosão de Agência bancária
Irará	06/04/2016	Banco do Brasil	Explosão de Agência bancária
Irará	06/04/2016	Bradesco	Explosão de Agência bancária
Pedrão	10/08/2016	Bradesco	Explosão de Agência bancária
Irará	07/10/2016	Banco do Brasil	Explosão de Agência bancária
Água Fria	04/07/2018	Bradesco	Explosão de Agência bancária
Água Fria	04/07/2018	Banco do Brasil	Explosão de Agência bancária

Fonte: <http://www.bancariosbahia.org.br/ocorrencias.html>, em 05/01/2019.

Em todas estas ocorrências, segundo relatos dos policiais militares, os quais foram coletados nas visitas técnicas, os criminosos, durante a ação delitiva, realizavam o monitoramento do efetivo de serviço, e em algumas delas, como na última ação ocorrida em Irará, em 06/04/2016, por volta das 04h, enquanto uma parte do bando realizava as explosões dos Terminais de Autoatendimento - TAA das 03 (três) agências bancárias discriminadas, outro grupo executou diversos disparos de arma de fogo contra a sede da OPM, a fim de conter os policiais militares que se encontravam aquartelados.

Os danos causados ao imóvel, conforme as figuras 02 e 03, discriminadas abaixo, demonstram o poder de fogo empregado nesses tipos de ações criminosas, denominadas “cangaço noturno”, neste trabalho:

Figura 2 – Portão Garagem da 97ª CIPM Figura 3 – Varanda 1º Andar da 97ª CIPM



Foto: Fernando Afonso Cardoso Borges



Foto: Fernando Afonso Cardoso Borges

A respeito da abordagem midiática sobre tal ocorrência e o clamor social causado, segue a transcrição:

Na madrugada da última quarta-feira (06) por volta das 4 horas, Ipirá foi invadida por cerca de 20 a 30 homens a bordo de veículos e motocicletas e transformaram as ruas centrais e principais da cidade em verdadeiros campos de guerra, fizeram vários disparos de armas de fogo, causando medo e terror aos moradores das ruas e toda a cidade.

Vários homens fortemente armados se dividiram em grupos e explodiram as três principais agências bancárias da cidade de Ipirá, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Banco do Brasil simultaneamente, várias explosões, cerca de oito a dez foram ouvidas. Os tiros foram incontáveis, foram muitos deixando os moradores das proximidades em desespero. Várias armas de calibres diferentes foram usadas na ação pelos meliantes. (Texto extraído do site:

<http://baianoproducoes.blogspot.com.br/2016/04/bahia-tres-agencias-bancarias-sao.html>, acesso em 15/09/2018).

De acordo com os dados estatísticos registrados, todos os municípios cobertos pelo policiamento da 97ª CIPM/Ipirá já foram alvos de ações criminosas violadoras do Estado Democrático de Direito, com grave quebra da ordem pública e afronta aos órgãos de segurança locais, realidade que se aproxima de tantas outras cidades do interior baiano, motivo pelo qual se propõe ao final desta pesquisa, com o presente estudo, um produto que sirva como modelo no âmbito da PMBA.

É comum que as quadrilhas envolvidas em roubo a banco ou explosões de TAA voltem a agir nos mesmos locais com o decorrer do tempo, e a falta de planejamento de contingência ou procedimentos podem contribuir para a

reincidência de ações criminosas dessa natureza e insegurança do profissional de segurança pública local.

Sendo assim, em decorrência da problemática mencionada, é que se fundamenta a viabilidade da proposta de um conjunto de primeiras respostas a serem implementadas para hipótese de ocorrência em cada município da região, consistente num plano de contingenciamento e sequência de procedimentos operacionais a serem adotados. A seguir, serão descritas as etapas percorridas nesta pesquisa.

3.2 ETAPAS DA PESQUISA

- Do levantamento de normatização institucional sobre atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras

Uma vez delimitada a proposta de pesquisa, preocupou-se em buscar, no âmbito institucional, as normas administrativas existentes a respeito do atendimento e enfrentamento de ocorrências criminosas de roubo a banco e afins. Nessa busca, fora identificada a existência de dois documentos importantes neste campo normativo, quais sejam: a Diretriz Operacional Nº 055 COPPM/ 2013 e as Normas Gerais de Ação - NGA COPPM Nº 01/12-13, ambas oriundas do COPPM (textos originais constantes dos anexos A e B).

Contudo, notou-se, através da realização de entrevistas e da aplicação de questionários, o desconhecimento de tais normas institucionais tanto por parte de oficiais como de praças. Além disso, verificou-se, também, que não há registros ou estudos que comprovem a eficiência da metodologia de atendimento adotada.

Nesse sentido, em entrevista ao Ten Cel PM Marcelo Antônio Pereira Barreto, oficial superior, atualmente lotado na Coordenação de Inteligência Prisional da SEAP e com vasta experiência na investigação e enfrentamento de grupos criminosos especializados em crimes contra instituições financeiras, foi

constatado que também desconhecia a Diretriz Operacional Nº 055 COPPM/ 2013 e as Normas Gerais de Ação - NGA COPPM Nº 01/12-13.

Ademais, ao questionar o supracitado oficial acerca de alguma OPM que dispusesse de plano de contingenciamento, para situações decorrentes de crimes contra instituições financeiras, obteve-se a resposta de que apenas algumas CIPE tinham plano de acionamento e bloqueio, mas sem resultados ou eficiência comprovada que remetesse às normas em apreço. Chegando a afirmar que:

Os resultados que acompanhamos ao longo da nossa atuação é fruto muito mais da boa vontade da tropa que da organização ou doutrina de emprego; ainda não há doutrina e preparação dos PM para atendimento desses tipos de ocorrência; a grande diversidade e dimensões territoriais do Estado, a deficiência de comunicação, efetivo e recursos facilita a atuação desses grupos criminosos e dificulta a resposta das forças policiais. (BARRETO, 2019).

Situação análoga foi constatada na análise do primeiro questionário aplicado à amostra aleatória de efetivo da 97ª CIPM/Irará, que, majoritariamente, respondeu não existir protocolo para atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras. Contudo, malgrado o desconhecimento comum de tais regras procedimentais por parte dos policiais militares, na análise do conteúdo foram observados muitos pontos positivos, que reforçam a metodologia de ação a ser proposta neste trabalho quanto à necessidade de cerco e perímetro de segurança para atendimento dessas ocorrências criminosas.

Em linhas gerais, após a análise da Diretriz e NGA, verificou-se a necessidade das seguintes atualizações: (01) acréscimo e envolvimento de unidades não existentes a época de elaboração, tais como o Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, Companhia Independente de Policiamento Tático – CIPT/Leste, Companhia de Emprego Tático Operacional - CETO de BPM, e Pelotão de Emprego Tático Operacional - PETO de CIPM, instituídas pela Lei de Organização Básica Nº 13.201 de 09 de dezembro de 2014 e LJNG/Portaria n.º 070 - CG/15, 22 de dezembro de 2015; (02) descentralização da incumbência pela elaboração do planejamento operacional de contingência para as próprias UOp responsáveis pelo policiamento, vez que, atualmente, estão concentradas nos Comandos de Policiamento Regionais – CPR e estes, devido ao elevado número

de municípios com estabelecimentos financeiros e à impossibilidade de conhecimento do terreno de cada município, em suas minúcias, não vem desenvolvendo um planejamento eficiente e/ou eficaz; (03) descentralização do comando para início da execução do Plano de Acionamento e Bloqueio para o policial militar investido na função de Coordenador de Área, anteriormente concentrado na pessoa do Comandante da OPM, visto que, na maioria das vezes, os eventos delituosos ocorrerem durante a madrugada e em horário em que este geralmente não está no Teatro de Operações; (04) diminuição da burocracia para acionamento das Unidades Operacionais Especializadas - UOE, contudo, sem ferir a autoridade do Comando de Policiamento Especializado – CPE; (05) sugestão de uma sequência geral de ações lógicas e práticas nos itens da NGA e da Diretriz, que tratam das hipóteses de confirmação de ocorrência criminosa contra instituições financeiras e (06) proposta de emprego de ferramentas tecnológicas para facilitar a prevenção e o enfrentamento de ocorrências de crimes em questão.

Sendo assim, no intuito de aperfeiçoar a normatização institucional que trata da temática e abarca os crimes envolvendo instituições financeiras, sugere-se minutas de atualização da Diretriz Operacional Nº 055 COPPM/ 2013 (anexo A) e das Normas Gerais de Ação - NGA COPPM N º 01/12-13 (anexo B), como um dos resultados desta dissertação.

- Da análise dos dados colhidos junto ao efetivo entrevistado da 97ª CIPM/ Ipirá através de questionários

O objetivo geral do primeiro questionário (apêndice E) foi colher o nível de conhecimento e preparação técnica dos policiais militares quanto à forma de atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras, considerando a experiência laboral na área de jurisdição da 97ª CIPM/Ipirá, além de sugestões para a elaboração das primeiras respostas a serem entregues como produto da presente pesquisa. Os dados quantitativos foram devidamente tabulados e encontram-se dispostos no apêndice F.

A aplicação do primeiro questionário alcançou um total de 33 policiais militares, dos quais 30 são pertencentes ao QPPM, fato que retrata o entendimento predominante dos agentes de segurança pública que servem na atividade fim da Corporação, no nível de execução do policiamento, os quais realizarão diretamente o Plano de Operações e primeiras respostas oferecidas nos apêndice C e D desta pesquisa.

Do efetivo consultado, tornou-se possível mensurar que 15 contavam com mais de dez anos de experiência laborativa, quando os questionários foram aplicados, e apenas 9 (nove) com menos de três anos de serviço.

Quanto à experiência pessoal no atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras, 20 dos policiais militares entrevistados vivenciaram tal situação durante o serviço, dos quais, 11 atenderam duas ou mais ocorrências, enquanto os demais apenas uma.

Vale ressaltar que, a maioria, 23 dos entrevistados pertencem ao policiamento de pelotão destacado da sede da OPM pesquisada, ou seja, realizam policiamento geralmente com equipe de 2 ou 3 (dois ou três) policiais nas cidades de Água Fria, Ouriçangas ou Pedrão, cidades com menos estrutura que Irapueta onde se encontra a sede principal da 97ª CIPM.

No que concerne à existência ou não de normas procedimentais ou protocolo de ações para o atendimento de roubos a banco, todos os entrevistados informaram que desconheciam tais documentos.

Já em relação à existência de Plano de Atendimento de Ocorrências ou de Contingência, 27 dos policiais informaram que a 97ª CIPM/Irapueta dispõe de lista de acionamento de Unidades de policiamento de Apoio (relação de telefones), todavia, a totalidade dos entrevistados respondeu que não há plano de contingência, disciplinando as tarefas e missões de cada Unidade durante o atendimento de ocorrências criminosas perpetradas contra instituições financeiras.

Aqui é importante esclarecer, que a estrutura de policiamento da PMBA, conforme doutrina de POG (2019), é escalonada em 06 (seis) níveis de esforço de articulação operacional do Sistema de Policiamento, os quais são “imprescindíveis, interdependentes e autônomos quando isolados” (p. 103),

estando o policiamento ostensivo e suas estratégias comunitárias das CIPM e BPM situadas no primeiro nível, com responsabilidade pela prevenção de ocorrências criminosas e aproximação com a comunidade, podendo às vezes agir de forma repressiva quando se depara com situações de flagrante delito.

No segundo nível de esforço operacional, ainda sob responsabilidade das CIPM e BPM, enquadra-se o “atendimento a soli citação de serviços de policiamento e de ocorrências policiais tendo a qualidade na prestação dos serviços e tempo resposta no atendimento ao cidadão” numa estratégia de policiamento tradicional. (Doutrina de POG, 2019, p. 104)

Já o terceiro nível de esforço, corresponde ao recobrimento de uma área operacional através do policiamento tático móvel a cargo dos PETO ou CETO, das CIPM ou BPM, respectivamente. Primeiros recursos de apoio disponíveis ao policiamento preventivo e comunitário, caracterizado por uma “atuação dinâmica em horários e locais de riscos e pontos críticos, sensíveis e notáveis” dentro da área de responsabilidade das Unidades às quais são subordinados.

Como quarto esforço operacional, está o recobrimento da malha protetora com ênfase em operações de natureza preventiva ou de restauração da ordem pública, atuando de forma dinâmica nas modalidades de permanência ou patrulhamento em apoio às Unidades de Policiamento do orgânico de um Comando Regional, notadamente em ocorrências de maior relevância como atendimento de roubo a banco, prevenção e repressão ao tráfico de drogas, por exemplo, ou com a missão de recobrimento de malha protetora descoberta e que necessita de policiamento.

No quinto nível de esforço operacional, estão situados o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) e as Companhias de Policiamento Especializado (CIPE), especializadas de terceiro recobrimento da malha protetora e com a missão de apoio às Unidades de policiamento dos Comandos Regionais da capital e interior em ações e intervenções com vistas ao atendimento de ocorrências de maior relevância ou operações de repressão qualificada contra modalidades criminosas que fujam ao controle do policiamento local.

Por fim, o sexto nível de esforço operacional corresponde a possibilidade de apoio e recobrimento da malha protetora em todo o Estado da Bahia pelo BOPE, BEPE, BPTUR e GRAER, levando em consideração o conhecimento técnico ou especialidade na decisão pelo emprego destes recursos no apoio às Unidades locais, sejam em ações de natureza preventiva ou de repressão qualificada.

No caso do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), este possui como principal missão o apoio operacional no emprego das alternativas táticas de solução de ocorrências críticas (quais sejam: situações envolvendo refém, explosivos, tentativa de suicídio, atos terroristas, etc), bem como no enfrentamento de organizações criminosas e criminalidade não convencional, constituindo-se ainda em tropa de reação do Comandante Geral da PMBA.

Em que pese esta gama de recursos disponíveis na Corporação, há registro de atendimentos de ocorrências de novo cangaço ou cangaço noturno, inclusive na própria área da 97ª CIPM/ Irara, em que a maioria dos recursos citados acima foram acionados e convergiram para o mesmo local, ocasionando uma sobreposição de recursos na cidade em que ocorreu o evento criminoso, sem delimitação e coordenação do que cada grupo PM poderia fazer.

Tal fato geralmente acontece por falta de um plano de operações realizado pelo policiamento local no sentido de dar um direcionamento tanto aos recursos próprios como os que serão acionados em caso de ocorrências de roubo a banco. E esta responsabilidade recai sobre a Unidade de policiamento local por conta de ser a conhecedora do terreno e ser a que aciona demais recursos institucionais, assumindo dessa forma a responsabilidade de ao menos nortear o contexto da ocorrência e necessidades de apoio operacional.

Nesse sentido, o estudo e implementação de uma doutrina de primeiras respostas bem definida, como propõe esta pesquisa, proporciona uma melhor divisão das tarefas das Unidades de apoio, estabelecendo cerco e ações direcionadas na região afetada, para fins de evitar o que ocorre comumente no interior do Estado.

Como ilustração, seguem imagens extraídas de site de imprensa que retratam a sobreposição de guarnições policiais no município de Iará, no atendimento da ocorrência criminosa da madrugada do dia 06/04/2016:

Figura 4 – Guarnições da PMBA e PCBA na sede 97ª CIPM



Foto: Autoria Desconhecida.

Figura 5 – Guarnições da PMBA na sede da 97ª CIPM



Foto: Autoria Desconhecida.

Nas imagens acima, é possível contabilizar um total de 08 (oito) Guarnições da PMBA e algumas da PCBA, onde todas convergiram para frente da sede da 97ª CIPM/ Iará, posto que esta foi alvo de disparos de arma de fogo, com o fito de conter os policiais militares de serviço que se encontravam aquartelados.

Os entrevistados também foram inquiridos acerca da sua participação em instruções a respeito da maneira de como proceder no atendimento de

ocorrências contra instituições financeiras e, surpreendentemente, todos informaram que nunca tiveram tal tipo de instrução. Isto indica, claramente, deficiência na cultura organizacional da PMBA em instruir os recursos humanos a respeito das normas, doutrina de emprego e procedimentos a serem adotados em situações como essa, visto que já havia Diretriz e NGA do COPPM, porém, desconhecidas pelos policiais militares consultados.

Os dados a respeito da necessidade da realização de instruções servem de alerta no sentido de que, caso alguma outra Unidade da PMBA adote esta proposta de Plano de Operações e primeiras respostas, e não fomente a orientação e preparação dos recursos humanos para implementação do produto que esta pesquisa oferece, será apenas mais um documento no âmbito institucional sem aplicabilidade ou difusão.

De outro lado, mesmo havendo unanimidade entre os entrevistados quanto ao fato de não terem sido contemplados com a realização de instruções de como proceder em situações de roubo a banco, 32 dos 33 policiais militares entrevistados, no primeiro questionário, entenderam como sendo o procedimento mais seguro a realização de bloqueio do que o deslocamento para o local do evento delituoso.

O fato de a guarnição policial se posicionar desembarcada em local que pode ser previamente definido, aproveitando inclusive a geografia do terreno, possibilita o que, na doutrina de operações especiais, chama-se de superioridade relativa, em face da vantagem tática e segurança que tal procedimento proporciona.

O que isto quer dizer? Mesmo se tratando, geralmente, no interior do Estado, de um efetivo policial reduzido, menor que o grupo criminoso de roubo a banco, com apenas 01 (uma) ou, no máximo, 02 (duas) viaturas à disposição em algumas cidades interioranas, se os policiais realizarem bloqueios com as próprias viaturas, em locais estratégicos, afastados da viatura, abrigados e fora do campo visual dos criminosos, mantendo contudo a visão e monitoramento do bloqueio, montado com emprego de cones de sinalização, perfuradores de pneu, ou obstruções físicas e temporárias de possíveis vias de fuga, tal ação poderá causar a quebra

no plano de fuga sem a necessidade de haver confronto, e expor a segurança pessoal dos policiais militares que estão na maioria das vezes em menor número.

Outro ponto importante na aplicação do primeiro questionário (apêndice E) foi a contribuição significativa de sugestões sobre os procedimentos que podem ser adotados antes, durante ou após o fato criminoso, no intuito de aperfeiçoar o atendimento de ocorrências dessa natureza. Tais pareceres foram discriminados conforme as tabelas a seguir:

Tabela 5 – Sugestões de Procedimentos a Serem Adotados **Antes** da Ocorrência

FASE	PROCEDIMENTOS
ANTES DA OCORRÊNCIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Debater, analisar e planejar formas de combate às ocorrências de crimes contra instituições financeiras; 2. Aprimorar o serviço de inteligência para se antecipar ao ataque de grupos criminosos e difundir, no âmbito interno, fotos dos elementos já qualificados na prática de crimes dessa natureza, para fins de se antecipar a uma possível ação; e Estudar, estatisticamente, quais os dias e horários mais prováveis para assaltos; 3. Desenvolver um mapeamento das vias que podem ser utilizadas para fuga e elaborar um plano de bloqueio para cada município; 4. Aumentar o efetivo dos locais mais distantes; 5. Equipar a tropa com melhores armamentos; 6. Melhorar a estrutura da Unidade; 7. Fazer patrulhamento ostensivo nas entradas da cidade; 8. Investir no treinamento policial específico para tais tipos de situação; 9. Estabelecer procedimentos de apoio das Guarnições da própria unidade, tais como: procurar abrigo desembarcado da viatura; não aquartelar em momento crítico que são as horas mais prováveis de ocorrer o assalto; rondas no perímetro bancário; instalação de uma unidade do GRAER em cada cidade sede do CPR para atender às ocorrências; observar todo o local da ocorrência; manter contato direto com a empresa de segurança do banco a fim de constatar anormalidades; aprimorar o sistema de comunicação da PM; não tomar atitudes isoladas; e se atentar à identificação de veículos e pessoas suspeitas; 10. Fomentar a instalação de câmeras de monitoramento na área externa do quartel.

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 6– Sugestões de Procedimentos a Serem Adotados **Durante** a Ocorrência

FASE	PROCEDIMENTOS
DURANTE A OCORRÊNCIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informar a situação imediatamente aos canais de acionamento; 2. Se estiver em patrulhamento: procurar a saída da cidade, se abrigar; solicitar apoio e indicar as rotas de fuga diferentes das já bloqueadas; montar bloqueio nas principais saídas da cidade, desembarcado da viatura; 3. Se estiver na sede da CIPM ou Pelotão destacado, deverá se abrigar em pontos seguros e estratégicos do imóvel, impedindo que o prédio seja invadido, bem como responder fogo em caso de necessidade de defesa própria ou de terceiros; 4. Apoiar os pelotões deslocando as Guarnições dos municípios que compõem a Unidade; 5. Colocar em prática o que foi aprendido em treinamento atentando para a segurança do efetivo; 6. Informar ao Coordenador de Área e Comando da Unidade; 7. Se possível, certificar-se acerca da quantidade de meliantes, quais veículos estão envolvidos e passar informações precisas sobre a ocorrência; 8. Buscar integração nas ações para que ninguém aja de forma isolada; proteger e salvaguardar a própria vida e a de terceiros; 9. Usar os dados colhidos pela equipe de inteligência para direcionar as ações.

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 7– Sugestões de Procedimentos a Serem Adotados **Após** da Ocorrência

FASE	PROCEDIMENTOS
APÓS OCORRÊNCIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar se há feridos e os danos; 2. Repassar os dados para as Guarnições da área de forma precisa, tendo em vista a defasagem da comunicação via rádio; 3. Manter bloqueios nas rotas de fuga previamente identificadas através do pronto-emprego das Guarnições pré-estabelecidas e apoio de outras unidades; 4. Realizar buscas nas estradas da região; 5. Em caso de homizio dos criminosos em área rural, incursionar a pé para buscas e localização; 6. Monitorar, por telefone, a chegada do apoio; informar detalhes da ocorrência e acompanhar a disposição das guarnições no terreno; 7. Isolar o local do ocorrido e manter a segurança; apoiar os prepostos das instituições financeiras e colher informações sobre atitudes suspeitas em datas anteriores; 8. Recolher todos os dados relativos aos fatos para o registro da ocorrência e realizar a reposição imediata das municiões deflagradas; 9. Disponibilizar apoio psicológico ao policial militar, quanto a um possível trauma; 10. Analisar o <i>modus operandi</i> dos meliantes para combatê-los de forma efetiva e identificar as falhas no atendimento da ocorrência

e corrigindo-as, *a posteriori*, revisando os procedimentos.

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

As sugestões de procedimentos a serem adotados antes, durante e após as ocorrências de crimes contra instituições financeiras, acima registradas, apesar de não esgotarem o que pode ser feito com vistas ao atendimento de tais ocorrências, apontaram aspectos muito importantes como o planejamento, preparação e positivação do que deve ser adotado como primeiras respostas, num olhar que nesta pesquisa se destacou como mais importante, qual seja: dos que estão diretamente ligados à execução de tais ações.

Podem ser acrescentados alguns procedimentos importantes, que inclusive já utilizamos em Operações decorrentes de ações criminosas de grande vulto, como no ataque à Base de Valores da Prosegur de Eunápolis (em março de 2018) e ao Banco do Brasil de Bom Jesus da Lapa (em janeiro de 2017), nas quais buscamos o histórico de monitoramento de câmeras de estabelecimentos comerciais próximas do evento para entender o *modus operandi* empregado e destino da fuga tomada pelos criminosos, veículos empregados, etc, otimizando dessa forma as ações dos recursos empregados na resposta a estes eventos criminosos.

Na busca do histórico de imagens de monitoramento o limite de período a ser analisado corresponde geralmente à capacidade do equipamento, pois todas as imagens colhidas e que diz respeito aos locais próximos do evento criminoso são importantes para investigação e identificação dos autores, pois a fase de planejamento desses crimes podem levar dias ou meses, momentos em que os integrantes da quadrilha se expõem durante os atos preparatórios.

Ao citar o evento ocorrido em Bom Jesus da Lapa, não poderia deixar de transcrever parte da entrevista em que o interno demonstra o quanto repercute o trabalho da PMBA no meio penitenciário e da criminalidade, e que, apesar do ideal legislativo de isolamento da convivência social, do interior da prisão ele consegue acompanhar e se informar do que ocorre do lado externo, acompanhando e formando opinião quanto aos recursos estatais com atuação na prevenção e

repressão de crimes dessa natureza. Nesse sentido, segue trecho em que o interno entrevistado dar destaque ao BOPE:

Interno – (...) Hoje para mim a polícia melhor da Bahia é a tal da BOPE, da militar. (...)

Interno – Treinada e muito boa ela. **Se um dia eu me envolver de novo no crime, não quero nem me bater com ela de frente.**

[risos]

Cláudia – Eu pensei que só tinha no Rio

Sara – Depois que o BOPE ficou famoso no Rio naquele filme ...

Cláudia – Mas eu não sabia que tinha aqui em Salvador não.

Interno - Tem, tem, do militar, a BOPE

Cláudia – Aqui em Salvador? Para mim era no Rio

Interno - Na copa do mundo, ela fez uma apresentação de Rapel no elevador Lacerda, não sei se você viu

Cláudia – Sei...

Interno – Ela é muito boa, muito especializada mesmo

Sara – E tem aqui?

Interno – Tem aqui. Por último, **ela mesma que colocou os ladrões de Bom Jesus da Lapa para correr**, 30 ladrões de fuzil, duas viaturas botou os ladrões para correr.

Cláudia – Esse último de Bom Jesus da Lapa?

Cláudia – Então não é muito divulgada, não é? (...)

Interno – Sim, mas **ela anda muito no interior, ela desarma bomba, diz que está tendo muito treinamento. O de Irecê mesmo, ela foi lá e fez uma limpa (...).**

J - **Porque quem sabe que ela está na região não pretende nem passar por perto. Eu dei graças a Deus nunca bati com ela de frente (...)** Já vi, mas quem já viu e quem já foi na ocasião contra ela, se deram mal. (Grifos nossos)

Isso mostra o quanto esta pesquisa foi enriquecida com a realização de entrevistas e questionários em busca de tentar ouvir um pouco de cada olhar envolvido no fato social motivador do valor a ser entregue: crimes contra instituições financeiras.

Os diferentes olhares se complementam e somados trazem um resultado extraordinário à pesquisa; experiência única, sejam as contribuições dos policiais militares que executam a atividade-fim da Corporação aos que trabalham na inteligência, ou do interno que cumpre pena e é contumaz neste tipo de crime.

Contudo, voltando às contribuições coletadas pelo primeiro questionário, estas conduziram também à necessidade de revisão da NGA do COPPM, o que resultou na elaboração de minuta de atualização desta norma interna (Apêndice B), com o fim de melhor recepcionar o produto desta pesquisa que é o Plano de

Contingenciamento e sequência de ações que as Guarnições locais deverão adotar, caso haja uma possível ocorrência envolvendo agências bancárias e grupos criminosos.

Ouvir os policiais militares que desempenham a atividade-fim da Corporação também foi importante para evitar o risco de elaborar um documento ou conjunto de procedimentos distantes da realidade e que não passariam de meras folhas de papel.

Das sugestões do grupo de policiais entrevistados, que é composto majoritariamente de praças, a importância do planejamento para o atendimento de ocorrências de roubo ou explosão de caixas eletrônicos, como dito acima, teve maior destaque, principalmente diante do fato de todos os municípios da região já terem sido alvos de ataques a agências bancárias.

Outro ponto digno de atenção foi o grau de amadurecimento ao indicarem a necessidade de executar o quanto planejado e revisar os procedimentos após execução dos mesmos, para fins de atualização e aperfeiçoamento.

Informação importante, colhida através da aplicação do questionário, para a elaboração do Plano de Atendimento de Ocorrências foi a informação de UOp da PMBA e outras Instituições que já apoiaram os municípios em situações pretéritas. Segue tabela demonstrativa das UOp e Instituições, indicadas pelos entrevistados:

Tabela 8 – Unidades da PM e outras Instituições Policiais que apoiaram a 97ª CIPM em ocorrências anteriores

INSTITUIÇÕES	UOp
PMBA	CIPT-LESTE; 16º BPM 4º BPM; 20ª CIPM; CIPE-Litoral Norte; EsqPMont/ Feira de Santana; BPChq; e BOPE.
POLÍCIA CIVIL DA BAHIA	NÃO INFORMADO
POLÍCIA FEDERAL	NÃO INFORMADO

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Ademais, os entrevistados também contribuíram com sugestões quanto ao efetivo mínimo, tipo de armamento e materiais que entendem como necessários para realização de um bloqueio, conforme tabela abaixo:

Tabela 9 – Sugestão de efetivo e materiais para realização de Bloqueio Policial

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
EFETIVO MÍNIMO PM	01 GU PM TIPO A: 24,2%
	01 GU PM TIPO B: 18,3%
	01 GU PM TIPO C: 21,2%
	02 GU PM TIPO A: 15,1%
	02 GU PM TIPO B: 6,1%
	02 GU PM TIPO C: 15,1%
TIPO DE ARMAMENTO	Fuzil 7,62: 81,8%
	Fuzil 5,56: 18,2%
	Pistola .40: 100%
	Sub MT.40: 57,6%
	Carabina .40: 42,4%
MATERIAIS PARA O BLOQUEIO	Cones de sinalização; Sinalizador Luminoso; Lanterna; Perfurador de pneu; Barras de ferro; Troncos de Madeira; Corrente; Cantil; Fita de isolamento; Granada de efeito moral; HT; Facão; e Colete Balístico

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Isto posto, na elaboração do plano de ação que se oferece como produto desta pesquisa, tentou-se, ao máximo, adequar-se às sugestões apresentadas pelos entrevistados, inclusive ampliando a visão de que o bloqueio não precisa ser feito tão somente com viaturas, cones e perfuradores de pneu, mas sendo possível também a realização de algum tipo de obstrução com troncos de árvore, barras de ferro, veículos pesados, etc.

A ideia do bloqueio como obstrução é interessante, pois funciona numa lógica semelhante ao *modus operandi* adotado pelas quadrilhas, as quais, durante a fuga, geralmente, ateam fogo em veículos posicionados em pontos estratégicos como pontes ou locais mais estreitos, a fim de obstruir a passagem e retardar a perseguição policial.

Tal metodologia poderá ser utilizada no sentido inverso, no intuito de quebrar o plano de fuga dos grupos criminosos. Contudo, condicionando-a a um

planejamento mais detalhado e com apoio, inclusive, da comunidade, por exemplo, fazendeiros, os quais podem dispor de maquinário agrícola ou veículos pesados nas proximidades dos pontos selecionados para bloqueio policial. Havendo esta possibilidade, não se vê impedimento legal de bloqueio/obstrução da via, sendo necessário, porém, que não exponha a risco ou a perigo nenhum particular no momento da ação e que os materiais empregados sejam disponibilizados, voluntariamente, em prol do bem comum.

Após análise dos dados acima e elaboração do Plano de Atendimento de Ocorrências e primeiras respostas, que são os produtos da presente pesquisa (Apêndices C e D), foi oportunizado pelo Comandante da 97ª CIPM/ Ipiranga a apresentação dos mesmos ao total de 44 policiais militares, bem como as instruções quanto a implementação, sendo acompanhadas de simulação e testagens.

Foram realizados o total de quatro palestras em dias distintos, com o público de policiais militares de serviço, em que eram apresentados os produtos desta pesquisa, instruindo-se quanto a importância dos procedimentos a serem adotados para a segurança pessoal de cada policial militar e de terceiros inocentes e, em seguida, realizava-se uma simulação de atendimento de ocorrência de crime contra instituições financeiras, priorizando o cerco e bloqueio das principais vias de fuga geralmente utilizadas pelos criminosos em ocorrências anteriores.

Nesse sentido, seguem imagens dos momentos em que foram realizadas as instruções teóricas e práticas de simulações:

Figura 6 – Instrução na sede 97ª CIPM



Figura 7 – Simulação após Instrução



O resultado colhido foi bastante positivo, de forma que dos 44 policiais militares da 97ª CIPM/ Iará que passaram pelos treinamentos do Plano de Operações e primeiras respostas de atendimento de roubo a banco, ao serem questionados sobre a viabilidade da implementação da metodologia de atendimento de ocorrência apresentada, 43 avaliaram como “viável”, bem como, no quesito “segurança”, entenderam que os procedimentos dariam mais proteção para o efetivo policial durante o atendimento de ocorrências dessa natureza. (Apêndice G)

A aceitabilidade e aprovação do efetivo da 97ª CIPM quanto aos procedimentos sugeridos com o presente estudo foi tão elevado, que esta pesquisa passou a servir de tema de palestras realizadas em diversas Unidades de policiamento da PMBA. (Anexo C e D – ofícios e certificados atestando palestras proferidas com o tema Atendimento de Ocorrências de Crimes contra Instituições Financeiras, bem como certificado de agradecimento pelo trabalho realizado na 97ª CIPM/Irará)

Para ilustração, seguem imagens de alguns eventos realizados pelo interior do Estado em que foi alcançado um número significativo de policiais militares de todos os níveis de esforço operacional de policiamento:

Figura 8 – Palestras sobre Atendimento de Ocorrências de Crimes contra Instituições Financeiras



Finalizada a exposição dos dados obtidos, segue o conteúdo da entrevista com o Ten Cel PM Marcelo Antônio Pereira Barreto e, em seguida, a metodologia e as ações procedimentais que os policiais militares do local do evento deverão realizar no atendimento da ocorrência.

- Características e análise do *modus operandi* a partir das entrevistas realizadas com os representantes da área de inteligência: Ten Cel Marcelo Antônio Pereira Barreto (coordenador de Inteligência Prisional) e o delegado Jorge Figueredo Júnior (Coordenador do Núcleo de Inteligência do DELPIN e com interno do sistema prisional)

A entrevista foi do tipo semiestruturada e realizadas em momentos distintos, em que fora entrevistado primeiramente o Delegado Jorge Figueiredo, em meados do ano passado, e recentemente, o Ten Cel Marcelo Barreto.

Em ambas oportunidades, após explicar os objetivos e objeto de pesquisa, foram realizados questionamentos voltados principalmente à forma de atuação dos grupos criminosos nos crimes contra instituições financeiras, especialmente novo cangaço e cangaço noturno, fornecendo a este trabalho conteúdos e informações da melhor qualidade.

Ao Ten Cel Barreto, quando indagado acerca do funcionamento, na PMBA, do atendimento de roubo a banco e crimes afins, levando em consideração as fases que antecedem o evento delituoso, o durante e pós ocorrência, este relatou que na fase que antecede ao evento criminoso, o que se observa é que não há uma uniformidade de procedimentos preventivos, mas algumas unidades, sejam as especializadas ou ordinárias, realizam cumprimento de cartão programa de rondas bancárias, rondas nas casas de gerentes de bancos da região e, principalmente, abordagens e atenção a veículos ou pessoas suspeitas que transitem pelas cidades.

Porém, alguns Comandantes, que mantêm um bom relacionamento com os gerentes de banco, ainda recebem informações oriundas da inteligência das

instituições financeiras, podendo solicitar com antecedência apoio no policiamento da cidade em caso de informe sobre ameaça de ação criminosa.

No que concerne ao momento da ação criminosa e seus desdobramentos, relatou que se tem percebido muito mais boa vontade dos profissionais envolvidos do que na organização e coordenação, porque não há doutrina institucional e preparação dos policiais militares para atendimento desses tipos de ocorrências, além da diversidade e dimensão territorial, deficiência do sistema de comunicação e recursos humanos e materiais dificultarem a atuação das forças de segurança no interior do Estado.

Também aproveitou-se para questionar quanto ao conhecimento da Diretriz Operacional Nº 055 do COPPM/2013 e Norma Geral de Ação – COPPM Nº 01/12-13, que versam sobre o atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras e se possuía conhecimento de alguma UOp que tenha um Plano de Contingência para tais situações, e prontamente, o entrevistado informou que já tinha ouvido falar desta normatização do COPPM que versa sobre o tema, mas acreditava que não existe amplo conhecimento e domínio dos policiais militares que se encontram na atividade-fim de policiamento ostensivo.

Informou ainda, que apesar de perceber que boa parte das UOp realizam atividades preventivas, na maior parte das vezes sem uniformidade de procedimentos, são poucas Unidades Operacionais que possuem um plano de acionamento e de bloqueio escrito e devidamente treinado.

Na CIPE-Cacaueira, Unidade especializada na qual já serviu, afirmou que o efetivo sabe o que fazer e onde se posicionar em hipóteses de roubo a banco na região, entretanto, baseando-se exclusivamente no costume.

Quando perguntado ao Ten Cel Barreto sobre a possibilidade de auxílio do serviço de inteligência na preparação de planos de contingência para atendimento de ocorrências de roubo a banco, o entrevistado informou que trabalha há muito tempo na atividade de inteligência e no enfrentamento de roubo a banco e sempre esteve disponível aos Comandantes de UOp para consultas e dúvidas quanto ao *modus operandi* das quadrilhas, bem como para auxiliar com informações

necessárias à confecção de Planos de Contingência. Todavia, não há costume ou rotina institucional de consulta à inteligência para tal tipo de planejamento.

Quanto ao quesito segurança, o mesmo entrevistado foi indagado a respeito da sua visão referente a um bloqueio realizado por uma guarnição policial composta por dois ou quatro PM e o efeito que este poderia causar num grupo criminoso em fuga após ação delituosa, e diante de tal pergunta, ratificou que se uma quadrilha de roubo a banco, após a ação criminosa, estiver bem armada, dificilmente, parará num bloqueio policial, pois a tendência é que ela passe direto e efetue disparos contra a viatura, havendo grande probabilidade de confronto e, que, por isso, o efetivo ideal para bloqueio dessa natureza seria de pelo menos oito PM, dispondo de fuzis na guarnição.

Nesse sentido, reforçam as declarações colhidas em entrevista com o interno que possui vivência na prática de crimes contra Bancos, nas quais informa algo semelhante ao que o Ten Cel Barreto relatou, contudo acrescenta que após confronto ou realizar disparos contra uma viatura da PMBA a tendência é haver quebra do plano de fuga, e a saída para o grupo ser o homizio em área de “mato”, tendo o “mato” sempre como saída em caso do plano não ocorrer como idealizado, vejamos:

Fernando – (...) **fez uma ação e aí estão indo embora, de repente aparece uma viatura parada no meio da estrada**, qual seria o comportamento?

Cláudia T – O nervoso

Fernando – O contrário, o nervosismo

Interno – O ladrão?

Fernando – sim

Interno – Não, não. É diferente. **O do volante vem para o colo do passageiro, o da perna esquerda senta porque a polícia vai atingir só quem dirige.**

Claudia – Ah, sim.

Fernando – Hum

Interno – E quem tá de passageiro normalmente está com a AK, que é um fuzil que raja igual uma metralhadora. Então não bota para fora. Daqui mesmo ... que a polícia vai ter a dúvida se realmente é uma família que vem dentro do carro ou não. Então, você não espera 100 metros, 50 metros, você espera chegar perto.

Fernando – Espera chegar perto?

Interno – Perto. Quando chega 30, 40, 50 metros, você não quer matar. Com um fuzil mesmo você aqui do para-brisas, você só faz

fechar o olho e raja, e os outros começam a deitar para o lado de fora e mandar.

Fernando – Entendi

Interno– Eles não vão para lugar nenhum, eles vão correr e abandonar a caminhonete

Fernando – e vai embora?

Interno – Vai embora. Quando chega em frente...

Fernando – No mesmo rojão que vem?

Interno – **Quando chega na frente abandona e cai no mato porque vai está tudo fechado**

Sara – **A saída é o mato?**

Cláudia– **O mato é a saída**

Interno – **Sempre o mato** (grifos nosso)

No mesmo sentido, são as declarações do Delegado Jorge Figueiredo:

Jorge – Ah, essa logística a gente não falou, mas normalmente eles tentam levantar que dia o carro forte abastece, que dia não abastece. É tanta coisa para falar. Na fuga? Na fuga...falando assim por alto. Na fuga é fogo. A polícia está do lado de lá, você vai para cá. Você vai para onde? Você vai para a direita? Então, eu vou com a guarnição para a esquerda.

Fernando – Mas a questão, por exemplo...dois exemplos assim que a gente imagina. Um policial...um plano de fuga quebrado

Jorge – Como assim?

Fernando – **Tem o confronto, quando ocorre. Tem o confronto, abandona os veículos e vão para o mato.**

Jorge – **certo** (Grifos nosso)

No confronto de tais entrevistas, as opiniões convergem na confirmação do objetivo principal que se busca com o plano de contingência e primeiras respostas nas fases de atendimento, durante e após, das ocorrências de ataques a bancos no interior do Estado: a quebra do plano de fuga do grupo criminoso.

Isto devido a vários motivos, dentre eles, a necessidade de evitar a realização de intervenção na área urbana durante a execução da ação criminosa, principalmente quando os causadores do evento estão portando armamento de grosso calibre, pois o confronto em área urbana aumentaria o risco de danos a terceiros inocentes, salvo quando se tratar de uma intervenção bem planejada e realizada por uma Unidade como o BOPE que dispõe de atiradores de precisão e estrutura para realizar uma intervenção cirúrgica e reduzir consideravelmente a possibilidade de danos tanto a terceiros inocentes como aos policiais envolvidos numa operação dessa natureza.

Ademais, ainda tratando-se da hipótese de quebra do plano de fuga, como a “saída sempre é o mato”, nestes casos o histórico de ocorrências demonstram que quando isto ocorre e, concomitantemente, as instituições e Unidades da PMBA atuam em conjunto na busca e prisão do grupo criminoso, na maioria das ocorrências os envolvidos são capturados, devido o simples fato de terem o plano de fuga quebrado e ingressado numa área de “mato” que não conhecem e despreparados para passar horas ou dias sem água e alimentação. Nestes casos, geralmente eles se rendem ou procuram alguma propriedade rural para buscar água e alimentação e, dessa forma, a polícia toma conhecimento do paradeiro dos mesmos, concretizando a prisão.

Corroborando com esta ideia, indagou-se ao Ten Cel PM Barreto, qual seria o local mais viável para realização de bloqueio de monitoramento ou intervenção policial, em se tratando de evento criminoso nas características do Novo Cangaço ou Cangaço Noturno, e o mesmo respondeu que “o local mais viável e com menos riscos a terceiros inocentes seria fora da área urbana, tendo em vista que muitos crimes ocorrem à noite e os grupos criminosos usam com mais frequência as estradas principais”. Nesse sentido, acrescenta que seria interessante os bloqueios preventivos nas estradas, os quais, certamente, dificultariam o planejamento e execução de ações criminosas e aumentariam as chances de quebrar o plano de fuga desses grupos.

O referido Tenente Coronel foi incitado a levar em consideração os casos de quebra de bloqueio e homizio em área rural e, diante disto, relatar qual efetivo ou UOp entendia ser mais capacitada para emprego em buscas e varreduras. Destarte, o oficial em questão proferiu que entende que as UOp especializadas possuem maior capacidade de realização das buscas a pé em área rural, mas não poderia descartar a possibilidade de aproveitamento de policiais da região que conhecem o terreno, em razão de servir como elemento facilitador durante o deslocamento e buscas da patrulha policial.

Essa prática é bastante comum e já tive oportunidade de vivenciar experiências semelhantes tanto quando servia na CIPE-Cerrado, como atualmente no BOPE, principalmente por esta última ser composta por policiais militares

residentes na capital baiana, mas que na qualidade de sexto esforço operacional possui atuação em todo Estado da Bahia quando há necessidade de apoio ao policiamento local em ocorrências mais complexas.

E nestas oportunidades, sempre é importante a integração e colaboração dos policiais militares que conhecem o terreno, pois a falta de conhecimento pode trazer graves prejuízos à operação policial.

O fato de policiais da capital deslocar para atuação e apoio no interior, é fato que remonta ao período das volantes. Tal situação foi, inclusive, relatada na entrevista realizada com o Maj Marins, em que o mesmo informou com base em pesquisa da história da PMBA que, no período do cangaceirismo, era comum o deslocamento de efetivo da capital ao interior em busca de capturar lampião e seu bando, e que a falta de conhecimento e adaptação ao sertão repercutia no insucesso das operações. Vejamos:

Marins – Isso não era de uma maneira uniforme. Bom, as volantes quando se iniciaram, eles iniciaram com o sentido de dar o combate a esses criminosos, esses grupos de nordestinos criminosos que vagavam pelo sertão, mas que não tinham ainda (...) Então, era normal que você tivesse policiais que vinham de outros locais e fossem destacados para lá para combater a volante. Qual era o resultado? **O homem não conhecia o terreno, o homem não conhecia o clima, o homem não conhecia a natureza, o homem não conhecia o próprio homem que lá viviam. Então, ele era fadado ao insucesso, como acontecia. Essas volantes eram facilmente vencidas pelos cangaceiros.** (Grifos nosso)

Voltando à entrevista do Ten Cel Barreto, quando inquirido sobre sua experiência no acionamento de Unidades do Comando de Policiamento Especializado para apoio ao policiamento local em ocorrências de crimes contra Instituições Financeiras, o entrevistado respondeu que não há dificuldade ou burocracia para o acionamento do CPE e suas Unidades para apoio ao policiamento local. Talvez possa existir apenas quanto à disponibilidade de recursos para custear o deslocamento de tropas como o BOPE e GRAER para o interior do Estado, devido à necessidade de pagamento de diárias e outras despesas, o que eleva bastante os custos desse tipo de apoio.

As entrevistas também buscaram levantar informações, aos olhos de quem trabalha na atividade de inteligência e investigação criminal, sobre o planejamento e atuação das quadrilhas de roubo a banco ou explosão de TAA ou cofres; as modalidades de fuga; as características dos veículos utilizados; o armamento empregado; a procedência e acesso a explosivos; a composição dos grupos criminosos; a divisão das funções e acerca da relação com facções criminosas e com o tráfico de drogas. Pois, é imprescindível investigar também os *modus operandi* das quadrilhas de roubo a banco para o desenvolvimento das primeiras respostas que se apresentam como fruto desta pesquisa

No que concerne aos veículos utilizados, o Ten Cel Barreto informou que são geralmente com restrição de furto ou roubo e que os meliantes procuram roubar ou furtar os veículos com antecedência, providenciando placas clonadas para chegarem ao local sem levantar suspeitas com a fiscalização de trânsito e com mais segurança. Mas neste ponto destacou-se os relatos do Delegado Jorge Figueiredo Júnior, que nos trouxe significativas contribuições, segue transcrição:

Fernando - E quanto a veículos de transporte?

Jorge – Veículos, isso aí é das antigas. O povo já tem até esse hábito. **Você tem que acompanhar a rotina dos roubos de veículos.** (...) Antes do WhatsApp, eu era tão paranoico que eu ficava de madrugada mandando torpedo. Uma época a polícia me chamou atenção porque minha conta – eu usava celular funcional – Estava vindo quatro mil, cinco mil de torpedos, mas aí graças a deus eu fui ouvido, me chamaram, eles ponderaram que minha justificativa era plausível.

Cláudia – Sim

Jorge – Eu ficava de noite passando torpedos – um cara metódico que faz assim, eu botava tudo organizado, eu botava assim alerta a banco. Aí botava na madrugada de hoje, na cidade tal, em tal hora foi tomado o veículo tal. **Qual é o termômetro? Toda vez que picapes em uma determinada região que já tinha histórico de roubo a banco era assaltada, bem como as circunstâncias daquele roubo.** Homens armados, arma longa, (...) tomaram um carro (...) a gente falava: “ (...) todo mundo antenado porque vai acontecer roubo a banco”. (...). Aí foi bom porque criou o hábito, sabe de que? Todo mundo começou a se comunicar. Aí, eu ganhei muita amizade no interior porque até guarda municipal me ligava: “Dr. tomaram um carro aqui”. (...).

Fernando – É, eu recebia essas mensagens.

Jorge - Por isso que eu falo, esses veículos são interessante você acompanhar. Ontem mesmo eu vi, tomaram um SW4, não sei aonde, tomaram uma...E criou-se uma rotina. Porque **uma forma de você ter um termômetro em relação ao banco é nos roubos de veículos.**

Fernando – E eles esquentam? Colocando uma placa de um veículo?

Jorge – Olha, eu vi poucas vezes. Uma época teve investigação e foi preso um cara em Feira de Santana

Fernando - Pelo menos um “clone”? Criam uma placa clonada, alguma coisa assim?

Jorge – **A gente teve em Feira de Santana. Por que eles faziam isso? Porque eles guardavam os veículos. Então, eles botavam placas frias para passar o carro despercebido. Então, o carro ficava em determinado local, para você passar e não despertar curiosidade de carro roubado** ou na maioria das vezes...

Fernando – **O tempo de uma subtração dessa, de um veículo para o evento?**

Jorge – **Eu vi em Barreiras de 20 dias, de 30 dias. Tem ocorrência. Os carros foram até apreendidos, acharam no mato. Se você botar aí você vai achar. Coisa de um ano e pouco atrás.**

Cláudia – Coisa de um mês então, mais ou menos

Jorge – **É porque eles estão ficando espertos. Antigamente se roubava o carro na quarta, sexta tinha ocorrência em banco. Todo mundo estava ligado,** então, agora...

Fernando – Isso.... Vamos dizer assim...esse aperfeiçoamento no *modus operandi*

Jorge – Então, eles agora procuram esfriar o carro. E a gente já teve ocorrência com o carro... foi qual? Foi em Andaraí? – **carro locado. Locaram um carro em um nome laranja em Goiás e meteram o carro e andaram na cidade de boa.** (grifos nosso)

É notório que alguns crimes repercutem em outros e este método de monitoramento de roubo de veículos, principalmente aqueles de características típicas aos geralmente utilizados em grandes assaltos contra instituições financeiras, é importante para o acompanhamento, principalmente, por parte do policiamento local, o qual deve estar atento aos veículos diferentes em circulação na cidade (nas menores cidades é possível essa distinção) e com acesso à tecnologia que viabilize a consulta de placas online.

Existem alguns aplicativos gratuitos e de acesso a qualquer cidadão, como o *Sinesp Cidadão*, bem como o institucional que é o Sistema de Mobilidade em Operações Policiais (MOP), disponibilizado pelo Departamento de Modernização e Tecnologia (DMT) da PMBA.

Além disso, segundo o Ten Cel Barreto, verifica-se, nos casos de quadrilhas mais especializadas, como as de roubo de carro-forte ou de novo cangaço, uma

adaptação dos veículos para as empreitadas criminosas, com a instalação de blindagens de placas de aço nos fundos, e laterais com escotilha, resistentes a disparos de armas de fogo, etc.

Já em relação ao armamento empregado, respondeu que são utilizadas armas portáteis, como fuzis e metralhadoras e que, apenas pelo tipo de armamento, estas quadrilhas já têm intimidado as forças policiais nas pequenas cidades. No que se refere à divisão das tarefas, o entrevistado expôs que existe uma tendência à modernização, em que há uma espécie de terceirização dentro das quadrilhas, pois a quadrilha que vai roubar o banco não é a mesma que rouba os carros, bem como não é a mesma que detém o controle do armamento, tendo-se em vista que as armas podem ser alugadas, consorciadas ou podem ser próprias da quadrilha, porém o armamento geralmente é alugado.

Neste ponto, destaca-se algumas passagens da entrevista do interno sobre o comércio de compra e aluguel de armas com fim de realização de assaltos a bancos, chegando inclusive a suscitar envolvimento de prepostos da polícia militar na logística de algumas ações que teve conhecimento:

Interno - Tive muitas amizades porque teve muitos que serviu também comigo. Tem uns que são donos de guarnição, que é chefe da guarnição, se botar um que não faz o jogo diz que quer matar, quer botar ladrão para matar, ladrão é que não vai dar esse mole, mas muitos matam porque ali estão seis homens da guarnição da catinga, quatro CT, dois fuzis ... **eles alugam**. Se o assalto for 300 mil, eles querem 100, geralmente dá mais, não é? Aí você não vai devolver a arma na mão deles, não é? Deixa 200 metros dele, já deixa o dinheiro ali em cima. Eles ... você sai do mato, eles vêm e pegam. É pior do que o ladrão a polícia hoje na Bahia.

Interno – **Uma .50 no Paraguai é 30, 40 mil reais. Se o Senhor quiser mando por 250 mil, eu mando entregar na porta, aqui, em qualquer lugar.** Hoje praticamente na Bahia é onde está focado os maiores assaltantes do Nordeste. Se for botar ponto de vista, na Bahia, hoje, deve ter umas 15 e 50 ou mais, que eu sei por baixo, de pente, o mais moderno porquê de cera ninguém quer mais. Então, está fácil para comprar armamento.

Conjecturar se tais situações de alugueis de armas envolvendo policiais como atores acontecem realmente, não é o objetivo da presente pesquisa, contudo serviu de alerta para que em operações de repressão a crimes dessa

natureza se redobre a atenção quanto às armas apreendidas e identificadas como extraviadas da Corporação.

No que se refere aos explosivos, o Ten Cel Barreto afirmou que geralmente são produtos de furto ou roubo das minas e até mesmo de comercialização de restos deles, já que não há fiscalização efetiva das autoridades competentes a respeito da comercialização, trânsito e, até mesmo, do uso desses explosivos.

Nesta passagem explicou também que, atualmente, tem-se acompanhado uma derivação do novo cangaço que foi denominada de cangaço noturno, pois quando os meliantes querem fazer uma ação voltada a um grande volume de numerário ou objetivo de maior número de explosões de TAA ou cofres, estes procuram sitiar a cidade e fazer reféns, geralmente, no turno da noite, com o fito de atingir com maior facilidade as agências que possuem cofres, ou são bases de valores ou SERET (bases do Banco do Brasil de recolhimento e guarda de valores de determinada região).

Referente às modalidades de fuga, o militar enfatizou que estas variam de acordo com as especificidades da quadrilha, porque, geralmente, no novo cangaço e no cangaço noturno, as quadrilhas dispõem de locais predeterminados ou escolhidos como acampamentos em área rural, bem estruturados e com disponibilidade de comida e água para que possam ficar por vários dias – muito comum a esta modalidade.

Já quando se trata de estouros de TAA, o representante da área de inteligência, com propriedade, proferiu que os grupos criminosos, normalmente, fazem um “bate volta”, ou seja, saem dos locais de origem nos grandes centros para realizarem a ação criminosa e retornam na mesma noite, usando as estradas principais ou vicinais em melhores condições de tráfego.

Ao fazer um relato sobre a modalidade de sapatinho (extorsão mediante sequestro), o oficial questionado corrobora que, também na fase de planejamento, é estabelecido um local previamente para se homizarem e que não há preocupação com trocas de carro ou com a utilização de carros roubados, posto que se utilizam de placas clonadas, assim como nas outras modalidades, podendo

também utilizar os carros da própria vítima ou da família e estabelecer como local de homizio ou cativeiro a casa das próprias pessoas sequestradas.

Quanto às modalidades de fuga, o Delegado Jorge Figueiredo Júnior, também colaborou com informações detalhadas, inclusive, com base em suas explicações, vislumbramos a necessidade do policiamento local no interior, na realização da estratégia de aproximação ter mapeado e manter um bom relacionamento com os donos de propriedades rurais, os quais podem manter a polícia informada sobre alugueis de chácaras, fazendas por pessoas que não são da região, ou qualquer movimentação estranha e fora da rotina em propriedades rurais vizinhas.

Seguem as transcrições da entrevista do Delegado, com riqueza de detalhes quanto aos modos de fuga adotados pelos criminosos que acompanhou durante investigações policiais:

Fernando – O Sr já entrou aí em uma situação interessante. Na questão **modalidade de fuga**. O Sr falou: “sempre quando vai investigar, eles ficaram quatro, cinco dias na região”

Jorge – **Sempre na região, ficam na região. Dificilmente sai. Só que hoje a PM está esperta nisso (...)**

Cláudia – **Mas a alimentação, como é que é?** Eles já deixam lá?

Jorge – **Já tem, já tem. Eles já tem o local de homizio. Já tem a alimentação, já tem alguém.**

Fernando – É área rural, se alimenta no mato.

Jorge - Quer ver uma coisa? Toda investigação de banco...quando eu estava investigando banco, eu sempre falava: “Galera, levanta porque tem alguém da região, tem alguém da cidade.” **Sempre tem alguém da cidade porque a logística de roubo a banco precisa de alguém que conheça a cidade. Assaltante de banco não foge por asfalto. Ele não vai passar na polícia rodoviária, ele não vai correr risco de bater com a polícia, ele vai para a zona rural, ele vai para a estrada de chão. Assaltante de banco de São Paulo não sabe para onde vai, não. Eles tem que ter alguém da região – ou que participe ou alguém da região que dê tudo para os caras. Vai dizer aonde eles vão se esconder, aonde é o local bom, a rotina da polícia, quantos policiais têm na cidade. (...)**

Cláudia – Sabiam de tudo

Jorge – **Como é que não sabia de tudo se era eu, um policial, dois policiais militares de revólver - e eu só tinha uma pistola, na época. Sabia a rotina de todo mundo. Então é natural. Ele precisa de alguém da cidade para saber a rotina. (...)**

Fernando – Necessita de tempo para se planejar um evento desses... gira em torno de quanto tempo?

Jorge – Olha, quando **você fala em logística, tem um monte de coisa para falar**, mas assim...Logística...**tem gente que é contratado no roubo a banco só para fazer a logística. É só para ir antes. E outra coisa, vou dizer mais – você é polícia, eu fico mais a vontade, eu vou contribuir para a polícia também.** Eu continuo com a amizade, e o network que a gente faz profissional. (...) **O cara é contratado para ir para uma cidade levantar, ele se hospeda, ele fica em hotel, ele vai no restaurante, ele sai para beber, ele levanta, ele vai na delegacia, ele marca o GPS a coordenada, vê onde é policiamento local, quantas viaturas, como é a rotina do banco, como não é. Mas sempre tem colaborador local, sempre. Não tem uma ocorrência de banco que não tenha colaborador local, se não tiver ela está fadada ao insucesso, salvo se o colaborador local é alguém que não está mais lá, mas que é da região. Tipo: eu sou de Irará, mas não moro mais lá. Hoje eu tô aqui e aviso a galera: - “borá lá, eu conheço tudo, sou nativo da cidade, eu sei tudo, borá lá”. Mas sempre tem alguém da cidade, né? Como determinadas ocorrências sempre tem alguém do banco. Você falou de Várzea, teve uma ocorrência que os caras entraram pelo fundo lá e todo mundo sabe que o segurança que facilitou.**

(...)

Fernando – porque a fuga é muito importante, a forma, as modalidades de fuga por quê? São em cima dessas modalidades que vamos focar o trabalho da polícia durante e após o evento, principalmente pelo critério que o Sr falou, da permanência e persistência.

Jorge – você fala da fuga...o que eu visualizei de fuga deles, de **logística** deles?

Fernando – Isso. **Como se dá a fuga deles?**

Jorge – Poxa, tem vários tipos de modalidades de fuga.

Fernando - **É pelas estradas? É em área rural? Tem propriedade em fazenda?**

Jorge – **Se for área litorânea tenha cuidado, se for área de rio, tenha cuidado porque é muito mais fácil fugir de barco e não ser pego do que eu fugir pela estrada de chão. É por isso que tem que ter o BOPE. Se é uma cidade que já tem conhecimento que tem ocorrência de banco e é uma cidade fluvial, tenha cuidado. Os caras vão fugir de barco, de lancha. Me pergunte...Eu vou te perguntar uma coisa aqui agora. As perguntas que eu faço para mim. Se disserem para mim agora – para mim, eu vou ter que acionar os outros – “Jorge, corre, corre, tem dois caras agora com uma tonelada de cocaína, entrou em uma lancha agora, está seguindo destino aqui para subir para Recife pelo mar”. Eu não vou poder fazer nada, salvo acionar o chefe imediato ou acionar a polícia federal. A gente não tem... A Polícia Militar tem embarcação? Deve ter uma ou duas em algum lugar aí**

(...)

Fernando – Certo, e na cidade...

Jorge – **Na estrada, se for pista é estrada de chão. Asfalto, eu soube apenas uma vez, que eles foram muito inteligentes. Não vou citar a cidade, ocorrência grande, levaram muito dinheiro, inclusive com participação ... por isso que também eles foram pelo asfalto, eles foram pela estrada de chão, tiveram apoio total.**

Jorge – E eles voltaram, todo mundo já normal, sem nada, o dinheiro não estava com eles, a arma não estava com eles. Pegaram duas horas de pista e foram embora. Mas ao que acontece...

Fernando – Mas o que o Sr. está falando não é difícil de acontecer porque uma ocorrência emblemática que foi esse ano, em janeiro, que foram executados dois policiais militares ...

Jorge – aonde?

Fernando - em Bom Jesus da Lapa.

Jorge – Sim, sim, sim

Fernando – **Uma boa parte era de Pernambuco e, naquela mesma noite, após executarem dois policiais, uma parte foi até Cabrobró...retornou para Pernambuco e pegou estrada, numa viagem de mil quilômetros...**

Jorge – Aí, normalmente, tem algum...porque ninguém é doido de cometer um assalto a banco e encarar o asfalto. E aí, sim, quando pega a estrada de chão, é tanta logística, esses caras são tão criativos. Mas normalmente o carro de fuga não é o que eles fogem. Ali é o carro de fuga do local, mas o que vai fugir mesmo são outros carros, já tem outros carros com característica diferentes, com pessoas já aguardando, esperando, já distribui um pra lá, outro pra cá, já fomenta, normalmente tem até casal já esperando para colocar gente dentro de casa, carros de empresas esperando, já plotados ou como empresas, eu não sei. Eu já soube de carro até de câmara de vereadores, que deu fuga. Zé de Lessa fugiu uma vez com carro, ocorrência antiga, todo mundo em Cafarnaum sabe da história e sabe quem era, porque era ele quem bancava a política do cara. Então, normalmente essas rotas de fugas é assim. **Teve uma que foi interessante e por isso que a polícia não teve sucesso. Foi em Gentio do Ouro. Os caras fugiram de carro, largaram o carro, adentraram no mato. A polícia pensou: agora está fácil, todo mundo no mato, não vão fugir tão rápido. Os caras fugiram de cavalo, meu amigo, era área de morro, de não sei o que, estavam os cavalos todos lá esperando. Como é que polícia vai entrar no mato de serra, morro, você vai andando, andando, andando. Então, fugiram de cavalo. Quadrilha de Carlão, irmão de Edgard. Carlos Silva Freitas, que até hoje é uma lenda, porque ninguém prende. Eu mesmo confesso que tentei prender durante muito tempo...**

(...)

Fernando – E o uso de fazendas na região?

Jorge – Tem o uso de fazendas da região, mas não como...

Fernando – Normalmente tem convivência do proprietário?

Jorge – Não, a maioria não tem convivência do proprietário. São propriedades grandes, a gente está falando de sertão – eu estou falando de sertão, principalmente. Uma terra de sertão, é terra que você não tem nada. Então, não tem porque você está rodando na terra. Você vai ver gado, que gado? Vai ver a carcaça. Você vai ver a plantação, que plantação? É sertão. Então, o cara tem terras e terras, caatinga, hectare, hectare que ta lá, que dele, tá fechado; ele usa aqui, usa aqui, mas é mato, entendeu? Região de Carfanaum, Irecê tem muito disso aí. Agora uma região que o cara já cultiva é diferente porque tem pessoas, tem trabalhadores, tem lavradores. E na região lá...eu via muito isso...o dono nem sabia. (Grifos nossos)

Ainda tratando as modalidades de fuga, ficou claro não apenas a possibilidade de uso da estrada, muitas vezes logo após a execução do evento criminoso, mas também a possibilidade da fuga ser pela zona rural e, pasmem, a pé ou com uso de animais, embarcações, etc. Algumas vezes tendo, inclusive, auxílio do sertanejo, morador da zona rural, que por viver em situação de escassez em algumas regiões do interior da Bahia, qualquer gorjeta ou valor dado pelo criminoso que o encontra em meio à zona rural durante fuga da polícia, já o conquista e angaria o seu auxílio, seja com alimento, água, informações ou ponto de apoio. A seguir trechos que convergem nesse sentido, tanto do Delegado como do interno entrevistado:

Da entrevista do Delegado

Fernando – E a participação de sertanejos da região, de nativos da região?

Jorge – Sim, sempre

Fernando - Quando essas quadrilhas estão em processo de fuga, tem contato com esses nativos?

Jorge – **vamos falar de Zé de Lessa, eu falo mais Zé de Lessa porque eu fiquei muito tempo lá..**,

Fernando - Os nativos...

Jorge – **Dão dinheiro para todo mundo**

Fernando – **Os nativos apoiam ou não, como é?**

Jorge – olha, uma época foi engraçado porque aí um servidor da prefeitura, chegou para mim e falou: - “doutor está todo mundo comentando na cidade” Eu falei: O que? - “**ta cheio de gente com celular de um real, todo mundo comprando tudo com um real**”. E na época eu levantei. **O assalto a banco tinham levado muito dinheiro e muito com notas de um real. Eles tinham distribuído entre os moradores dos povoados.** Franklin mesmo tinha acesso. Ele chegava na casa, ele tinha comida. Qualquer um

dele, que chegasse na casa, o cara recebia, dormia e comia porque sabia que eles davam 500 reais, mil reais.

Fernando – Durante a fuga?

Jorge – **Antes, durante. Eles já conquistavam antes.** Até hoje em Cafarnaum a Polícia Militar tem um problema ou a civil. Quando entra, ou entra já no padrão ou não vai pegar ninguém porque já entra todo mundo...porque as pessoas idolatram, são beneficiadas de alguma forma, infelizmente o Estado não quer beneficiá-las. **Então, ela vai apoiar quem ajuda. Então, ela vai apoiar quem dá comida para o filho dela. Ela olha para o Estado e vê que o Estado não tá nem aí para ela. Ela não está preocupada com o que vai acontecer daqui...com a geração dela no futuro, ela está preocupada se o filho dela amanhã vai acordar vivo. Eu sei que a realidade de lá é delicada.** (grifos nosso)

Da entrevista do interno

Interno – É, mas é tudo uma comparação, você andar por cima do mato para não deixar rastro, **você pegar uma pessoa e levar junto com você até o local de você ir embora, já aconteceu tudo isso.** Uma pessoa está pegando...

Fernando – **Uma pessoa como?**

Interno – **procurando lenha e passar por você e você está com aqueles seis homens e ele passar por você com uma arma e você pular em cima dele e amarra uma corda na cintura dele, aí você vai fazer...você vai acalmar ele, aí ele vai sair dali com o seu botijão, com sua compra de trinta dias, ele vai lhe dar o endereço da casa dele para quando você passar, sempre procurar ele.**

Fernando – Entendi

Interno – É, acontece muito.

Fernando – **Como se ele fosse um ponto assim de apoio...**

Interno – **É, tenho muitos amigos no interior assim. Humilde, de roça, que eu estava na rua e passei lá, que eu conheci no meio do mato num pinote da polícia e me bater e me levar junto comigo. Então, toda vez que eu descia para a Bahia, eu já sabia, vou passar na casa de fulano. Aí, já passava ali. Todo assalto, tirava 200, 300, 500 reais para um e sempre passava e deixava um agrado.** Então, esse pequeno agrado, você tem as portas sempre abertas, não importa se é humilde ou não, mas sempre tem um ovo ali para fazer uma farofa para você no fogão de lenha. Então, você sempre está parando e bem acolhido. Tem pessoas que...na época que eu estava envolvido me ligava para saber quando que eu ia para matar codorna para me esperar.

Cláudia – Olha só. Eu sei, é assim mesmo

Interno – O pessoal do interior é muito bom (grifos nosso)

Quanto à composição dessas quadrilhas, o Ten Cel PM Barreto destacou que elas são compostas de forma simples, posto que existe um núcleo criminoso

principal, por intermédio do qual os bandidos definem missões, levantam informações e recrutam pessoas com menor importância para o núcleo criminoso, as quais são remuneradas por cada evento que eles realizarem e conforme a tarefa desempenhada. Tais formações, geralmente, não são as mesmas, pois depende da região, do local, da empreitada criminosa, bem como do mentor que vai fazer toda a logística no local em que vão realizar o assalto.

Quanto aos preparativos para as ações delituosas o supracitado oficial superior mostra que estes são bem elaborados e com antecedência, principalmente no novo cangaço e cangaço noturno, já que os bandidos fazem levantamentos de efetivo policial; traçam rotas de fuga; percorrem as rotas; definem local de acampamento; estimam a chegada de apoio policial no local; estudam a quantidade de policiais, armamentos e viaturas; quais as cidades mais próximas e os recursos policiais que podem chegar na hora do assalto. Afirma, ainda, que nesta modalidade de assaltos, tudo é muito bem planejado no que diz respeito aos crimes de maior envergadura, porque se tratam de quadrilhas mais especializadas, que atuam neste ramo há um longo período.

Quanto a respeito da relação com o tráfico de drogas, ele ratificou que existem as quadrilhas que são específicas e tradicionais, que não se envolvem com o tráfico de drogas, como também existem as que se envolvem com o tráfico e que, atualmente, são a maioria, pois a dinâmica dos crimes contra as instituições financeiras está intimamente ligada ao tráfico de drogas. É notório o aumento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras quando se tem uma repressão mais forte ao tráfico com elevada perda de dinheiro e mercadoria, com grandes apreensões, que, de certa forma, motivam as quadrilhas a migrarem para os crimes contra as instituições financeiras a fim de obterem dinheiro rápido e, logo em seguida, retornarem ao tráfico.

Em virtude dos fatos mencionados, ratifica-se que quando o enfrentamento ao tráfico se encontra atenuado nos Estados, há uma diminuição considerável no número de ocorrências de crimes contra as instituições financeiras, ao passo que quando a repressão aumenta, a migração é certa, devido ao prejuízo financeiro

decorrente das apreensões, obrigando aos detentores da mercadoria apreendida levantar numerário para pagamento dos fornecedores.

- Da elaboração do conjunto de primeiras respostas a serem adotadas na PMBA para atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras.

A partir da estatística analisada, questionários aplicados e entrevistas realizadas no intuito de subsidiar a confecção do Plano de Atendimento (apêndice C) e primeiras respostas (apêndice D), foi definido que o efetivo mínimo para realização de um bloqueio policial é uma guarnição policial militar – Gu PM com quatro policiais, a qual, na realidade das Gu PM da 97ªCIPM/ Ipiranga, e outras do tipo CIPM, representa 02 (duas) Gu PM.

Sendo assim, a primeira Gu PM a deslocar para a montagem do bloqueio contará sempre com a chegada de uma segunda Gu PM em apoio no local determinado, o que totalizará duas viaturas e quatro ou mais PM em cada bloqueio policial.

Definido o efetivo, sugere-se como equipamentos básicos para a realização de um bloqueio de forma técnica e segura, observando a carência e disponibilidade de meios, a necessidade de quatro cones de sinalização, um perfurador de pneus retrátil, popularmente conhecido como “jacaré” ou, na falta deste, o uso de “miguelitos”, bem como duas viaturas.

O bloqueio das possíveis vias de fuga, que compõe a principal tarefa durante o atendimento de roubos a banco, sugere-se que seja realizado com a viatura posicionada na via de sentido da fuga, com giroflex, pisca alerta e faróis ligados e, na via contrária, a disposição dos cones e, logo após estes, o perfurador de pneu retrátil ou “miguelitos”.

Nesta hipótese, o efetivo da guarnição deverá se posicionar do lado oposto ao qual a viatura esteja posicionada, em local mais alto e que disponha de abrigo natural (acima de um paredão ou barranco, etc), de forma que fique fora do campo de visão e da linha de tiro dos criminosos, caso decidam disparar contra a VTR policial. Todos esses procedimentos deverão ser executados em conformidade

com a previsão do Plano de Operações e respeitando a sequência de ações sugeridas (Apêndice C e D).

Para definição dos pontos de bloqueios a serem montados é importante que sejam realizadas visitas de mapeamento e reconhecimento dos locais em questão, inclusive, verificando-se as vias de fuga utilizadas em crimes anteriores.

Ao primar pela segurança dos policiais envolvidos na operação e ao observar o objetivo dos bloqueios, outras duas condições constatadas para a seleção destes locais são: a disponibilidade de comunicação via telefonia móvel, vez que o sistema de rádio da PMBA no interior não proporciona uma comunicação plena, registrando quais operadoras de celular possuem sinal efetivo. Considerando que a comunicação via rádio nem sempre se encontra em condições de atender às necessidades de comunicação é que se optou pelos locais em que será possível a comunicação via telefone celular.

Outro critério essencial para escolha de locais a serem montados tais bloqueios é a existência de pontos de abrigos, preferencialmente, pontos altos (barrancos) em relação à via, para que seja possível o posicionamento mais seguro dos policiais, colocando-os em vantagem tática em relação aos criminosos, levando-se em consideração, tanto a hipótese de ocorrências durante o dia quanto à noite.

Os locais selecionados deverão possibilitar a visualização total da via e do ponto de bloqueio, bem como a defesa própria ou de terceiros, pois, ao estarem em vantagem tática em relação aos criminosos, tem-se a garantia da superioridade numérica relativa.

Contudo, ressalta-se que o objetivo geral do bloqueio não é o confronto, mas sim monitorar as prováveis vias de fuga e sobretudo possibilitar a quebra do planejamento dos criminosos, forçando-os a abandonar os veículos e a incursionarem em área de mata ou rural e, como isto não está previsto no planejamento deles, facilitará a atuação da patrulha de busca do BOPE e, conseqüentemente, a captura e prisão dos mesmos.

Na escolha dos pontos de bloqueio deve-se evitar curvas que comprometam a visibilidade dos veículos que transitem em direção ao bloqueio, bem como,

pontos de alargamento da via que anulem o objetivo de retenção ou diminuição de velocidade do trânsito. Em decorrência disso, importante que se dê preferência a pontes, estradas mais estreitas e após as bifurcações, para fins de aumentar a eficiência do cerco.

Esta primeira medida que é de cerco e bloqueio das possíveis vias de fuga, como dito acima, consiste na principal tarefa a ser desempenhada pelo policiamento local, o que pode ser ratificado pelo depoimento do interno do sistema prisional que, durante a entrevista, ao se referir à Polícia Militar de Minas Gerais afirmou que “era uma região que eu nem gostava em mexer”, devido exclusivamente aos procedimentos de manutenção e permanência de cerco e bloqueios nas estradas em torno do local alvo de ações criminosas, senão vejamos:

Interno – (...) Por último agora teve um assalto, tentaram meter um carro forte no Estado de Minas, perdeu a 55 fuzil, o pessoal aqui da Bahia. Tinha três caras que nunca foi em assalto nenhum e levaram. Acho que a polícia de **Minas** também deu em cima, que **é uma polícia muito rígida, ela não entra no mato, mas se tiver que ficar 15 dias na estrada atrás de uma pessoa, fica.** Então, pega a pessoa mais pelo cansaço. **Era uma região que eu nem gostava em mexer. A polícia da Bahia não, você entra no mato...**

Fernando – E o Estado de Minas é muito grande.

Interno – É. **A polícia da Bahia, você entra no mato agora, não teve rastro, quando dá seis, sete horas, ela já recua. Aí, dez horas da noite você pode sair para sua casa, direto.** (Grifos nosso)

Nesta passagem da entrevista a PMBA ainda é criticada em face da falta de manutenção dos bloqueios durante o atendimento de roubos a bancos, mas isto ocorria bastante, exatamente por falta de planejamento para tais hipóteses de ocorrências e orientações de primeiras medidas a serem adotadas.

Sempre foi dado mais importância ao viés preventivo, através de rondas, cumprimentos de cartão programa, reforço de policiamento, considerando horários e períodos de maior probabilidade de ocorrências, o que é correto também devido a natureza de polícia de prevenção que é o policiamento ostensivo desempenhado pela PMBA.

Contudo, assim como no período do cangaço, muitas cidades do interior eram alvo de ações criminosas devido a menor estrutura do Poder Público e quantidade de policiais, o que nestas hipóteses, é imprescindível o aperfeiçoamento das ações e planejamento de contingência para hipóteses de ocorrências que numa análise de risco existe probabilidade de acontecer.

Dando continuidade, a seleção dos pontos de bloqueio, como o objetivo não é o confronto com os criminosos, estes foram definidos de forma que sejam visualizados há mais de cento e cinquenta metros de distância, possibilitando ao grupo criminoso a oportunidade de não prosseguir no itinerário planejado e optar por alternativas outras, como abandonar os veículos e se homizarem em área rural.

Observados os critérios elencados, foram delimitadas hipóteses de ocorrência de crimes contra instituições financeiras nas quatro cidades que compõem a circunscrição da 97ª CIPM, quais sejam: Irará, Água Fria, Ouriçangas e Pedrão.

Além disso, foram selecionados os pontos de bloqueios a serem montados, como também fora discriminado o efetivo, inclusive de apoio, pertencente à própria UOp da área e às UOP apoiadoras, constando-se localizações através de coordenadas geográficas e pontos de referência.

Vale ressaltar, ainda, que as guarnições, caso tenham oportunidade e condições de realizar, em tempo hábil, poderão preparar no momento inicial de atendimento um primeiro bloqueio, do tipo físico, que não necessita de presença policial, através da obstrução total da via. Isto pode ser feito em vias/estradas mais estreitas ou em pontes, por meio do emprego de veículos pesados (trator, caçamba ou caminhões) ou com a derrubada de árvores na pista, de forma que seja totalmente impossibilitada a passagem de veículos. Sendo possível tal hipótese de bloqueio, a guarnição criará uma zona estéril, sem trânsito de veículos automotores, e deverá se posicionar a uma distância de três a cinco quilômetros do bloqueio físico, orientando às pessoas a retornarem ao serem alertadas a respeito de ocorrência de roubo a banco e do risco de encontrarem criminosos à frente.

Tal procedimento deve ser exceção e realizado apenas nos instantes iniciais da ocorrência, para o fim de diminuir o risco de confronto, e aumentar as chances de quebra do plano de fuga dos criminosos, devendo a obstrução ser desfeita ao tempo em que forem chegando reforços policiais de outras cidades e Unidades de apoio, tais como Companhias especializadas e de patrulhamento tático.

O resultado esperado proveniente do bloqueio físico é que o grupo criminoso se desestabilize com a quebra do plano de fuga e force o abandono dos veículos e reféns (caso haja).

Vale salientar que a montagem e a manutenção dos bloqueios serão essenciais ao monitoramento das vias e da movimentação dos criminosos no Teatro de Operações -TO, assim como no repasse das informações às Gu PM de buscas. O que é reforçado pelo depoimento do entrevistado transcrito acima.

Ao considerar os recursos disponíveis na região para apoio da 97ª CIPM/Irará, bem como de outras CIPM do interior baiano, sugere-se que além das equipes de bloqueio, também haja as guarnições PM de buscas de patrulhamento das principais estradas e vicinais, com o fim de busca dos vestígios do destino tomado pelos criminosos, a serem desempenhada por guarnições de PETO, CETO, CIPT e CIPE, em conformidade com as sugestões de atualização da NGA COPPM Nº 01/12-13.

Fazendo um aparte, foi constatado pela entrevista que tais denominações e siglas policiais militares são de conhecimento do criminoso que cumpre pena no sistema penal, o qual fez referência a tais termos *interna corporis* da PMBA durante a entrevista no momento em que relatava uma fuga que se deu com apoio de policiais corruptos. Ou seja, tanto conhecia bem os tipos de guarnição e equipes policiais como se relacionava com alguns para a prática de crime, principalmente quanto ao apoio logístico durante a fuga:

Interno – Já. No assalto de Ipupιά. Barra do Mendes fechada, e um cara chegar com a viatura e umas roupas e tirar seis homens de dentro da viatura e você passar pela Blits, na época não era **Peto**, era a **especial**, **catinga** e a civil de [...] e o **COE** daqui de Salvador.

Fernando – Não era o que, que você falou ?

Interno – Hoje é a **Peto**, na época era a especial que tinha de [...], mas passava no meio como policial.
Fernando – E você passou?
Interno – Passei.
Fernando – Tranquilo... (Grifos nosso)

Tais relatos e experiências apenas reforçam a necessidade de cerco e bloqueios estabelecendo um perímetro em torno do local que foi alvo de ações criminosas desse tipo, pois certamente a fuga ocorrerá através das estradas que ligam a cidade às grandes rodovias.

Para cada hipótese de ocorrência vislumbrada através de uma avaliação de risco e probabilidade, sugere-se que seja montada uma ilustração em imagem de satélite resumindo o posicionamento dos bloqueios; quantidade de viaturas; definição de rodovias a serem bloqueadas; quantidade de Gu PM disponíveis; itinerários a serem percorridos pelas Gu PM de buscas; quantidade e quais agências ou correspondentes bancários existentes em cada cidade e as operadoras de telefonia celular com cobertura na área, a fim de facilitar a visualização do TO.

Além disso, como etapa anterior à execução propriamente dita dos bloqueios, deve existir, no Plano de Atendimento, uma planilha específica com os telefones de contato das UOp apoiadoras, dispostos em ordem de prioridade de acionamento para cada hipótese de ocorrência criminosa, de acordo com a cidade. Nesta planilha, serão discriminados, além de telefones de contato, a distância percorrida e o tempo estimado até o objetivo de cada Gu PM, bem como as coordenadas geográficas de cada ponto de bloqueio, objetivando garantir maior eficiência e segurança nas ações, principalmente aos policiais responsáveis pelos bloqueios mais próximos da cidade atacada.

- Da sequência de ações e primeiras medidas a serem desenvolvidas pela guarnição que primeiro tomar conhecimento do evento criminoso

Com base no conhecimento construído a partir das etapas anteriores, foi sugerido, além do Plano de Atendimento (apêndice C), uma sequência de ações

que constituem nas primeiras respostas a serem adotadas (apêndice D), tanto pela primeira guarnição policial que tomar conhecimento da ação criminosa de novo cangaço ou cangaço noturno, e estiver responsável pelo policiamento da cidade alvo de eventual ação criminosa, como pelas guarnições responsáveis pelos bloqueios e buscas dos infratores.

Este conjunto de primeiras respostas servirá de orientação aos policiais militares envolvidos no atendimento e informará todas as medidas a serem tomadas ao tomar conhecimento do evento delituoso, constando inclusive procedimentos de segurança individual e da guarnição. Tal produto, que esta pesquisa oferece como valor ao Mestrado de Segurança Pública e à PMBA, por constituírem numa sequência de ações ou tarefas, o apresentamos no Apêndice D.

3.3 RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Com o modelo de Plano de Operações e primeiras respostas propostas como forma das Unidades de policiamento implementarem um atendimento/enfrentamento mais eficiente e planejado dos grandes assaltos no interior baiano, espera-se sanar a carência na gestão de algumas UOp, no que diz respeito ao planejamento de contingência para atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras.

Com a aprovação institucional das minutas de atualização da Diretriz Operacional Nº 055 do COPPM/2013 e da Norma Geral de Ação – COPPM Nº 01/12-13 espera-se que haja a difusão de tais normas administrativas nos Comandos Regionais e Especializado, a fim de que todas as UOp da PMBA realizem seus respectivos planos de contingência para hipóteses de crimes contra instituições financeiras.

Diante disso, salienta-se que, como foi testado, avaliado e aprovado pelo efetivo de policiais militares da 97ª CIPM/Irará, como método de atendimento de

ocorrências dessa natureza, o Planejamento e primeiras respostas ora sugeridas, poderá servir de modelo para planejamento de outras UOp no âmbito da PMBA.

Outro resultado esperado é que a implementação das primeiras medidas contidas no Plano de Operações apresentado como produto desta pesquisa, poderá ser alcançada a expectativa de proporcionar maior segurança aos policiais envolvidos no atendimento das ocorrências criminosas de roubo a banco no interior do Estado, por intermédio da padronização de posturas e procedimentos que diminuem a vulnerabilidade e os riscos aos policiais militares.

Além disso, poderá ser possível ampliar a percepção, por parte dos policiais militares de cada Unidade de policiamento, acerca do aparato policial que está disponível para apoio nas ocorrências de crimes contra instituições financeiras, a partir da visualização do efetivo disposto de forma coordenada e planejada na ilustração do Teatro de Operações.

Acredita-se também que será possível o emprego planejado dos recursos disponíveis, esperando-se que aumente a eficiência no atendimento das ocorrências de roubo a banco e reduza as dificuldades de carência de efetivo na área de responsabilidade de Unidades do interior baiano.

Espera-se também, que uma vez adotado como modelo de atendimento de ocorrências de grande vulto, espera-se que todo efetivo policial envolvido na execução e planejamento seja orientado e instruído quanto à execução e coordenação desse Plano de Operações, de forma a garantir o seu pleno cumprimento e que haja uma constante avaliação e aperfeiçoamento por parte da UOp.

Por isso, vale ressaltar que para implementação deste tipo de plano será necessária instrução da tropa através de treinamento e simulação da execução deste, assim como foi realizado durante a execução da presente pesquisa, preferencialmente, durante o turno de serviço, ao menos, uma vez por mês, durante o período crítico, no qual há maior probabilidade de ocorrências desta categoria. Desta forma, além de treinamento, a gestão da Unidade com tais simulações de bloqueio e cerco, com abordagens de rotina, promoverá a prevenção de eventos delituosos na região.

Ao evidenciar resultados positivos na prevenção e no enfrentamento das ocorrências de roubo a banco, pois geralmente o criminoso não investe contra cidades em que o policiamento esteja preparado, o planejamento e primeiras medidas aumentarão a confiança da população nos serviços prestados pela PMBA e poderá influenciar na redução desses tipos de ocorrências a partir do momento em que o procedimento for adotado de forma preventiva nos períodos críticos como simulação e treinamento, ou forem frustrados o plano de fuga de algumas ações delituosas.

Como resultado esperado, proveniente da aplicação desta metodologia, almeja-se também o desenvolvimento de habilidades e revisão na maneira de montagem dos bloqueios, bem como nas formas de constatação das ocorrências que poderão ser confirmadas através do relacionamento mantido entre os policiais militares com a comunidade, a qual poderá fornecer informações que garantam maior segurança no atendimento das ocorrências que envolvam instituições financeiras.

Quando posto em prática, integralmente, certamente evitará que haja a sobreposição de Gu PM no local da ocorrência sem que seja providenciado um perímetro de cerco externo.

Em virtude do exposto, é de suma importância enfatizar que a precipitação e a tomada de atitudes isoladas por parte dos policiais militares envolvidos no TO devem ser rigorosamente evitadas e que o planejamento de execução dos bloqueios seja posto em prática satisfatoriamente, dentro do tempo previsto, sempre se atentando à preocupação em preservar a integridade física de todos os envolvidos e à transmissão das informações irradiadas pelos canais de comunicação com a clareza e riqueza de detalhes que o caso requer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprendizado que fora proporcionado através desta pesquisa, indubitavelmente, foi o maior benefício obtido. Entretanto, não se pode deixar de enfatizar a importância da possibilidade de oferecer à Corporação através de um Mestrado Profissional de Segurança Pública uma proposta de atuação mais segura e eficiente, aos policiais e à população, por intermédio do emprego coordenado do efetivo e dos recursos disponíveis, frente às quadrilhas atuantes na modalidade do novo cangaço.

Espera-se que seja possível colaborar de forma científica para o fortalecimento e valorização da PMBA através das ações propostas, as quais foram construídas, testadas e avaliadas mediante a experiência de oficiais e praças da 97ª CIPM/ Ipirá, dentre os mesmos, havendo profissionais que atuam diretamente no atendimento de ocorrências contra instituições financeiras, os quais subsidiaram o desenvolvimento de uma resposta institucional em acordo com a realidade e possível de ser realizada.

Um dos principais métodos propostos na pesquisa e empregado no plano de contingência é o estabelecimento de um perímetro de policiamento através de bloqueios nas principais rodovias da região, com o fito de desarticular o planejamento de fuga dos grupos criminosos de roubo a banco, que por sinal, guardando as proporções devidas, também se utilizam de obstruções de vias para retardar as ações das forças policiais.

No entanto, é importante esclarecer que as medidas e método de atendimento dessas ocorrências, propostas nesta pesquisa, não se encontram concluídas, sendo possível o constante aperfeiçoamento, mas isto, apenas será possível, após outras Unidades de policiamento colocarem em prática.

Não restam dúvidas que a Corporação precisará estar constantemente atenta à evolução das ações das quadrilhas em busca do aperfeiçoamento de seus planejamentos, principalmente, através das análises *in loco* das ocorrências registradas e da oitiva dos agentes envolvidos no Teatro de Operações, bem como das suas equipes de inteligência.

Por fim, a partir do entendimento de que a soma coordenada de esforços otimiza e potencializa as ações de qualquer corporação, não obstante ao fato da PMBA ser uma Instituição quase bicentenária, necessário se faz a positivação dos métodos através de protocolos que fomentem a atuação uniforme, segura, que garanta a manutenção dos processos e maior êxito diante das associações criminosas, e que se encontra em andamento através de grupo de trabalho que vem desenvolvendo o manual de planejamento operacional da Instituição.

Uma PMBA melhor estruturada e preparada tecnicamente para atender às demandas sociais é o que a coletividade almeja e, com isto, tornar-se-á possível o prevailecimento do Estado Democrático de Direito e fortalecimento dos serviços de segurança pública prestados à população no território baiano.

FONTES

Entrevistas:

Barreto, Marcelo Antônio Pereira. **Entrevista-Questionário**. Entrevista concedida a Fernando Afonso Cardoso Borges, em 08 de janeiro de 2019.

MARINS, Raimundo José Rocha. **Entrevista** concedida a Fernando Afonso Cardoso Borges, com a participação de Cláudia Moraes Trindade, em 08 de janeiro de 2019.

FIGUEIREDO JUNIOR, Jorge. Entrevista concedida a Fernando Afonso Cardoso Borges, com a participação de Cláudia Moraes Trindade, em 20 de outubro de 2018.

Interno do Sistema Prisional. Entrevista concedida a Fernando Afonso Cardoso Borges, Cláudia Moraes Trindade e Sara Farias em 23 de maio de 2017.

Documentos:

Diretriz Operacional Nº 055 COPPM / 2013.

Norma Geral de Ação - COPPM Nº 01/12-13.

Ofício Nº114/2019/GTEST/COE/DIROP.

Plano de Operações Nº 01 – SPO.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

ALMEIDA, Jorge Luiz de. **Ações Implementadas no Enfrentamento do “Novo Cangaço” na Circunscrição do 12º BPM**. Monografia (Graduação) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO. Academia de Polícia Militar Costa Verde, Várzea Grande, 2014.

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. **Príncipes e castelos de areia: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos**. Tese de Doutorado em

Antropologia. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Racionalidade e performance nos assaltos contra instituições financeiras.** 2007. 158 f. Dissertação de Mestrado. XX Congresso brasileiro de Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BAHIA. Decreto nº 7.796, de 28 de abril de 2000. Aprova a organização estrutural e funcional da Polícia Militar do Estado da Bahia (PM/BA). Diário Oficial do Estado da Bahia, 28 abr. 2000. Disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/78348/decreto-7796-00>>. Acesso em: 20 set. 2016.

BAYLEY, David H. O trabalho policial. In: _____. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.117-143.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Michelangelo Bovero (Org.). Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. 13ª Tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CARDOSO, Hélio Alves. **Análise Das Medidas Iniciais Tomadas Pelo 26º Batalhão De Polícia Militar Em Nova Mutum, Nas Ações Do “Novo Cangaço II.** 2013. 125 f. (Monografia) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO. Academia de Polícia Militar Costa Verde, Várzea Grande, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 15. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

CASTRO, Felipe de. **Derrocada do Cangaço.** 2 ed. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2008.

CERQUEIRA, Antônia L. S.; SANTOS, D. A. R.; SILVA, D. A. M. **Manual de Metodologia Científica:** desmistificando o método. Salvador: Artset, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade: Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social.** Salvador: EDUFBA, 2005.

CRESWELL, Johon W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto;** Tradução Magda França Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010.

FRANÇA, Lucélio Ferreira M. F. **Normas de conduta policial: os desafios impostos pelas ocorrências de roubo a banco na modalidade novo cangaço**. 2016. 31 f. (Artigo) Pós-graduação – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da APMCV-PMMT, Cuiabá, 2016.

GASPAROTO, Késsia Adriane Ferraz. **A Influência da Atividade de Inteligência para as Ações do BOPE da PMMT em Ocorrências de Roubo as Instituições Financeiras**. 2013. 99 f. (Monografia) - Curso de Formação de Oficiais - Bacharelado em Ciências Militares com ênfase em Segurança Pública. Academia de Polícia Militar Costa Verde, Várzea Grande, 2013.

GUEDES, Edmundo. **O planejamento operacional em Polícia Militar**. ed. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JODELET, Denise. A cidade e a memória. In V. Del-Rio, C. R. Duarte, & P. A. Rheingantz (Org.). **Projeto de lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo** (pp. 31-43). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 26. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo *et al.* São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Ed., 2005.

MELLO, Manoel Messias. **Sistema Integrado de gestão** – índice global de gestão policial das organizações policiais militares territoriais – aproveitamento do modelo gerencial do Comando de Policiamento do Interior – Quatro – região de Bauru. 2006. (Monografia) - Curso Superior de Polícia – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Manual de direito penal: parte geral, parte especial**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NUNES, Paulo. **Conceito de Gestão e de Gestor**. Artigo publicado em 2006. Disponível em: http://www.notapositiva.com/trab_professores/textos_apoio/gestao/01conc_gestao.htm. Acesso em: 15 set. 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Dominique de Castro; BEZERRA, Marco Aurélio Souza (Coord.). **Manual de Investigação de Crime de Roubo de Valores**. Departamento de Polícia Federal. Cidade: Diretoria de Combate ao Crime Organizado, 2011.

OLIVIERIA, Antônio Carlos. **O Cangaceiro**: Col. Guerras e Rev. Brasileiras. São Paulo: Ática, 2002.

PERICÁS, Luiz Bernado. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. **Manual de Doutrina de Polícia Ostensiva da PMBA**. Separata nº 103, 2019.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 103-130.

ROBBINS, S.P. **Administração, Mudanças e Perspectivas**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA, João Apolinário da. **Análise Criminal**: teoria e prática. Salvador: Artpoesia, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SHIMIZU, Mayumi. **Ser policial militar**: construindo o bem e o mal na atividade diária policial Being a Military Police Officer: Constructing Good and Bad in Police Daily Activities, 2015.

TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser Preso na Bahia no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

APÊNDICE A - MINUTA DE ATUALIZAÇÃO DA DIRETRIZ OPERACIONAL Nº 055 COPPM / 2013

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE OPERAÇÕES
PM
CPO

SALVADOR – BAHIA
REPUBLICAÇÃO “Prevenção e Repressão a
Roubos e Furtos às Instituições Financeiras”

MINUTA DE ATUALIZAÇÃO

DIRETRIZ OPERACIONAL Nº 055 COPPM / 2013 **(Prevenção e Repressão a Roubos e Furtos às Instituições Financeiras)**

1. Justificativa

A republicação desta Diretriz objetiva atualizar as normas de procedimentos traçadas anteriormente, face a dinâmica apresentada nas ocorrências criminosas contra instituições financeiras, em que foi constatada a necessidade dos Comandos de Policiamento Regionais (CPR), através das suas Unidades Operacionais (UOp), adotarem novas estratégias no emprego de seus recursos, de forma a combater com maior efetividade esse tipo de crime, dentro de suas respectivas áreas de responsabilidade.

2. Situação Geral

Segundo a historiografia, até meados dos anos 1980, as ações contra instituições financeiras se realizavam quase exclusivamente contra bancos e se restringiam aos grandes centros urbanos do país. Entretanto, face às dinâmicas sociopolíticas, houve significativas alterações no “*modus faciendi e modus operandi*”, expressadas, sobretudo, na diversificação de alvos e estratégias de abordagem das quadrilhas. As maneiras convencionais de se adentrar nas

agências bancárias, portando armas e rendendo funcionários e clientes, somaram-se a outros métodos.

Passou-se a manter em cárceres privados as famílias de gerentes e tesoureiros dessas instituições, obrigando-os a abrir os cofres dos estabelecimentos, rotulada como “sapatinho”; explosão ou arrombamento de terminais de autoatendimento e o “novo cangaço”, que é a invasão e/ou ocupação de cidades por quadrilhas fortemente armadas, atentando contra as forças de segurança e utilizando populares como reféns.

A terminologia “crimes contra instituições financeiras” é utilizada pelos brasileiros e, até mesmo, pelas polícias e especialistas no ramo, para denominar ocorrências de roubos e furtos contra agências bancárias; carros-fortes; empresas de guarda de valores e arrombamentos a caixas eletrônicos. No entanto, outros crimes conexos como formação de quadrilha; porte ilegal de arma; sequestros e perigo comum se agregam às práticas (que práticas? Poderia ser: a essas práticas delituosas).

Além da organização e planejamento, outra evidência percebida nessas ocorrências é a infraestrutura mobilizada pelos criminosos que se utilizam de vários veículos (quantidade e modelos variados); armamentos potentes (fuzil e metralhadora); dispositivos de comunicação modernos e a utilização de pessoas da própria região como “olheiros”. A própria atuação dos assaltantes tornou-se mais calculada e cuidadosa, visto que se utiliza de uma acentuada divisão de tarefas entre os participantes dos roubos e, habilidades como pontaria e manuseio de diferentes modelos de armas, passaram a ser rotina nesse tipo de ação criminosa.

Destarte, o gerenciamento de informações precisas, de equipamentos que condensam tecnologia de ponta e de uma “mão de obra qualificada” se tornou a base dos assaltos.

Segundo Pesquisa realizada pela Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF), com o apoio do Sindicato dos Bancários do Estado da Bahia, o estado ainda registrou um elevado número de ataques a bancos no primeiro semestre de 2016, apesar de ter havido um decréscimo de 54,2%

(cinquenta e quatro vírgula dois por cento) em relação ao mesmo período no ano de 2015. Conforme dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP), foram anotados 38 (trinta e oito) roubos a bancos, contra 83 (oitenta e três) ocorrências no mesmo período de 2015. No que se referem às tentativas, quando há a ação, mas o dinheiro não é roubado, houve uma redução de 72% (setenta e dois por cento) no estado. Diante disso é correto afirmar que, ao agregar o número de tentativas ao de roubos consumados, a redução chega a 59% na Bahia.

Sempre atento às variáveis apresentadas nas ocorrências contra instituições financeiras, este Comando de Operações Policiais Militares (COPPM), com o intuito de rememorar e atualizar as recomendações presentes nesta Diretriz, estimulando a análise da dinâmica das ocorrências por parte de cada CPR e UOp, tem buscado o emprego mais eficiente dos recursos existentes ao desenvolver ações de prevenção e repressão aos crimes às instituições financeiras, que abarquem desde a menor fração de tropa até os grandes Comandos PM.

Diante do exposto, considerando o estudo e a análise das diversas variantes do mencionado tipo de ocorrência criminal, a exemplo da constatação de incidência em determinados períodos, este COPPM recomenda o fiel cumprimento desta diretriz nos termos e condições que serão descritos adiante.

Cada Comandante quer seja de CPR da Capital e do Interior, do Comando de Policiamento da Região Metropolitana de Salvador (CPRMS) e/ ou do Comando de Policiamento Especializado (CPE) é parte imprescindível na análise e adequação dos seus recursos operacionais no terreno. Por isso, deverá confeccionar ou atualizar seu planejamento operacional, contemplando as condicionantes da mancha criminal (dia, hora e *modus operandi*) de forma a atingir todas as suas Unidades, até o nível de Destacamento Policial Militar (DPM), com as seguintes premissas e recomendações:

- Confeccionar cartão-programa contemplando rondas e pontos base nas estradas de acesso às cidades, em locais estratégicos predefinidos e que garantam maior segurança aos policiais de serviço para realização de Posto de Controle de Trânsito (PCTran), diuturnamente, principalmente, no

período compreendido entre 22h e 04h, no qual se concentram as ações criminosas com uso de explosivos. Por essa razão, recomenda-se aos policiais a aplicação do manual de abordagem da PMBA com ênfase nos procedimentos de segurança para a guarnição e para as pessoas abordadas;

- Os Coordenadores de Área ficarão responsáveis pela fiscalização dos procedimentos operacionais dentro da sua respectiva área de incumbência, enquanto os Coordenadores Regionais de Policiamento ficarão encarregados pela coordenação, controle e fiscalização das ações policiais previstas em planejamento próprio e nas recomendações contidas nesta Diretriz;
- O Oficial Superior de Dia, através do Centro Integrado de Controle de Ocorrências (CICOC), acompanhará todas as ações e procedimentos desenvolvidos com o intuito de prevenir e combater ocorrências dessa natureza;
- Os Comandos Regionais do interior criarão, dentro da sua estrutura, mecanismos de fiscalização do policiamento voltado para a prevenção e combate aos crimes contra instituições financeiras, fazendo, inclusive, uso de ferramentas tecnológicas disponíveis na corporação a exemplo do geomonitoramento de viaturas;
- Fomentar a implantação de Circuitos Fechados de TV (CFTV) no entorno do local onde se situa uma instituição financeira, bem como a integração de tecnologias existentes no interior das agências e em locais de interesse onde existam ou possam ser instalados CFTV, alarmes e outros dispositivos eletrônicos, os quais permitam ao policiamento, a possibilidade de verificação do local, ainda que remotamente;
- A responsabilidade do policiamento ostensivo é da UOp, de forma que quando existir a presença de uma viatura da Companhia Independente de Policiamento Especializado (CIPE); da Companhia Independente de Policiamento Tático (CIPT); da Companhia de Emprego Tático Operacional (CETO) ou do Pelotão de Emprego Tático Operacional (PETO) da UOp, em

apoio ao policiamento local, esta deverá, sempre que possível, agir em conjunto nas ações que objetivem oferecer segurança à população local, através da prevenção e repressão aos criminosos que, por ventura, atentem contra as instituições financeiras e/ou que pratiquem outros tipos de delito;

- Criar, na estrutura dos CICOM do interior, escala de Oficial Coordenador, o qual terá a missão de controlar, monitorar e otimizar o emprego do efetivo, notadamente, nas ocorrências de crimes contra instituições financeiras;
- Manter atualizada relação nominal, com telefones para contato, dos gerentes e tesoureiros das agências, bem como de imóveis comerciais ou não, que circundem agências e terminais de autoatendimento para possíveis contatos sobre informações nessas localidades, bem como disponibilização de imagens, quando necessário;
- Realizar instrução continuada para todo o efetivo sobre os procedimentos a serem executados referentes à prevenção e repressão aos crimes contra as instituições financeiras, notadamente sobre os planos de acionamento e bloqueios, principalmente, aos Policiais Militares que atuam em locais mais isolados e/ou com efetivo reduzido;
- Determinar que, diuturnamente, seus prepostos realizem abordagens a veículos de quatro e duas rodas, que estejam em atitude suspeita, consultando os dados nos sistemas oficiais de consulta (MOP, Portal SSP, INFOSEG, SINESP) e registrando as informações em relatório (nome, endereço, nº de RG);
- Operacionalizar PCTran em locais de acesso e saída da cidade, principalmente aquelas consideradas mais propícias ao cometimento desse tipo de delito, realizando abordagens em veículos e pessoas que circulem por aquele local, visando inibir a ação dos marginais, os quais perceberão que a Polícia estará com atenção voltada à circulação no interior do município. Deve-se estudar a possibilidade de emprego conjunto de viaturas de UOp diferentes e limítrofes (inclusive de CPR) e de PM com funções administrativas;

- Proceder e manter atualizado, o registro dos dados de pousadas, hotéis, postos de gasolina, restaurantes, fazendas ou outros locais propícios ao homizio de criminosos, disponibilizando essas informações aos Oficiais Coordenadores de Área;
- Desenvolver croquis e mapeamento da área, com destaque para as possíveis rotas de fuga (terrestres e aquáticas), locais para homizio e pontos de bloqueios e barreiras;
- Estreitar os contatos com gerentes de instituições financeiras, orientando-os sobre rotinas que devam ser adotadas como forma de prevenção e procedimentos em caso de acontecimento do ilícito. Estabelecendo, se possível, senhas ou códigos que indiquem situação de perigo;
- Orientar os operadores de rádio para, efetivamente, realizarem triagem e checagem de solicitações e/ou denúncia devido aos trotes e à falsa comunicação de crimes, os quais têm por objetivo afastar a viatura de perímetro onde se localize uma instituição financeira;
- Atualizar o cadastro telefônico das organizações integrantes do Sistema de Segurança Pública dentro das respectivas áreas e fazer com que as UOp mantenham o Plano de Acionamento do efetivo de serviço e UOp apoiadoras, notadamente CIPE, CIPT, CETO ou PETO, para fins de otimização e atuação eficiente e eficaz da PM na realização de bloqueios em pontos estratégicos, definidos previamente em planejamento elaborado pela UOp apoiada, em sua a área de responsabilidade;
- Orientar quanto ao acionamento do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e do Grupamento Aéreo (GRAER), diretamente, em caso da quebra do plano de fuga e homizio dos criminosos em área rural ou urbana, com ou sem reféns, ressaltando que, uma vez acionadas e identificando-se a necessidade do emprego dos seus recursos, deverão, indispensavelmente, informar ao CPE, o qual deliberará sobre o deslocamento ou não;
- Estreitar parceria das Organizações Policiais Militares (OPM) com as UOp das PM de outros Estados limítrofes das áreas de atuação, acionando-as

imediatamente e efetuando troca de informes/informações sobre grupos marginais, modus operandi e possíveis veículos e equipamentos utilizados (explosivos, pé-de-cabra, furadeira, etc);

- Conduzir possíveis suspeitos à Delegacia de Polícia, todas as vezes que forem encontrados cilindros de oxigênio; carbureto; acetileno; maçaricos (ou parte dele); espoleta; furadeiras; materiais explosivos e outros objetos que indiquem a participação nessa modalidade de crime, a fim de que se possa, além do registro formal, confirmar ou não a veracidade das informações fornecidas pelo abordado;
- Observar a dinâmica das escalas de serviço, de forma a operacionalizar a possibilidade de reforço no segundo dia de folga dos PMs que estão devendo carga horária, elevando o TIPO das Guarnições existentes ou acrescentando Guarnições, principalmente nos horários mais propícios a esse tipo de delito;
- Orientar todos os Policiais Militares a se precaverem comunicando, imediatamente, a situação de elementos em atitude suspeita, ao Centro Integrado de Comunicação (CICOM), CIPE e CIPT, que atuam na área, quando for o caso, através dos canais de comunicação existentes;
- Empregar, sistematicamente, as Seções de Operações de Inteligência (SOINT) das Unidades subordinadas, no levantamento de dados e/ou informações relacionados à prática delituosa, mantendo o Comando de Operações de Inteligência (COInt) e a Coordenação de Operações de Inteligência (COI) do COPPM permanentemente inteirados da situação;
- Em obediência à doutrina de Inteligência, realizar, com a anuência do COInt, o intercâmbio de dados e/ou informações com outros órgãos do Sistema de Defesa Social, bancos e entre as agências bancárias, incluindo também a Superintendência de Inteligência, Força Tarefa da SSP e a Polícia Federal;
- Atentar para o fato de que, quando houver necessidade, os confrontos deverão acontecer fora do perímetro urbano, primando pela proteção de vidas inocentes, muitas vezes usadas como reféns ou escudos humanos;

- Fomentar para que os municípios legislem sobre medidas protetivas a serem adotadas pelas agências bancárias e afins, como sistemas de monitoramento externo (câmeras); portas giratórias; sistema de alarme ligado diretamente ao serviço 190; dentre outros, como forma eficaz de comprovação de inibição de tais delitos;
- Levantar a localização de possíveis marginais com Mandado de Prisão em aberto ou com envolvimento em assaltos a bancos anteriores, e que estejam na área de atuação, exercendo monitoramento constante sobre tais indivíduos, devendo informar, imediatamente, aos seus superiores, à CIPE e à CIPT da região;
- Levantar possíveis locais e empresas que trabalham ou possuem a guarda de explosivos e comunicar, de imediato, à COI do CPR, à CIPT e à CIPE da região, bem como informar ocorrências de roubo ou extravio desses materiais;
- Após as ocorrências, divulgar, através dos veículos de radiodifusão locais, os números de telefones dos DPM/PEL/CIA/CIPM/BPM/CIPT/CIPE, além dos telefones de emergência, quais sejam: o 190 e o Disque Denuncia 181, a fim de que a população possa passar informações de roteiros de fuga e movimentações suspeitas;
- Acompanhar, através da SOInt, os nomes de agentes e ex-agentes de segurança que sejam suspeitos ou estejam, de alguma forma, ligados às atividades delituosas, e possam passar informações importantes às quadrilhas;
- Atentar para que não ocorra possível sobreposição de recursos humanos e logísticos, de forma que se busque a otimização do lançamento do policiamento na área de atuação, através de planejamento conjunto entre as CIPE, CIPT e as UOp subordinadas, com vistas à cobertura de maior extensão das áreas;
- Utilizar-se de suporte tecnológico para incrementar o sistema de comunicação da OPM, a exemplo da criação de grupos em aplicativos de

mensagens (whatsapp) que integrem os órgãos de defesa social e integrantes do núcleo de inteligência atuantes na área;

- Formalizar termo de cooperação, por meio da OPM (PMBA), Polícia Civil, Polícia Federal (quando existir), Ministério Público e Poder Judiciário para ações conjuntas, a fim de que tais instituições se envolvam ainda mais na dinâmica da repressão da criminalidade violenta planejando, se for o caso, ações conjuntas de combate a esse tipo de crime;
- Estreitar os canais de comunicação com as instituições financeiras, de forma a desenvolver estudos de adequação dos locais dos caixas eletrônicos, garantindo a visibilidade e a segurança dos usuários do serviço, bem como, estabelecer parceria objetivando repassar aos cidadãos orientações, em forma de folders e cartilhas, de como agir em ocorrências dessa natureza;
- Ressaltar, nas instruções, o modus operandi dos criminosos que se utilizam de uniformes da PM, Exército e viaturas clonadas, bem como, coletes balísticos, armas portáteis e carros potentes de fuga;
- Proibir escalas que contemplem apenas 01 (um) Policial Militar de serviço, responsável por uma localidade e/ou outras missões de risco, em desobediência aos princípios doutrinários da segurança e superioridade numérica, suplantando tais dificuldades de efetivo com remanejamento dinâmico e rotativo;
- Elaborar um plano de visitas de Oficiais a todas as OPM subordinadas até o nível de DPM, com o fim de verificar a forma de atuação dos Policiais Militares locais e suas necessidades, bem como de promover a instrução relativa às ações policiais mais adequadas para os diversos fatos que ocorrem ou podem ocorrer na localidade;
- Analisar, constantemente, o modelo de atuação preventiva e repressiva executado, atualizando e adaptando-os conforme a dinâmica das ocorrências delituosas contra instituições financeiras.

2. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- Para o melhor cumprimento desta Diretriz e padronização das ações a serem implementadas e executadas, ficam designados os Comandantes dos Comandos de Policiamento Regionais como Coordenadores das Operações de Prevenção e Repressão a Roubos e Furtos a Instituições Financeiras dentro de sua área de atuação, bem como, o Comandante de Policiamento Especializado como responsável diretamente pela coordenação das Unidades Operacionais Especializadas (UOE) envolvidas na Operação;
- Todos os CPR e CPE deverão criar mecanismos próprios de coleta de dados e informações relativas às ocorrências registradas em sua área de responsabilidade e “modus operandi” dos criminosos, interagindo entre si e com os demais órgãos de segurança envolvidos nesse mister, adotando a metodologia de “estudo de caso” para as ocorrências de maior impacto e relevância, de forma a sugerir e estabelecer doutrina de procedimentos operacionais relativos ao tema, que possam ser adotados no policiamento ostensivo local;
- O Centro Integrado de Decisões Estratégicas (CIDE), além de acompanhar as ocorrências envolvendo instituições financeiras na capital, RMS e interior, deverá coletar os dados necessários à produção de estatística mensal, com a devida análise quantitativa e qualitativa dessas ocorrências, disponibilizando-as para os CPR e CPE;
- Este COPPM e o CPE designarão Oficial para, conjuntamente, realizarem palestras sobre o tema Operações de Prevenção e Repressão a Roubos e Furtos a Instituições Financeiras, abordando questões relativas à estatística, ocorrências, ações policiais militares e outras informações que sejam julgadas importantes para o desenvolvimento das ações de policiamento ostensivo. As datas e locais das palestras serão informadas em calendário a ser divulgado em tempo oportuno.

COMANDANTE DO COPPM

APÊNDICE B - MINUTA DE ATUALIZAÇÃO DA NORMA GERAL DE AÇÃO - COPPM Nº 01/12-13



COMANDO DE OPERAÇÕES PM

MINUTA DE ATUALIZAÇÃO DA NORMA GERAL DE AÇÃO - COPPM Nº 01/12-13

Estabelece procedimentos e protocolos a serem adotados por CPR, CPE, UOE e UOp de acordo com a atualização da Diretriz Operacional COPPM nº 055/2013, que trata de ações Preventivas e Repressivas em Crimes contra Instituições Financeiras e dá outras providências.

1. FINALIDADE

A presente Norma Geral de Ação tem por finalidade regular e padronizar procedimentos, comportamentos e ações que deverão ser adotadas por efetivo das Unidades Operacionais (UOp) objetivando o cumprimento dos ditames constantes na Diretriz Operacional COPPM nº 055/2013, republicada na Intranet PM em 11/12/2013 que trata sobre o Combate a Crimes contra Instituições Financeiras.

2. NOMENCLATURAS E CONVENÇÕES

- TAA – Terminais de Autoatendimento. Equipamentos eletrônicos caracterizados por uma interface que permite ao usuário realizar diversos serviços e operações bancárias, inclusive saques e depósitos, sem a participação de funcionário da instituição financeira. Podem ser instalados nas

dependências das agências, estabelecimentos comerciais ou em cabines específicas localizadas na via pública.

- Período Crítico – Período compreendido entre o dia 25 do mês de referência ao dia 10 do mês subsequente, quando aumentam as ações criminosas contra as instituições financeiras em razão do maior volume de numerário nos cofres das agências e Terminais de Autoatendimento (TAA);
- Período Alvo – Intervalo dentro do Período Crítico, compreendido entre o dia 30 do mês de referência ao dia 05 do mês subsequente, onde se acentuam as ações criminosas contra as instituições financeiras;
- UOp Apoiada – São aquelas UOp responsáveis pelo policiamento em determinada área de responsabilidade na Capital ou Interior e que necessitam de apoio para atendimento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras em sua área de responsabilidade, sendo responsável pela elaboração dos Planos de Acionamento e de Bloqueio de prováveis vias de fuga;
- UOp Apoiadora – São aquelas mais próximas da UOp que necessite de apoio para atendimento de ocorrência de crimes contra instituição financeira, pertencentes ou não ao orgânico do mesmo Comando de Policiamento Regional (CPR) ou do Comando de Policiamento Especializado (CPE), e que serão mobilizadas para apoio tático ou para a realização de bloqueios, conforme planejamento da UOp Apoiada.

3. PERÍODO

A partir desta Norma Geral de Ação (NGA), o efetivo empregado ordinariamente no policiamento ostensivo, além das suas características peculiares e missões rotineiras em cada localidade, cidade ou região, adequarão seus procedimentos e estratégias para, também, convergirem, diariamente, suas ações policiais militares com vistas à prevenção e repressão aos crimes contra instituições financeiras de forma permanente, diária e com foco em resultados.

Com base em análise qualitativa da estatística de ocorrências criminosas contra instituições financeiras, observa-se que:

- Durante o período crítico (25 ao dia 10 do mês subsequente), as Unidades Operacionais deverão lançar o máximo de Guarnições (Gu) possíveis e reforçar o efetivo dos locais considerados críticos e passíveis de ocorrer à ação delituosa, ou que já foram alvos de ataques, utilizando de policiais militares em serviço administrativo ou em complementação de carga horária, podendo ainda solicitar apoio da Companhia Independente de Policiamento Tático (CIPT) ou Companhia Independente de Policiamento Especializado (CIPE) da região para realização de rondas ou Posto de Controle de Trânsito (PCTran), nos acessos das cidades, atentando para os procedimentos de segurança e requisitos legais previstos no Manual de Abordagem da PMBA;
- Os CPR deverão planejar operações específicas, utilizando de efetivo do seu próprio orgânico com apoio da CIPT regional, podendo solicitar, com antecedência, apoio de Unidade do CPE para atuar conjuntamente, se for o caso. Poderá também realizar operações conjuntas em áreas limítrofes, com UOp de outro CPR;
- Do dia 11 ao dia 24, período onde o número de ocorrências diminui, as Gu empregadas, mesmo que em número menor, deverão dar continuidade às ações com foco na prevenção aos crimes em questão;
- Quando o início ou término do período crítico coincidir com final de semana ou feriado, as ações desenvolvidas devem compreender todo o período do final de semana.
- O período Crítico pode sofrer alteração tanto no seu início como no final, em razão de datas especiais em que ocorra a movimentação maior de numerário nas agências bancárias (antecipação de pagamento de folha de pessoal, pagamento de 13º salário, pagamentos extraordinários de salários ou benefícios sociais, etc). Essa adequação deverá ser realizada diretamente pelos CPR, através de suas UOp, independente de recomendação, informação ou ajuste por parte deste COPPM.

4. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

- PLANEJAMENTO OPERACIONAL

- A partir de estudo da área de responsabilidade, as UOp deverão elaborar plano operacional prevendo apoio das CIPE, CIPT e outras UOp apoiadoras, que atuam na sua área de responsabilidade, estabelecendo procedimentos de ações e disposição do efetivo no terreno, com plano de acionamento e de bloqueio, de forma a evitar sobreposição de recursos e facilitar a ação conjunta quando da existência de ocorrência criminosa contra instituições financeiras;

- Este plano operacional deverá ser encaminhado ao respectivo CPR para conhecimento, apreciação e difusão;

- Os cartões-programa das Gu (ou efetivo local) devem contemplar os locais onde se situam agências bancárias, TAA, residência de gerentes e tesoureiros, devendo ser elaborados de forma que os roteiros de deslocamentos sejam modificados diariamente em função de dia, hora, local e trajeto, evitando a rotina das Gu;

- A Coordenação ou Seção de Planejamento Operacional (CPO/SPO) das UOp devem manter atualizado, buscando sempre o aperfeiçoamento, o seu Plano de Acionamento e Bloqueio, classificando-o como documento reservado e apenas de conhecimento interno da Unidade e das UOp apoiadoras, indicando o local em que deverá ser realizado o bloqueio, em apoio ou não a alguma outra guarnição, ou ainda, se deverão realizar patrulhamento de busca aos criminosos;

- As UOp devem elaborar e manter atualizada a relação nominal e de telefones, além de outra forma possível de comunicação, das suas subunidades (sede, Companhia ou Pelotão destacado e Destacamento PM) e outras UOp da região, bem como de unidades do CPE e da CIPT que possam apoiar nesse tipo de ocorrência, e de locais estratégicos nos municípios, distritos e povoados (prefeituras; fóruns; agências bancárias; hotéis; pousadas; postos de gasolina; estabelecimentos que fiquem na mesma área das agências bancárias; etc).

Mesmo procedimento deverá ser adotado com as UOp pertencentes a PM de Estado que fazem divisa com a Bahia;

- O Coordenador de Área da UOp apoiada, na ausência do comandante no Teatro de Operações (TO), será o responsável pela Coordenação do emprego dos recursos disponíveis, com vistas à captura dos criminosos, dentro de sua área de jurisdição. Em caso de participação de Policial Militar de maior hierarquia que o Coordenador de Área da UOp apoiada, aquele poderá assumir a Coordenação devendo respeitar o Plano de Bloqueio elaborado pela UOp apoiada e tendo o Coordenador de Área como seu auxiliar, devido ao conhecimento do terreno.
- O Comandante da Unidade, com responsabilidade territorial do local onde ocorra crime contra instituição financeira, tão logo se faça presente no Teatro de Operações, assumirá a Coordenação das ações e recursos disponíveis, cabendo ao Comandante de Policiamento Regional e ao Comandante de Policiamento Especializado a disponibilização, a facilitação das ações de reforço/apoio e logística naquilo que lhe couberem;
- Os CPR e CPE devem coletar, tabular, analisar e avaliar os dados relativos às ações executadas por cada UOp ou Unidade Operacional Especializada (UOE) (Guarnição motorizada, a pé, DPM, etc.), consolidando todas as informações em um único documento, de forma a consubstanciar estudo e decisão sobre a estratégia de policiamento que deva ser adotada, face à dinâmica apresentada em cada área ou região;
- Os CPR, através das suas UOp, devem manter atualizada a relação de agências ou postos bancários existentes, bem como os locais onde existam TAA instalados nos municípios em sua área de atuação;
- Criar doutrina de segurança orgânica, principalmente nas situações que envolvam dados sensíveis sobre a Unidade Policial Militar (nº de viaturas, efetivo existente, localização dos postos de serviço, etc). Para tanto, deverá instituir o Plano de Segurança do Quartel (Plano de Segurança Orgânica) em todos os níveis organizacionais (CPR, BPM, CIPM, Cia e Pel Destacados e Destacamento PM);

- Tornar público o número dos telefones da UOp (fixos, moveis, 190 e 181) junto aos estabelecimentos comerciais, escolares, órgãos públicos, rádios locais, sistemas de som e propaganda e, principalmente, em instituições financeiras, para o recebimento de informações relativas às situações inerentes a este tipo de ação delituosa.
- Criar grupo de mensagem/denúncias, através de aplicativo de mensagens instantâneas (wahtsapp), para facilitar a transmissão de informações sobre situações que envolvam instituições financeiras.
- Fomentar a criação de uma central de videomonitoramento na UOp através do compartilhamento de imagens dos circuitos das agências e estabelecimentos financeiros próximos, a fim de possibilitar o acompanhamento preventivo e, também, durante possíveis ocorrências contra as instituições financeiras.

- INSTRUÇÃO

- Elaborar documento informativo e de instrução à tropa sobre os modus operandi, instrumentos, equipamentos e armamento das quadrilhas que cometem ações criminosas (em todas as modalidades) contra as instituições financeiras.
- Todo o efetivo das UOp deverá ser instruído, em forma de palestras e treinamentos (práticos), sobre os procedimentos operacionais, Plano de Acionamento e Bloqueio e de segurança pessoal, devendo os CPR e CPE elaborar suas respectivas Notas de Instrução, com vistas às ações de Prevenção e Repressão aos Crimes Contra Instituições Financeiras. Tais instruções deverão ser baseadas nas particularidades locais e regionais e nas recomendações contidas na supracitada Diretriz Operacional, fiscalizando o cumprimento por parte de suas Unidades.
- As instruções devem ter o caráter continuado e focado em técnicas policiais de abordagem (pessoas, veículos e edificações); patrulhas; montagem de PCTRAN; bloqueios; barreiras e segurança orgânica.
- Dentro da segurança orgânica, as instruções devem ser focadas na identificação, por parte do PM, de reconhecer a importância do seu papel na

segurança orgânica da sua Unidade e a importância de seguir os procedimentos estabelecidos para aumento da segurança das ações. As instruções devem ser delineadas em 5 (cinco) vetores de segurança: Pessoal; Documentação; Material; Sistemas de informação e comunicação, de Instalações, as quais devem estar fundamentadas nas seguintes temáticas:

- **Segurança pessoal:**

- O Policial Militar sempre é responsável pela sua segurança e dos demais PM;
- Ambientes que o PM deva evitar frequentar: locais; horários; pessoas de índole duvidosa, principalmente quando estiver fora do serviço;
- Defesa pessoal e uso da tonfa;
- Técnicas de imobilização;
- Manter sempre elevado o grau de atenção, procurando analisar o ambiente e pessoas presentes, como forma de segurança e prevenção;
- Identificação de pessoas estranhas à Unidade, inclusive de PM, PC, Forças Armadas;

- **Segurança da documentação**

- Escalas de serviços; documentos internos como ofícios; planos; OPO; cartão-programa e outros dados que não devem ser citados, disponibilizados ou exibidos para pessoas que não necessitem conhecer;
- O trato de informação sensível e sigilosa, principalmente aquelas referentes ao efetivo de serviço; quantidade e tipos de armamento existentes na Unidade ou de posse do PM; bem como o local de armazenamento;

- **Segurança de Material**
 - Cuidados com a segurança dos locais onde se armazenam materiais importantes e inerentes à atividade Policial Militar, como armamento, munição, rádios transceptores e outros itens bélicos;
 - A importância do controle de material (equipamentos) que adentram a Unidade, inclusive veículos.

- **Segurança dos Sistemas de Informação e Comunicação**
 - Estabelecer o controle de uso dos computadores e sistemas utilizados pela PM (INTRANET, INFOSEG, MOP, SIGIP, etc) por pessoas que não possam acessá-los ou sequestrar, visualizá-los;
 - Estabelecer critérios de uso dos computadores da Unidade e acesso à internet, para assuntos estritamente ligados ao serviço policial militar;
 - Não permitir que pessoas estranhas à Unidade ou à Seção, tenham acesso aos sistemas de comunicação, software ou arquivos digitais (computador, pen drive, mídias, etc);
 - Estabelecer rotinas de segurança contra a instalação e disseminação involuntária de vírus, malware e outras pragas virtuais nos computadores da Unidade;
 - Estabelecer os níveis de conteúdos, arquivos e quais PM poderão acessar dados digitais considerados sensíveis (planos, BGR, ofícios, estudos de situação, etc);
 - Os cuidados ao se falar sobre assuntos atinentes ao serviço policial militar em ambiente desconhecido, na presença de pessoas estranhas, através de aparelhos de telefonia celular de terceiros, bem como estar atento ao volume do rádio quando estiver em espaço público.

- **Segurança de Instalações**

- Manter sempre vigilância ao perímetro da instalação policial militar;
- Conhecer o Plano de Segurança do Quartel;
- Reconhecer os locais e áreas sensíveis e críticas de segurança;
- Estabelecer procedimentos de segurança e comportamentais para o efetivo empregado, face o cometimento de ações criminosas contra o efetivo de serviço;

- **PROTOCOLOS TÁTICOS**

1. Patrulhamento e rondas

- As Guarnições devem seguir o roteiro previsto no cartão-programa elaborado pela CPO/SPO das UOp, cabendo aos Oficiais Coordenadores de Área fiscalizarem o seu cumprimento. As alterações dos roteiros devem ser feitas apenas quando houver necessidade e somente serão autorizadas pelo Oficial Coordenador e Comandante da Unidade;
- O efetivo empregado diariamente no policiamento ostensivo deverá estar ciente da necessidade de inserir, nas suas atividades diárias de policiamento ostensivo, ações voltadas à prevenção de crimes contra instituições financeiras;
- Durante o dia, as ações preventivas devem ser voltadas às vias de acesso locais onde estão situadas as agências bancárias e, à noite e em finais de semana, nos locais onde existam TAA e/ou residência dos gerentes, constando em relatório de serviço:
- Após a visita à instalação PM, a Gu deve se dirigir aos locais onde estão instaladas as agências ou postos bancários existentes, adotando, de imediato, o procedimento de segurança para aproximação e visualização das imediações da agência bancária e, não havendo indícios de ação criminosa em andamento, contatar com o gerente do banco, atualizar os dados de

contato funcional da guarnição e da agência bancária, bem como registrar os seguintes dados em relatório de serviço:

- Locais visitados (cidade, distrito ou povoado);
- Dia e horários (período) da ronda bancária;
- Nome das instituições financeiras visitadas;
- Nome do gerente ou representante legal da instituição;
- Observações positivas e negativas sobre a segurança física do estabelecimento financeiro (situação de conservação ou localização do imóvel, existência de equipamentos eletrônicos de segurança, pontos fracos observados, etc.);
- Existência ou não de segurança privada no local;
- Dados relativos às ações policiais realizadas (nome das pessoas suspeitas abordadas, veículos, etc.)

2. Informação de ocorrência policial contra instituição financeira

- Ao chegar a informação de ocorrência criminosa contra Instituição financeira, o Coordenador de Área deverá ser informado, de imediato, sobre a ocorrência, devendo confirmar a sua veracidade antes da adoção e execução dos Planos de Acionamento e Bloqueio;
- Sendo a informação não configurada como verdadeira (alarme falso), os dados devem ser consignados em Relatório de Inteligência com todas as informações possíveis, a exemplo de:
 - Tipo de ocorrência (suposta modalidade do crime);
 - Qual a origem da informação;
 - Nome do informante (caso seja possível);
 - Local da suposta ocorrência;
 - Dia e horário da informação;
 - Dados complementares (número de pessoas, placa, cor e modelo de veículo utilizado, instrumentos, equipamentos, etc);

- Havendo o deslocamento de tropa para averiguação de informação ainda não confirmada, ao chegar ao local a Guarnição deverá:
 - Se aproximar desembarcado, estabelecer posicionamento tático, bem como o perímetro de segurança em distancia que julguem seguras para verificação da situação;
 - Manter a central de Operações e o Coordenador de Área informados a respeito da situação;
 - Verificar a situação de forma detalhada e minuciosa, identificando pessoas ou coisas presentes no cenário que possam caracterizar possível ação criminosa contra instituição financeira;
 - Até que se prove o contrário, a atuação da Guarnição deverá ser precedida de todos os cuidados relativos à segurança pessoal e da população. Todas as informações deverão ser questionadas, checadas e confrontadas até que sejam esclarecidas e não parem dúvidas sobre a veracidade dos fatos;
 - Todas as pessoas identificadas, bem como, objetos, veículos, equipamentos, ferramentas, etc, deverão ter seus dados registrados em relatório e tabulados pela SME da UOp;
- Sempre que possível, visando resguardar a integridade da Gu, deverão ser analisadas formas alternativas de confirmação da ocorrência, as quais poderão ser obtidas através de imagens de monitoramento, contato com residências ou estabelecimentos próximos às instituições. Vale ressaltar que, em muitos casos, os criminosos se utilizam de prepostos efetuando contenção em pontos estratégicos para evitar a aproximação da policia.

3. Ocorrência criminosa contra instituição financeira

- Confirmada a ocorrência na cidade, seja visualmente ou através de estampidos de arma de fogo ou explosão, ou por denuncia dos próprios moradores, o efetivo policial militar local deverá se abrigar e imediatamente

realizar as chamadas do plano de acionamento, informando a todos da lista conforme a ordem de prioridade preestabelecida;

- A ordem de acionamento dos recursos disponíveis e das UOp apoiadoras deverá seguir o quanto previsto nos respectivos Planos de Acionamento e Bloqueio que deverá ser de conhecimento tanto da sede quanto das subunidades destacadas;
- O Coordenador de Área, as CICON e as CENOP serão responsáveis pela repetição do acionamento das contramedidas e ações previstas em Plano da UOp apoiada, para fins de reforçar a comunicação e deslocamento dos recursos de acordo com o previsto no respectivo Plano de Acionamento e Bloqueio;
- Após acionamento de todas as UOp Apoiadoras ligadas diretamente ao plano de bloqueio e missões de buscas e patrulhamento nas rodovias, os canais de comunicação acima deverão informar diretamente ao Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE e ao Grupamento Aéreo - GRAER o andamento da ocorrência para que fiquem em condições de deslocamento imediato, pois, na hipótese de quebra do plano de fuga e homizio dos criminosos em área urbana ou rural, com ou sem reféns, tais Unidades Operacionais Especializadas - UOE procedam com o deslocamento em apoio, após autorização do Comando de Policiamento Especializado - CPE, repassando o contato do Comandante do Teatro de Operações – TO e as informações existentes.
- Ao Coordenador de Área ou maior autoridade presente no Teatro de Operações cabe o reajuste e adequação do emprego dos recursos disponíveis, de acordo com a situação;
- Imediatamente após a chegada ao local da ocorrência, o Comandante da UOp, deverá assumir o Comando do efetivo no Teatro de Operações e adotará todas as providências necessárias, tais como informar o fato ao Comandante de Policiamento Regional, assim como todos os desdobramentos enquanto perdurar a ocorrência. O mesmo vale para as Companhias Independentes de Policiamento Especializado;

- Não sendo mais possível ou tecnicamente viável a instalação ou manutenção dos bloqueios nos pontos estabelecidos no Plano Operacional, as Guarnições devem ser deslocadas para outros pontos estratégicos de saída da região onde ocorreu o crime, atingindo um perímetro maior, e persistindo por mais tempo no intuito de capturar os criminosos;
- O Comandante da UOp, ou o Coordenador de Área, no caso de ausência daquele no Teatro de Operações, deverá interagir com o Comando de Policiamento Regional, Unidades Operacionais e os prepostos da Polícia Civil do município onde se desenrole a ocorrência ou em áreas impactadas, de forma que as ações sejam conjuntas e coordenadas, otimizando o emprego do efetivo utilizado (especializado e ordinário);
- Sendo o local da ocorrência próximo ao limite territorial com outra UOp ou divisa com outro Estado, a UOp da área em que ocorreu o evento deverá informar à Unidade PM daquele Estado sobre a situação;
- As desmobilizações do efetivo da UOp, CIPT e UOp apoiadoras ficarão a cargo do Comandante de Policiamento Regional, enquanto as da CIPE e demais UOE ficarão a critério do CPE. Entretanto, em ambos os casos, tal medida será adotada somente após ouvir o Comandante da UOp Apoiada;
- Quando da existência de ocorrência criminosa contra instituições financeiras, a UOp deverá confeccionar relatório diário sobre o desenrolar das ações, bem como, produzir relatório circunstanciado, ao término de cada ocorrência, remetendo-o ao CPR;
- Através do CICOM/CENOP, a Gu PM do local do fato, após fuga dos criminosos e diminuição do risco de ameaça, deverá colher e repassar o máximo de informações possíveis sobre a ocorrência a fim de alimentar todos os recursos mobilizados para atendimento do evento criminoso, como o local exato onde está ocorrendo ou ocorreu o crime; a localização e a quantidade de criminosos e de veículos empregados; tipo de armamento ou estojos encontrados no chão; coleta de imagens, etc;
- O comandante de fração, durante os deslocamentos para os pontos de bloqueio ou realização de buscas, deverá elaborar planejamento mental mínimo de

defesa antes de qualquer tomada de decisão para atuação, a fim de preservar a integridade física de todos, seguindo as orientações previstas nos respectivos planos das UOp;

- Na realização dos bloqueios a Gu PM deverá posicionar a viatura e cones em diagonal, de forma que seja vista facilmente por quem estiver em trânsito pela rodovia, devendo manter faróis e giroflex ligados; se posicionar a pé no terreno, em pontos mais altos, afastados da viatura, mas mantendo o visual da viatura e da rodovia; observar que o ponto de bloqueio deverá ser fora da zona urbana para evitar riscos a terceiros inocentes; e proceder, de forma a assegurar a sua legítima defesa e a de terceiros, em caso de resistência armada ativa por parte dos criminosos, oferecendo resposta imediata com arma de fogo, preferencialmente em posição de barricada, com redução de silhueta, aplicando sempre os princípios e procedimentos do Manual de Abordagem Policial da PMBA;
- Havendo risco de reféns e, sendo possível proteger-se, as guarnições responsáveis pela missão de bloqueio ou de buscas nas rodovias deverão evitar a resposta armada em primeiro momento, com fins de preservar a integridade física própria e de terceiros inocentes;
- Em caso de confronto, cessado os disparos, realizar conferência visual de todos os componentes da guarnição e terceiros envolvidos, e prestar socorro imediato aos feridos, se houver;
- Em caso de evasão dos criminosos, as buscas e/ou acompanhamento destes, deverão ser realizadas, preferencialmente, com 02 Guarnições tipo C, com pelo menos 08 Policiais Militares, sem prejuízo da realização dos bloqueios das possíveis rotas de fuga previstos em Plano de Bloqueio da UOp apoiada;
- O Plano de Acionamento e Bloqueio de se trata deverá ser respeitado e aplicado em suas minúcias, com o fito de facilitar as buscas e possibilitar a prisão dos criminosos sem qualquer prejuízo;
- Todos os detalhes do transcorrer da ocorrência deverão ser informados à CICOM/CENOP, inclusive, a direção e/ou provável destino dos criminosos, a fim de para que sejam providenciadas a montagem do cerco e as buscas;

- Utilizar-se de suporte tecnológico, visando incrementar a comunicação com outras OPM, a exemplo da criação de grupos em rede social e em aplicativos como o WhatsApp, onde socializarão informações em tempo real;
- As guarnições das UOp Apoiadoras deverão apoiar na realização dos Bloqueios previstos no Plano elaborado pela UOp Apoiada, podendo ser em conjunto com guarnição da UOp Apoiada ou não, a depender do quanto previsto em Plano de Bloqueio. Entretanto, uma vez estabelecido outro perímetro de bloqueio das vias de fuga pelo Coordenador de Área, este será o responsável pela confirmação, junto à CICOM/CENOP da região, de que os pontos de bloqueios preestabelecidos estarão devidamente policiados com os recursos previstos no respectivo Plano de Bloqueio;
- As guarnições de PETO, CETO, CIPT e CIPE ficarão, em regra, responsáveis pela execução de buscas nas estradas e vicinais, possíveis rotas de fuga, em busca de informações quanto ao destino dos criminosos ou vestígios deixados por estes (veículos abandonados, queimados, etc), podendo contudo apoiar na realização de bloqueios em caso de necessidade ou previsão do planejamento da UOp apoiada;
- Em caso de quebra do plano de fuga dos criminosos ou sendo encontrado algum vestígio de que estes abandonaram os veículos e ingressaram em área de mata (área rural) para homizio, o Coordenador de Área ou Comandante da UOp Apoiada deverá confirmar o apoio do BOPE e GRAER para realização de buscas no local;
- Diante da necessidade de equipamentos específicos e conhecimento técnico para buscas em área rural, além do elevado risco de confronto e da possibilidade de existência de reféns, na hipótese de quebra do plano de fuga e homizio em área rural ou urbana, com ou sem reféns, fica definido o BOPE como unidade responsável pelas buscas em áreas rurais ou locais de possível homizio, bem como pela aplicação das alternativas táticas de solução de crise com refém, quando for o caso, seja em área rural ou urbana;
- O GRAER fica responsável pelo apoio aéreo nas buscas e estabelecimento do perímetro de bloqueio de acordo com os desdobramentos da operação, como

também pelo suporte paramédico para a remoção ou transporte de alguma pessoa ferida em locais de difícil acesso, nos casos de confronto durante a operação.

- Os comandantes deverão adotar providências para estreitar as relações e aumentar a parceria com os gerentes dos bancos dos municípios sob sua responsabilidade, de modo que, as ações de divulgação dos contatos da Unidade Operacional junto à população sejam feitas em parceria com os bancos, inclusive utilizando-se dos mecanismos de comunicação existentes nas agências.
- O pronto atendimento aos preceitos contidos nesta NGA, além de garantir a disseminação de uma cultura doutrinária na Polícia Militar, servirá, certamente, como instrumento da boa prestação dos inadiáveis e indispensáveis serviços de segurança pública em todo território baiano. Portanto, devemos aproveitar este trabalho, propondo, ainda, sugestões e fundamentações para que possamos evoluir na prática do serviço policial militar.

Salvador, 06 de outubro de 2016.

COMANDANTE DO COPPM

APÊNDICE C - PLANO DE OPERAÇÕES Nº 01 – SPO



**POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO LESTE
(NOME DA UNIDADE DE POLICIAMENTO)**

**PLANO DE OPERAÇÕES Nº 01 – SPO – xxx/xx/xxx
(MODELO DE PLANO DE OPERAÇÕES)**

“Atendimento de ocorrências criminosas praticadas contra instituições financeiras”

CIDADE

ANO

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

<u>Figura 1 – Modelo de montagem de bloqueio policial</u>	<u>9</u>
<u>Figura 2 – Hipótese de ocorrência em Irapá</u>	<u>17</u>
<u>Figura 3 – Hipótese de ocorrência em Água Fria</u>	<u>20</u>
<u>Figura 4 – Hipótese de ocorrência em Ouriçangas</u>	<u>23</u>
<u>Figura 5 – Hipótese de ocorrência em Pedrão</u>	<u>26</u>

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 1 – Acionamento para ocorrência em Irapá</u>	<u>18</u>
<u>Tabela 2 – Pontos de bloqueios para ocorrência em Irapá</u>	<u>19</u>
<u>Tabela 3 – Itinerários de buscas para ocorrência em Irapá</u>	<u>19</u>
<u>Tabela 4 – Acionamento para ocorrência em Água Fria</u>	<u>21</u>
<u>Tabela 5 – Pontos de bloqueios para ocorrência em Água Fria</u>	<u>22</u>
<u>Tabela 6 – Itinerários de buscas para ocorrência em Água Fria</u>	<u>22</u>
<u>Tabela 7 – Acionamento para ocorrência em Ouriçangas</u>	<u>24</u>
<u>Tabela 8 – Pontos de bloqueios para ocorrência em Ouriçangas</u>	<u>25</u>
<u>Tabela 9 – Itinerários de buscas para ocorrência em Ouriçangas</u>	<u>25</u>
<u>Tabela 10 – Acionamento para ocorrência em Pedrão</u>	<u>27</u>
<u>Tabela 11 – Pontos de bloqueios para ocorrência em Pedrão</u>	<u>28</u>
<u>Tabela 12 – Itinerários de buscas para ocorrência em Pedrão</u>	<u>28</u>

SUMÁRIO

1.	COMPOSIÇÃO DOS MEIOS	4
1.1	Orgânico	4
1.2	Apoio	4
2	DOCUMENTAÇÃO BÁSICA	5
3	SITUAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA	5
3.1	Generalidades	5
3.2	Especificidades	5
3.3	Relações Institucionais	5
4	MISSÃO	6
4.1	Objetivo Geral	6
4.2	Objetivos Específicos	6
5	EXECUÇÃO	7
5.1	Conceito da Operação	7
5.2	Atribuições dos elementos subordinados	7
5.3	Atribuições dos elementos de apoio	7
6	ADMINISTRAÇÃO	8
6.1	Viaturas	8
6.2	Armamento	8
6.3	Equipamento	8
6.4	Pessoal	8
7	LIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO	9
7.1	Ligação	9
7.2	Comunicações	9
7.3	Posto de Comando	9
8	PRESCRIÇÕES DIVERSAS	10
9	APÊNDICES	12
9.2	APÊNDICE A – HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA EM IRARÁ	17
9.3	APÊNDICE B - HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA EM ÁGUA FRIA	20
9.4	APÊNDICE C - HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA EM OURIÇANGAS	23
9.5	APÊNDICE D - HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA EM PEDRÃO	26

**“Atendimento de ocorrências
criminosas praticadas contra
instituições financeiras”**

PLANO DE OPERAÇÕES Nº 01 – CPO - 000/10/2016

**“Atendimento de ocorrências criminosas praticadas contra instituições
financeiras”**

• **COMPOSIÇÃO DOS MEIOS**

1.1. Orgânico

- 1º Pel. PM Irará
- 2º Pel. PM Água Fria
- 3º Pel PM Ouriçangas
- 4º Pel. PM Pedrão
- 5º Pel. PM Emprego Tático Operacional

1.2. Unidades Apoiadoras

- **Batalhões:**
 - BOPE
 - 4º BPM/Serrinha
 - 16º BPM/Serrinha
- **Companhias Independentes:**
 - 66ª CIPM/Feira de Santana
 - 20ª CIPM/Santo Amaro
 - 21ª CIPM/Cipó
 - 97ª CIPM/Irá
 - CIPT-Leste

- CIPE-Litoral Norte
- **Grupamentos:**
 - GRAER

- **DOCUMENTAÇÃO BÁSICA**
 - 2.1 Diretriz Operacional Nº 055 COPPM/2013
 - 2.2 Norma Geral de Ação - COPPM Nº 01/12-13

- **SITUAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA**

- **3.1. Generalidades**

A problemática da segurança pública tem sido cada vez mais discutida e tratada com grande preocupação pela sociedade e pelos órgãos de defesa social. Dentro dessa perspectiva, a violência exacerbada e seus índices alarmantes nos remetem a uma busca pelo aperfeiçoamento técnico-profissional e à adoção de procedimentos operacionais que visem diminuir os riscos nas ações policiais, oferecendo maior segurança aos milicianos, bem como à comunidade.

Os crimes praticados contra Instituições Financeiras, analisados no âmbito nacional e estadual, têm se apresentado de forma cada vez mais violenta, com emprego de explosivos e armamentos de calibre e uso restrito às FFAA. Nesse contexto, a Polícia Militar da Bahia como órgão de primeira intervenção em ocorrências desta modalidade, tem passado por situações que afrontam o Estado Democrático de Direito e exige uma mudança de postura e procedimentos, os quais venham aperfeiçoar a sua capacidade de mobilização e coordenação das ações, de forma a gerar mais segurança e eficiência na resposta estatal.

- **3.2. Especificidades**

No ano de 2015, fora registrado ocorrências criminosas contra Instituições Financeiras em todas os municípios atendidos com o policiamento desta OPM, urgindo a necessidade de atualização dos procedimentos e planejamento detalhado do que cada fração de efetivo deverá fazer na hipótese de novas

ocorrências, considerando as experiências anteriores e *modus operandi* dos grupos criminosos.

3.3. Relações Institucionais

- Policia Federal
- Policia Civil da Bahia
- 10ª Superintendência da Policia Rodoviária Federal
- Instituições Financeiras

- **MISSÃO**

- Regular as atividades da 97ª CIPM e demais UOp apoiadoras no atendimento de ocorrências de crimes contra Instituições Financeiras buscando potencializar o emprego dos recursos disponíveis com vistas a uma resposta legal e aceitável por parte da PMBA, obedecendo-se as atribuições de cada fração.

4.1 Objetivo Geral

- Suprir a lacuna de planejamento de contingência e posituação de procedimentos operacionais para hipóteses de atendimento de ocorrências criminosas práticas contra Instituições Financeiras na área de responsabilidade desta UOp.

4.2 Objetivos Específicos

- **Acionamento**

- Proporcionar plano de chamada ou acionamento dos recursos disponíveis neste orgânico e das UOp de apoio, na ordem de prioridade estabelecida neste plano, conforme sequência de ações descritas no apêndice A e planilhas de acionamento para cada hipótese de ocorrência (Anexos).

- **Gu PM de Bloqueio**
 - Monitorar as principais rodovias da região, prováveis rotas de fuga, mantendo o CICOM, as Gu PM de busca e dos outros bloqueios informadas através de rádio e/ou celular, sobre a passagem ou retorno de veículos suspeitos pelo bloqueio, disparos ou desembarque dos criminosos, etc;
 - Contribuir no cerco coordenado da região alvo da ação criminosa; e
 - Possibilitar a quebra do plano de fuga dos assaltantes.

- **Gu PM de Buscas**
 - Patrulhar as principais rodovias e vicinais dentro do perímetro de bloqueios (cerco);
 - Realizar buscas de informações ou vestígios do destino tomado pelo grupo criminoso com populares, visitando propriedades rurais, com vistas a realizar a prisão dos mesmos;
 - Apoiar as Gu PM responsáveis pelos bloqueios em caso de confronto ou necessidade diversa;

- **EXECUÇÃO**
 - **Conceito da Operação**
 - Realizar, de forma integrada, o atendimento de crimes contra Instituições Financeiras na área da 97ª CIPM, desencadeando ações coordenadas a partir das atribuições de cada fração, conforme as atribuições a seguir:

 - **Atribuições dos elementos subordinados da 97ª CIPM**
 - Iniciar o acionamento deste Plano, conforme orientações e planilhas constantes em apêndices;

- Providenciar a execução dos bloqueios das rodovias, em pontos pré-definidos, de acordo com cada hipótese de ocorrência;
 - Orientar e direcionar os recursos e guarnições de apoio (Unidades Apoiadoras) onde devem se posicionar ou realizar buscas, no intuito de otimização dos recursos disponíveis.
- **Atribuições dos elementos de apoio**
 - Através das **Gu PM de radiopatrulhamento** CIPM e BPM, atuar em pontos de bloqueios, conforme apêndices;
 - Através das **Gu PM de PETO e CETO** das CIPM e BPM, atuar, preferencialmente, nas buscas dos criminosos nas estradas dentro do perímetro de bloqueio, podendo, também, apoiar na montagem e manutenção dos bloqueios, conforme previsão em apêndices;
 - Por intermédio das **Gu PM da CIPT-Leste e CIPE-Litoral Norte**, atuar exclusivamente nas buscas aos criminosos nas principais vias de fuga dentro do perímetro bloqueado, bem como apoiar as demais Gu PM envolvidas em caso de necessidade;
 - O **BOPE, a partir da quebra do plano de fuga dos criminosos**, apoiar a CIPE-Litoral Norte nas buscas em área urbana ou rural, com ou sem reféns;
 - Por meio do **GRAER, a partir da quebra do plano de fuga dos criminosos**, efetuar o apoio aéreo durante as buscas, ou em atendimento de feridos, podendo transportar efetivo do BOPE ou CIPE até o local de buscas ou intervenções.
- **ADMINISTRAÇÃO**
 - 6.1 Pessoal**
 - **Efetivo de Bloqueio:** Será composto por 01 ou 02 Gu PM, do tipo “A” ou “B”, conforme apêndices.

- **Efetivo de Gu PM de busca/radiopatrulhamento:** será composto, preferencialmente, por 02 (duas) Gu PM, do tipo “C” ou “D”, em comboio. Podendo ser de Gu PM de PETO, CETO, CIPT-Leste ou CIPE-LN, pertencentes às UOp de apoio, conforme apêndices.

6.2 Viaturas

- Viaturas disponíveis para o serviço ordinário de cada UOp.

6.3 Armamento

- O de dotação para o serviço ordinário;
- Havendo disponibilidade, na rotina diária cada Gu PM deverá fazer carga de pelo menos 01 (um) fuzil, cal. 7,62mm, ainda que seja o Mosquetão.

6.4 Equipamentos

- **Equipamento de proteção individual:** Colete balístico e acessórios disponibilizados pela Instituição ou propriedade particular.
- **Equipamentos que a guarnição deve dispor diariamente:** 06 (seis) cones de sinalização; 01 (um) perfurador de pneus retrátil de 10 (dez) metros, popularmente conhecido como “jacaré” ou, na falta destes, “miguelitos”; Lanterna; HT; e Cantil.

6.5 Montagem do bloqueio:

- O bloqueio deve ser montado com a VTR 01 estacionada, de forma diagonal, obstruindo o acostamento e, preferencialmente, a faixa de rolamento da via do sentido de fuga, devendo estar com os faróis, pisca alerta e giroflex ligados;
- Os seis cones, também deverão ser dispostos diagonalmente, a uma distância aproximada de 05 metros da VTR 01, ocupando todo o acostamento e a faixa de rolamento da via oposta, com o perfurador de pneus (ou “miguelitos”) postado atrás dos cones;

- O efetivo da VTR 01, nas primeiras horas/minutos de atendimento deverá se posicionar após o acostamento do lado oposto, preferencialmente em local mais alto, aproveitando a geografia do terreno (barricadas ou abrigo) para maior segurança do efetivo policial, até a chegada ou passagem das guarnições de buscas (das CIPT CIPE, PETO ou CETO);
- Na hipótese de haver uma segunda GU PM para o bloqueio, ao chegar no local do bloqueio, este já deverá estar montado pela primeira guarnição (VTR 01), e estacionará a VTR 02 da mesma forma e lado da via que a VTR 01, porém, a uma distancia de 10 a 15 metros da VTR 01;
- O efetivo da segunda Gu PM deverá se posicionar juntamente com o efetivo da primeira;
- Na montagem do bloqueio o efetivo deve confirmar os meios de comunicação: HT e telefone móvel, informando ao Coordenador de Área o posicionamento;
- Segue ilustração do posicionamento a ser adotado:

Figura 1 – Modelo de montagem de bloqueio policial



Foto: Fernando Afonso Cardoso Borges

- **LIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

- **7.1 Ligação**

- Confirmada a ocorrência, esta deverá ser comunicada imediatamente ao Coordenador de área da 97ª CIPM/Irará, ao Comandante, Subcomandante e CenOp desta OPM:
 - **Coordenador de área:** (75) 999931-0629/ 99928-6649;
 - **Comandante:** (75) 99923-7094;
 - **Subcomandante:** (75) 99928-4377;
 - **SPO:** (75) 99905-4757;
 - **SOInt:** (75) 99905-4757.

- **7.2 Comunicações**

- A CENOP da 97ª CIPM e os CICOM de Feira de Santana, Alagoinhas, e as CenOp de Serrinha e Irará, serão responsáveis pela difusão das informações através de seus respectivos canais de operação;
- Recomenda-se prioridade UNO nas comunicações para a presente situação;
- Continua em vigor o código fonético da Corporação.

- **7.3. Posto de Comando**

- Fica estabelecida a **sede da 97ª CIPM/Irará** como posto de comando do Teatro de Operações - TO e, na hipótese da ocorrência na cidade de Irará, caso necessário, será definido outro local pelo Coordenador de Área ou Comandante desta OPM;
- Nas primeiras horas de atendimento, o Coordenador de Área local assumirá Comando do Teatro de Operações, mas havendo quebra do plano de fuga ou desdobramentos que justifiquem o prolongamento e manutenção da Operação, o Comando deverá ser assumido pelo Comandante da OPM local (Apoiada), com responsabilidade pela gestão Operacional e facilitação das necessidades de Logística da Operação, utilizando para tanto os recursos humanos e materiais disponíveis da

sua estrutura de SPO (Seção de Planejamento Operacional) e SSO (Seção de Suporte Operacional).

- **PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

- O Coordenador de Área, caso não esteja na condição de primeiro solicitante de apoio, será o responsável por repetir todas as ligações, conforme lista de acionamento e sua ordem de prioridade em apêndice, orientando a execução do plano de bloqueio;
- Havendo quebra do plano de fuga ou desdobramentos que justifiquem o prolongamento e manutenção da Operação, deverá ser composto um Gabinete de Comando composto pelo Comandante ou Subcomandante desta OPM, Chefe da SPO, Chefe da SSO e Chefe da SOInt, com o objetivo de prover a gestão Operacional e facilitação das necessidades de Logística da Operação, utilizando para tanto os recursos humanos e materiais disponíveis da sua estrutura orgânica, podendo, inclusive, haver engajamento neste Gabinete de Comando de recursos humanos e materiais das OPM de apoio;
- O Subcomandante, Chefe da SPO e Chefe da SOInt também ficam com a responsabilidade de repetir todas as ligações, conforme lista de acionamento e sua ordem de prioridade em apêndice, orientando a execução do plano de bloqueio, para que haja o acionamento em “redundância”, reforçando o direcionamento de cada recurso disponível, seja do orgânico da OPM ou de OPM de apoio;
- **Este Plano de Operações possui caráter reservado entre Comandante, Subcomandante, Chefe da SPO e Chefe da SOInt, devendo ser difundido apenas o apêndice Lista de Acionamento devidamente plastificado que diz respeito à hipótese de ocorrência na cidade do destacamento ou pelotão**, podendo também difundir apenas os apêndices para o CICOM-regional, solicitando a repetição ou confirmação de todas as ligações, conforme lista de acionamento e sua ordem de prioridade, orientando a execução do plano de bloqueio

conforme previsto neste planejamento – dessa forma o acionamento será realizado por no mínimo 04 (quatro) canais diferentes em “redundância”, a fim de gerar maior possibilidade de sucesso e, conseqüentemente, o cumprimento das missões pré-estabelecidas;

- **Na instrução e treinamento dos recursos operacionais disponíveis, que compõe fase de preparação obrigatória para o sucesso deste Plano de Operações, deverá ser socializado o conteúdo, objetivos, atribuições de cada recurso operacional, os procedimentos de montagem dos bloqueios, e procedimentos/sequência de ações do primeiro interventor (policia militar do local da ocorrência), contudo, sem fornecimento de cópias do inteiro teor deste documento, apenas dos apêndices lista de acionamento e da sequência de ações do primeiro interventor;**
- **Fica o CICON e Gabinete de Comando responsáveis pela difusão das informações de interesse do atendimento da ocorrência entre os recursos operacionais envolvidos na Operação;**
- Após o acionamento de todas as UOp de apoio, as quais estão ligadas diretamente ao plano de bloqueio e às missões de buscas e patrulhamento nas rodovias, o comandante do Teatro de Operações deverá informar, diretamente, ao Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE e ao Grupamento Aéreo - GRAER o andamento da ocorrência para que fiquem em condições de deslocamento imediato, visto que, **na hipótese de quebra do plano de fuga e homizio dos criminosos em área urbana ou rural**, com ou sem reféns, tais Unidades Operacionais Especializadas - UOE possam proceder com o deslocamento em apoio às Unidades locais, após autorização do Comando de Policiamento Especializado – CPE;
- A execução deste Plano está condicionada a prévia instrução de todo o efetivo envolvido com vistas a se obter os resultados esperados.

COMANDANTE

HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA EM IRARÁ

Figura 2 – Hipótese de ocorrência em Irará

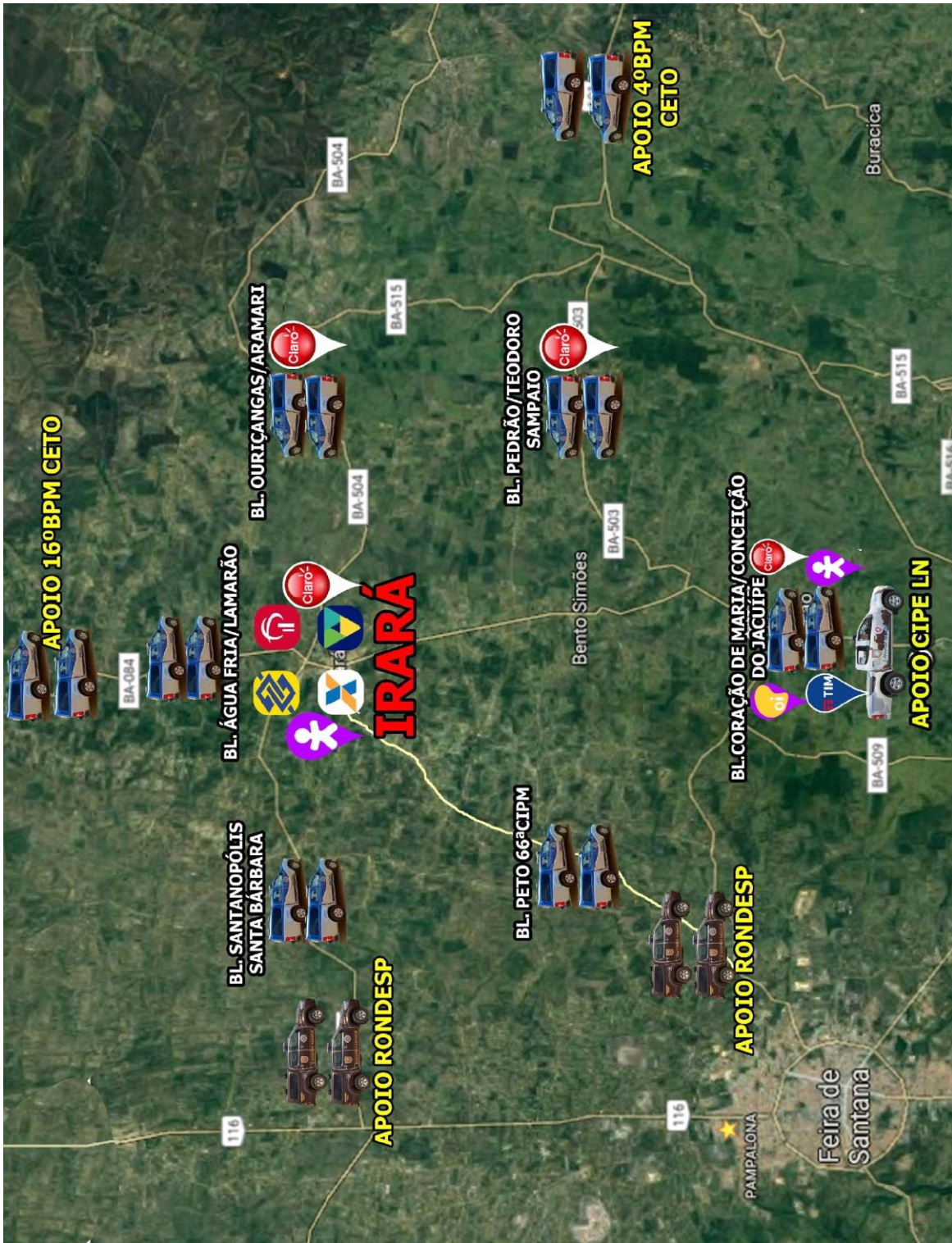


TABELA 01 – ACIONAMENTO PARA OCORRÊNCIA EM IRARÁ

ORD	IRARÁ	MISSÃO	DIST.	TEMPO	PERCURSO	CONTATO
01	SANTANÓPOLIS	Bloqueio	14KM	17min	BA-504	98213-3938
02	OURIÇANGAS	Bloqueio	21KM	25min	BA-504	98172-9690
03	CORAÇÃO DE MARIA	Bloqueio	25KM	26min	BA-084	3247-2231 / 98155-0612
04	PEDRÃO	Bloqueio	26KM	36min	BA-084/503	98158-8907
05	ÁGUA FRIA	Bloqueio	23KM	40min	BA-084	98141-7216
06	02 GU 66ªCIPM/FEIRA	Bloqueio	37KM	01h19min	BA-503 / Estrada do Retiro	3612-4505 / 99901-5096 (Coord)
07	CONC. DO JACUÍPE	Apoio Bloqueio Coração de Maria	11KM	17min	BA-084	3243-1370 / 99124-3771 / 99161-4224
08	TEODORO SAMPAIO	Apoio Bloqueio Pedrão	20KM	20min	BA-515/BR-101/BA-515/BA-503	98192-1772 / 98847-5795
09	SANTA BÁRBARA	Apoio Bloqueio Santanópolis	25KM	26min	BR-116/BA-504	99939-0644 / 98204-8670
10	ARAMARI	Apoio Bloqueio Ouriçangas	20KM	35min	BA-504	3432-1000 / 99156-4545
11	LAMARÃO	Apoio Bloqueio Água Fria	26KM	47min	BA-400	98231-6246
12	01 GU CIPE-LN	Buscas	35KM	39min	BA-084	(75)99911-9964 (Cenop CIPE)
13	02 GU CETO/4ºBPM	Buscas	50KM	01h10min	BR101/BA-503/BA-515/BA-504	99931-9127 (Coord) 3423-9200 / 99955-2933 (CICOM)
14	02 GU CIPT-LESTE	Buscas	50KM	01h00min	BR-116/BA-504	99968-7254 / 99977-6545 / 3224-0918 (CICOM)
15	02 GU CIPT-LESTE	Buscas	37KM	01h10min	BA-503/Retiro	99968-7254 / 99977-6545 / 3224-0918 (CICOM)
16	02 GU CETO/16ºBPM	Buscas	73KM	01h13min	BR-116/BA-400/BA-084	3261-9432 / 99968-7962 (Cenop)
17	COMANDO DA 97ªCIPM					99923-7094 (Cmt), 99928-4377 (Sub)
18	BOPE	Busca e captura	131KM	01h53min	BA-526/BR-324/BR-101/BA-084	(71)99933-6640(Cmt),(71)99611-8674(Sub),(71)99600-6490(SPO)
19	GRAER	Apoio aéreo	107KM reta	30min	AÉREO	(71) 99981-0597(Coord), 99611-0323(Adj), (71) 3116-1625

TABELA 02 – PONTOS DE BLOQUEIOS PARA OCORRÊNCIA EM IRARÁ

ORD	GU	EFETIVO	COORDENADAS GEOGRÁFICA	PONTO DE REFERÊNCIA
01	AGUA FRIA/ LAMARÃO	02Gu	11°55'05.8"S / 38°46'38.6"O	Próximo a Fabrica de Laticínios
02	OURIÇANGAS/ ARAMARI	02Gu	12°01'36.6" / 38°38'43.9"O	Próximo à caixa d'água
03	PEDRÃO/ TEODORO SAMPAIO	02Gu	12°08'52.8"S / 38°39'35.6"O	Ponte saída Tzão da Selva
04	CORAÇÃO DE MARIA/ CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	02Gu	12°14'42.50"S / 38°45'9.70"O	Após o Posto antes da curva
05	SANTANÓPOLIS/ SANTA BÁRBARA	02Gu	12°03'00.5"S / 38°53'55.3"O	Ponte sentido BR-116
06	66ªCIPM/PETO	02Gu	12°10'23.50"S / 38°52'25.50"O	Ponte da Estrada do Retiro

TABELA 03 – ITINERÁRIOS DE BUSCAS PARA OCORRÊNCIA EM IRARÁ

ORD	OPM	EFETIVO	ITINERÁRIO
01	4ºBPM/CETO	02Gu	Alagoinhas, BR101, BA-515 (Aramari), BA-504 (Ouriçangas), Irará
02	16ºBPM/CET O	02Gu	Serrinha, BR-116, BA-400 (Lamarão), BA-084 (Água Fria), Irará
03	CIPT-Leste	02Gu	Feira de Santana, Av. Sergio Carneiro, BA-503 (Jaíba), Estrada do Retiro, Irará
04	CIPT-Leste	02Gu	Feira de Santana, BR-116, BA-504 (Santanópolis), Irará
05	CIPE-LN	01Gu	Feira de Santana, BR-116, BA-084, Irará

HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA EM ÁGUA FRIA

Figura 3 – Hipótese de ocorrência em Água Fria

Fria

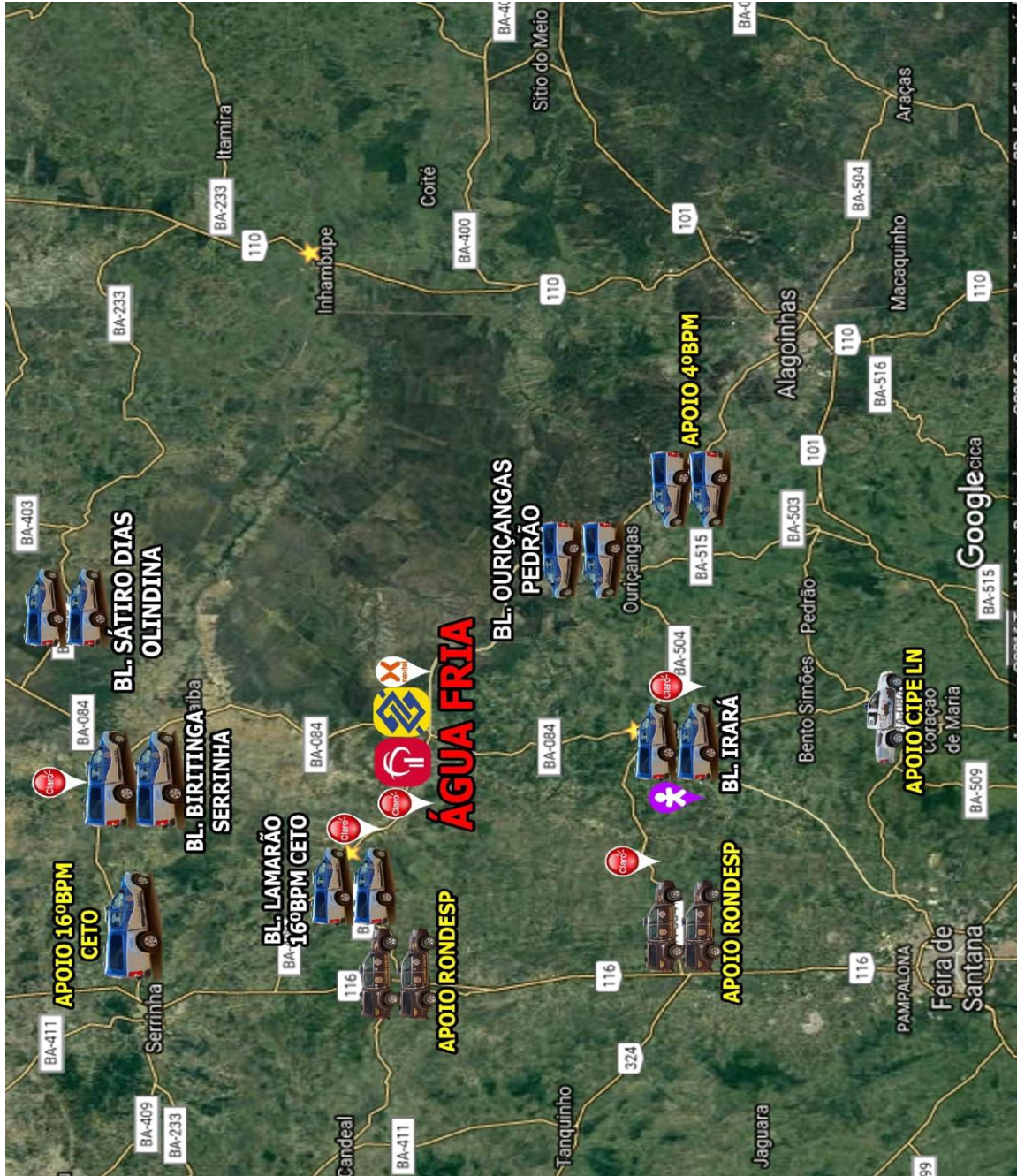


TABELA 04 – ACIONAMENTO PARA OCORRÊNCIA EM ÁGUA FRIA

ORD	GU PM	MISSÃO	DIST.	TEMPO	PERCURSO	CONTATO
01	02 GU IRARÁ	Bloqueio	23KM	39min	BA-084	99931-0629/ 99928-6649 (Coord)/ 98139-6254/ 99905-4757 (Cenop)
02	LAMARÃO	Bloqueio	26KM	47min	BA-400	98231-6246
03	OURIÇANGAS	Bloqueio	40KM	51min	BA-504 (eucaliptos)/ BA-084	98172-9690
04	SÁTIRO DIAS	Bloqueio	38KM	01h	BA-233	3446-2040/ 99910-1292
05	BIRITINGA	Bloqueio	41KM	01h17min	BA-084	99175-8990
06	CETO/ 16º BPM	Apoio Bloqueio Lamarão	16KM	22min	BR-116/BA-400	3261-9432/ 99968-7962 (Cenop)
07	RP 2ª CIA/ 16º BPM	Apoio Bloqueio Biritinga	23KM	31min	BA-233	3261-9432/ 99968-7962 (Cenop)
08	PEDRÃO	Apoio Bloqueio Ouriçangas	25KM	32min	BA-503/BA-515	98158-8907
09	OLINDINA	Apoio Bloqueio Sátiro Dias	80KM	58min	BR-110/ BA-084/ BA-233	99903-0727
10	01 GU CETO/ 16º BPM	Buscas	42KM	01h05min	BR-116/ BA-400/ BA-084/ Lamarão	3261-9432/ 99968-7962 (Cenop)
11	02 GU CIPT-LESTE	Buscas	73KM	01h39min	BR-116/BA-504/BA-084	99968-7254/ 99977-6545/ 3224-0918 (CICOM)
12	02 GU CIPT-LESTE	Buscas	86KM	01h49min	BR-116/BA-400	99968-7254/ 99977-6545/ 3224-0918 (CICOM)
13	01 GU CIPE-LN	Buscas	68KM	01h40min	BA-084	99911-9964 (Cenop CIPE)
14	02 GU CETO/ 4º BPM	Buscas	79KM	02h07min	BA-503/ BA515/ BA-504/ BA-084/ Ouriçangas	99931-9127 (Coord) 3423-9200/ 99955-2933 (CICOM)
15	COMANDO DA 97ªCIPM					99923-7094 (Cmt), 99928-4377 (Sub)
16	BOPE	Busca e captura	153KM	02h32min	BA-526/BR-324/BR-101/BA-084	(71)99933-6640(Cmt),(71)99611-8674(Sub),(71)99600-6490(SPO)
17	GRAER	Apoio aéreo	107KM	30min	AÉREO	(71) 99981-0597(Coord), 99611-0323(Adj), (71) 3116-1625

TABELA 05 – PONTOS DE BLOQUEIOS PARA OCORRÊNCIAS EM ÁGUA FRIA

ORD	GU	EFETIVO	COORDENADAS GEOGRÁFICA	PONTO DE REFERÊNCIA
01	LAMARÃO/ 16ºBPM-CETO	02Gu	11°48'31.90"S / 38°51'51.40"O	Tanque de uma Fazenda
02	IRARÁ	02Gu	12°1'18.30"S / 38°45'25.50"O	Barranco na chegada da BA-084
03	SÁTIRO DIAS/ OLINDINA	02Gu	11°36'56.0" / 38°34'55.1"O	Sem referência
04	BIRITINGA/ SERRINHA 2ªCIA	02Gu	11°37'58.5S / 38°47'52.0"O	Sem referência
05	OURIÇANGAS/ PEDRÃO	02Gu	12°00'02.6"S / 38°36'41.1"O	Chegada da estrada dos eucaliptos

TABELA 06 – ITINERÁRIOS DE BUSCAS PARA OCORRÊNCIA EM ÁGUA FRIA

ORD	OPM	EFETIVO	ITINERÁRIO
01	4ºBPM/ CETO	02Gu	Alagoinhas, BA-503, BA-515, BA-504 (Ouriçangas), BA-084, Água Fria
02	16ºBPM/ CETO	01Gu	Serrinha, BR-116, BA-233 (Biringa), BA-084 (Pataíba), Água Fria
03	CIPT-LESTE	02Gu	Feira de Santana, BA-400 (Lamarão), Água Fria
04	CIPT-LESTE	02Gu	Feira de Santana, BR-116, BA-504 (Santanópolis), BA-084 (Irará), Água Fria
05	CIPE-LN	01Gu	Conceição do Jacuípe, BA-084 (Irará), Água Fria

HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA EM OURIÇANGAS

Figura 4 – Hipótese de ocorrência em Ouriçangas

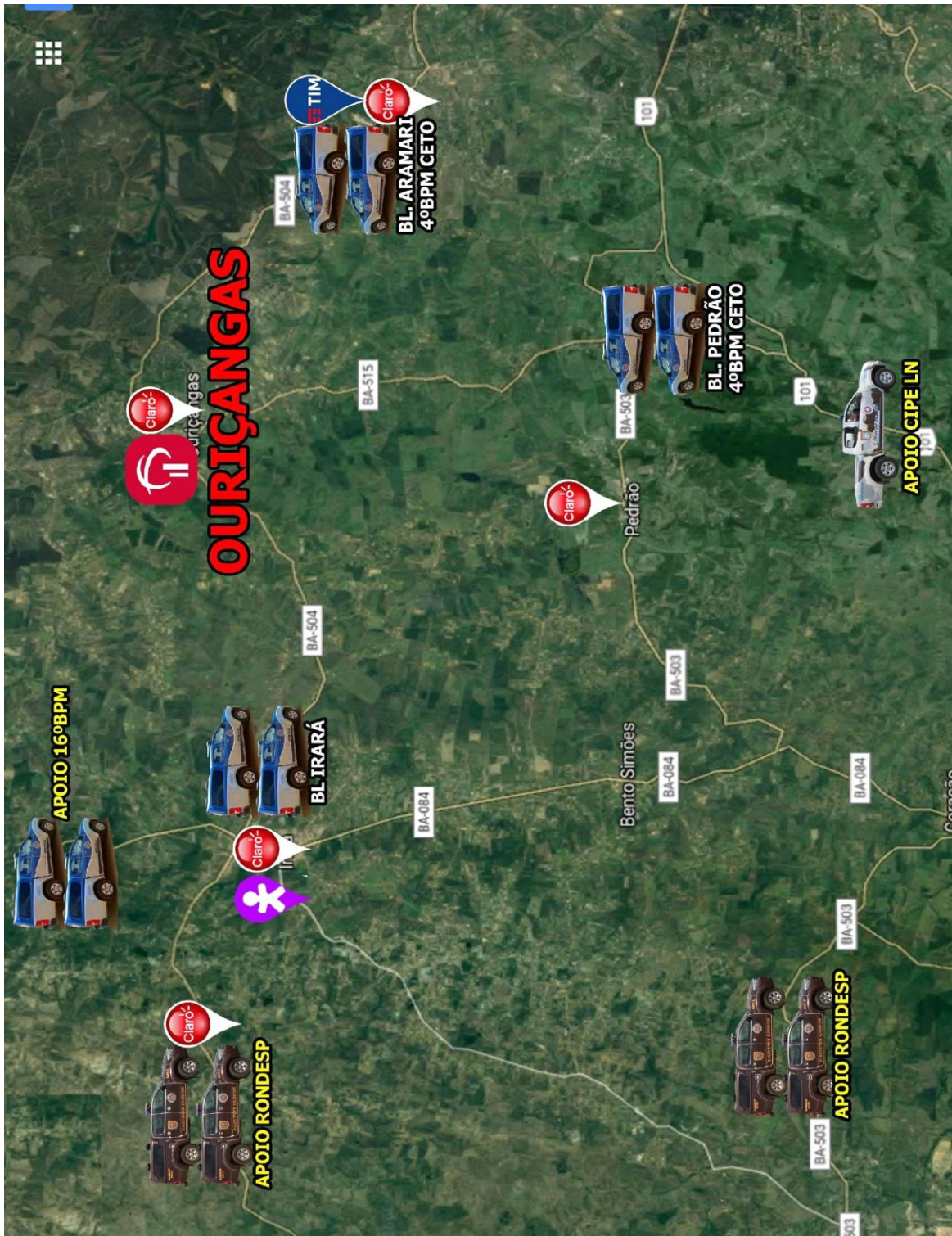


TABELA 07 – ACIONAMENTO PARA OCORRÊNCIA EM OURIÇANGAS

ORD	GU PM	MISSÃO	DIST.	TEMPO	PERCURSO	CONTATO
01	02 GU IRARÁ	Bloqueio	21KM	24min	BA-504	99931-0629 / 99928-6649 (Coord),98139- 6254/99905- 4757(Cenop)
02	PEDRÃO	Bloqueio	25KM	32min	BA-503/BA- 515	98158-8907
03	ARAMARI	Bloqueio	22KM	44min	BA-504	99156-4545 / 3432- 1000
04	01 GU CETO/ 4º BPM	Apoio Bloqueio Aramari	18KM	29min	BA-504	99931-9127 (Coord) 3423-9200 / 99955-2933 (CICOM)
05	01 GU CETO/ 4º BPM	Apoio Bloqueio Pedrão	35KM	39min	BR-101/BA- 503	99931-9127 (Coord) 3423-9200 / 99955-2933 (CICOM)
06	01 GU CIPE-LN	Buscas	49KM	57min	BR-101/BA- 515	99911-9964 (Cenop CIPE)
07	02 GU CIPT- LESTE	Buscas	68KM	01h15min	BR-116/BA- 504	99968-7254 / 99977-6545 / 3224- 0918 (CICOM)
08	02 GU CIPT- LESTE	Buscas	72KM	01h36min	BA-503/BA- 084/BA-515	99968-7254 / 99977-6545 / 3224- 0918 (CICOM)
09	02 GU CETO/ 16º BPM	Buscas	80KM	01h55mi n	BR-116/BA- 400/BA- 084/BA-504	3261-9432 / 99968- 7962 (Cenop)
10	COMANDO DA 97ªCIPM					99923-7094 (Cmt), 99928-4377 (Sub)
11	BOPE	Busca e captura	146K M	02h06mi n	BA-526/BR- 324/BR- 101/BA-515	(71)99933- 6640(Cmt),(71)9961 1- 8674(Sub),(71)9960 0-6490(SPO)
12	GRAER	Apoio aéreo	107KM reta	30min	AÉREO	(71) 99981- 0597(Coord), 99611-0323(Adj), (71) 3116-1625

TABELA 08 – PONTOS DE BLOQUEIOS PARA OCORRÊNCIA EM OURIÇANGAS

ORD	GU	EFETIVO	COORDENADAS GEOGRÁFICA	PONTO DE REFERÊNCIA
01	ARAMARI/ 4ºBPM-CETO	02Gu	12°4'37.40"S / 38°30'33.30"O	Saída para Ouriçangas
02	PEDRÃO/ 4ºBPM-CETO	02Gu	12°9'27.76"S / 38°35'1.74"O	BA-515 chegando na BA-503
03	IRARÁ	02Gu	12°2'54.20"S / 38°43'20.60"O	Cancela a direita

TABELA 09 – ITINERÁRIO DE BUSCAS PARA OCORRÊNCIA EM OURIÇANGAS

ORD	OPM	EFETIVO	ITINERÁRIO
01	16ºBPM/CETO	02Gu	Serrinha, BR-116, BA-400 (Lamarão/Água Fria), BA-504, Ouriçangas
02	CIPT-LESTE	02Gu	Feira de Santana, BR-116, BA-504 (Santanópolis), Ouriçangas
03	CIPT-LESTE	02Gu	F. de Santana, BA-503 (Jaíba), BA-084 (C. de Maria), BA-503 (Pedrão), BA-515, Ouriçangas
04	CIPE-LN	01Gu	Conceição do Jacuípe, BR-101, BA-503 (Pedrão), BA-515, Ouriçangas

HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA EM PEDRÃO

Figura 5 – Hipótese de ocorrência em Pedrão

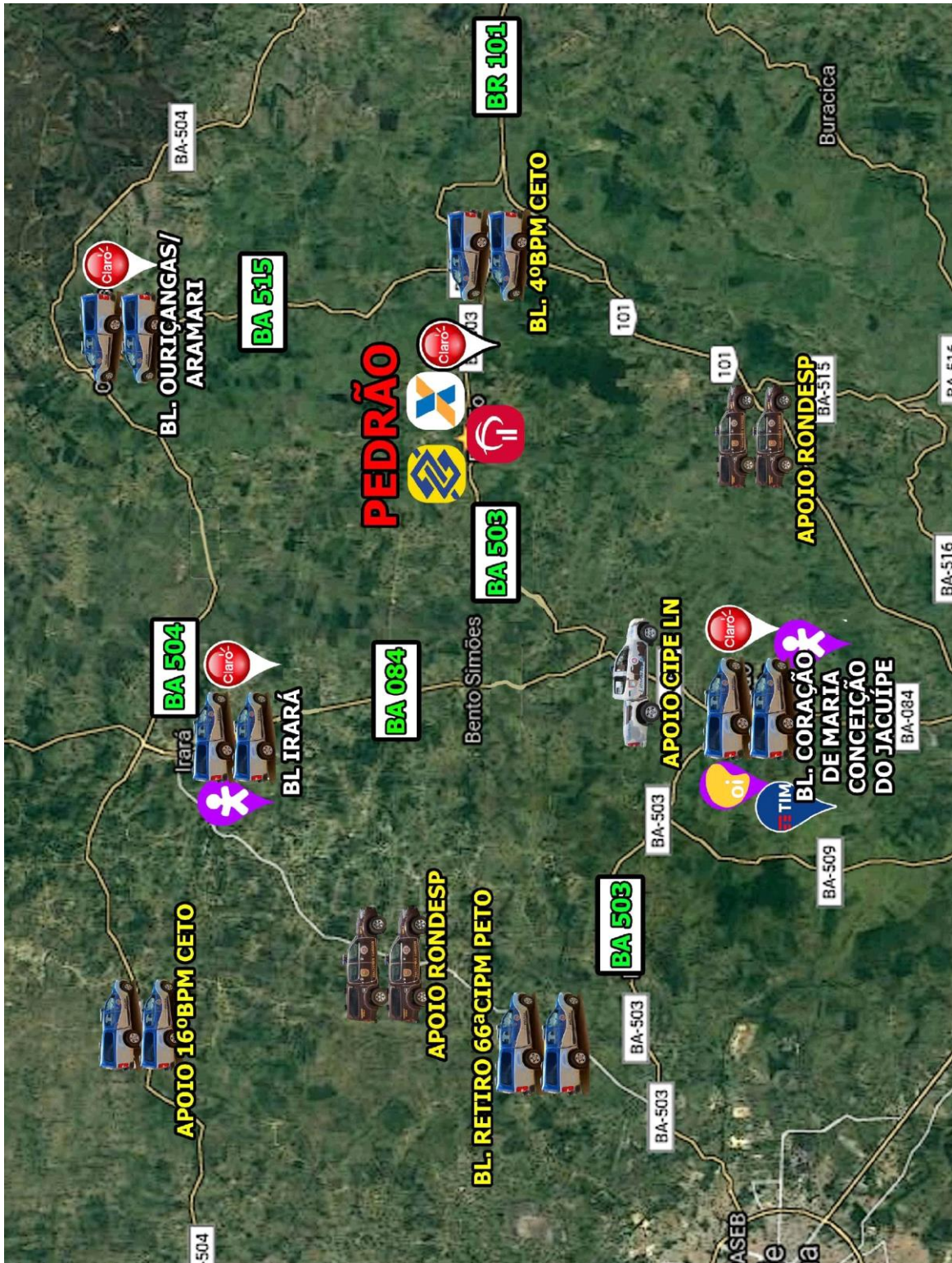


TABELA 10 – ACIONAMENTO PARA OCORRÊNCIA EM PEDRÃO

ORD	GU PM	MISSÃO	DIST.	TEMPO	PERCURSO	CONTATO
01	02 GU IRARÁ	Bloqueio	26KM	36min	BA-084/BA-503	99931-0629 / 99928-6649 (Coord),98139-6254/99905-4757(CenOp)
02	OURIÇANGAS	Bloqueio	25KM	32min	BA-515/BA-503	98172-9690
03	CORAÇÃO DE MARIA	Bloqueio	20KM	33min	BA-084/BA-503	3247-2231 / 98155-0612
04	02 GU CETO/ 4º BPM	Bloqueio	35KM	39min	BR-101/BA-503	99931-9127 (Coord) 3423-9200 / 99955-2933 (CICOM)
05	02 GU 66ªCIPM/FEIRA	Bloqueio	63KM	01h55min	BA-503/Retiro/BA-084/BA-503	3612-4505 / 99901-5096 (Coord)
06	CONC. DO JACUIPE	Apoio Bloqueio C. de Maria	11KM	17min	BA-084	3243-1370 / 99124-3771 / 99161-4224
07	ARAMARI	Apoio Bloqueio Ouriçangas	22KM	44min	BA-504	99156-4545 / 3432-1000
08	01 GU CIPE-LN	Buscas	31KM	46min	BA-084/BA-503	99911-9964 (Cenop CIPE)
09	02 GU CIPT-LESTE	Buscas	63KM	01h55min	BA-503/Retiro	99968-7254 / 99977-6545 / 3224-0918 (CICOM)
10	02 GU CIPT-LESTE	Buscas	65KM	01h00min	BR-101/BA-503	99968-7254 / 99977-6545 / 3224-0918 (CICOM)
11	02 GU CETO/ 16º BPM	Buscas	99KM	01h51min	BR-116/BA-504/BA-084/BA-503	3261-9432 / 99968-7962 (Cenop)
12	COMANDO DA 97ªCIPM	Buscas	136KM	01h49min	BA-526/BR-324/BR-101/BA-503	99923-7094 (Cmt), 99928-4377 (Sub) (71)99933-6640(Cmt),(71)99611-8674(Sub),(71)99600-6490(SPO) (71) 99981-0597(Coord), 99611-0323(Adj), (71) 3116-1625
13	BOPE	Busca e captura				
14	GRAER	Apoio aéreo				

TABELA 11 – PONTOS DE BLOQUEIOS PARA OCORRÊNCIAS EM PEDRÃO

ORD	GU	EFETIVO	COORDENADAS GEOGRÁFICA	PONTO DE REFERÊNCIA
01	CORAÇÃO DE MARIA/CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	02 Gu	12°14'42.50"S / 38°45'9.70"O	Após o Posto antes da curva
02	IRARÁ	02 Gu	12°3'49.14"S / 38°45'35.10"O	Ponto de ônibus
03	OURIÇANGAS/ARAMAR I	02Gu	12°4'37.40"S / 38°30'33.30"O	Caixa d'água
04	66ªCIPM/PETO	02Gu	12°10'23.50"S / 38°52'25.50"O	Ponte da Estrada do Retiro
05	4ºBPM/CETO	02Gu	12°9'27.76"S / 38°35'1.74"O	BA-515 chegando na BA-503

TABELA 12 – ITINERÁRIOS DE BUSCAS PARA OCORRÊNCIA EM PEDRÃO

ORD	OPM	EFETIVO	ITINERÁRIO
01	16ºBPM/CETO	02Gu	Serrinha, BR-116, BA-400 (Lamarão/Água Fria), BA-504, Ouriçangas
02	CIPT-LESTE	02Gu	Feira de Santana, BR-116, BA-504 (Santanópolis), Ouriçangas
03	CIPT-LESTE	02Gu	F. de Santana, BA-503 (Jaíba), BA-084 (C. de Maria), BA-503 (Pedrão), BA-515, Ouriçangas
04	CIPE-LN	01Gu	Conceição do Jacuípe, BR-101, BA-503 (Pedrão), BA-515, Ouriçangas

APÊNDICE D - PRIMEIRA RESPOSTA PNO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE ROUBO A BANCO

PRIMEIRA RESPOSTA PNO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE ROUBO A BANCO.

1. Ao tomar conhecimento de que está havendo um roubo ou explosão de TAA de instituição financeira, popularmente denominadas como “Novo Cangaço” ou “Cangaço Noturno”, respectivamente, os policiais de serviço deverão, e policiais de folga poderão, certificar a procedência do informe, caso a base da OPM na cidade já não esteja sendo atacada ou já se tenha ouvido a explosão característica desse tipo de ocorrência, o que nesta hipótese, passa-se diretamente para o **procedimento número 7**;
2. A confirmação da ocorrência deverá ser feita com a maior rapidez e cautela possível, uma vez que se o policial for identificado pelos assaltantes ele poderá ser alvejado;
3. A identificação da ocorrência de roubo a Instituições Financeiras, na modalidade “Novo Cangaço”, em horário de expediente, pode ser feita a centenas de metros de distância e em lugar seguro. Considerando-se as seguintes particularidades será facilitada a identificação visual da ação delitiva: que estas ações tem como regra acontecer no período de expediente bancário; a utilização de reféns como escudos humanos na frente da agência bancária; a audição de estampidos de disparos intimidatórios de armas de fogo a longa distância. O policial deverá tentar contato com os estabelecimentos ou pessoas que residem próximo da agência bancária para confirmação ou, com bastante cautela, aproximar-se até visualizar o local da ocorrência, abrigando-se para que não seja alvo de possíveis disparos de arma de fogo;
4. Para a identificação da ocorrência de explosão de TAA ou “Cangaço Noturno”, que geralmente ocorre durante a madrugada, os policiais militares, estando aquartelados, deverão ter atenção às proximidades da base antes de saírem para confirmação, visto que poderá haver parte da quadrilha na função de contenção e

vigilância. Na dúvida quanto à segurança, a confirmação poderá ser feita através de consulta aos moradores que residem nas proximidades da agência bancária da cidade, por telefone;

5. Deve-se evitar o deslocamento ou aproximação até a agência bancária para confirmação desse tipo de ocorrência, e caso seja feita que se dê apenas até obter o contato visual, a pé e, preferencialmente, à paisana, a fim de diminuir os riscos.

6. Deve-se levar em consideração que as armas utilizadas nessas ocorrências, normalmente, são fuzis, portanto, ao escolher o abrigo, o policial deverá procurar obstáculos que suportem seu projétil;

7. **Caso a ação criminosa esteja confirmada**, o policial deverá informar, imediatamente, ao Coordenador de Área da UOp, à CenOp, ao Comandante, Subcomandante, ao Chefe da SPO e ao Chefe da SOInt, os quais deverão por em prática o Plano de Acionamento e Bloqueio, conforme previsto no planejamento desta UOp;

8. Em caso de alguém se ferir durante qualquer procedimento policial, a prestação de socorro será prioridade, e, caso haja o desmembramento do efetivo para o referido socorro e este não seja suficiente para a continuidade das diligências, as guarnições deverão retrair da ocorrência e priorizar o apoio a ser prestado;

9. Se não obtiver sucesso imediato na tentativa do contato com o Coordenador de Área, Comandante, Subcomandante, Chefe da SPO ou Chefe da SOInt, o policial que constatou a ação, ou outro, deverá comunicar a todos conforme o Lista de Acionamento, a qual deverá ser disponibilizada de acordo com a hipótese de ocorrência para o local;

10. Após a confirmação da ocorrência de roubo a instituição financeira na modalidade Novo Cangaço ou Cangaço Noturno, nenhuma viatura ou policial fardado a pé poderá deslocar para as proximidades da agência alvo da ação criminosa, uma vez que os assaltantes, geralmente, fazem perímetro de segurança e poderão estar envoltos por um escudo humano, o que impossibilitará qualquer ação policial de repressão. Por outro lado, a aproximação também poderá comprometer a segurança do policial, tornando-o alvo fácil dos criminosos;

11. Assim que o Coordenador de Área, ou quem de direito, tomar conhecimento da ação criminosa deverá coordenar a confecção dos bloqueios e barreiras de todas as possíveis rotas de fuga da cidade, em conformidade com este planejamento;
12. Estes bloqueios deverão estar planejados e devidamente treinados, a fim de que não haja erro em sua execução e para que todos os executores saibam o tempo estimado de cada tarefa;
13. Os bloqueios terão como **objetivos a tentativa de quebra do planejamento de fuga dos criminosos**, bem como, **o monitoramento das vias**, não tendo o confronto como objetivo;
14. Os bloqueios poderão ser realizados, em números de dois por via, um com obstrução física da via nos dois sentidos (com uso de tronco de árvores ou veículos pesados, em pontes ou locais estreitos) e outro com as guarnições policiais, as quais deverão distar uma da outra, de 3 a 5 quilômetros, criando dessa forma uma zona estéril impossibilitando a passagem de terceiros ou dos criminosos;
15. Em caso de possibilidade de bloqueio físico, este deverá ser montado de forma que não possa ser desfeito com facilidade ou transposto por veículos comuns;
16. Qualquer material ou veículo empregado na hipótese de obstrução física da via, se particular, deverá ser cedido de livre e espontânea vontade e sem exposição de terceiros inocentes;
17. Os locais dos bloqueios estão definidos em planejamento próprio da UOp, que deverá ser de conhecimento do efetivo de serviço tanto da UOp apoiada como das UOp de apoio, **podendo haver mais de uma opção para garantir maior segurança para os policiais militares**;
18. **Caso não seja possível o bloqueio com obstrução física, será realizado o bloqueio com a viatura posicionada na via de sentido da fuga, com faróis, pisca-alerta e giroflex ligados. Na via contrária serão dispostos os cones e, logo após estes, o perfurador de pneu retrátil ou “miguelitos”. Nesta hipótese, o efetivo da guarnição deverá se posicionar do lado oposto ao da**

viatura, em local mais alto que disponha de abrigo natural (acima de um paredão ou barranco, etc), de forma que fique fora do campo de visão e da linha de tiro dos criminosos, caso decidam disparar contra a viatura policial;

19. **O posicionamento do policial nos bloqueios, nas primeiras horas de atendimento, deverá estar fora do campo visual de quem transita pela estrada ou vicinal, mas que possibilite o monitoramento e visualização dos veículos em trânsito. Após chegada das guarnições de busca no perímetro do bloqueio, o efetivo policial com atribuição de bloqueio poderá se posicionar mais próximo da viatura policial a fim de melhor triagem e monitoramento das vias, podendo inclusive desobstruir, caso esteja obstruída para fins de passagem das guarnições de busca e liberação do trânsito. Além disso, deverá estar em local que pegue sinal de telefonia móvel;**

20. **Os bloqueios deverão ter seus locais de confecção antes das bifurcações, preferencialmente fora do perímetro urbano e dando preferência à utilização de pontes e formações do relevo que facilite a sua composição, a segurança da guarnição e impossibilite a passagem ou, caso esta seja permitida, imponha a diminuição da velocidade;**

21. A distância dos bloqueios da cidade mais próxima, a guarnição policial responsável por cada bloqueio e os meios a serem utilizados deverão estar previstos no planejamento, sempre em redundância de acionamento, para evitar imprevistos;

22. **A guarnição do local dos fatos, após a execução do Plano de Acionamento e iniciada a fuga dos criminosos da cidade, deverá colher o máximo de informações possíveis sobre a ação criminosa, sempre mantendo atenção em ângulo de 360º e informando às viaturas que estão executando os outros bloqueios qual o sentido tomado pelos meliantes e todas as movimentações ocorridas no local;**

23. Após a confirmação de que os infratores se evadiram do local, deve ser verificada a existência de alguma pessoa ferida;

24. **A guarnição local ainda deverá levantar as características dos indivíduos e suas vestes (roupa normal ou camuflada); veículos e armamentos utilizados; possíveis sotaques e a eventual utilização de equipamentos como mochilas, *camelbacks*, cintos de guarnição, dentre outros, difundindo tais dados ao máximo de pessoas envolvidas na operação, principalmente, ao Coordenador de Área e ao Comandante da UOp, para posterior assessoramento das unidades especializadas e serviço de inteligência;**
25. Durante a execução do planejamento, os componentes das guarnições envolvidas devem policiar um ao outro a fim de que sejam evitadas ações precipitadas, as quais deverão ser corrigidas imediatamente;
26. **Não permitir que particulares ou pessoas alheias à ocorrência incorporem às guarnições policiais com o fito de localizar os veículos ou assaltantes;**
27. Atentar para a possibilidade da presença de seguranças, civilmente trajados, a fim de que não sejam confundidos com os infratores da lei;
28. **Caso haja reféns, buscar diferenciá-los adequadamente dos infratores da lei e difundir a informação para todos os envolvidos na operação;**
29. Espera-se que, ao se depararem com o Bloqueio, os assaltantes (1) voltem; (2) abandonem os veículos e reféns e adentrem na área rural ou “mato”; (3) ou passem pelo bloqueio disparando contra a viatura policial. Nesta última hipótese, **a Guarnição policial responsável pelo bloqueio deverá evitar o confronto, se posicionando nas primeiras horas do atendimento à pé, afastado da VTR e fora do campo visual de quem transita pela via.** Em qualquer das hipóteses de comportamento do grupo criminoso ou de algum condutor de veículo que retorne ao avistar a viatura posicionada, a informação deverá ser repassada imediatamente para o Coordenador de Área ou CenOp da UOp, para a devida difusão para as outras guarnições;
30. **Em caso de abandono de veículos utilizados durante a fuga, a guarnição que primeiro identificar, deverá isolá-los, com um perímetro de 50 metros, a fim de preservar todos os vestígios deixados;**

31. O Coordenador de Área ou o Comandante da UOp, em caso homizio dos criminosos em zona rural ou urbana, com ou sem reféns, devido à periculosidade daqueles, solicitará, diretamente, o apoio da CIPE ou do BOPE, e do GRAER para procederem incursões a pé nos locais de difícil acesso com o fim de localização e prisão dos criminosos;

32. As guarnições envolvidas na ocorrência, como medida de segurança, não deverão incursionar ou realizar buscas à pé em área rural de difícil acesso em perseguição aos assaltantes, ficando resguardado apenas ao efetivo da CIPE ou do BOPE este tipo de missão, devido às atribuições institucionais de tais Unidades, bem como capacitação e treinamento do efetivo, tipo de armamento, fardamento e especialidade, e para fins de evitar “fogo amigo”;

33. Para realização de buscas a pé em área rural de difícil acesso será necessário a providência concomitante de cerco policial no perímetro em que serão realizadas as buscas;

34. Em caso de um acionamento prévio, por uma agência de inteligência, para atuação em um eventual roubo/furto, a guarnição empregada em tal ação deverá receber, obrigatoriamente, do detentor da informação (representante da agência de inteligência) sua missão específica; a informação da presença de outros atores envolvidos no Teatro de Operações – TO; seus respectivos veículos e, se possível, os seus contatos, para fins de evitar fogo amigo.

APÊNDICE E – PRIMEIRO QUESTIONÁRIO: SOBRE A FORMA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA 97ª CIPM/ IRARÁ

PRIMEIRO QUESTIONÁRIO: SOBRE A FORMA DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA 97ª CIPM/ IRARÁ

“sua sinceridade pode aperfeiçoar e tornar mais forte a forma de atuação da nossa PMBA”

OBJETIVO: Analisar a forma de atendimento da 97ª CIPM para crimes contra instituições financeiras (ou seja, analisar a resposta operacional adotada nessas situações).

CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: Para efeito de aplicação do presente questionário, devem ser consideradas as ocorrências de Roubo a Banco (“novo cangaço”), Explosão de Terminais de Auto Atendimento ou Cofres de Agências Bancárias ou Correios, e Extorsão mediante sequestro ou “sapatinho” (quando o Gerente, Tesoureiro ou Funcionário do Banco é coagido a abrir o cofre da Agência e entregar valores em virtude de ameaças contra a família ou algum ente querido).

- Qual seu grau hierárquico na PMBA?
() SD PM, () CB PM, () SGT PM, () ST PM, () TEN PM, () CAP PM, () MAJ PM
- Quanto tempo de serviço possui? (a contar da conclusão do curso de formação)
() Menos de 3 anos, () Entre 3 e 5 anos, () Entre 5 e 10 anos, () Entre 10 e 20 anos,
() Mais de 20 anos, () Mais de 30 anos
- Já ocorreu alguma ocorrência de crime contra instituição financeira na área de responsabilidade da 97ª CIPM durante seu turno de serviço?
() Sim () Não
- No caso de já ter ocorrido, informar quantas:
() uma, () duas, () três, () quatro, () mais de quatro.
- Qual o tipo de serviço que desempenhava?
() Policiamento de Emprego Tático Operacional (PETO)

() Policiamento de RP Pelotão (Cidade: _____)

- A 97ª CIPM possui protocolo de ações a serem adotadas para atendimento de tais tipos de ocorrência?

() Sim () Não

Caso Positivo, quais os procedimentos desse protocolo?

- A 97ª CIPM possui Plano de Acionamento de Unidades Apoiadoras em casos de ocorrências dessa natureza?

() Sim () Não

- A 97ª CIPM possui Plano de Bloqueio de prováveis vias de fuga em casos de ocorrências dessa natureza?

() Sim () Não

- Ao longo da vida funcional, já recebeu/participou de instruções ou treinamentos sobre procedimentos a serem adotados em ocorrências de crimes contra Instituições Financeiras?

() Sim () Não

Caso Positivo, quais os procedimentos orientados de acordo com a instrução ou treinamento?

- Considerando sua experiência profissional e o tipo de serviço que desenvolve, o que você sugere como procedimentos possíveis de serem adotados para atendimento das ações criminosas em análise, seja antes, durante e após ocorrências dessa natureza?

O que você ou a 97ª CIPM pode fazer ANTES da ocorrência?

O que você ou a 97ª CIPM pode fazer DURANTE a ocorrência?

O que você ou a 97ª CIPM pode fazer APÓS a ocorrência?

- Ainda no caso de já ter participado do atendimento de alguma ocorrência de crime contra instituição financeira, houve integração com outras Unidades da PMBA ou outras instituições Policiais (PC, PF ou PRF)?

Sim Não

Caso a resposta seja SIM, informe qual com qual Unidade da PMBA ou outra Instituição houve a integração?

- Ainda considerando a sua experiência como policial, no atendimento de ocorrências desse tipo, considerando a possibilidade de confronto, você entende como mais SEGURO: 1) “a guarnição policial deslocar para o local do ocorrido e perseguir os criminosos (estando embarcado na viatura)”; ou 2) a guarnição realizar um bloqueio em perímetro distante do local do crime e desembarcada da viatura (posicionando-se de forma segura)?

A guarnição policial deslocar para o local do ocorrido e perseguir os criminosos (estando embarcado na viatura).

A guarnição realizar um bloqueio em perímetro distante do local do crime e desembarcada da viatura (posicionando-se de forma segura).

- Caso você entenda como mais SEGURO “a guarnição realizar um bloqueio em perímetro distante do local do crime e desembarcada da viatura (posicionando-se de forma segura)”, favor sugerir, com base na sua experiência profissional qual o efetivo mínimo de uma guarnição policial entende como necessário para realização do bloqueio, bem como armamento e materiais que poderiam ser utilizados.

EFETIVO MÍNIMO DE PM/GUARNIÇÃO PARA O BLOQUEIO?

QUANTIDADE/TIPO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO POR PM?

MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DO BLOQUEIO, QUE PODEM SER CARREGADOS DIARIAMENTE NA VIATURA?

"Esta é a lei". O propósito da luta é ganhar,
Não há vitória possível na defesa,
A espada é mais importante que o escudo,
"E a habilidade é mais importante do que ambos."
(John Steinbeck)

FORÇA E HONRA SEMPRE!

OPM QUE PERTENCE:

NOME:

MATRÍCULA:

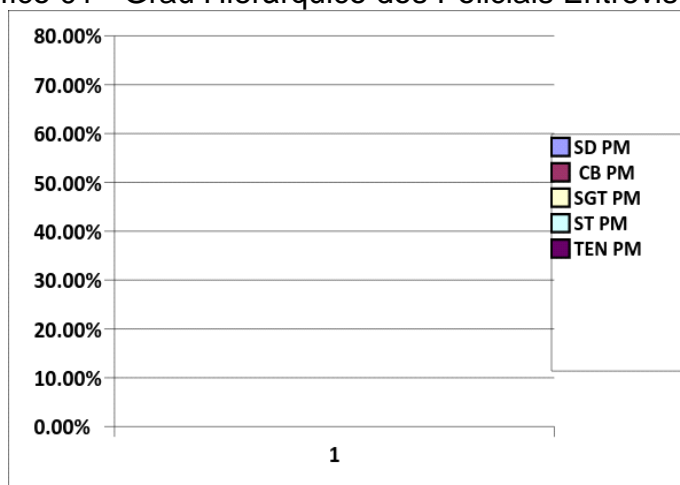
APÊNDICE F – TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01 - Grau Hierárquico dos Policiais Entrevistados

GRAU HIERÁRQUICO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
SD PM	24	72,7%
CB PM	1	3%
SGT PM	6	18,2%
ST PM	0	0%
TEN PM	2	6,1%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 01 - Grau Hierárquico dos Policiais Entrevistados



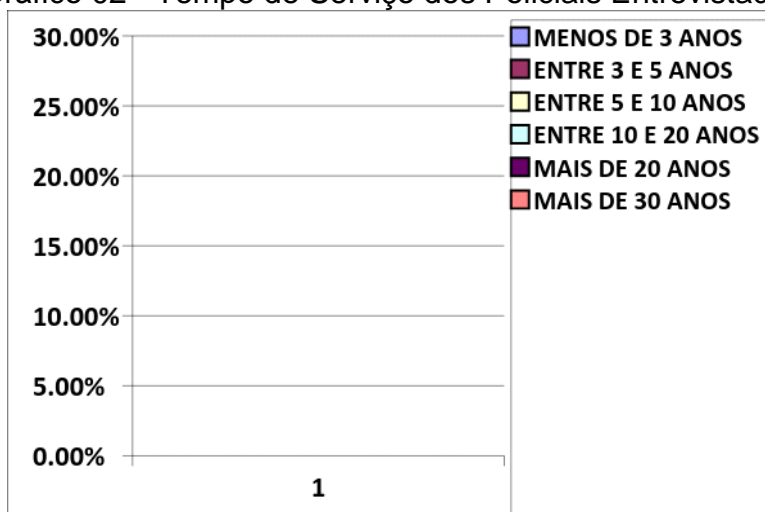
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 02 - Tempo de Serviço dos Policiais Entrevistados

TEMPO DE SERVIÇO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
MENOS DE 3 ANOS	9	27,3%
ENTRE 3 E 5 ANOS	1	3%
ENTRE 5 E 10 ANOS	8	24,2%
ENTRE 10 E 20 ANOS	9	27,3%
MAIS DE 20 ANOS	5	15,2%
MAIS DE 30 ANOS	1	3%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 02 - Tempo de Serviço dos Policiais Entrevistados



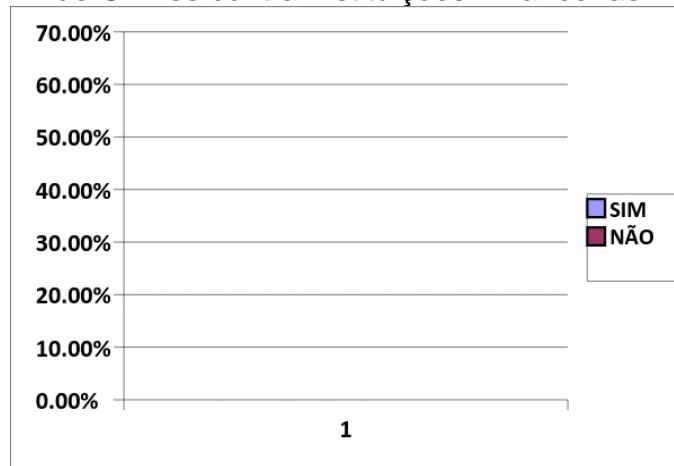
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97^a CIPM, setembro de 2016.

Tabela 03 - Experiência pessoal dos Policiais Entrevistados em Atendimento de Ocorrências de Crimes contra Instituições Financeiras

VIVÊNCIA DE OCORRÊNCIA	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
SIM	21	63,6%
NÃO	12	36,4%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97^a CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 03 - Experiência pessoal dos Policiais Entrevistados em Atendimento de Ocorrências de Crimes contra Instituições Financeiras



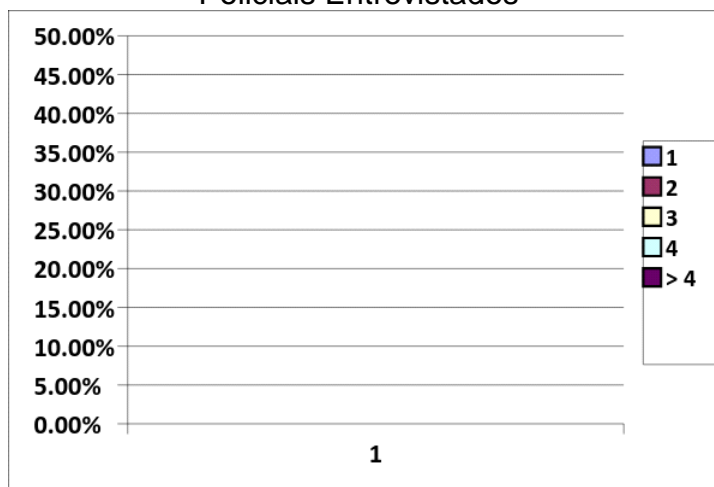
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 04 - Quantidade de atendimentos às Ocorrências contra Instituições Financeiras pelos Policiais Entrevistados

NÚMERO DE ATENDIMENTOS	QUANTITATIVO DE POLICIAIS	PERCENTUAL
1	10	47,6%
2	8	38,1%
3	0	0%
4	2	9,5%
> 4	1	4,8%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 04 - Quantidade de Atendimentos às Ocorrências contra Instituições Financeiras pelos Policiais Entrevistados



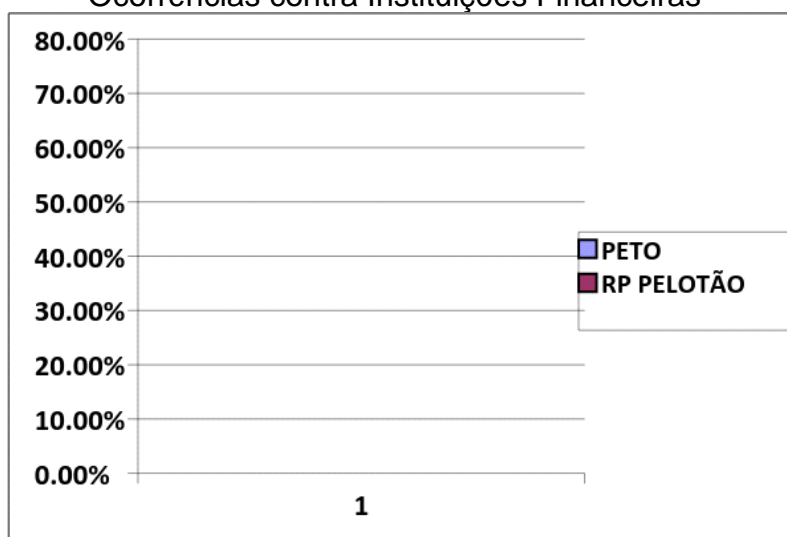
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97^a CIPM, setembro de 2016.

Tabela 05 - Tipo de Serviço Desempenhado pelos Policiais Entrevistados durante o Atendimento às Ocorrências contra Instituições Financeiras

TIPO DE SERVIÇO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
PETO	6	28,6%
RP PELOTÃO	15	71,4%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97^a CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 05 - Tipo de Serviço Desempenhado pelos Policiais Entrevistados durante o Atendimento às Ocorrências contra Instituições Financeiras



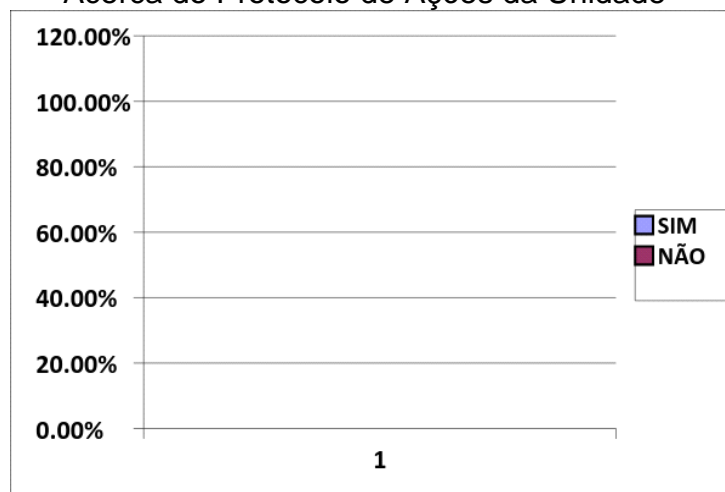
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 06 - Conhecimento dos Policiais Entrevistados Acerca do Protocolo de Ações da Unidade

CONHECIMENTO DO PROTOCOLO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
SIM	0	0%
NÃO	33	100%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras 97ª CIPM, set de 2016.

Gráfico 06 - Conhecimento dos Policiais Entrevistados
Acerca do Protocolo de Ações da Unidade



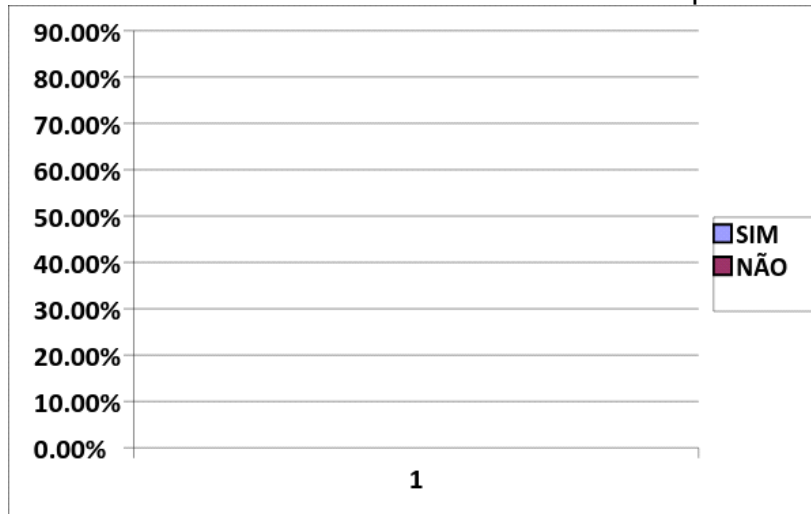
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 07 - Conhecimento dos Policiais Entrevistados
Acerca do Plano de Acionamento de Unidades Apoiadoras

CONHECIMENTO DO PLANO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
SIM	27	81,8%
NÃO	6	18,2%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 07 - Conhecimento dos Policiais Entrevistados
Acerca do Plano de Acionamento de Unidades Apoiadoras



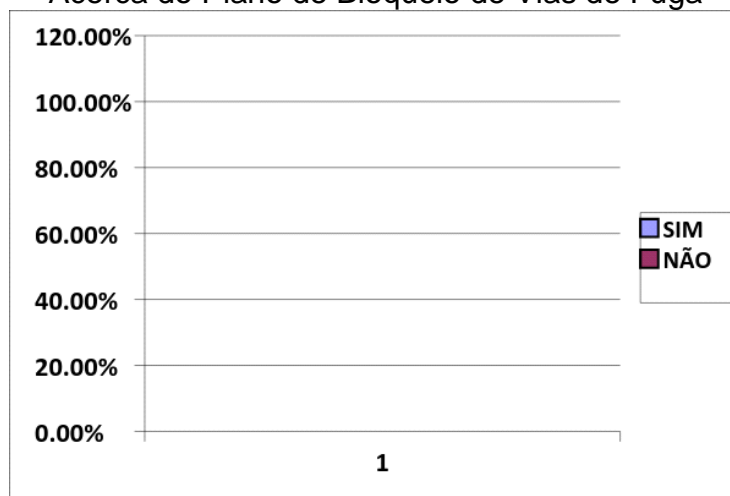
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 08 - Conhecimento dos Policiais Entrevistados
Acerca do Plano de Bloqueio de Vias de Fuga

CONHECIMENTO DO PLANO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
SIM	0	0%
NÃO	33	100%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 08 - Conhecimento dos Policiais Entrevistados Acerca do Plano de Bloqueio de Vias de Fuga



Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 09 - Policiais Entrevistados que tiveram Instruções de como Proceder em Ocorrências contra Instituições Financeiras

INSTRUÍDOS	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
SIM	0	0%
NÃO	33	100%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 09 - Policiais Entrevistados que tiveram Instruções de como Proceder em Ocorrências contra Instituições Financeiras



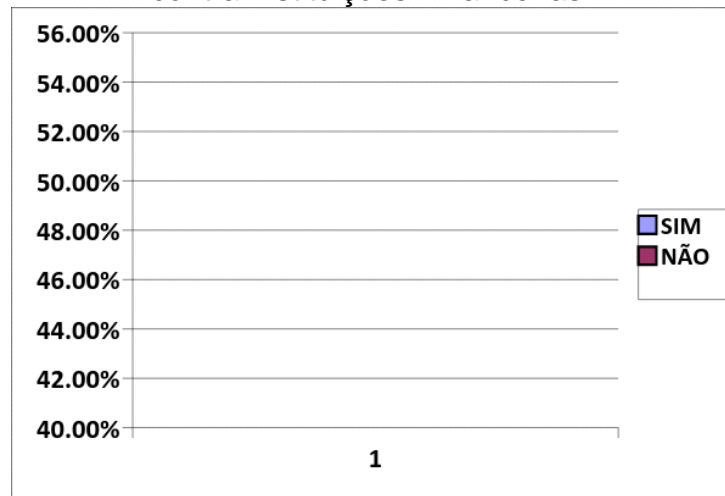
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 10 - Policiais Entrevistados que receberam apoio de outras Unidades em Ocorrências de Crimes contra Instituições Financeiras

APOIO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
SIM	18	54,5%
NÃO	15	45,5%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 10 - Policiais Entrevistados que receberam apoio de outras Unidades em Ocorrências de Crimes contra Instituições Financeiras



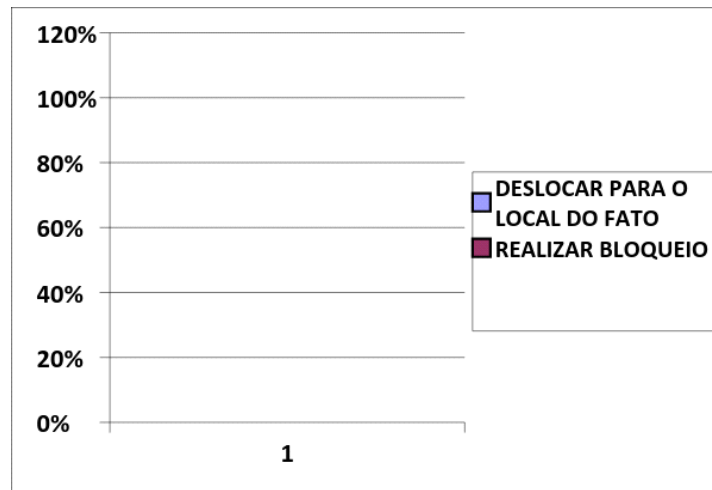
Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Tabela 11 - Qual o Procedimento Correto no Atendimento de Ocorrência de Roubo a Banco, conforme respostas dos Policiais Entrevistados

PROCEDIMENTO	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
DESLOCAR PARA O LOCAL	1	3%
REALIZAR BLOQUEIO	32	97%

Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências de Crimes Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

Gráfico 11 - Qual o Procedimento Correto no Atendimento de Ocorrência de Roubo a Banco, conforme respostas dos Policiais Entrevistados



Fonte: Questionário Acerca da Forma de Atendimento a Ocorrências Contra Instituições Financeiras – 97ª CIPM, setembro de 2016.

APÊNDICE G – SEGUNDO QUESTIONÁRIO: SOBRE A VIABILIDADE DO PLANO DE ATENDIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA 97ª CIPM/IRARÁ

14/06/2019

QUESTIONÁRIO SOBRE O PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA 97ª C...

QUESTIONÁRIO SOBRE O PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA 97ª CIPM/IRARÁ.



QUESTIONÁRIO RELACIONADO À PESQUISA DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA DA UFBA, REALIZADO PELO CAP PM FERNANDO AFONSO CARDOSO BORGES.

OBJETIVO: Colher o entendimento por parte do efetivo policial militar que assistiu à exposição do PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA 97ª CIPM (Irará, Ouriçangas, Água Fria e Pedrão), quanto à viabilidade de implementação do mesmo.

Certo de que o presente questionário será respondido com o compromisso de aperfeiçoamento do serviço prestado pelos Senhores e Senhoras, agradecemos antecipadamente a boa vontade e participação de todos.

PRÓXIMA

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScwO00Wd74nNFR1vD37cNG-p_DKIDT8NBnB1w3ok2I6SkAWqQ/viewform

1/2

QUESTIONÁRIO SOBRE O PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA 97ª CIPM/IRARÁ.

*Obrigatório

DADOS FUNCIONAIS

1) Nome completo (Exemplo: Carlos Eduardo Neves Brandão)

Sua resposta

2) Matrícula (Exemplo: 303416813)

Sua resposta



3) Grau hierárquico *

- SD PM
- CB PM
- SGT PM
- SUB TEN PM
- ASP OF PM
- 1º TEN PM
- CAP PM
- MAJ PM

4) Tempo de serviço na PMBA? *

- ATÉ 03 ANOS
- ENTRE 03 E 10 ANOS
- ACIMA DE 10 ANOS
- ACIMA DE 20 ANOS

5) O(a) Senhor(a) já vivenciou alguma ocorrência contra Instituição Financeira quando se encontrava de serviço? *

- SIM
- NÃO



06) Caso tenha respondido "SIM" na questão anterior, favor informar quantas ocorrências já vivenciou:

- 01
- 02
- 03
- 04 ou mais

07) Qual a cidade/pelotão em que trabalha atualmente? *

- IRARÁ
- OURIÇANGAS
- ÁGUA FRIA
- PEDRÃO

08) Qual tipo de guarnição (quantidade de PM)? *

- TIPO A (02 PM)
- TIPO B (03 PM)
- TIPO C (04 PM)
- TIPO D (05 OU MAIS PM)

09) O(a) Senhor(a) assistiu a exposição do PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA 97ª CIPM? *

- SIM
- NÃO



10) Excetuando a exposição do presente Plano de Atendimento, o(a) Senhor(a) já participou de outras instruções ou treinamentos sobre planejamento ou procedimentos a serem adotados em ocorrências de crimes contra Instituições Financeiras? *

SIM

NÃO

VOLTAR **PRÓXIMA**

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#)

Google Formulários



QUESTIONÁRIO SOBRE O PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA 97ª CIPM/IRARÁ.

*Obrigatório

COLETA DE DADOS SOBRE A VIABILIDADE DO PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

01) No que se refere ao quesito SEGURANÇA, o planejamento apresentado e os critérios de posicionamento e execução dos bloqueios, contribuiriam para maior segurança do efetivo de serviço? *

- SIM
- NÃO

02) Como o(a) Senhor(a) classificaria a IMPLEMENTAÇÃO do Plano de atendimento de ocorrências criminosas contra Instituições Financeiras da 97ª CIPM? *

- VIÁVEL
- NÃO VIÁVEL



03) Este Plano de Acionamento e Bloqueio, uma vez implementado como procedimento operacional na 97ª CIPM para atendimento de ocorrências contra Instituições Financeiras, poderia ser também empregado no atendimento de outras ocorrências de maior clamor público? Promovendo perímetros de bloqueios e buscas na tentativa de prisão de suspeitos? *

SIM

NÃO

04) Considerando sua experiência profissional, o que o(a) Senhor(a) poderia sugerir para aperfeiçoamento do presente Plano de Atendimento Operacional?

Sua resposta

VOLTAR **PRÓXIMA**

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#)

Google Formulários



APÊNDICE H - PLANILHA COM A TABULAÇÃO DOS DADOS DO SEGUNDO QUESTIONÁRIO: SOBRE A VIABILIDADE DO PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ORD	1) Nome completo (Exemplo: Carlos Eduardo Neves Brandão)	2) Matrícula (Exemplo: 303416813)	3) Grau hierárquico	4) Tempo de serviço na PMBA?	5) O(a) Senhor(a) já vivenciou alguma ocorrência contra Instituição Financeira quando se encontrava de serviço?	6) Caso tenha respondido "SIM" na questão anterior, favor informar quantas ocorrências já vivenciou:	07) Qual a cidade/pelotão o em que trabalha atualmente?	08) Qual tipo de guarnição (quantidade de PM)?	09) O(a) Senhor(a) assistiu a exposição do PLANO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA 97ª CIPM?	10) Excetuando a exposição do presente Plano de Atendimento, o(a) Senhor(a) já participou de outras instruções ou treinamentos sobre planejamento ou procedimentos a serem adotados em ocorrências de crimes contra Instituições Financeiras?	01) No que se refere ao quesito SEGURANÇA, o planejamento apresentado e os critérios de posicionamento e execução dos bloqueios, contribuíram para maior segurança do efetivo de serviço?	02) Como o(a) Senhor(a) classificaria a IMPLEMENTAÇÃO do Plano de atendimento de ocorrências criminosas contra Instituições Financeiras da 97ª CIPM?	03) Este Plano de Acionamento e Bloqueio, uma vez implementado como procedimento operacional na 97ª CIPM para atendimento de ocorrências contra Instituições Financeiras, poderia ser também empregado no atendimento de outras ocorrências de maior clamor público? Promovendo perímetros de bloqueios e buscas na tentativa de prisão de suspeitos?	04) Considerando sua experiência profissional, o que o(a) Senhor(a) poderia sugerir para aperfeiçoamento do presente Plano de Atendimento Operacional?
1	Leandro de Cerqueira Maciel	302384453	1º TEN PM	ACIMA DE 20 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO C (04 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Expandir o plano para as Unidades vizinhas, ou para toda a PMBA como regra geral de ação, evitando as aglomerações de viaturas em um só lugar, como costuma ser visto em todas as situações contra instituições financeiras
2	Thiago Venas Carlos	304821736	1º TEN PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO B (03 PM)	SIM	NÃO	NÃO	VIÁVEL	SIM	Incremento de efetivo, equipamentos e comunicação.
3	ALENILSON COSTA OLIVEIRA	303986505	1º TEN PM	ACIMA DE 10 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO B (03 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	INSTRUÇÃO CONTINUADA DESTA PROCESSO PELA CIPM
4	Carlos Eduardo Neves Brandão	303374524	CAP PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	2	IRARÁ	TIPO C (04 PM)	SIM	SIM	SIM	VIÁVEL	SIM	
5	Valdivino Ferreira dos reis	302320035	SGT PM	ACIMA DE 20 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO C (04 PM)	NÃO	SIM	SIM	VIÁVEL	SIM	
6			SGT PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	2	IRARÁ	TIPO C (04 PM)	NÃO	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Câmeras em frente as IF monitoradas pela CIPM
7			SGT PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	2	IRARÁ	TIPO C (04 PM)	NÃO	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Câmeras em frente as IF monitoradas pela CIPM
8	Elias Pereira dos Santos	302680736	SGT PM	ACIMA DE 20 ANOS	NÃO		OURIÇANGAS	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Implantação de câmeras nas proximidades das instituições bancárias
9	Artur Modesto dos Santos Neto	302707180	SGT PM	ACIMA DE 20 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO B (03 PM)	NÃO	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Monitoramento de câmeras, principalmente nas proximidades das agências, nas proximidades dos pelotões e sede de CIPM.
10	Sgt Fernando		SGT PM	ACIMA DE 20 ANOS	SIM	1	IRARÁ	TIPO C (04 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Que os outros pelotões já estivessem autorizados pelo comandante os deslocamentos sem ter que solicitar de novo permissão pois demora o deslocamento das guarnições
11	JODALTON DE ALMEIDA OLIVEIRA	30208106-9	SGT PM	ACIMA DE 20 ANOS	SIM	04 ou mais	IRARÁ	TIPO B (03 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	QUE FOSSE MELHORADA A COMUNICÇÃO, PROVIDENCIADOS OS MIGUELOS, MELHORADO O ARMAMENTO, E REALIZAÇÃO DE MAIS INSTRUÇÕES
12	Fernando pereira gomes filho	302509930	SGT PM	ACIMA DE 20 ANOS	SIM	1	ÁGUA FRIA	TIPO A (02 PM)	NÃO	NÃO	NÃO	VIÁVEL	SIM	
13	Fernando pereira gomes filho	302509930	SGT PM	ACIMA DE 20 ANOS	SIM	2	ÁGUA FRIA	TIPO A (02 PM)	NÃO	NÃO	SIM	VIÁVEL	NÃO	
14	Jonson César de Freitas	303384236	SGT PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	3	IRARÁ	TIPO C (04 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Uma maior integração entre as OPMs circunvizinhas no intuito de todas estarem a par de tal planejamento.
15	MARCOS ANTONIO ALMEIDA DE SENA	302504948	SGT PM	ACIMA DE 20 ANOS	SIM	1	IRARÁ	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	QUE A COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO NO START DA OCORRÊNCIA FOSSE 100%
16	Carlos Lima dos Santos	30308706-8	CB PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	1	ÁGUA FRIA	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Além de um efetivo maior, é necessário também armamento melhor além de treinamentos técnicos e práticos periodicamente buscando um melhor preparo para a tropa, além de manter uma melhor integração com as unidades vizinhas.
17	Jailson marques dos santos	304261326	SD PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	1	OURIÇANGAS	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Aumentar o número de policiais e recursos materiais para melhor desenvolvimento na ação policial
18	Iainá Paixão dos Santos	305890534	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO B (03 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Estender a aplicação deste plano a outras unidades próximas a 97 CIPM uma vez que alguns pontos de bloqueio necessitam de outros Pelotões
19	Marcus Vinicius Calazans Amaral	305638194	SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO C (04 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	
20			SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO C (04 PM)	SIM	NÃO	NÃO	VIÁVEL	SIM	Que ocorra um planejamento que direcione todas as unidades em questão, ou seja, que todas as partes envolvidas estejam cientes de tal plano.
21	ANDSON FERREIRA DOS SANTOS	304824661	SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	NÃO		PEDRÃO	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Certo como o planejado
22	Ronaldo Batista Coelho Junior	304279696	SD PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	04 ou mais	IRARÁ	TIPO C (04 PM)	NÃO	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	
23	Bruno José Escobar Batista	305866960	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		ÁGUA FRIA	TIPO B (03 PM)	SIM	SIM	SIM	VIÁVEL	SIM	
24			SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	NÃO		ÁGUA FRIA	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Aumento no efetivo e melhor aplicabilidade com os recursos destinados a unidade.
25	Jorge Raimundo Pires de Brito Ribeiro	305634815	SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO C (04 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Material para por em prática o Plano
26	Paulo Henrique da Silva Oliveira	306018923	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		IRARÁ	TIPO B (03 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Melhor levantamento de informações, tentando evitar explosões as instituições bancárias.
27	Jefferson Ulisses Dos Santos Goncalves	303992352	SD PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	2	OURIÇANGAS	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Melhorar o efetivo e qualificação do material bélico dos pelotões.
28	Kevin William Assis de macedo	305866789	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		PEDRÃO	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Seria interessante a preparação desses pontos estratégicos, feitas por nós mesmos em dois ou três lugares em direções diferentes, pois na hora do imprevisto teríamos mais opções de abrigo e bloqueio.
29	Eniko victor reis da silva	304827148	SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	NÃO		PEDRÃO	TIPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Melhor comunicação entre pelotões melhor armamento

30			SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		ÁGUA FRIA	TPO B (03 PM)	NÃO	NÃO	SIM	NÃO VIÁVEL	NÃO	
31	Nestor Maciel Figueiredo	305741816	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		IRARÁ	TPO C (04 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	
32	Tássio deyson Borges dos santos	305047660	SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	SIM	1	IRARÁ	TPO C (04 PM)	NÃO	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Armamentos melhores, com um poder de fogo de longo alcance, como o fuzil
33	Joel Tavares de Lemos	305866721	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		ÁGUA FRIA	TPO B (03 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Melhoras no sistemas de comunicação,tanto no via A14 (como cred no cel por exemplo)quanto nos radios da VTR.
34			SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		IRARÁ	TPO B (03 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Uma maior interação com as cidades vizinhas o que ficou ciclaro que ainda não existe na 97
35	Magna Oliveira Freitas mota	305736015	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		IRARÁ	TPO C (04 PM)	NÃO	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	
36	Thiago Lopes Lima	305864525	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		OURIÇANGAS	TPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	
37	Samuel oliveira moreira	305866713	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		ÁGUA FRIA	TPO A (02 PM)	NÃO	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Mais treinamento pra todo o efetivo.
38	Ueliton Lima dos Santos	303811114	SD PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	2	OURIÇANGAS	TPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	A divulgação do referido plano à todas as unidades da PMBA.
39	Weslei Santos da Silva	305630104	SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	SIM	1	PEDRÃO	TPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Sugiro um treinamento constante da tropa, para que esse plano seja aprimorado e melhor executado.
40	Vinicius Santana dos Santos	305741612	SD PM	ATÉ 03 ANOS	SIM	1	IRARÁ	TPO C (04 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Que esse Plano seja apresentado e implementado em todas as unidades da Bahia, com o intuito de que seja feita uma ação integrada das OPMs, quando acontecer esses tipos de ocorrências.
41	Emerson Nery Pereira	305634679	SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	SIM	3	IRARÁ	TPO C (04 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	1) Implementar rotinas de treinamentos dos procedimentos os sugeridos no plano de ação para que seja eficiente e eficaz; 2) Criação de lista de transmissão de Whatsapp visando informação de imediato ao apoio para que estes já estejam se preparando, uma vez que já existe o plano de ação. Dessa forma todos os envolvidos já estarão ciente da situação de forma tempestiva, cabendo ao portador da informação reforçar a informação através de ligação telefônica.
42	Pedro Ricardo Pereira	304282377	SD PM	ACIMA DE 10 ANOS	SIM	1	PEDRÃO	TPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Disseminação do plano para todas as Unidade OPM para uma operação integrada
43	SAMUEL OLIVEIRA MOREIRA	305866713	SD PM	ATÉ 03 ANOS	NÃO		ÁGUA FRIA	TPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	QUE HOUVESSE TREINAMENTO CONTINUO DA TROPA
44	Alaércio Pereira Leão	305048153	SD PM	ENTRE 03 E 10 ANOS	NÃO		ÁGUA FRIA	TPO A (02 PM)	SIM	NÃO	SIM	VIÁVEL	SIM	Verificar o nível de segurança dos Pelotões

DADOS COLHIDOS	
PRAÇAS	OFICIAIS
40	4
03 ANOS	ACIMA 03 ANOS
14	30
SIM	NÃO
19	25
TIPO A	TIPOS B e C
18	26
SIM	NÃO
33	11
SIM	NÃO
3	41
SIM	NÃO
41	3
VIÁVEL	NÃO VIÁVEL
43	1
SIM	NÃO
42	2

**APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO DO TENENTE CORONEL
ANTONIO PEREIRA BARRETO**



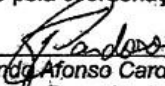
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA
MPSPJC**

TERMO DE CONSENTIMENTO

O Senhor está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada **"PRIMEIRAS RESPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PMBA: um estudo realizado na 97ª CIPM/IRARÁ"**. Mediante sua autorização o nome do Senhor aparecerá na transcrição da entrevista, podendo se dar de forma abreviada – somente as iniciais – caso assim deseje, bem como os dados publicados serão apresentados seguindo a mesma regra conforme sua autorização. Asseguramos que a pesquisa não apresenta qualquer tipo de risco ou constrangimento para o Senhor.

Sua participação é inteiramente voluntária e consistirá em conceder uma entrevista gravada, para posterior transcrição, sobre sua experiência profissional no atendimento e enfrentamento de ocorrências criminais contra instituições financeiras. A qualquer momento o Senhor poderá solicitar uma pausa ou desistir de continuar a entrevista e só responderá as perguntas que desejar, podendo, inclusive, solicitar interrupção da gravação sem nenhum prejuízo da relação com o pesquisador.

Todo o material de pesquisa ficará sob a guarda do pesquisador e será mantido e arquivado no prazo recomendado pela coordenação do curso.




Fernando Afonso Cardoso Borges
Pesquisador

Declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa **"PRIMEIRAS RESPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PMBA: um estudo realizado na 97ª CIPM/IRARÁ"** e aceito dela participar.

Autorizo identificar meu nome: completo somente as iniciais

Salvador-BA, 09 de maio de 2019



Marcelo Antônio Pereira Barreto
Tenente Coronel da PMBA

**APÊNDICE J – ENTREVISTA-QUESTIONÁRIO REALIZADA AO TENENTE
CORONEL MARCELO ANTÔNIO PEREIRA BARRETO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E
CIDADANIA

MPSPJC

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA-QUESTIONÁRIO

Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2019 com o **Ten Cel PM Marcelo Antônio Pereira Barreto**, da Polícia Militar da Bahia, que atualmente assume a função de Chefe da Coordenação de Inteligência Prisional da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), do Estado da Bahia.

Entrevistador: Fernando Afonso Cardoso Borges

Participação na entrevista: Prof^a Dr^a Cláudia Moraes Trindade

01) Como ocorre o atendimento de roubo a banco e crimes afins, levando em consideração as fases que antecedem o evento delituoso, o durante e pós ocorrência, atualmente, na PMBA?

Na fase que antecede o evento criminoso, o que se observa é que não há uma uniformidade de procedimentos preventivos, mas algumas unidades, sejam as especializadas ou ordinárias, realizam cumprimento de cartão programa de rondas bancárias, rondas nas casas de gerentes de bancos da região e, principalmente, abordagens com atenção a veículos ou pessoas suspeitas que transitem pelas cidades.

Porém, alguns Comandantes, que mantêm um bom relacionamento com os gerentes de banco, ainda recebem informações oriundas da inteligência das instituições financeiras, podendo solicitar com antecedência apoio no policiamento da cidade, em caso de informe sobre ameaça de ação criminosa.

No que concerne ao momento da ação criminosa e seus desdobramentos, relatou que se tem percebido muito mais boa vontade dos profissionais envolvidos que organização e coordenação, porque não há doutrina institucional e preparação dos policiais militares para atendimento desses tipos de ocorrências, além da diversidade e dimensão territorial, deficiência do sistema de comunicação e recursos humanos e materiais, dificultarem a atuação das forças de segurança no interior do Estado.

02) A respeito da Diretriz Operacional Nº 055 do COPPM/2013 e Norma Geral de Ação – COPPM Nº 01/12-13, que versam sobre o atendimento de ocorrências criminosas contra instituições financeiras, são normas de amplo conhecimento no âmbito da PMBA entre as Unidades Operacionais?

Já ouvi falar nesta normatização do COPPM que versa sobre o tema, mas acredito que não seja de amplo conhecimento e domínio de policiais militares que se encontram na atividade fim de policiamento ostensivo.

03) O Senhor tem conhecimento de alguma UOp que possua um Plano de Acionamento e Bloqueio para hipóteses de crimes contra Instituições Financeiras?

Apesar de perceber que boa parte das UOp realizam atividades preventivas, na maior parte das vezes sem uniformidade de procedimentos, são poucas Unidades Operacionais que possuem um plano de acionamento e de bloqueio escrito e devidamente treinado.

Na CIPE-Cacaueira, Unidade especializada na qual já servir, o efetivo sabe o que fazer e onde se posicionar em hipóteses de roubo a banco na região, entretanto, baseando-se exclusivamente no costume.

04) Considerando a vasta experiência do Senhor na Atividade de Inteligência, o que diria sobre a possibilidade de auxílio do serviço de inteligência na preparação de planos de contingência para atendimento de ocorrências de roubo a banco?

Trabalho há muito tempo na atividade de inteligência e no enfrentamento de roubo a banco e sempre estive disponível aos Comandantes de UOp para consultas e dúvidas quanto ao *modus operandi* das quadrilhas, bem como para auxiliar com informações necessárias à confecção de Planos de Contingência. Todavia, não há costume ou rotina institucional de consulta à inteligência para tal tipo de planejamento.

05) Qual a visão do Senhor referente a um bloqueio realizado por uma guarnição policial composta por 02 ou 04 PM, estando os policiais militares desembarcados e abrigados, com o objetivo exclusivo de monitoramento da via de trânsito e possibilidade da quebra do plano de fuga de um grupo criminoso após investida contra Instituições Financeiras?

Uma quadrilha de roubo a banco, após a ação criminosa, estando bem armada, dificilmente irá parar num bloqueio policial, pois a tendência é que ela passe direto e efetue disparos contra a viatura, havendo grande probabilidade de confronto e, dessa forma, o efetivo ideal para bloqueio dessa natureza seria de pelo menos 08 PM, dispondo de fuzis na guarnição.

06) Na hipótese da possibilidade de realização de bloqueio de monitoramento ou intervenção policial, na visão do Senhor, qual seria o local mais viável em se tratando de evento criminoso nas características do Novo Cangaço ou Cangaço Noturno?

O local mais viável e com menos riscos a terceiros inocentes seria fora da área urbana, tendo em vista que muitos crimes ocorrem à noite e os grupos criminosos usam com mais frequência as estradas principais.

Os bloqueios preventivos nas estradas, certamente, dificultaria o planejamento e execução de ações criminosas e que durante o enfrentamento, aumentariam a possibilidade de quebrar o plano de fuga desses grupos.

07) Considerando casos de quebra do plano de fuga e possibilidade de homizio em área rural, na visão do Senhor, qual efetivo ou UOp com capacidade para realizar ações de buscas e varreduras em locais de difícil acesso?

As Companhias Independentes de Policiamento Especializado (CIPE) possuem maior capacidade de realização das buscas a pé em área rural, mas não poderia descartar a possibilidade de aproveitamento de policiais da região que conhecem o terreno, em razão de servir como elemento facilitador durante o deslocamento e buscas da patrulha policial rural.

08) Como o Senhor ver o acionamento de Unidades do Comando de Policiamento Especializado para apoio ao policiamento local em ocorrências de crimes contra Instituições Financeiras?

Não há dificuldade ou burocracia para o acionamento do CPE e suas Unidades especializadas para apoio ao policiamento local.

Talvez possa existir apenas quanto à disponibilidade de recursos para custear o deslocamento de tropas como o BOPE e GRAER para o interior do Estado, devido a necessidade de pagamento de diárias e outras despesas, o que eleva bastante os custos desse tipo de apoio.

09) Considerando a vivência profissional do Senhor na Atividade de Inteligência e enfrentamento de crimes contra Instituições Financeiras, gostaria que relatasse em termos gerais como funciona o planejamento e atuação das quadrilhas de roubo a banco e explosões de TAA ou cofres, suas modalidades de fuga, características dos veículos utilizados, armamento empregado, a procedência e acesso a explosivos, composição

dos grupos criminosos, divisão das funções, bem como se existe relação com facções criminosas e tráfico de drogas.

No que concerne aos veículos utilizados, são geralmente com restrição de furto ou roubo e os criminosos procuram roubar ou furtar os veículos com antecedência, providenciando placas clonadas para chegarem ao local sem levantar suspeitas com a fiscalização de trânsito e com mais segurança.

Além disso, verifica-se nos casos de quadrilhas mais especializadas, como as de roubo de carro forte ou de novo cangaço, uma adaptação dos veículos para as empreitadas criminosas, com a instalação de blindagens de placas de aço nos fundos, e laterais, com escotilha, resistentes a disparos de armas de fogo, etc.

Quanto ao armamento empregado, são utilizadas armas de fogo portáteis, como fuzis e metralhadoras e que, apenas pelo tipo de armamento, estas quadrilhas já têm intimidado as forças policiais nas pequenas cidades.

No que se refere à divisão das tarefas, existe uma tendência à modernização, havendo uma espécie de terceirização dentro das quadrilhas, pois a quadrilha que vai roubar o banco não é a mesma que rouba os carros, bem como não é a mesma que detém o controle do armamento, tendo-se em vista que as armas podem ser alugadas, consorciadas ou podem ser próprias da quadrilha, porém o armamento geralmente é alugado.

No que se refere aos explosivos, geralmente são produtos de furto ou roubo de empresas de mineração e até mesmo de comercialização de restos deles, já que não há fiscalização efetiva das autoridades competentes a respeito da comercialização, trânsito e, até mesmo, do uso desses explosivos.

Atualmente, tem-se acompanhado uma derivação do novo cangaço que foi denominada de cangaço noturno, principalmente quando os meliantes querem fazer uma ação visando maior volume de numerário e há necessidade de explosões. Nestes casos, procuram sitiá-la cidade, podendo fazer reféns, geralmente, no turno da noite, buscando atingir agências que possuem cofres, bases de valores ou SERET (bases do Banco do Brasil de recolhimento e guarda de valores de determinada região).

Referente às modalidades de fuga, estas variam de acordo com as especificidades da quadrilha, porque, geralmente, no novo cangaço e no cangaço noturno, as quadrilhas dispõem de locais predeterminados ou escolhidos como acampamentos em área rural, bem estruturados e com disponibilidade de comida e água para que possam ficar por vários dias – muito comum a esta modalidade.

Já quando se trata de explosões de TAA, os grupos criminosos, normalmente, fazem um “bate-volta”, ou seja, saem dos locais de origem nos grandes centros para realizarem a ação criminosa e retornam na mesma noite, usando as estradas principais ou vicinais em melhores condições de tráfego.

Na modalidade de sapatinho (extorsão mediante sequestro), na fase de planejamento, também, previamente, é estabelecido um local para se homizarem e não havendo preocupação com trocas de carro ou com a utilização de carros roubados, posto que se utilizam de placas clonadas, assim como nas outras modalidades, podendo também utilizar os carros da própria vítima ou da família e estabelecer como local de homizio ou cativeiro a casa das próprias pessoas sequestradas.

Quanto à composição dessas quadrilhas, destacou que elas são compostas de forma simples, posto que existe um núcleo criminoso principal, por intermédio do qual os bandidos definem missões, levantam informações e recrutam pessoas com menor importância para o núcleo criminoso, as quais são remuneradas por cada evento que eles realizarem e conforme a tarefa desempenhada.

Tais formações, geralmente, não são as mesmas, pois depende da região, do local, da empreitada criminosa, bem como do mentor que vai fazer toda a logística no local em que vão realizar o assalto.

Quanto aos preparativos para as ações delituosas, estes são bem elaborados com antecedência, principalmente no novo cangaço e cangaço noturno, já que os bandidos fazem levantamentos de efetivo policial; traçam rotas de fuga; percorrem as rotas; definem local de acampamento; estimam a chegada de apoio policial no local; estudam a quantidade de policiais, armamentos e viaturas; quais as cidades mais próximas e os recursos policiais que podem chegar na hora do assalto.

Tudo é muito bem planejado no que diz respeito aos crimes de maior envergadura, porque se tratam de quadrilhas mais especializadas, que atuam neste ramo há um longo período.

A respeito da relação com o tráfico de drogas, existem as quadrilhas que são específicas e tradicionais, que não se envolvem com o tráfico de drogas, como também existem as que se envolvem com o tráfico e que, atualmente, são a maioria, pois a dinâmica dos crimes contra as instituições financeiras está intimamente ligada ao tráfico de drogas.

É notório o aumento de ocorrências de crimes contra instituições financeiras quando se tem uma repressão mais forte ao tráfico com elevada perda de dinheiro e mercadoria, com grandes apreensões, motivando de certa forma a migração para os crimes contra as instituições financeiras a fim de obterem dinheiro rápido e, logo em seguida, retornarem ao tráfico.

Em virtude dos fatos mencionados, ratifica-se que quando o enfrentamento ao tráfico encontra-se atenuado nos Estados, há uma diminuição considerável no número de ocorrências de crimes contra as instituições financeiras, ao passo que quando a repressão aumenta, a probabilidade de migração aumenta, devido ao prejuízo financeiro decorrente das apreensões, obrigando aos detentores da mercadoria apreendida levantar numerário para pagamento dos fornecedores.

APÊNDICE K – TERMO DE CONSENTIMENTO DO MAJOR RAIMUNDO JOSÉ ROCHA MARINS



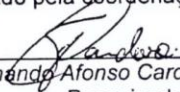
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA
MPSPJC

TERMO DE CONSENTIMENTO

O Senhor está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada **"PRIMEIRAS RESPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PMBA: um estudo realizado na 97ª CIPM/ IRARÁ"**. Mediante sua autorização o nome do Senhor aparecerá na transcrição da entrevista, podendo se dar de forma abreviada – somente as iniciais – caso assim deseje, bem como os dados publicados serão apresentados seguindo a mesma regra conforme sua autorização. Asseguramos que a pesquisa não apresenta qualquer tipo de risco ou constrangimento para o Senhor.

Sua participação é inteiramente voluntária e consistirá em conceder uma entrevista gravada, para posterior transcrição, sobre sua experiência profissional no atendimento e enfrentamento de ocorrências criminais contra instituições financeiras. A qualquer momento o Senhor poderá solicitar uma pausa ou desistir de continuar a entrevista e só responderá as perguntas que desejar, podendo, inclusive, solicitar interrupção da gravação sem nenhum prejuízo da relação com o pesquisador.

Todo o material de pesquisa ficará sob a guarda do pesquisador e será mantido e arquivado no prazo recomendado pela coordenação do curso.



Fernando Afonso Cardoso Borges
Pesquisador

Declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa **"PRIMEIRAS RESPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE CRIMES CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA PMBA: um estudo realizado na 97ª CIPM/ IRARÁ"** e aceito dela participar.

Autorizo identificar meu nome: completo somente as iniciais

Salvador-BA, 08 de janeiro de 2019



Raimundo José Rocha Marins
Major da PMBA

APÊNDICE L – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM O MAJOR RAIMUNDO JOSÉ ROCHA MARINS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E
CIDADANIA
MPSPJC

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2019 com o **Major PM Raimundo José Rocha Marins**, da Polícia Militar da Bahia, que atualmente assume a função de Chefe da Coordenação de Documentação e Memória do Subcomando Geral da PMBA.

Entrevistador: Fernando Afonso Cardoso Borges

Participação na entrevista: Prof^a Dr^a Cláudia Moraes Trindade

F – bem, Major

C – Posso tirar uma foto assim?

M – Deve/

C – risos. Eu não quero perder porque está tão legal

M – Meu melhor ângulo é o de costas, viu professora

C – Ah, ta...risos...depois a gente tira outra

M – Certo

C – É para a gente registrar

F – Mas a senhora tem que sair também, né?

C – mas é claro, depois a gente pede...

M – risos...Por que eu trouxe Leandro? Já sabia que ele teria utilidade

C – Deixa eu sentar aqui...

M – Aí também é um historiador por debaixo do pano. Leandro é arquitetura, ele é arquiteto, mas está estudando...

F – É interdisciplinar

M – É

C – Mas em arquitetura estuda também história, muita história, eu sei disso

M – pois é...Pois não, meu irmão.

F – Bem Major, a gente pode iniciar conhecendo um pouco do trabalho do senhor sobre as volantes e como foi o papel, principalmente, da polícia militar, das forças de segurança no período lampeônico aqui na Bahia e no Brasil como um todo, já que a pesquisa do Sr também abrange...deve abranger também...ir um pouco mais além do que o regional não é?

M – Isso mesmo. Bom, primeiro lhe dizer o seguinte, que esse é um assunto que é amplo, é um assunto vasto, muito embora no tempo e no espaço ele seja localizado em um determinado período, né? As volantes propriamente ditas, mas ele é um assunto que se desdobra até hoje. Se você me permitir, eu vou primeiro abordar um aspecto que eu acho muito interessante para que você desenvolva no seu trabalho.

F – Fique a vontade

M - As volantes, elas nunca foram convenientemente estudadas. Em termos históricos esse é um aspecto que subverte a lógica histórica. Por que a lógica histórica o que é que ela diz? Que a história, ela é sempre contada pelos vencedores, não é isso?

F – Exato

M – mas no período do cangaço, não. A história que você conhece é desenvolvida pelos cangaceiros. A história oficial ela é pouco conhecida por quê? Porque essa história ela foi pouco romantizada, ela ultrapassou, inclusive, as fronteiras do Brasil. Então, ela é estudada, praticamente, sobre um ângulo. O outro ângulo, praticamente, ele é esquecido. Então, diante disso a gente começa ver essa lacuna não é? Então, eu apresentei trabalho na graduação a respeito disso, tentei até depois outros caminhos. Minha pós-graduação já foi abordando isso, foi um aspecto bem localizado, muito embora estivesse nesse período, e no mestrado, que no primeiro momento, eu não tive sucesso em trabalhar com isso. Bom, as volantes, o que a gente pode falar a respeito delas, é que não existe ainda um marco inicial que se possa estabelecer, foi daqui que surgiram as volantes, não é? Eu acredito que isso tenha, ao longo do tempo, isso tenha se prolongado e num

determinado momento se começou a ser usado essa denominação, que se da, efetivamente, pela condição de...a forma de atuar itinerante desses grupos que vagaram pelo sertão nordestino. Quando a gente observa a composição desses grupos, aí a gente vai ver que, realmente, não há ainda quando eles iniciam, não há por parte do Estado uma sistematização desse trabalho, aquilo é uma coisa que vai se impondo, a necessidade vai se impondo, porque, inteligentemente, os cangaceiros começam para ir para o interior do sertão, começam a dominar aquele terreno, a conhecer aquele terreno e a partir daí eles se estabelecem. Já que você tem que dar combate aquele tipo de coisa, então você tem que deslocar até lá e a polícia...

F – E nessa

M - Pois não

F – Nessa fala aí do senhor, como se dava a composição desses grupos?

M – Isso. Isso não era de uma maneira uniforme. Bom, as volantes quando se iniciaram, eles iniciaram com o sentido de dar o combate a esses criminosos, esses grupos de nordestinos criminosos que vagavam pelo sertão, mas que não tinham ainda...eu acredito que lá...se achava que esse seria um combate fácil. Então, o que a gente ver nas primeiras composições? eram indivíduos, policiais militares, na maioria das vezes, não existiam ainda os contratados, que eram contratados do mundo civil, eu chamo os REDAS daquele período para o trabalho da polícia e eles iam para lá sem nenhum conhecimento do terreno, a maioria deles. Então, era normal que você tivesse policiais que vinham de outros locais e fossem destacados para lá para combater a volante. Qual era o resultado? O homem não conhecia o terreno, o homem não conhecia o clima, o homem não conhecia a natureza, o homem não conhecia o próprio homem que lá viviam. Então, ele era fadado ao insucesso, como acontecia. Essas volantes eram facilmente vencidas pelos cangaceiros.

F – Nesse contexto aí, como se dava também a composição dos grupos de cangaceiros?

M – Pronto. Os cangaceiros, eles eram...existe uma...os cangaceiros é de uma maneira mais uniforme, eles sempre eram indivíduos da região. Não existiam cangaceiros que tinham vindo de outro local da região, do Brasil, para formarem aqueles grupos, ao contrario das volantes. Nós tivemos diversos oficiais e praças vindo, inclusive, de outras regiões do país, e que foram incumbidos aqui de dar cabo desses grupos. Alguns até tiveram sucesso, mas outros, facilmente, eles viam que não era a praia deles, por assim dizer. Então, não conseguiu, não tinha, efetivamente, sucesso. Os cangaceiros não. Eles eram da região e, fatalmente, eram indivíduos que pela a própria composição sócio-econômica, financeira, familiar, na maioria das vezes, eram indivíduos eram compelidos a criminalidade, por quê? Porque evidente que nos tínhamos um Brasil completamente diferente

do que é agora, né? Um Brasil atrasado, naquele período, que você não tem nada em termos de infraestrutura. Então, eles eram pressas fáceis do crime e eram presas fáceis do também dos chamados potentados, né? Potentados locais das autoridades que tinham lá, o coronel. Era fácil para esses indivíduos derivarem para o grupo criminoso, né? e esses grupos criminosos, mesmo assim, eles eram a serviço, muitas vezes, desses poderosos. Lampião, por muito tempo, ele trabalhou a serviço de vários e vários desses coronéis.

F - E o que motivava a formação desses grupos de criminosos?

M – bom, evidente, que existia um apelo forte pelo motim, pelo saque, não é? porque era a forma mais fácil dele arrebanhar um valor financeiro que fosse considerável, mas também muito deles ingressavam por vingança, buscando se vingar de alguém, inclusive se vingar de alguém da própria polícia por ter sido vítimas de injustiças, por ser vítimas de agressões. Então, essas eram algumas das motivações. Existiam também...por exemplo, Valter Seca ele vai ingressar no cangaço, ele já, segundo se conta, ele já tinha uma índole para esse tipo de coisa, mas Valter Seca quando ingressa no cangaço, ele já tinha 13, 14 anos. Então, ainda era uma criança, não é?. E a partir daí, lógico, uma vida sem perspectiva, e aparece a perspectiva, não é? porque os cangaceiros eram temidos e respeitados. Algumas vezes temidos, algumas vezes respeitados e outras vezes ambas as coisas. Então, era o fetiche que hoje também é exercido em cima daqueles jovens que estão em comunidades mais pobres, não é? que o traficante está lá com o fuzil na mão, que ele ostenta e que ali ele vê uma possibilidade da ascensão que ele não tem no terreno em que ele está vivendo

F – Pericás, ele comenta quando fala do cangaço, da história do cangaço, ele comenta também da possibilidade de grupos...da forma que se compõe de forma heterogênea com pessoas de diferentes lugares e que muitas vezes perseguidos pela justiça. O senhor, na pesquisa o senhor também identificou esse perfil de grupos compostos, não apenas as volantes, sendo compostas de policiais e de pessoas da comunidade civil que são recrutadas para formar volantes com o objetivo de enfrentamento do cangaço, mas também por parte do cangaço, o senhor identificou essa composição um pouco assim...vindos de outros estados, quando apertava um pouco em um estado. Na verdade não era Estado, uma província...

C – Era Estado. Já era Estado

F – Já era Estado, né? Na época

M – Eu acho que já era Estado

C – Na República passa a ser Estado, província é até antes da República

M – Bom, antes de responder sua pergunta, que ela é muito interessante, eu também acho importante chamar a atenção para uma coisa. Não estou me referindo a nenhum autor específico, muito embora estudando, mas por uma questão ética e tal...mas no cangaço tem uma máxima que diz o seguinte: o sujeito ler um livro sobre o cangaço e escreve dois. Então, existe a respeito do cangaço muita informação incorreta, muita informação pensada de alguma outra...e torno a dizer que não estou me referindo a nenhum autor especificamente. Para você ter uma idéia, hoje em dia o cangaço é um dos assuntos mais estudados que existe no Brasil, Lampião é um dos fenômenos mais estudados. Lampião no nordeste só é superado por Luis Gonzaga, que é a personalidade no Brasil que é mais estudada em termos de monografia, não sei se você teve conhecimento. Mas lampião está provado já...Luis Gonzaga está provado já que ele tem um estudo muito vasto a respeito disso. Portanto, várias e várias versões sobre vários assuntos, inúmeros assuntos que são estudados sobre o cangaço, eles aparecem de diferentes formas. A composição dos grupos de cangaço...observe que eles não tinham estrutura para arregimentar essas pessoas em outros Estados. Como se é que deu a adesão de algumas dessas pessoas que vinham dos Estados próximo, especialmente do nordeste. Era porque eles quando se movimentavam, eles tinham conhecimento muito grande daquela faixa que compreendia o sertão e caatinga. Então, não era muito difícil que eles se encontrassem e que fossem recrutados por um ou por outro bando, mas essa mobilidade não é uma coisa que fosse uma regra, ela se dava de alguma forma, mas não completamente extenso, entendeu? Normalmente você tinha pessoas da região, que eles passavam e iam arregimentando. Por exemplo – vou fazer um paralelo – com Maria Bonita aconteceu isso, né? Lampião vindo de Pernambuco, já dentro do território da Bahia, mas vai passando e, em determinadas situações, e numa dessas topa com Maria bonita, Maria de Déia já, que Maria Bonita é uma denominação que vai surgir quase depois que ela falece. Era Maria de Déia ou Maria do capitão. Então, isso ela é cooptada e isso se dá com muitos e muitos outros indivíduos que vão no cangaço. Alguns se oferecem para participar do bando, vários se ofereceram para participar do bando e alguns são arregimentados. Tem uma história até muito curiosa do maior combatente do cangaço, que eu considero, que é o coronel José Rufino, que é pernambucano, da mesma região de Lampião e que ainda jovem tocando sanfona, Lampião conhece e faz a ele três convites para ele ingresse no bando. Faz o primeiro, ele recusa dizendo que é arrimo de família e que não pode. O segundo também ele diz que não tem condição e o terceiro alguém avisa a ele que lampião diz que vai convidar e se ele não aceitar ele vai morrer. Então, ele sabendo disso, ele foge. Aí depois, qual é? Você só tem duas alternativas naquela região, ou você da polícia ou você é do cangaço, não é? Fora você tem pequenos comerciantes aquela coisa, não é? e os poderosos. Então, quando ele cria essa rusga com o cangaço, qual é a alternativa que ele tem? Entrar na polícia. Ele entra em Pernambuco como volante, como contratado ainda, não tinha ainda essa denominação e depois de um certo tempo a polícia de Pernambuco acaba esse instituto lá do contratado e ele é convidado e vem aqui para a Bahia, ingressa na PM e termina se

aposentando como coronel, né? É o homem que mata Lampião...que era o comandante da diligencia, ele matou Lampião e feriu Dadá.

F – E a história de conflitos entre famílias, conflitos de terra também, como é que se dá nesse contexto?

M – eu acho que o fato mais significativo dessa abordagem é a gente saber que o próprio Lampião, ele ingressa no cangaço, segundo informações dele, né? Segundo depoimento dele, em razão de uma injustiça havida por conflitos entre famílias, né?. Então, tem uma família que é adversária e o pai dele é surrado. Eu não domino completamente a origem de Lampião, mas sei que acontece uma situação dessa pela polícia e Lampião se revolta e aí ingressa no cangaço. Porque até aquele momento quando ele entra no cangaço, o registro que se tem dele é que era um homem trabalhador, exerceu várias funções, trabalhou em várias atividades inerentes aquele período no sertão e depois que acontece isso, então ele entra no cangaço, inclusive jura que vai fazer a vingança do pai. Ingressa no bando do Sr Pereira e a partir daí ele vai ter mais de 20 anos pelo sertão nordestino, com sete polícias, sete estados, as forças policiais de sete estados atrás dele, até ser finalmente morto em 1938. Então, é uma realidade esses conflitos entre família, mas não só isso, são questões relacionadas a interesses financeiros, são questões relacionadas a interesses, logicamente, econômico, são questões relacionadas a vinganças, então seriam interesses pessoais. Então tudo isso forma um mosaico que é bem diversificado, né?

C – Agora, nos seus estudos né? você vê Lampião ... já teve várias abordagens sobre ele né?

M – Sim, sim

C – Acho que as mais recentes interpretam ele como de fato um bandido, né?

M – Certo

C – O que nada tem a ver com o Robin Hood que a historiografia por muito tempo manteve. Qual a sua posição dentro dessa discussão?

M – Professora, eu tenho dois olhares sobre isso, que eu procuro mesclar e reduzir ao que for, ao que seja me parece mais factível. É o de policial, por trabalhar com criminalidade, por conhecer isso, e o de acadêmico, por trabalhar com história. Na verdade a história de Lampião se origina de uma injustiça e uma injustiça que ele se insurge. Então, qual é o homem que não tem o direito de se insurgir como uma injustiça? Ponto, aquela história até ali ela para aqui. A partir daí ele trilha o caminho do crime, então já é uma segunda parte. Eu acho que pode se traçar um paralelo com o que se acontece hoje. Evidente que as desigualdades sociais, evidente que as injustiças, a falta de oportunidade estão empurrando comunidades inteiras na direção do crime. Isso é um fato, certo? Mas

uma vez o crime se estabelecendo, a força policial entra e tem que combater, não há alternativa de se fazer isso, não é? Nós não originamos aquela situação, mas estamos ali para dar o remédio que aquilo exige e que muitas vezes pode ser de uma forma drástica. Então, eu acho que é o que aconteceu com Lampião. Até determinado momento ele é um indivíduo integrado a sociedade, de família, uma família conceituada, uma família de respeito no território que ele tem e a partir do momento que a família sofre essa agressão injusta, sofre essa injustiça, ele se rebela, a partir daí começa a praticar atos criminosos que são incontestáveis. Ninguém pode virar e dizer assim... olha, um indivíduo que entra e dizima até uma família toda como aconteceu por vingança né? Então, ou aquilo pode ser encarado de alguma forma como heroísmo?, note que eu já vi até autoridade de grande porte se referirem aos nossos heróis nordestinos Lampião e Maria bonita, né? Então, são determinadas visões, determinados conceitos que se criam, que é muito difícil, nós enquanto voz do Estado oficial, lutar contra esse tipo de coisas porque isso se estabelece, isso tem um apelo forte, não é? Está aí a televisão, ela nunca fez um filme ou uma novela cultuando o papel das volantes, mas nós podemos citar aqui acho que mais de 10 que fizeram cultuando o papel dos cangaceiros, entendeu? Então, é uma distorção, mas a gente tem que entender, né?

C – Mais, eu acho...aí é igual você está falando, que tem o discurso acadêmico, eu acho que o discurso acadêmico o desconstrói como um bandido social, um Robin Wood, e eu vou muito nessa ideia também, eu o entendo como um criminoso. Vicente me citou uma entrevista que, ele próprio, Lampião deu, e que ao perguntarem se ele largaria o cangaço, ele disse: “não, é um negócio muito bom” não é isso?

M – Ele diz o seguinte: “se vosmecê estivesse em um negócio que tivesse lhe dando lucro, que tivesse bem, que tivesse caminhando bem, largaria? Pronto, então é o meu caso” o dele. “é o meu caso, meu negócio está dando lucro” não é? Porque Lampião chega a audácia de enviar um bilhete ao governador de Sergipe ou de Pernambuco, me desculpe ter falhado a memória aqui nesse momento, mas dizendo a ele, propondo a ele: “olhe você fica com a terra do litoral e aqui é o meu território”. É por isso que ele se auto-intitula governador do sertão, né? Capitão virgulino, governador do sertão.

F- Esse olhar que o Sr faz, essa divisão entre a forma como ele iniciou, como sendo um falta de opção, ele foi meio que forçado por questão de sobrevivência, mas depois foi por opção se manter porque o objetivo mudou, não foi apenas vingança ou sobrevivência, foi o objetivo de lucro, o objetivo financeiro.

M – Com certeza, ele construiu uma carreira criminosa.

F - E nesse tempo que o sr se referiu aí, o que o sr acha que contribuiu para ele, vamos dizer assim, essa atuação dele pelo interior nordestino perdurar por tanto tempo? Como era a forma que eles se organizavam para poder perdurar por tanto

tempo? E tendo forças policiais, como o Sr. falou de sete Estados na caça, realmente, do bando dele e sem conseguir êxito durante esse tempo, o que é que contribuiu para isso?

M – Muito inteligente sua pergunta viu, muito inteligente. Está compondo um mosaico direitinho disso aí.

C – risos

M – olhe bem Cardoso, se a gente tentar se reportar ao período, eu acho que fica mais fácil a gente entender o que é isso. Primeiro, você tem o sertão completamente desassistido. Então, é um sertão que não tem estradas, é um sertão que não tem industrias, como até hoje em muitos lugares não tem, é um sertão que não tem emprego, é um sertão que não tem educação. Então, isso é um campo fértil para o aumento desse tipo de coisa, principalmente de práticas criminosas. A segunda coisa é um sertão que não tem lei, a lei é do poderoso. Ou você se alia a ele ou você é inimigo dele. Então, se aliando a ele, os benefícios é a lei e sendo inimigo dele as penas da lei, mas duras que possam acontecer. A terceira coisa é a própria falta de perspectiva do futuro, ocasionada até por isso que a gente acabou de conversar, não é?. Então, você se ver sem futuro, sem horizonte, qual é o horizonte que lhe aparece? É se juntar a um grupo criminoso, que é temido, que é respeitado, que em alguns momentos pode se aproximar do poder, porque a gente não pode esquecer que nesse momento a corrupção já era uma realidade, inclusive por parte da polícia porque Lampião andava muito bem armado, Lampião tinha munição de qualidade que a polícia não tinha, Lampião tinha armamento que também muitas vezes a polícia não tinha como concorrer. Como acontece hoje, fruto da corrupção, fruto da facilidade que se existia em conseguir aquilo. A propósito disso, sobre o próprio matador de Lampião, o tenente bezerra, hoje em dia pesam acusações gravíssimas, existe quase até provas que Bezerra tinha um relacionamento estreito com Lampião e que a partir do momento que Lampião começa a se tornar um entrave, então é hora de eliminá-lo, de fazer a queima de arquivo, entendeu? Já existem vários e vários estudos a respeito disso, coisas que apontam nessa direção. Então, esse caldozinho de cultura que é criado lá proporciona, lógico...são indivíduos, porque eles foram, na verdade, se a gente pode dizer assim, eles foram imobilizados socialmente e a única forma de mobilidade social que eles tinham era essa. Eu não posso atingir o outro lado, mas eu posso chegar a esse que está aqui, que é palpável, que está próximo de mim, que vai me proporcionar respeito, temor da comunidade, que eu vou ter possibilidade de angariar alguma coisa de valor. E aí, o sujeito, simplesmente, se atirou naquela direção

F – Mas quais eram os principais alvos do grupo de Lampião naquela época?

M – Olhe, Lampião....

F - Já que o interior nordestino era desassistido.

M – Isso

F - Então, qual era o foco?

M – Um dos grandes alvos de Lampião era a modernidade, era o progresso porque ele sabia, inteligentemente, que se o progresso chegasse no sertão, ele teria...o bando dele seria eliminado. Então, nós temos vários registros que ele impede construção de estradas de ferro até com assassinato de trabalhadores, já aconteceu, né? Entãp, até onde ele pode, ele elimina o telegrafo porque era a forma que estava mais chegando de telecomunicação porque era o interior que não tinha essa comunicação. Então, as forças policiais tinham muita dificuldade de estabelecer o contato. Ela não tinha transporte adequado porque ela não tinha estradas confiáveis e não tinha também uma forma de comunicação. Ele...Inteligentemente, o que é que ele faz quando se dirige a uma cidade dessas? a primeira coisa que ele faz é cortar os fios do telegrafo. Então, a cidade fica, praticamente, fica a disposição dele né?

C – risos

M – Fica apresentada a ele, por assim dizer

F – A história se repete

C - A história se repete

M - A história se repete

C – E também de interditar as ferrovias...

M – Não, ele impedia que eles continuassem a construção

C – E depois de construídas...

M – aí facilitava o transporte de tropa, de alguma forma o progresso chegava de uma maneira mais rápida e o progresso era inimigo desse atraso do sertão. Então, você tinha uma cidade que ia começar a se integrar de uma forma melhor

C – Mas tinha lugares que a ferrovia já funcionava, e ele quando atacava...

M – poucos porque a ferrovia já funcionava muito antes. Por exemplo, para o combate a canudos, que se da aproximadamente 40, 50 anos antes da morte de Lampião, já as tropas que saíram daqui, saíram da estação da calcada e foram, por exemplo, até a cidade de Queimadas, e foram em lombo de burro ou a pé. Então, elas já existiam, agora elas não se desenvolviam na velocidade que o

sertão precisava, que o território, que a região precisava. Então, isso fazia com que eles circulassem naquele ambiente sem ter um combate efetivo por causa dessas carências que existiam. Aí quando começam a existir, por exemplo, veículos, não é? quando alguns veículos começam a fazer transporte de tropa ali, já facilita. Quando a polícia estabelece algumas bases no interior de comunicação do telégrafo, que inclusive é dos...um dos participantes iniciais disso é um pai... é um avô e um tenente coronel nosso, tenente coronel...na rodoviária... tenente coronel Jarbas, o avô dele...o pai dele é o coronel Jarbas, e o avô dele era o coronel Faviano, apelidado de Pazon, eu não sei...mas todo mundo conhecia como coronel Pazon, coronel Pazon e foi uma das pessoas que participou da instalação das linhas de telégrafo do interior do estado, visando combater o cangaço, ele inclusive participou de tiroteio contra bando de cangaceiro, entendeu?

F – tinha...o grupo de Lampião desenvolvia alguma ação para evitar a chegada das forças de segurança? O Sr lembra de alguma situação desse tipo?

M – Pronto, eu tenho registro no arquivo...para você ver como lampião era esperto. A polícia conseguiu detectar e prendeu o indivíduo encarregado de fazer a...de trazer informações para lampião. Ele se disfarçava de mendigo na feira e dali ele ficava verificando qual era a movimentação da polícia para informar o bando. Então, ele já tinha uma estrutura de inteligência montada naquela época para fazer

F - risos

C – E tem a documentação?

M – Tem

C – Tem a localização para a gente poder

M – Tem, tem sim. Eu localizo.

F – Funciona, o que hoje a gente chama de olheiro

C – Então, você pode utilizar isso...

M – Exatamente. É o serviço de missões especiais dele. Olha, um integrante aqui, o soldado Leandro, não é? Então, era missões especiais dele. Ele fazia. Além disso, a gente sabia que o principal alvo...o principal objeto de Lampião para combater a polícia eram os informantes, os chamados olheiros...os chamados, desculpe... eram os olheiros...o nome é...coiteiros, eram chamados coiteiros. Esses coiteiros eles se espalhavam, era muito difícil você localizar, alguns se tornaram conhecidos, inclusive Lampião vai morrer por causa da ação de um coiteiro. Um coiteiro dele que é preso pela polícia, é obrigado a confessar e aí leva

até né...guia a volante que o matou até o local em que ele está, mas era o principal, ele tinha uma verdadeira estrutura logística, que cada desse coiteiro tinha uma condição, mediante logo pagamento de dinheiro, qualquer lugar que Lampião se instalasse, ele tinha alguém que ia na feira, comprava farinha, comprava feijão, comprava tudo e levava para ele, né? Comprava até cachaça e levava. Aí a polícia quando começou a estudar esse movimento, ela começou a se interessar do movimento do comércio, porque naturalmente, se eu era uma pessoa que não tinha aquele costume e de um dia para o outro, eu chegasse lá e comprasse dois sacos de farinha, por exemplo, né? ou uma quantidade maior de carne, salgado ou qualquer coisa, aquilo despertava. Bom, para que é isso, entendeu? Então começou a se cercar essas pessoas que eram incumbidas da atividade de Lampião, mas os coiteiros foram fundamentais para que esses grupos pudessem se estabelecer.

F – Então, pra força de segurança da época conseguir um resultado positivo no final, então, o que foi que contribuiu para se alcançar esse resultado? O que foi que a polícia mudou na sua forma de atuação para poder ter êxito nessa caçada?

M – Muito bom, muito bom! Olha, Cardoso, professora, isso é a chave para se entender talvez a antipatia da população pela polícia e muito explicar o sucesso que os cangaceiros tiveram em vários lugares. Isso não é uma linha geral, mas não há como refutar essa constatação.

F – E o se o Sr puder na falar um pouco...na fala do Sr aí, como era antes...a progressão.. a forma como foi progredindo o combate ao cangaço

M – Certo

F – Como a polícia atuava para alcançar esse resultado? Por qual transformação ela passou para ter esse resultado?

M – Eu vou falar até meio dia então, pelo que você esta me perguntando aí

C – Risos

F – Risos. Fique a vontade.

M – Olhe, veja bem...a polícia...quando Lampião ingressa no sertão da Bahia, agosto de 28, é que Lampião vindo de Mossoró, onde ele havia tentado invadir a cidade, a cidade resiste. Todo ano tem uma data festiva em Mossoró chamado chuva de prata, que é comemorando essa resistência ao bando de Lampião e o bando dele, que contava próximo de cem homens naquela oportunidade é completamente dizimado. Então, ele foge perseguido por essas polícias, ultrapassa a divisa da Bahia – Mossoró é no Rio Grande do Norte – ele ultrapassa essas divisas, vem para a Bahia, chegando aqui com não mais do que cinco integrantes. Inicialmente, a polícia comete um erro muito grande, um erro tático.

Ela imagina que Lampião vai aquietar, não é? Pô, só tem cinco indivíduos, aquela coisa, tem uma certa fama lá, mas nunca atuou aqui e ela dá uma determinada folga a Lampião entre aspas e ele se reorganiza, para daqui a mais ou menos um ano, a partir daquela data, aí ele faz...ele começa a fazer as ações dele, inclusive o primeiro combate contra a polícia, que é no distrito de Abóboras, próximo de Juazeiro, onde hoje tem um monumento que é oferecido, é em homenagem aos oficiais e praças que tombaram no cumprimento do dever contra o cangaço. Até hoje esse monumento está lá. Então, a polícia não conhece o modo de atuação de Lampião, ela ouve falar, mas ela não tem experiência naquele tipo de combate. Vale dizer que cangaceiro não quer dizer só que é Lampião, nós temos vários grupos de criminosos desses espalhados pelo interior da Bahia, inclusive tem várias referências a respeito disso. Quando a polícia começa a combater Lampião, então ela começa daqui a pouco a perceber que ela não está na frente de um inimigo comum, mas até elapoder se organizar para combater, imagine? Nós estamos em 28, Lampião vai morrer em 38, dez anos depois. Então, ele vai atuar muito no interior da Bahia até o momento que ele pula para outro lugar, que ele termina morrendo, como nós sabemos, em Sergipe. Então, o que a polícia faz? quando ela destaca o indivíduo para lá, ela destaca um indivíduo que não tem o uniforme adequado – você sabe muito bem que o indivíduo que vai para a caatinga, que ele vai de coturno ou ele está muito bem adestrado ou ele vai sofrer – não tem o uniforme adequado, não tem o armamento adequado, não tem uma logística adequada. Então, os reveses da polícia são constantes. Lampião consegue, de início, facilmente vencer. Em que pese, lógico, serem combates ferozes, mas não tem sucesso. Quando uma estratégia é adotada, que é digna de monta, quando se percebe que o indivíduo é inadequado aquela prática de combate, então se estabelece a figura do contratado. E o contratado é chave para você entender esse sistema, por que? O contratado é aquele sujeito da região naturalmente sem atividade, mas que tem vontade e tem um conhecimento e que é pago pelo Estado para integrar aquele determinado conjunto policial. Ele não é...ele não comanda, inicialmente, ele integra. Qual é a vantagem dele? Ele conhece o terreno, ele sabe como se locomover, ele sabe as características do lugar que ele vai trabalhar e ele é da região. Então, você tem indivíduos tão ferozes quanto cangaceiros que ingressam no cangaço. E qual é a motivação? Muitas vezes é pessoal. É aquele que tem uma rixa com o cangaceiro. Então, ele entra para se vingar, ele foi humilhado, ele foi espancado

F – Como Zé Rufino?

M – Exatamente. Zé Rufino tem uma rixa com Lampião. Os combates entre Zé Rufino e Lampião, eles se agrediam verbalmente a distância, não é? Vários, e vários combates desses. “venha, cego miserável eu vou lhe matar”Aí Zé Rufino dizia: “tu não é valente? então venha pra cá, bota a cara de fora”. No linguajar deles. Então, isso é narrado em vários e vários combates, não só também entre eles Zé Rufino e Lampião. Então, a partir daí quando esses indivíduos são integrados ao combate, você tem características positivas e negativas. Quais são as positivas? Efetivamente, o combate se torna, por assim dizer, mais fácil.

Porque você está com o indivíduo que sabe rastejar, conhece de...conhece até dos sons da natureza né? São técnicas que são utilizadas, você sabe disso...

F – do rastreamento

M – do rastreamento. Que esses indivíduos, eles são da região, eles viveram aquilo. Eu tenho até um documentarizinho, uma parte de um documentário pequeno, que mostra eles fazendo esse tipo de trabalho. Qual é a parte negativa? São pessoas que não foram instruídas para desenvolver aquela função. Então, eles não têm o ensinamento formal de um policial militar. Ele passa por uma capacitação pequena, específica, e ingressa naquele grupo. Então, são indivíduos que trazem a brutalidade dentro deles, própria do terreno. Então, são muitos que são...se destinam a práticas criminosas. Isso não é exclusivo dos contratados, entendeu? Mas isso...o que você nota quando você estuda esse assunto nos boletins da polícia é que há um grupo muito grande de punição destinadas a eles. Eu inclusive exibir em algumas apresentações que eu fiz, tirei o extrato de algumas e coloquei. Por terem estuprado mulheres em locais que eles abordaram, por terem feito uso de bebidas alcoólicas moderadas e terem praticado agressões ou qualquer outra coisa, por terem desviado material, entendeu? Então, eles não tinham um ensinamento...

F – uma capacitação

M – uma capacitação. E aí, a polícia sofreu muito com isso. Então, tem aspectos positivos e aspectos negativos. Mas vale salientar que muitos deles ingressaram na PM e fizeram carreira brilhante, entendeu? Muitos deles se adequaram e conseguiram ingressar formalmente na PM porque o contratado não era policial militar, né? Ele era justamente isso, ele era contratado, não é?

F – Entendi. Então...e aliado a isso como é que o sr ver, na pesquisa que o Sr fez, a questão da inteligência. Em que momento e de que forma a inteligência foi crucial nesse atendimento e enfrentamento do cangaço?

M - Certo. A informação que se tinha na época, ela não era estruturada, evidentemente, como é hoje, né? Em termos do que se fala da inteligência policial, mas a polícia...

F – Quanto a inteligência, entenda, comandante, a produção de conhecimento como o Sr falou inicialmente. De que forma a polícia naquela época foi construindo conhecimento que iria auxiliar no enfrentamento ao cangaço?

M – Olhe, curiosíssimo esse aspecto porque assim. Eram tantas informações desconhecidas. Se você pegar um jornal, em um ano no período áureo, no auge do cangaço aqui da Bahia, você vai achar que Lampião era uma figura, um mito, mito não, palavra está vulgarizada, mas uma pessoa, completamente, sobrenatural porque diziam que, por exemplo, Lampião estava em Sr do Bonfim,

atacou em Sr do Bonfim hoje e de tarde ele atacou a 200 km de distância. O que leva a gente a imaginar que vários grupos cangaceiros existiam e, com certeza, várias ações dessas foram executadas e foram até atribuídas a Lampião, sem dúvida nenhuma porque é humanamente era impossível que essa, todo o grupo atuava a pé em um largo espaço de tempo a pé porque conhecia bastante o terreno, atuaram também a cavalo e atuaram um pouco em automóvel né? Inclusive eles seqüestram quem estava de automóvel, conduzia e tal, mas não fazia daquilo uma prática constante. Então, essas informações quando começaram a surgir, elas começaram a surgir desconhecidas e a partir daí deu lugar a se estabelecer diversos planos catastróficos de combate ao grupo de Lampião. Vou lhe citar só um: em 1932, um indivíduo chamado João Miguel da Silva, ele era sargento do exército e foi comissionado. Era uma figura...por exemplo, o indivíduo vinha de lá pra cá e ele recebia uma patente maior para que ele pudesse ser melhor remunerado, comandar uma determinada fração de tropa. Isso aconteceu, inclusive durante o comando da PM, isso aconteceu durante vários períodos. E ele elabora um plano que ficou conhecido como a seca de João Miguel, que foi uma seca que aconteceu em 1932. 1932 é um dos anos mais terríveis de seca que aconteceu no sertão nordestino. E ele bota um plano naquela região ali de Bonfim, naquelas cidades em entorno, de esvaziar a área rural, por quê? se acreditava que todo suporte a um grupo de cangaceiro tinha, vinha daquelas populações, naturalmente, elas não tinha contato quase que com o Estado, mas tinha com os cangaceiros. Então, chegava lá, o sujeito preparava comida, dava água, salgava a carne, dava algum animal que se ele precisasse pra fazer o transporte e tudo. Então, esse plano foi feito, esvaziou essa população rural, eles foram ordenados a irem para a zona urbana. Isso foi uma catástrofe porque aquela população, aquele pessoal começou a se amontoar nas ruas, a passar fome, a passar necessidade e não resolveu o problema da região porque na verdade era um problema de ocupação por parte do Estado. Tanto que esse plano, a seca de João Miguel, ele dura aproximadamente três a quatro meses, porque quando ver a catástrofe que estava – alguns autores abordam isso, especialmente, Rodolfo prata, aborda essa questão – quando eles verem o que é, o plano de imediato desaparece. O que é que denota isso? Que você na trabalha com a informação, que é consistente porque se fosse uma informação são consistentes se fosse processada direito, então, você não cometeria um desatino desses com a população desassistida como é a do nordeste, mas a polícia também ela se estrutura. Uma das formas dela se estruturar é desenvolver bases naquele território que proporcionasse uma cobertura maior do terreno. Então, ela tem, por exemplo, ela começa a criar ...ao invés dos destacamento que tinham e que eram pequenos e que não, efetivamente, combatia Lampião, muito pelo contrário, o policial tinha terror porque ele estava lá com meia dúzia de homens e o bando quando chegava, ele dominava a cidade, né?. Proporcionou isso, inclusive o episódio de Queimadas, né?. Lampião invade Queimadas e mata os oito policiais militares dentro da cidade. Então, para que o sujeito chegue lá domine e mate uma tropa de oito homens, imagine de quantos ele não dispunha para fazer um trabalho daquele? Saquei a cidade toda.... e que tropa só vai chegar bem depois que acontece esses assassinatos, e aí já não tem mais nada o que

fazer, entendeu? Então, essa informação...essas coisas a polícia vai juntando e estabelecendo um plano de ação, dividir em zonas a região do cangaço e dentro dessas zonas criar sedes que ele pudesse estabelecer um comando maior, não é? E depois, ir desdobrando nas cidades menores e também uma forma de atender de uma maneira mais imediata a um chamado possível de alguma invasão por parte de Lampião. Vale também dizer o seguinte, essas divisões que a polícia fez, elas proporcionaram: 1º – a criação do destacamento de combate ao cangaço e é tão importante essa ação que ela vai se desdobrar no destacamento do nordeste, que é justamente para combater o chamado banditismo, entendeu? É fruto do que? De uma informação que você vai desenvolvendo que vai chegando sobre esses trabalhos para tentar cercar isso aí.

F – Na fala do Sr, o Sr fala de reestruturação, inclusive considerando pontos estratégicos de posicionamento e montagem e estabelecimento de bases da força de segurança na época. Fala-se também em plano de defesa daquela região? Ou se estrutura considerando o tempo de deslocamento, o tempo de apoio...

M - você diz assim prático, não é?

F – Prático, é.

M – Olhe, um aspecto interessante desse que você esta falando é que, até onde eu tenho conhecimento, essa ação do cangaço, ela proporcionou o primeiro convênio já feito entre os Estado para combater o crime. Aconteceram dois convênios entre Estados do nordeste. Foi feito um convênio e depois esse convênio foi ampliado, se não me engano por volta de 1926, alguma coisa, essa informação eu tenho, é porque data eu não sou muito bom viu pró, eu não tenho a sua memória de número para gravar não. Mas foram feitos dois convênios que foram feitos para ele, e esses convênios estruturam essa coisa. Dentro do Estado da Bahia, existe essa criação das zonas, é estruturado, isso tem...por exemplo, qual é a cidade sede, quais as cidades que ficaram subordinadas. Então, Bonfim, pro exemplo, é uma cidade sede e todas aquelas cidades em torno são subordinadas. Paulo Afonso – não, Paulo Afonso não porque Paulo Afonso não existia naquela época, Paulo Afonso é uma cidade nova – mas você tinha, por exemplo, Curral dos Bois, que hoje é Glória. Você Patamuté, hoje é.... Patamuté, se não me engano é Paripiranga, não é?. Eu posso está enganado um do outro...

F – É sertão...

M – É sertão, eles vão mudando de denominação, né? O que a gente conhece hoje é um pouco diferente daquelas que tinham, são denominações que várias cidades receberam, do começo...do meado do século XX para cá e por rearumação. Por exemplo, Paulo Afonso ela não existia, a cidade mais próxima era Curral dos Bois, que é Glória hoje. E Glória hoje é muito pequena e Paulo Afonso uma grande cidade, entendeu?. Então, o interior daquele período não é o mesmo interior de hoje. Não é? Porque quando a gente começa a estudar se

depara com essas coisas e diz: “não, mas o que é isso? Então, tem que buscar essa a composição geográfica para entender essas coisas. Então, existe esses planos, eu não sei até que nível desce esses detalhes, mas pelo menos da estruturação física, tem sim

F – a distribuição, na verdade, do policiamento era de acordo com pontos estratégicos.

M - Você tem vários oficiais que são deslocados para lá para comandar essas regiões, notadamente acho que até nível capitão. Você tem um posto maior nas cidades, realmente, que são chaves da coisa, e o que a gente observa muito é o número grande de destacamentos, né? que você logicamente alcança e tudo, mas que não oferece cobertura. Você está com policial lá com um número pequeno, em condição insuficiente e que inclusive muito deles vulnerável, e muitos deles – não sei se posso usar essa palavra – são respeitados por Lampião porque, por exemplo, quando ele entra em Ribeira do Pombal, ele manda avisar ao destacamento que não saia, que ele está na cidade e ele não quer briga e, logicamente o destacamento sabe que é muito superior ao poder dele. Então, ele entra na cidade, ele faz o que ele quer, ele vai na feira. Uma das fotos mais clássicas do bando de Lampião na Bahia é ele na feira de Ribeira do Pombal

F – o Sr acha então que nessa reestruturação que a polícia fez para poder se adaptar e ter mais sucesso na sua atuação, entra também a questão da aproximação com a sociedade?

M – ah, sem dúvidas, sem dúvidas

F – o Sr acha que isso contribuiu também para a questão da compilação de dados e inteligência voltado para o combate ao cangaço?.

M – Tem – tinha, na verdade – informantes para o lado da polícia e para o lado do cangaço. Tem uma ressalva, Lampião, inteligentemente, ele desenvolvia o trabalho de uma forma que, se o sujeito fosse aliado dele, não seria prejudicado. Inclusive a população, mesmo não sendo aliada, mas não sendo do lado da volante, ou do lado da polícia também era respeitado. Eu vou citar aqui um exemplo, várias oportunidades, Lampião chega em alguma roça e chega lá e diz assim: “Bom, prepara aí uma comida para o bando”, ele paga. Em várias oportunidades: “eu vou precisar de seus cavalos, quanto é? Pronto” ou então “eu vou levar, amanhã vá buscar em tal lugar que os cavalos está ” e muitas vezes a polícia não faz isso. Ela quando entra, usa desses benefícios do sertanejo e não dá a contrapartida, né? Ela se utiliza de cavalos e não devolve convenientemente. Quer dizer usa de forma equivocada, evidentemente, a força do Estado e Lampião não quer isso, ele percebe que isso tem valor, ele está construindo uma rede dele de informações, não é?. É diferente somente da força. “Eu tenho direito porque eu sou Estado, eu estou precisando, eu vou pegar, eu vou fazer e vou levar”. Não, até mesmo relatos que cangaceiros que abusam da população e Lampião vai e

combate esse cangaceiro, né? Tem um episódio que é mais emblemático de uma determinada senhora, que ele manda fazer uma comida pro bando, e o cangaceiro chega lá e reclama: “Ah, eu não gostei não, está sem sal”. E ele faz ele comer quase um quilo de sal.

C – Comer o sal

M – Exatamente, entendeu? Tem que respeitar o trabalho da mulher que fez. O próprio episódio da morte dos policiais em Queimadas denota esse respeito que ele adquiriu porque quando ele já decidiu a matar todos, inclusive sargento – não sei se você sabe dessa história – e quando ele chega na casa de uma senhora que ele vai para angariar...angariar, não, para pedir o dinheiro, né? É o saque. Então, ele faz uma espécie de uma cotização. “Esse aqui é quem?” “Esse aqui é fulano, ele é coletor público”. “Pronto, então ele pode dar um conto de reis”. É assim que funciona né? A coisa. E chegando nessa casa tem uma senhora que está com a peça de ouro bonita no pescoço, e ele dirige elogios aquela peça: “olha que coisa bonita, e tal” ela disse: “não, o Sr gostou capitão? Então, é do Sr, eu lhe dou de presente”. Ele aceita a peça e diz a ela: “olha, eu lhe fiz um pedido – não lhe fiz nem um pedido, mas a senhora me atendeu. Então eu quero lhe atender. Então, me faça um pedido que eu vou lhe atender”. Ela pede pela vida do sargento, né? E ele que já vinha decidido a matar todo mundo, como morreram os demais, ele diz: “Não, a minha palavra eu não vou quebrar porque bandido também tem palavra” e ele ainda disse: “se depender de mim, o sargento só morre de velho” e realmente ele só vai morrer de velho. É uma estratégia, não é verdade? muito embora você praticando um ato desses, mas você ganha, de certa forma, o respeito da população, que passa a dizer o que: “lampião é homem de palavra”

F – Conquistar o coração da gente

M – Exatamente

C – É uma estratégia do crime. Hoje continua por essa via, não é? Essa estratégia de tapar os buracos aonde as ações não chegam, os estados não atuam

M - E inteligentemente

F – a entrevista está rica viu

C – Riquíssima. Agora assim...

F – Está rica...Risos. Fala professora...

M – Tenha paciência aí, Leandro, calma....

C – Ele já falou, Marins já falou, assim de certa, mas mais pontualmente. Então, a chegada em uma determinada cidade, ela era antecedida então de toda essa...vilarejo, etc, de toda essa estratégia da pessoa que ficava observando, que é o nosso atual olheiro...

M – É, eu não acredito que isso seja linha geral porque existiam cidades que você já sabia que a cidade estava desprotegida, mas muito provavelmente, ele não iria se aventurar em todas as cidades trabalhando dessa forma, ele ia procurar saber se informar, algum coiteiro da cidade, algum, até cangaceiro que pudesse disfarçar de agricultor, de algum trabalhador, de alguma coisa que pudesse no dia de feira, que naturalmente são os dias mais movimentados da cidade, eram e são, né? o dia mais movimentado, o sujeito era muito fácil, ali ele se misturar com a população e ali saber, o destacamento da polícia é ali, eu estou vendo dois policiais aqui, ou três ou quatro ou cinco

F – Então, pode-se afirmar que pelos registros consultados, que existia um planejamento e um estudo prévio

M – Uma rede de informações

C - Uma rede de informações. Agora assim, quando ele chegava e as vezes entrava num embate com a polícia, havia uma fuga, como é que era essa retirada dele? Ou ele enfrentava e não havia, como é que é?

M – Professora, a polícia só passa efetivamente e perseguir mesmo Lampião quando ela se estrutura um pouco mais. Porque assim, você tem um indivíduo até hoje – você sabe, você é um profissional disso – que se embrenha pelo mato, é uma operação altamente arriscada ir atrás dele porque já diz um grupo criminoso: “o céu é grande, mas o mato é maior. Então, para ele é mais fácil armar uma emboscada, ele pode previamente já conhecer o terreno que ele está se dirigindo. Então, é mais fácil para que ele se desenrole...para que ele se desenvolva, não é? Ele se desloque dentro daquilo. Imagine indivíduos que são dali, que conhece tudo. Lampião passava meses na catanga, um local em que muita gente não conseguiria passar uma semana, não é? Por exemplo, o Raso da Catarina até hoje é um dos lugares mais inóspito que nós temos dentro do Estado. E Lampião transitava pelo Raso da Catarina com facilidade. No período até que ele estava nas proximidades, ele era atacado, Raso da Catarina, alguma possibilidade de emboscada, Raso da Catarina, algum cangaceiro ferido que precisava de algum cuidado, Raso da Catarina porque ele se aliou, inclusive aos índios. Então, ele passou a dominar até a medicina natural naquela conjuntura, naquele território

C – Parece...a gente nem sabe se é mera coincidência.... Como é que...a impressão que a gente tem é que na atualidade, essas pessoas parecem que se apropriaram de um conhecimento estratégico dos cangaceiros, não é Fernando? É o que a gente vem observando nesse trabalho

M - E os cangaceiros, eles eram em algumas áreas...eles não eram só pessoas brutas, eles também desenvolveram suas habilidades, desenvolveram suas competências. Por exemplo, Dada, até morrer, fazia peças de artesanato que foram largamente comercializadas. A estética do cangaço hoje, que até é um livro, feito por Pernambucano de Melo, é uma estética que é reconhecida hoje, inclusive já desfilou em palcos internacionais e aquilo foi desenvolvido pelos cangaceiros. Se você observar a indumentária deles, você ver também que eles tinham esmero em se cuidar, os chapéus eram adornados, andavam com moedas de ouro nos uniformes, até mesmo as bandoleiras de fuzis, elas eram bem ornamentadas com várias peças, entendeu? Então, eles tinham também dons, segundo se diz, Lampião sabia ler e escrever muito bem, inclusive já escreveu poema, já tinha escrito poemas, não é? As mulheres se dedicavam muito a essa coisa da costura, elas é que faziam os remendos, que faziam os uniformes, porque eles não tinham local para chegar e dizer: “me dê aqui três uniformes desses”. Então isso era desenvolvido deles.

F – eles comercializavam?

M – Não tem...eu não acredito porque, assim....eu não tenho domínio para lhe dizer isso, mas eu não acredito porque isso não daria um valor considerável para que eles se dedicassem a esse tipo de coisa, entendeu? Já que a deles mesmo era fazer, principalmente...

F – E o armamento e munição na época, chegava até eles como? Somente pela corrupção do Estado?.

M – Com toda a certeza, e o fornecimento por parte dos grandes coiteiros porque Lampião teve até político que era coiteiro deles, entendeu? Então, esses grandes coiteiros, ele usava naturalmente como forma de receber armamento e munição. O relato era que lampião tinha munições...

F – Os coronéis né?

M – Os coronéis e políticos também. Um dos grandes coiteiros...porque assim quando a gente fala em coiteiros, a pessoa pensa logo aquele da parte mais pobre

F – Exato

M – Não é? Mas os coiteiros eram em geral, eram os coronéis e eram políticos. Um dos grandes coiteiros que se supunha ser de lampião era o governador de Sergipe. O Eronildes de Carvalho, né? O primeiro nome, eu sei, os segundo nome, eu posso está enganado, mas eu acho que é esse.

F – Os coronéis também mantinham grupos armados não é?

M - Sim, sim.

F – a favor...seria o braço armados deles, os jagunços

M – Sim. Porque os jagunços...o cangaceiro, eles se origina do jagunço, ele é uma derivação do jagunço, não é?. E o jagunço por sua vez, ele não é uma única via... mas ajuda muito o surgimento, o desenvolvimento dos jagunços a campanha de Canudos porque é todo uma população que não morre naquele período, ou descendentes deles, ou estão na periferia que se espalham pelo sertão. E o que é que ele vai fazer? ele só tem duas formas de sobrevivência ou ele vende a força de trabalho dele na agricultura ou vende a força deles para servir esses coronéis. Então, ele se torna um jagunço e muito desses jagunços também são pressas fácil dos grupos de cangaço, não é?

F – Principalmente quando é humilhado ou por vingança aquele coronel, né?

M – Por vingança daquele coronel ou por alguma autoridade. Rapaz, você tem um número de cangaceiro muito grande que entra na polícia...oh, entra no crime dizendo, justificando por injustiças policiais, por serem surrados, por serem espancados, por sofrerem molestamento de parentes, entendeu?

F – Nesse nosso trabalho, Major, nós fizemos algumas entrevistas com assaltantes de banco que estão presos, cumprindo pena e um deles entrou no crime. O relato, a gente começa pelo relato de história de vida deles e um deles entrou por vingança

M – por vingança contra a polícia

F – Há um sargento de Seabra, na época em Seabra, que perseguia ele. Ele procurou Zé de Lessa na época.

M – hum...se aliou...

F – Se apresentou e falou que só queria um fuzil, que ele entregasse um fuzil na mão dele e quando a viatura do sargento aparecesse...ele não queria dinheiro, ele só queria isso aí. E depois...hoje está preso, né? Hoje está cumprindo pena e é um dos maiores assaltantes de banco aqui na Bahia

M – E o sargento que se cuide porque a qualquer momento, um cara desses sai e vai querer cumprir a promessa. Mas isso era uma constante. Isso, antigamente, era uma constante. Ou seja, você tem uma polícia desestruturada que se impunha pela força, não é? Até mesmo fruto do período. Não era que o sujeito fosse direcionado a ele não, mas você está falando de um sertão rude, entendeu? Um sertão brabo, que o sujeito tinha que se impor pela força, que o homem tinha que ser violento, que tinha que defender a honra dele com sangue, entendeu? Então, isso aí meu amigo é um adubo pra surgir esse tipo de questionamento, esse tipo de conflito, aí você que divide os que estão contra e os que estão da favor da lei,

mas, necessariamente, você não coloca na origem o bandido, né? Porque o injustiçado, de certa forma, ele tem direito a reagir, não é? E ele vai reagir como? Muitas vezes ele não reage do jeito que a lei estabelece porque, até mesmo, ela não favorece a ele

F – porque o Sr, a diferença, a distinção que o Sr faz aí de marco, na caminhada de um criminoso desse aí, da forma como ele inicia e a forma como ele se mantém naquela atividade. Hoje tem doutrinadores que falam, criaram o termo, que fala bandidolatria, que é recriminando, justamente, aquele entendimento de qual a culpabilidade onde o Estado e a sociedade é responsável pelo camarada que não tem alternativa social e se envereda pelo mundo do crime, como se o Estado e a sociedade tivesse participação nisso aí.

M - Exato

F - Ele fosse isento de culpabilidade por conta de se enveredar pela caminhada do crime. Só que existe um momento, aí vem a contrapartida, falando que essa ideia é uma ideia que você enaltece o bandido e o banditismo, em detrimento da sociedade. Porque justamente, há um momento que ele pode até ter se envolvido no crime por falta de opção, mas há um momento em que ele pode escolher sim, se se mantém ou não, que foi o caso aí de...

M – E no começo não falamos isso, né?

F – exato

M – Tem um marco. Ele começa a ser bandido por uma injustiça, aí tudo bem, o Estado poderia ter atuado e tudo e tal, mas qual é a justificativa para que ele enverede no mundo do crime? É só a vingança, né? É só a injustiça? Em algum momento das nossas vidas, nós já sofremos alguma injustiça, não é? Aí seria justificativa para que todo mundo entrasse no mundo do crime, entendeu?

F – Exato.

M - Aí, você vai juntar a conveniência, vai juntar, logicamente, a facilidade, não é? Para que ele prossiga naquilo ali, não é? E depois é seguinte, aquilo ali meu amigo é o caminho que você seguiu, não tem mais marcha ré, entendeu? Então, infelizmente... muito embora tem um dado muito interessante contra esses cangaceiros. Após o término da Campanha do Cangaço, o marco definitivo do final do cangaço é a morte de Corisco, né? Então, aquilo ali é a diligência final do cangaço. A gente está até desenvolvendo um trabalho a esse respeito, afinal a gente desenvolve alguns trabalhos a respeito dessa questão. E o marco final da diligência do cangaço, como eu lhe falei, a morte de Corisco e a prisão de Dadá, que em decorrência amputa a perna. A partir daí, é desenvolvido, pelas autoridades, uma campanha de entregas. Então, são proclamados no sertão que aqueles jagunços...aqueles cangaceiros que se entregassem, eles teriam suas

penas revistas, não é? E vários deles se entregam, alguns não se entregam e são mortos, outros fogem. Tem cangaceiro que vai para em São Paulo, em Minas Gerais, isso só se descobre décadas depois, com um dado muito interessante, esses cangaceiros que foram se entregaram e foram presos nenhum dele delinqüiu novamente, nenhum

C – Sim, o professor Manoel me falou.

M – Falou né? Não há registro de nenhum deles tenham reingressado novamente no mundo do crime

F - um Pouco parecido com uma delação, vamos dizer assim, uma forma de delação premiada, onde a pessoa recebe um prêmio por está...como uma confissão também, né? Espontânea.

C – Será? Interessante isso.

M – Muito interessante, muito interessante! O que mostra que talvez na origem, não é? Isso vem de encontro ao que a gente falou, o indivíduo, ele é compelido a entrar no mundo do crime, não é? Lógico que depois existe uma segunda parte, ele continua, né?. Mas no momento posterior, como se dissesse assim: “ô, rapaz, vamos parar aqui, zerar aqui e você vai cumprir a pena que o Estado vai lhe colocar e vai ter uma oportunidade”. Ele é reinserido na sociedade. Professor Estácio de Lima, inclusive apoiou vários e vários cangaceiros nesse sentido e deu até emprego. Labareda, por exemplo, foi porteiro do Instituto Médico Legal da Faculdade de Medicina, que era ali no Terreiro de Jesus, praticamente até morrer e não delinuiu. O próprio Ângelo Roque, que é um dos mais temidos, chefes de grupo do bando de Lampião também é reinserido na sociedade e trabalha. Valter Seca, ele é assassinado, mas não se tem notícia de quando ele é libertado, que ele tenha praticado qualquer outro tipo de crime. Então, são aspectos que são curiosos, são frutos...para ser frutos de estudos, entendeu? Mas acho que tem muito a ver a origem da pessoa, dos costumes e das circunstâncias

C – E também da sociedade, que Talvez, não interferiu na escolha dele não retornar ao crime. Agora precisa entender por que isso, não é? Isso aí é um estudo que precisa ser feito mesmo

M – É. Professora, a gente pode fazer uma analogia. Não é papel da polícia isso, evidentemente. Mas essa população carcerária, que hoje é o temor da sociedade toda, não é? Como vivemos o temor das revoltas escravas, né?

C – Sim, sim

M – Hoje é o temor das revoltas...das massas carcerárias. Quando será que diante de uma oportunidade factível, reingressariam no mundo do crime ou se reinseriam na sociedade? Será que numa massa dessa, a gente não teria um

número significativo que dissesse: “olhe, você vai cumprir o que você tem que cumprir, mas eu vou lhe reinserir na sociedade”. Será que todos eles iriam optar pelo mundo do crime?

C – Não. Eu lhe afirmo que não

M – Também afirmo

Pausa

C – Eu vou fazer mais uma pergunta. Ah, Sim. Marins, você já teve curiosidade ou tem algo para falar do nome que foi dado a essa modalidade de roubo a banco, novo cangaço, com relação ao cangaço, você já buscou...

M – Já

C – Ah, ótimo

M – Bom, primeiro, essa questão de novo cangaço, alguns pesquisadores têm horror a essa coisa.

C – Sim, eu sei disso. Até por conta da questão anacrônica que pode ocorrer. Eu sei

M - A interpretação anacrônica. Segundo eles, qual é....- eu não tenho uma posição formada – mas qual é uma justificativa, segundo eles? É que esses grupos, eles são eminentemente criminosos. Eles se unem apenas para praticar esses atos criminosos, que é subtrair alguma coisa da sociedade, seja de que forma for. E os cangaceiros, segundo eles, muito se moviam porque - como a gente acabou de falar aqui - era alguma contenda pessoal ou familiar ou alguma coisa. Então, na essência, muitos deles inclusive quando começaram não era a isso que eles se dedicaram. Tem vários que dizem o seguinte. Os cangaceiros quando começaram, eles roubavam para se sustentar, depois com o passar do tempo, eles passaram a se locupletar do trabalho, do que eles desenvolveram, do trabalho entre aspas, entendeu? Então, eles combatem muito essa denominação de nosso cangaço. Na verdade, muito embora tenha a questão anacrônica, a gente tem que olhar muito o tempo, espaço, a circunstância, o Brasil que é outro, a motivação, a forma de arregimentação desse pessoal, a forma material que eles trabalham, né? Com a estrutura, completamente, profissional a ponto de dominar as cidades que eram de pequeno porte e agora já passaram a ser medias, e se não tomar conta daqui a pouco serão as grandes cidades vão estar dominadas, quando eles praticarem uma ação desses, com pequenos exércitos que eles estão formando, isso guarda alguma analogia com o tempo de trabalho, mas eu acho que, essencialmente, eu não acredito que isso possa ser igualada a questão do cangaço.

C – Não. Igualado a gente sabe que não, mas a motivação desse nome, na visão de quem deu – é isso que eu estou falando – o que você acha que... qual foi a principal analogia que foi pensada, mesmo que nós não concordamos com isso

M – Eu estou aqui no estúdio. Eu acredito o seguinte, professora: essa analogia, ela deve ter sido muito feita quando essas ações se iniciaram porque aí elas se pareciam muito, eram muito similares porque o indivíduo chegava em uma cidade, dominava, cortava a comunicação e mobilizava a força policial e depois partia para o saque das famílias e das casas comerciais. Tinha ainda um aditivo, normalmente, Lampião promovia bailes aonde ele fazia isso. Então, a noite ele pegava quem tocava sanfona ou algum grupo, alguma coisa e ia, tem cidade que Lampião foi para o cinema e não gostou da fita, né? Aquele cinema ainda, praticamente, mudo, aquela coisa inicial e tudo, que hoje em dia bando nenhum desse ele pratica né? Pela velocidade hoje da informação ou qualquer coisa, você tem condição de mobilizar o efetivo policial num tempo considerável para que possa enfrentar. A partir do momento...Lampião nunca atacou uma grande cidade, ele tentou em Mossoró, ele amedrontou várias, mas ele tentou em Mossoró. Aqui mesmo na Bahia ele tentou em algumas e ele mesmo viu que, provavelmente, não seria uma boa ele ter continuado e ele desistiu. Além das cidades que ele tinha motivação religiosa, por exemplo, Monte Santo, ele sempre contornou Monte Santo. Ele não tinha nenhuma pretensão de invadir a cidade de Monte Santo, talvez até ele conseguisse com certa facilidade porque era uma cidade pequena. Então, essa forma de trabalho, eu acho que no começo, ela podia se assemelhar ao novo cangaço. Ela hoje é bem mais ousada. Ela hoje evoluiu, no sentido negativo disso porque hoje o indivíduo esta dominando uma cidade média, ele está atacando com 30 homens, com 50 homens

F – E de grande porte

M – E de grande porte, com armamento de última geração, que num primeiro momento impossibilita a polícia de reagir, até mesmo pela proteção da própria sociedade

F – Será porque a terminologia não guarda muita semelhança por conta das características da ação?

M – Sim

F – A questão de armamento. Todas as características hoje que envolvem esses grupos de criminosos atuais, o sr acabou falando aí, desde o início da entrevista, a questão do armamento da polícia

C – Inclusive o que me chamou a atenção, sabe o que foi? Aquela do coiteiro. Você lembra? Já tivemos na nossa pesquisa como é que funcionava.

F – A questão do olheiro.

C – Onde eles guardavam a arma

F - E principalmente o que o sr falou aí quando a polícia apertava, Lampião corria para o Raso da Catarina

M – Quando ele estava na região

F – Hoje se a polícia apertar um grupo desses, ele vai para zona rural, ele entra no mato. Ele abandona os veículos e entra no mato porque sabe que ali vai ser mais difícil a polícia ir prender as diligências

M – Uma outra questão, Cardoso, também, eles dissolvem as células deles com uma facilidade muito grande porque ele já tem uma estrutura prévia que possibilite, fulano que vai para aqui, cicrano que vai para lá

F – Agora, quanto ao planejamento, realmente, é bem mais avançado do que o da época

M – Muito mais. Hoje é uma empresa criminosa. Antigamente era uma coisa muito rudimentar, que dava certo em razão do Estado e da região ser rudimentar, mas hoje em dia, com toda a certeza, eles entenderam que eles têm que desenvolver a prática criminosa deles, se aliar a tecnologia, se aliar ao que tem de melhor em termo de material. Coisa que naquela época também tinha, mas não tinha tanta alternativa. Você não tinha assim, por exemplo, um conjunto de armamento tão sofisticado como tem hoje. O sujeito poderia ter um fuzil um pouco melhor, mas não tinha essa gama de armamento hoje, que adquire até com determinada facilidade

C – É porque na realidade, a gente não quer esticar a corda, Fernando não quer esticar – a gente fala assim –esticar a corda, querer ver....mas enfrentar que existe essa terminologia e existe esses resquícios e discutir isso, não é?

[...]

M – Então, é um contraponto que você tem que fazer, que a visão que se tem hoje da polícia no seio do cangaço é quase como quem diz assim: “o bandido era a polícia”, entendeu?

F – Entendi

M – E aí, a gente não pode ser só argumento, da fala, você tem que mostrar o que é, e aí a gente está completamente, como diria o jargão está coberto a respeito disso

[...]

M – Inclusive, eu ia uma vez falar no BOPE sobre essa questão das volantes porque as volantes são antecessoras das forças especiais. É lógico que ela não tinha a mesma capacitação. Vocês hoje têm uma capacitação, entendeu? Sobre isso. O que eu estou lhe falando é o que eu acho que é importante a pessoa entender essa ligação do passado com o presente, dá valor a esse tipo de trabalho. Como é que o sujeito se locomovia? O que é que ele utilizava? Como era o uniforme dele? Qual era a legislação que regia o trabalho dele? Entendeu?

[...]

M – Eu tenho orgulho da instituição que eu trabalho. E ela mostra todo dia... Estou a seu dispor a qualquer dia, a qualquer hora, minha agenda não tem segredo, entendeu? Eu adapto os compromissos e espero que nas próximas oportunidades, eu já posso levá-los ao museu para a gente ver isso.

C – Ah, sim, sim. Com certeza

F – E agradecer a senhora por ter articulado essa oportunidade

C – Risos. Imagina

M – Conte conosco.

F – Com certeza

C – Isso é ótimo

F – Nós vamos estreitar os laços.

ANEXO A - DIRETRIZ OPERACIONAL Nº 055 COPPM / 2013

**POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE OPERAÇÕES PM
CPO**

**SALVADOR – BAHIA
REPUBLICAÇÃO “Prevenção e Repressão
a Roubos e Furtos às Instituições Financeiras”**

10 de dezembro de 2013.

REPUBLICAÇÃO (TEXTO ORIGINAL)

DIRETRIZ OPERACIONAL Nº 055 COPPM / 2013

(Prevenção e Repressão a Roubos e Furtos às Instituições Financeiras)

1. Justificativa

A republicação desta Diretriz objetiva atualizar as normas de procedimentos traçadas anteriormente, face a dinâmica apresentada nas ocorrências criminosas contra instituições financeiras, em que foi constatado a necessidade dos Comandos de Policiamento Regionais, através das suas UOp, adotarem novas estratégias no emprego de seus recursos, de forma a combater com maior efetividade esse tipo de crime dentro de suas respectivas áreas de responsabilidade.

2. Situação Geral

Segundo a historiografia, até meados dos anos 1980, as ações contra instituições financeiras se realizavam quase exclusivamente contra bancos e se restringiam aos grandes centros urbanos do país. Entretanto, face às dinâmicas sociopolíticas, houve significativas alterações no “modus faciendi e modus operandi”, expressadas, sobretudo, na diversificação de alvos e estratégias de abordagem das quadrilhas. As maneiras convencionais de se adentrar nas agências bancárias, portando armas e rendendo funcionários e clientes, somaram-se a outros métodos.

Passou-se a manter em cárceres privados as famílias de gerentes e tesoureiros dessas instituições, obrigando-os a abrir os cofres dos estabelecimentos, rotulada como “sapatinho”; explosão ou arrombamento de terminais de autoatendimento; e o “novo cangaço”, invasão e/ou ocupação de cidades por quadrilhas fortemente armadas, atentando contra as forças de segurança, utilizando populares como reféns.

A terminologia “crimes contra instituições financeiras” é utilizada pelos brasileiros, e até mesmo pelas polícias e especialistas no ramo, para denominar ocorrências de roubos e furtos contra agências bancárias, carros-fortes, empresas de guarda de valores e arrombamentos a caixas eletrônicos. No entanto, outros crimes conexos como formação de quadrilha, porte ilegal de arma, sequestros e perigo comum se agregam às práticas.

Além da organização e planejamento, outra evidência percebida nessas ocorrências é a infraestrutura mobilizada pelos criminosos que se utilizam de vários veículos (quantidade e modelos variados), armamentos potentes (fuzil e metralhadora), dispositivos de comunicação modernos e a utilização de pessoas da própria região como “olheiros”. A própria atuação dos assaltantes tornou-se mais calculada e cuidadosa. Com base em uma acentuada divisão de tarefas entre os participantes dos roubos, habilidades como pontaria e manuseio de diferentes modelos de armas, passaram a ser rotina nesse tipo de ação criminosa.

Destarte, o gerenciamento de informações precisas, de equipamentos que condensam tecnologia de ponta e de uma “mão de obra qualificada” se tornou a base dos assaltos.

Segundo Pesquisa realizada pela Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF), com o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Bahia é um dos principais Estados com elevado número de ataques a bancos no 1º semestre de 2013, tendo, inclusive,

registrado 03 mortes em consequência dessas ações criminosas, apesar de ter um decréscimo de 25% em relação ao mesmo período no ano de 2012. Até o mês de outubro de 2013, houve uma elevação de 26% do número de ocorrências em relação ao mesmo período de 2012.

Atento as variáveis apresentadas nas ocorrências contra instituições financeiras, este COPPM, com o intuito de rememorar e atualizar as recomendações presentes nesta Diretriz, estimulando a análise da dinâmica das ocorrências por parte de cada CPR e UOp, em busca do emprego mais eficiente dos recursos existentes, desenvolvendo ações de prevenção e repressão aos crimes às instituições financeiras, que abarquem desde a menor fração de tropa até os grandes Comandos PM.

Diante do exposto, considerando o estudo e a análise das diversas variantes do mencionado tipo de ocorrência criminal, a exemplo da constatação de incidência em determinados períodos, este COPPM recomenda o fiel cumprimento desta diretriz nos termos e condições que serão descritas adiante.

Cada Comandante de CPR da Capital e Interior, CPRMS e CPE é parte importante na análise e adequação dos seus recursos operacionais no terreno, devendo **confeccionar ou atualizar** seu planejamento operacional, contemplando as condicionantes da mancha criminal (dia, hora e modus operandi) de forma a atingir todas as suas Unidades, até o nível de DPM, com as seguintes premissas e recomendações:

- Confeccionar cartão-programa contemplando rondas e ponto-base nas imediações das agências, terminais de autoatendimento (TAA), diuturnamente, principalmente, no período entre 22h às 04h, no qual se concentram as ações criminosas com uso de explosivos, recomendando aos PM que mantenham contato verbal com gerente e vigilantes, registrado essas visitas em relatório;

- Os Coordenadores de Área ficarão responsáveis pela fiscalização dos procedimentos operacionais dentro da sua respectiva área de responsabilidade, enquanto os Coordenadores Regionais de Policiamento ficarão responsáveis pela coordenação, controle e fiscalização das ações policiais previstas em planejamento próprio e nas recomendações contidas nesta Diretriz;

- O Oficial Superior de Dia, através do CICOC, acompanhará todas as ações e procedimentos desenvolvidos com o intuito de prevenir ocorrências dessa natureza;

- Os Comandos Regionais do interior criarão dentro da sua estrutura, mecanismos de fiscalização do policiamento voltado para a prevenção e combate aos crimes contra instituições financeiras;

- Fomentar a implantação de Circuitos Fechados de TV (CFTV) no entorno do local onde se situa uma instituição financeira, bem como a integração de tecnologias existentes no interior das agências e em locais de interesse onde existam ou possam ser instalados CFTV, alarmes e outros dispositivos eletrônicos que permitam ao policiamento, a possibilidade de verificação do local, ainda que remotamente;

- A responsabilidade do policiamento ostensivo é da UOp, de forma que quando existir a presença de uma viatura da CIPE em apoio ao policiamento local, deverá, sempre que possível, agir em conjunto nas ações que objetivem oferecer segurança à população local, através da prevenção, e repressão aos criminosos que atuam neste e em outros tipos de delito;

- Manter atualizada relação nominal (com telefones para contato) dos gerentes e tesoureiros das agências, bem como de imóveis comerciais ou não, que circundem agências e terminais de autoatendimento para possíveis contatos sobre informações nessas localidades, quando necessário;

- Realizar instrução continuada para todo efetivo sobre os procedimentos a serem executados referentes à prevenção e repressão aos crimes contra as instituições financeiras, principalmente, aos Policiais Militares que atuam em locais mais isolados e/ou com efetivo reduzido;

- Determinar que, diuturnamente, seus prepostos realizem abordagens a veículos de quatro e duas rodas, que estejam em atitude suspeita, consultando os dados no INFOSEG, registrando as informações em relatório (nome, endereço, nº de CI);

- Operacionalizar PCTTRAN em locais de acesso e saída da cidade, principalmente aquelas consideradas mais propícias ao cometimento desse tipo de delito, realizando abordagens em veículos e pessoas que circulem por aquele local, visando inibir a ação dos marginais, os quais perceberão que a Polícia estará com atenção voltada à circulação no interior do município. Deve-se estudar

a possibilidade de emprego conjunto de viaturas de UOp diferentes e limítrofes (inclusive de CPR) e de PM com funções administrativas

- Proceder e manter atualizado, o registro dos dados de pousadas, hotéis, postos de gasolina, restaurantes, fazendas ou outros locais propícios ao homizio de criminosos, disponibilizando essas informações aos Oficiais Coordenadores de Área;

- Desenvolver croquis e mapeamento da área, com destaque para as possíveis rotas de fuga (terrestre e aquático), locais para homizio e pontos de bloqueios e barreiras;

- Estreitar os contatos com gerentes de instituições financeiras, orientando-os sobre rotinas que devam ser adotadas como forma de prevenção e procedimentos em caso de acontecimento do ilícito. Estabelecer, se possível, senhas ou códigos que indiquem situação de perigo;

- Orientar os operadores de rádio para, efetivamente, realizarem triagem e checagem de solicitações e/ou denúncia por conta de trotes e de falsa comunicação de crimes, que tenham por objetivo afastar a viatura de perímetro onde se localize uma instituição financeira;

- Atualizar o cadastro telefônico das organizações integrantes do Sistema de Segurança Pública dentro das respectivas áreas e fazer com que as UOp mantenham o Plano de Chamada de seu efetivo, para fins de otimização e atuação eficiente e eficaz da PM;

- Comunicar, imediatamente, qualquer roubo ou furto de veículo, e que por suas características, comumente são utilizados em crimes, bem como, alertar para a presença de pessoas estranhas na cidade, com o intuito de se proceder com a abordagem;

- Estreitar a parceria das OPM com as UOp das PM de outros Estados limítrofes das áreas de atuação, acionando-as imediatamente e efetuando troca de informes/informações sobre grupos marginais, modus operandi e possíveis veículos e equipamentos utilizados (explosivos, pé-de-cabra, furadeira, etc).

- Conduzir possíveis suspeitos à Delegacia de Polícia, todas as vezes que forem encontrados cilindros de oxigênio, carbureto, acetileno, maçaricos (ou parte

dele), espoleta, furadeiras e outros objetos que indiquem a participação nessa modalidade de crime, a fim de que se possa, além do registro formal, confirmar ou não a veracidade das informações fornecidas pelo abordado;

- Observar a dinâmica das escalas de serviço, de forma a operacionalizar a possibilidade de reforço no segundo dia de folga dos PMs que estão devendo carga horária, elevando o TIPO das Guarnições existentes ou acrescentando Guarnições, principalmente no período mais propício a esse tipo de delito;

- Orientar todos os Policiais Militares a se precaverem, comunicando, imediatamente, a situação de elementos em atitude suspeita, a CENTEL ou CICOM e CIPE que atua na área, quando for o caso, através dos canais de comunicação existentes;

- Empregar, sistematicamente, as SME das Unidades subordinadas, no levantamento de dados e/ou informações relacionados à prática delituosa, mantendo a CME e CME do COPPM permanentemente inteiradas da situação;

- Em obediência à doutrina de Inteligência, realizar, com a anuência da CME o intercâmbio de dados e/ou informações com outros órgãos do Sistema de Defesa Social, bancos e entre as agências;

- Atentar para o fato de que, quando houver necessidade, os confrontos deverão acontecer fora do perímetro urbano, primando pela proteção de vidas inocentes, muitas vezes usadas como reféns ou escudos humanos;

- Fomentar para que os municípios legislem sobre medidas protetivas a serem adotadas pelas agências bancárias e afins, como sistemas de monitoramento externo (câmeras), portas giratórias, sistema de alarme ligado diretamente ao serviço 190, dentre outros, como forma eficaz de comprovação de inibição de tais delitos;

- Levantar a localização de possíveis marginais com Mandado de Prisão em aberto ou com envolvimento em assaltos a bancos anteriores, e que estejam na área de atuação, exercendo monitoramento constante sobre tais indivíduos, devendo informar aos seus superiores e à CIPE da região;

- Detectar possíveis locais de guarda de explosivos e comunicar imediatamente à CeME do CPR e à CIPE da região, bem como informar ocorrências de roubo ou extravio desses materiais;

- Após as ocorrências, divulgar através dos veículos de radiodifusão locais, os números de telefones dos DPM/PEL/CIA/CIPM/BPM/CIPE, a fim de que a população possa passar informações de roteiros de fuga e movimentações suspeitas;

- Acompanhar, através da SME, os nomes de agentes e ex-agentes de segurança que sejam suspeitos ou estejam de alguma forma ligados às atividades delituosas, e possam passar informações importantes às quadrilhas;

- Atentar para que não ocorra possível sobreposição de recursos humanos e logísticos, de forma que se busque a otimização do lançamento do policiamento na área de atuação, através de planejamento conjunto entre as CIPE e as UOp subordinadas, com vistas à cobertura de maior extensão das áreas;

- Utilizar-se de suporte tecnológico para incrementar o sistema de comunicação da OPM, a exemplo da criação de grupos de email que integrem os órgãos de defesa social e integrantes do núcleo de inteligência atuantes na área;

- Formalizar termo de cooperação, por meio da OPM (PMBA), Polícia Civil, Polícia Federal (quando existir), Ministério Público e Poder Judiciário para ações conjuntas, a fim de que tais instituições se envolvam ainda mais na dinâmica da repressão da criminalidade violenta; planejando, se for o caso, ações conjuntas de combate a esse tipo de crime;

- Estreitar os canais de comunicação com as instituições financeiras, de forma a desenvolver estudos de adequação dos locais dos caixas eletrônicos, garantindo a visibilidade e segurança dos usuários do serviço, bem como, estabelecer parceria objetivando repassar aos cidadãos, orientações, em forma de folders e cartilhas, de como agir em ocorrências dessa natureza;

- Ressaltar nas instruções o modus operandi dos criminosos que se utilizam de uniformes da PM, Exército e viaturas clonadas, bem como, coletes balísticos, armas de grosso calibre e carros potentes de fuga;

- Proibir escalas que contemplem apenas 01 (um) Policial Militar de serviço, responsável por uma localidade e/ou outras missões de risco, em desobediência aos princípios doutrinários da segurança e superioridade numérica, suplantando tais dificuldades de efetivo com remanejamento dinâmico e rotativo;

- Elaborar um plano de visitas de Oficiais a todas as OPM subordinadas até o nível de DPM, com o fim de verificar a forma de atuação dos Policiais Militares locais, suas necessidades, bem como, promover a instrução relativa às ações policiais mais adequadas para os diversos fatos que ocorrem ou podem ocorrer na localidade;

- Avaliar e analisar, constantemente, o modelo de atuação preventiva e repressiva executado, atualizando e adaptando-os conforme a dinâmica das ocorrências delituosas contra instituições financeiras.

- **PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

- Para o melhor cumprimento desta Diretriz e padronização das ações a serem implementadas e executadas, ficam designados os Comandantes dos Comandos de Policiamento Regionais como Coordenador das Operações de Prevenção e Repressão a Roubos e Furtos a Instituições Financeiras dentro de sua área de atuação, bem como, o Comandante de Policiamento Especializado como responsável diretamente pela coordenação das UOE envolvidas na Operação;

- Todos os CPR e CPE deverão criar mecanismos próprios de coleta de dados e informações relativas às ocorrências registradas em sua área de responsabilidade, “modus operandi” dos criminosos, interagindo entre si e com os demais órgãos de segurança envolvidos nesse mister, adotando a metodologia de “estudo de caso” para as ocorrências de maior impacto e relevância, de forma a sugerir e estabelecer doutrina de procedimentos operacionais relativos ao tema, que possam ser adotados no policiamento ostensivo local;

- O CIDE além de acompanhar as ocorrências envolvendo instituições financeiras na capital, RMS e interior, deverá coletar os dados necessários à produção de estatística mensal, com a devida análise quantitativa e qualitativa dessas ocorrências, disponibilizando-as para os CPR e CPE;

- Este COPPM e o CPE designarão Oficial para, conjuntamente, realizarem palestras sobre o tema Operações de Prevenção e Repressão a Roubos e Furtos a Instituições Financeiras, abordando questões relativas à estatística, ocorrências, ações policiais militares e outras informações que sejam julgadas importantes para o desenvolvimento das ações de policiamento ostensivo. As datas e locais das palestras serão informadas em calendário a ser divulgado em tempo oportuno.

PAULO FERNANDO CUNHA BOMFIM – CEL PM
COMANDANTE

ANEXO B - NORMA GERAL DE AÇÃO - COPPM Nº 01/12-13



COMANDO DE OPERAÇÕES PM

NORMA GERAL DE AÇÃO - COPPM Nº 01/12-13

(TEXTO ORIGINAL)

Estabelece procedimentos e protocolos a serem adotados por CPR, CPE, UOE e UOp de acordo com a republicação da Diretriz Operacional COPPM nº 055/2013, que trata de ações Preventivas e Repressivas em Crimes contra Instituições Financeiras e dá outras providências.

1. FINALIDADE

A presente Norma Geral de Ação tem por finalidade regular, padronizar procedimentos, comportamentos e ações que deverão ser adotadas por efetivo das Unidades Operacionais objetivando o cumprimento dos ditames constantes na Diretriz Operacional COPPM nº 055/2013, republicada na Intranet PM em 11/12/2013 que trata sobre o Combate a Crimes contra Instituições Financeiras.

2. NOMENCLATURAS E CONVENÇÕES

- TAA – Terminais de Auto Atendimento. Equipamentos eletrônicos caracterizados por uma interface que permite ao usuário realizar diversos serviços e operações bancárias, inclusive saques e depósitos, sem a participação de funcionário da instituição financeira. Podem ser instalados nas dependências das agências, estabelecimentos comerciais ou em cabines específicas localizadas na via pública.
- Período Crítico – Período compreendido entre o dia 25 do mês de referência ao dia 10 do mês subsequente, quando aumentam as ações criminosas contra as instituições financeiras em razão do maior volume de numerário nos cofres das agências e Terminais de Auto Atendimento (TAA);
- Período Alvo – Intervalo dentro do Período Crítico, compreendido entre o dia 30 do mês de referência ao dia 05 do mês subsequente, onde se acentuam as ações criminosas contra as instituições financeiras;

3. PERÍODO

A partir desta NGA, o efetivo empregado ordinariamente no policiamento ostensivo, além das suas características peculiares e missões rotineiras em cada localidade, cidade ou região, adequarão seus procedimentos e estratégias para, também, convergir, diariamente, suas ações policiais militares com vistas à prevenção e repressão aos crimes contra instituições financeiras, assumindo assim, um caráter permanente, diário e com foco em resultados.

Com base em análise qualitativa da estatística de ocorrências criminosas contra instituições financeiras, observa-se que:

- Durante o período crítico (25 ao dia 10 do mês subsequente), as Unidades Operacionais deverão lançar o máximo de Guarnições possíveis e reforçar o efetivo dos locais considerados críticos e passíveis de ocorrer a ação delituosa, utilizando de policiais militares em serviço administrativo ou em complementação de carga horária;
- Os CPR deverão planejar operações específicas, utilizando de efetivo do seu próprio orgânico, podendo solicitar, com antecedência, apoio de Unidade do CPE para atuar conjuntamente, se for o caso. Poderá também realizar operações conjuntas em áreas limítrofes, com UOp de outro CPR;

- Do dia 11 ao dia 24, período onde o número de ocorrências diminui, as Guarnições empregadas, mesmo que em número menor, deverão dar continuidade às ações com foco na prevenção aos crimes em questão;
- Quando o início ou término do período crítico coincidir com final de semana ou feriado, as ações desenvolvidas devem compreender todo o período do final de semana.
- O período Crítico pode sofrer alteração tanto no seu início como no final, em razão de datas especiais em que ocorra a movimentação maior de numerário nas agências bancárias (antecipação de pagamento de folha de pessoal, pagamento de 13º salário, pagamentos extraordinários de salários ou benefícios sociais, etc). Essa adequação deverá ser realizada diretamente pelos CPR, através de suas UOp, independente de recomendação, informação ou ajuste por parte deste COPPM.

4. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

- PLANEJAMENTO OPERACIONAL
- A partir do Planejamento dos CPR, as UOp deverão elaborar plano operacional em conjunto com a CIPE que atua na sua área de responsabilidade, estabelecendo procedimentos de ações e disposição de tropa no terreno, de forma a facilitar a ação conjunta quando da existência de ocorrência criminosa contra instituições financeiras;
- Os cartões-programa das Guarnições (ou efetivo local) devem contemplar os locais onde se situam agências bancárias, TAA, residência de gerentes e tesoureiros, devendo ser elaborados de forma que os roteiros de deslocamentos sejam modificados diariamente em função de dia, hora, local e trajeto, evitando a rotina das Guarnições;
- A CPOI/SPOI das UOp deve manter atualizado, buscando sempre o aperfeiçoamento, o seu Plano de Bloqueio, classificando-o como documento reservado e apenas de conhecimento interno da Unidade;
- Os CPR devem elaborar e manter atualizado relação nominal e de telefones, além de outra forma possível de comunicação, com as UOp (sede, Companhia ou Pelotão destacado, DPM), CIPE e de locais estratégicos nos municípios, distritos e povoados (prefeituras, fóruns, agências bancárias, hotéis, pousadas, postos de gasolina, estabelecimentos que fiquem na mesma área das agências bancárias,

etc). Mesmo procedimento deverá ser adotado com as Unidades Policiais pertencentes a PM de Estado que fazem divisa com a Bahia;

- O Comandante da Unidade com responsabilidade territorial do local onde ocorra crime contra instituição financeira, será sempre o Comandante das ações com vistas à captura dos criminosos, dentro de sua área de atuação, cabendo a Coordenação das ações de reforço/apoio e logística, ao Comandante de Policiamento Regional e ao Comandante de Policiamento Especializado naquilo que lhe couber;

- Os CPR e CPE devem coletar, tabular, analisar e avaliar os dados relativos às ações executadas por cada UOp ou UOE (Guarnição motorizada, a pé, DPM, etc.), consolidando todas as informações em um único documento, de forma a consubstanciar estudo e decisão sobre a estratégia de policiamento que deva ser adotada, face a dinâmica apresentada em cada área ou região;

- Os CPR, através das suas Unidades Operacionais, devem manter atualizada a relação de agências ou postos bancários existentes, bem como os locais onde existam TAA instalado nos municípios em sua área de atuação;

- Criar doutrina de segurança orgânica, principalmente nas situações que envolvam dados sensíveis sobre a Unidade Policial Militar (nº de viaturas, efetivo existente, localização dos postos de serviço, etc). para tanto, deverá instituir o Plano de Segurança do Quartel (Plano de Segurança Orgânica) em todos os níveis organizacionais (CPR, BPM, CIPM, Cia e Pel Destacados e DPM);

- Tornar público o número dos telefones da UOp junto aos estabelecimentos comerciais, escolares, órgãos públicos e principalmente instituições financeiras, para o recebimento de informações relativas à situações inerentes a este tipo de ação delituosa.

- INSTRUÇÃO

- Elaborar documento informativo e de instrução à tropa sobre os *modus operandi*, instrumentos, equipamentos e armamento das quadrilhas que cometem ações criminosas (em todas as modalidades) contra as instituições financeiras.

- Todo o efetivo das UOp deverá ser instruído, em forma de palestras e treinamentos (práticos), sobre os procedimentos operacionais e de segurança pessoal, devendo os CPR e CPE elaborarem as respectivas Nota de Instrução, com vistas às ações de Prevenção e Repressão aos Crimes Contra

Instituições Financeiras, baseadas nas particularidades locais e regionais e nas recomendações contidas na supracitada Diretriz Operacional, fiscalizando o cumprimento por parte de suas Unidades.

- c) As instruções devem ter o caráter continuado e focado em técnicas policiais como abordagem (pessoas, veículos e edificações), patrulhas, montagem de PCTRAN e PFTRAN, bloqueios e barreiras e segurança orgânica.

Dentro da segurança orgânica, as instruções devem ser focadas na identificação por parte do PM de reconhecer a importância do seu papel na segurança orgânica da sua Unidade e a importância de seguir os procedimentos estabelecidos. As instruções devem ser delineadas em 5 vetores de segurança: Pessoal; Documentação; Material, Sistemas de informação e comunicação, de Instalações, que devem estar fundamentadas nas seguintes temáticas:

- **Segurança pessoal;**

- O Policial Militar sempre é responsável pela sua segurança e dos demais PM;
- Ambientes que o PM deva evitar frequentar, locais, horários pessoas de índole duvidosa, principalmente quando estiver fora do serviço;
- Defesa pessoal e uso da tonfa;
- Técnicas de imobilização;
- Manter sempre elevado o grau de atenção, procurando analisar o ambiente e pessoas presentes, como forma de segurança e prevenção;
- Identificação de pessoas estranhas à Unidade, inclusive de PM, PC, Forças Armadas;

- **Segurança da documentação**
 - Escalas de serviços, documentos internos como ofícios, planos, OPO, cartão-programa e outros dados que não devem ser citados, disponibilizados ou exibidos para pessoas que não necessitem conhecer;
 - O trato de informação sensível e sigilosa, principalmente aquelas referentes ao efetivo de serviço, quantidade e tipos de armamento existentes na Unidade ou de posse do PM, bem como o local de armazenamento;

- **Segurança de Material**
 - Cuidados com a segurança dos locais onde se armazenam materiais importantes e inerentes à atividade Policial Militar, como armamento, munição, rádios transceptores e outros itens bélicos;
 - A importância do controle de material (equipamentos) que adentram a Unidade, inclusive veículos.

- **Segurança dos Sistemas de Informação e Comunicação**
 - Estabelecer o controle de uso dos computadores e sistemas utilizados pela PM (INTRANET, INFOSEG, MOP, SIGIP, etc), por pessoas que não possam acessá-los ou sequer, visualizá-los;
 - Estabelecer critérios de uso dos computadores da Unidade e acesso à internet, para assuntos estritamente ligados ao serviço policial militar;
 - Não permitir que pessoas estranhas à Unidade ou a Seção, tenham acesso aos sistemas de comunicação, software ou arquivos digitais (computador, pen drive, mídias, etc);
 - Estabelecer rotinas de segurança contra a instalação e disseminação involuntária de vírus, malware e outras pragas virtuais nos computadores da Unidade;

- Estabelecer os níveis de conteúdo, arquivos e quais PM poderão acessar dados digitais considerados sensíveis (planos, BGR, ofícios, estudos de situação, etc);
- Os cuidados ao se falar sobre assuntos atinentes ao serviço policial militar em ambiente desconhecido, na presença de pessoas estranhas, através de aparelhos de telefonia celular de terceiros, bem como estar atento ao volume do rádio quando estiver em espaço público.
- **Segurança de Instalações**
 - Manter sempre vigilância ao perímetro da instalação policial militar;
 - Conhecer o Plano de Segurança do Quartel;
 - Reconhecer os locais e áreas sensíveis e críticas de segurança;
 - Estabelecer procedimentos de segurança e comportamentais para o efetivo empregado, face o cometimento de ações criminosas contra o efetivo de serviço;
- PROTOCOLOS TÁTICOS

4.3.1 Patrulhamento e rondas

- As Guarnições devem seguir o roteiro previsto no cartão-programa elaborado pela CPOI/SPOI das UOp, cabendo aos Oficiais Coordenadores de Área fiscalizarem o seu cumprimento. As alterações dos roteiros devem ser feitas apenas quando houver necessidade e sempre autorizadas pelo Oficial de Operações e Comandante da Unidade;
- O efetivo empregado diariamente no policiamento ostensivo deverá estar ciente da necessidade de inserir dentro de suas atividades diárias de policiamento ostensivo ações voltadas à prevenção de crimes contra instituições financeiras;
- Durante o dia, as ações preventivas devem ser voltadas aos locais onde estão situadas as agências bancárias, enquanto à noite e finais de semana, nos

locais onde existam TAA e residência dos gerentes, constando em relatório de serviço:

- Após a visita à instalação PM, a Guarnição deve se dirigir aos locais onde estão instaladas as agências ou postos bancários existentes, adotando de imediato o procedimento de visualizar seu interior, manter contato com o gerente do banco, registrando, dentre outros, os seguintes dados em relatório de serviço:
 - Locais visitados (cidade, distrito ou povoado);
 - Dia e horários (período) da ronda bancária;
 - Nome das instituições financeiras visitadas;
 - Nome do gerente ou representante legal da instituição;
 - Observações positivas e negativas sobre a segurança física do estabelecimento financeiro (situação de conservação ou localização do imóvel, existência de equipamentos eletrônicos de segurança, pontos fracos observados, etc.);
 - Existência ou não de segurança privada no local;
 - Dados relativos às ações policiais realizadas (nome das pessoas suspeitas abordadas, veículos, etc.)

- **Informação de ocorrência policial contra instituição financeira**
 - Ao chegar informação de ocorrência criminosa contra Instituição financeira, o Comandante da UOp deverá ser informado de imediato sobre a ocorrência, confirmando a sua veracidade antes de adotar as providências cabíveis;
 - O Comandante da CIPE que atua na localidade da ocorrência criminosa contra instituição financeira deverá, também, ser informado sobre o fato, para que adote as providências operacionais inerentes ao caso;
 - Sendo a informação não configurada como verdadeira (alarme falso), os dados devem ser consignados em Relatório de Inteligência, todas as informações possíveis a exemplo de:
 - Tipo de ocorrência (suposta modalidade do crime);
 - Qual a origem da informação;

- Nome do informante (caso seja possível);
- Local da suposta ocorrência;
- Dia e horário da informação;
- Dados complementares (número de pessoas, placa, cor e modelo de veículo utilizado, instrumentos, equipamentos, etc);
- Havendo o deslocamento de tropa para averiguação de informação, ao chegar ao local a Guarnição deverá:
 - Estabelecer posicionamento tático e perímetro de segurança enquanto verifica a situação;
 - Manter a central de Operações e o Oficial de Operações informado a respeito da situação;
 - Verificar a situação de forma detalhada e minuciosa, identificando pessoas ou coisas presentes no cenário que possam caracterizar possível ação criminosa contra instituição financeira;
 - Até que se prove ao contrário, a atuação da Guarnição deverá ser precedida de todos os cuidados relativos à segurança pessoal e da população. Todas as informações deverão ser questionadas, checadas, confrontadas até que sejam esclarecidas e não paire dúvidas sobre a veracidade dos fatos;
 - Todas as pessoas identificadas, bem como, objetos, veículos, equipamentos, ferramentas, etc, deverão ter seus dados registrados em relatório e tabulados pela SME da UOp;
- **Ocorrência criminosa contra instituição financeira**
- Confirmado a ação criminosa, o Comandante da UOp assume o Comando de seu efetivo no Teatro de Operações, adotando todas as providências necessárias e informando o fato ao Comandante de Policiamento Regional, enquanto perdurar a ocorrência. O mesmo vale para as Companhias Independentes de Policiamento Especializado;

- o Comandante aciona, através do Oficial de Operações, as contramedidas e ações previstas em Plano próprio, juntamente com as Guarnições de CIPE da área, reajustando e adequando-o, de acordo com a situação;
- Não sendo mais possível ou tecnicamente viável a instalação ou manutenção dos bloqueios nos pontos estabelecidos no Plano, as Guarnições devem ser deslocadas para pontos estratégicos de saída da região onde ocorreu o crime, montando PFTRAN, no intuito de captura dos marginais;
- O Comandante da UOp deverá interagir com o Comando de Policiamento Regional, Unidades Operacionais e os prepostos da Polícia Civil do município onde se desenrole a ocorrência ou em áreas impactadas, de forma que as ações sejam conjuntas e coordenadas, otimizando o emprego do efetivo utilizado (especializado e ordinário);
- O acionamento de aeronave para apoio deverá ser solicitado diretamente ao Comandante de Policiamento Especializado;
- Sendo o local da ocorrência próximo a limite territorial com outra UOp ou divisa com outro Estado, informar à Unidade PM daquele Estado sobre a situação;
- A desmobilização do efetivo da UOp ficará a cargo do Comandante de Policiamento Regional, enquanto o da CIPE será a critério do CPE;
- Quando da existência de ocorrência criminosa contra instituições financeiras, a UOp deverá confeccionar relatório diário sobre o desenrolar das ações, bem como, produzir relatório circunstanciado, ao término de cada ocorrência, remetendo-o ao CPR;
- Através do CENTEL/CICOM/CENOP, a primeira Guarnição que se fizer presente no local da ocorrência deverá colher e repassar o máximo de informações possíveis, como o local exato onde está ocorrendo o crime, a localização e a quantidade de criminosos e de veículos empregados etc;
- Aplicar sempre os princípios da abordagem policial, segurança, superioridade numérica, ação vigorosa, unidade de comando e rapidez;
- O comandante de fração que se fizer presente no local da ocorrência deverá elaborar planejamento mental mínimo, antes de qualquer tomada de decisão para

atuação, discutindo sempre com a sua guarnição, prevendo, inclusive, planos alternativos;

- Proceder de forma a assegurar a sua legítima defesa e a de terceiros, em caso de resistência armada ativa por parte dos criminosos, oferecendo resposta imediata com arma de fogo, preferencialmente em posição de barricada, com redução de silhueta;
- Havendo risco a terceiros e sendo possível ante o quadro de resistência, proteger-se, evitando resposta armada em primeiro momento, preservando os transeuntes;
- Realizar conferência visual, após disparos e prestar socorro imediato aos feridos, se houver;
- Realizar, em caso de evasão dos criminosos, o acompanhamento desses, mantendo distância de segurança, informando à STELECOM/CICOM/CENOP a direção e/ou provável destino dos criminosos, a fim de orientar o cerco;
- Utilizar-se de suporte tecnológico visando incrementar a comunicação com outras OPM, a exemplo da criação de grupos em rede social em aplicativos com o WhatsApp, onde socializaram informações em tempo real.

Os comandantes deverão adotar providências para estreitar as relações e aumentar a parceria com os gerentes dos bancos dos municípios sob sua responsabilidade, de modo que, as ações de divulgação dos contatos da Unidade Operacional junto à população sejam feitas em parceria com os bancos, inclusive utilizando-se dos mecanismos de comunicação existentes nas agências.

O pronto-atendimento aos preceitos contidos nesta NGA, além de garantir a disseminação de uma cultura doutrinária na Polícia Militar, servirá, certamente, como instrumento da boa prestação dos inadiáveis e indispensáveis serviços de segurança pública em todo território baiano. Portanto, devemos aproveitar este trabalho, propondo, ainda, sugestões e fundamentações para que possamos evoluir na prática do serviço policial militar.

Salvador, 13 de dezembro de
2013.



PAULO FERNANDO CUNHA BOMFIM - CEL PM

Comandante

ANEXO C – OFÍCIO Nº114/2019/GTEST/COE/DIROP

30/04/2019

SEI/PRF - 18610040 - Ofício



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Ofício nº 114/2019/GTESP/COE/DIROP

Brasília/DF, 30 de abril de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor

Anselmo Alves Brandão

Coronel da Polícia Militar do Estado da Bahia

Comandante Geral

Assunto: Agradecimento

Senhor Comandante Geral,

1. O Coordenador Nacional da Operação Macambira III e do I Nivelamento dos Guerreiros de Caatinga da PRF, Chefe da Delegacia da PRF em Petrolina-PE, em nome da Polícia Rodoviária Federal, agradece a participação do Capitão da Polícia Militar da Bahia, Fernando Afonso Cardoso Borges, Matrícula 30.341.681-3, que, brilhantemente e com extrema competência e profissionalismo, ministrou a Instrução “Combate ao crimes contra as instituições financeiras” no município de Petrolina-PE, aos 42 participantes do I Nivelamento e componentes da Operação Macambira III, além da equipe de Instrução da PRF.
2. **É importante frisar que o Capitão Cardoso engrateceu nosso evento, elevando os níveis de conhecimento sobre esse tipo de atividade delituosa ao máximo em termos de Instituições de Segurança Pública, e que pela segunda vez, visto que no ano passado apoiou a IV Curso de Progressão em Ambiente de Caatinga da PRF, se mostrou extremamente capacitado e preparado, não só em conhecimentos, mais em sua capacidade de transmitir e prender a atenção de seu público, que por mais de 04 horas absorveu tudo que lhe foi franqueado por este Grande Guerreiro.**

Atenciosamente,

Paulo Henrique Oliveira Lima

Coordenador Nacional

Subordinado ao Coordenador do Comando de Operações Especializadas e de Fronteira



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA LIMA, Policial Rodoviário Federal**, em 30/04/2019, às 08:32, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

30/04/2019

SEI/PRF - 18610040 - Ofício



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **18610040** e o código CRC **81D38574**.

SGON, Quadra 05, lotes 15/18 , Brasilia / DF , CEP 70610-650
Telefone: (61) 2025-6911 / 6914



Referência: Processo nº 08650.006631/2019-16

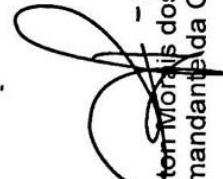


SEI nº 18610040

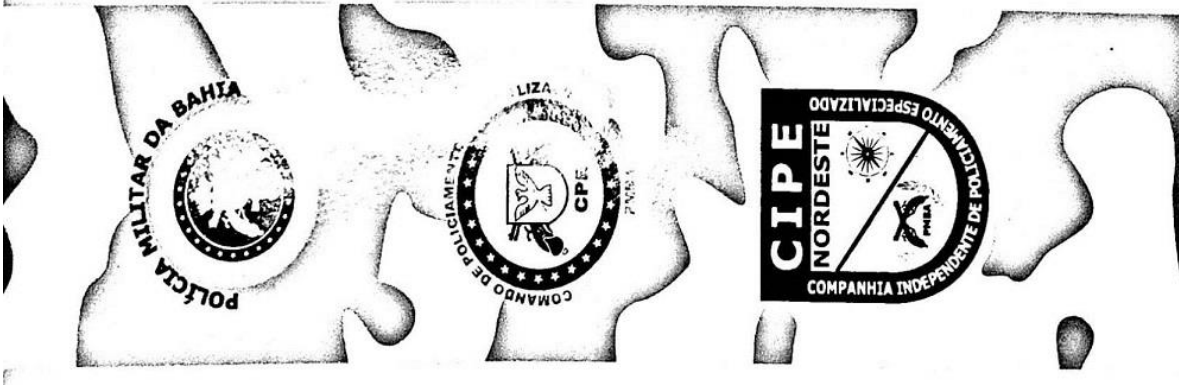
ANEXO D – CERTIFICADOS

CERTIFICADO

*Certificamos que o Cap PM Fernando Afonso
Cardoso Borges, Matrícula 30.341.681-3,
participou da Instrução de Nivelamento da
CIPE/Nordeste, realizada no período de 14 à 22 de
dezembro de 2016, na Sede da CIPE/Litoral Norte,
na condição de Instrutor.*


- Major
Wellington Moura dos Santos - Maj PM
Comandante da CIPE/Nordeste


Lázaro Raimundo Oliveira Monteiro - Cel PM
Comandante de Policiamento Especializado





POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
Comando de Policiamento da Região da Chapada



CERTIFICADO

Certificamos que o Ilmo. Sr. Cap PM Fernando Afonso Cardoso Borges, participou do "Encontro sobre Estratégias de Prevenção e Combate a Crimes contra Instituições Financeiras na Região da Chapada", atuando como Palestrante com o tema "Construção do protocolo para atendimento das ocorrências contra crimes de instituições financeiras", realizado no dia 01/06/2017, na cidade de Irecê-BA.

Irecê, 01 de junho de 2017.


Anildo Rocha Batista - Cel PM
Comandante



POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO LESTE
97ª CIPM - IRARÁ

Outorgamos o presente título de **AMIGO DA 97ª CIPM** ao

ILMº. SR. CAP PM FERNANDO AFONSO CARDOSO BORGES

Em reconhecimento aos serviços prestados junto a esta CIPM,
na incessante busca pela aplicação da Lei e promoção da paz social.

Irará, 21 de agosto de 2017.


JOÃO HIMÉRIO DE OLIVEIRA MARTINS - MAJ PM
COMANDANTE



**POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMPANHIA INDEPENDENTE DE
POLICIAMENTO ESPECIALIZADO - CAATINGA**



Certificado

Certificamos que o Sr CAP PM Fernando Afonso Cardoso Borges, ministrou o seminário para Forças de Segurança da Região Norte e Estados Circunvizinhos, abordando o tema "**PLANO DE ATENDIMENTO A Ocorrências CRIMINOSAS CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**".

Juazeiro, 20 de setembro de 2017

Wildon Teixeira dos Reis - MAJ PM
Comandante da CIPE - CAATINGA



POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

COMANDO DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO

COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO

CHAPADA

A Companhia Independente de Policiamento Especializado – Chapada, agradece ao **Cap PM FERNANDO AFONSO CARDOSO BORGES, Mat.:** 30.341.681-3, pela brilhante instrução ministrada ao nosso efetivo, com o tema “Primeiras respostas no atendimento de crimes contra instituições financeiras”.

Ruy Barbosa, 25 de outubro de 2017.

RICARDO PASSOS CONCEIÇÃO – Maj PM

Comandante





POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
Comando de Policiamento Especializado
CIPE CENTRAL



Certificado de Agradecimento

Certificamos que o **Cap PM FERNANDO AFONSO CARDOSO BORGES** participou como palestrante nesta Unidade Operacional Especializada, abordando o tema **"Plano de atendimento a ocorrências de crimes contra instituições financeiras"**, ao tempo em que agradecemos pela contribuição com a capacitação continuada desta UOE.

Jequié, 23 de Novembro de 2017

F. Oliveira
FÁBIO RODRIGO DE MELO OLIVEIRA - MAJ PM
Comandante da CIPE CENTRAL